

Dezembro de 2016

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Angola e Moçambique têm as taxas de juro mais altas de África	1
1.2 A génese da pobreza em Angola	1
1.3 Inflação mensal acelera em Novembro depois de cair três meses consecutivos	3
1.4 O pior crescimento dos últimos 23 anos	3
1.5 Ordens superiores atiraram para o tapete do sofrimento	5
1.5 Padre Pio Wakussanga “Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres”	6
1.6 Objectivos do Milénio asseguram crescimento	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 O Sistema financeiro angolano	10
2.2 Angopri investe mais de USD 6 milhões em fertilizantes	11
2.3 Crédito e diversificação	11
2.4 Bancarizar mercados	12
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Vendedoras do Matadouro recebem aulas de alfabetização	14
3.2 Quitandeira e o termo zungueira	14
3.3 Quase 75% dos trabalhadores domésticos estão no informal	15
3.4 Vendedoras do Mercado do choco realojadas no Museu da Escravatura	16
3.5 Mulheres empreendedoras promovem projectos sociais	17
3.6 Rua 15 do Mártires centraliza comércio	18
3.7 Vendedores do Bolongongo abandonam mercado	19
3.8 Preços do dólar nos mercados informais atingiram níveis históricos	20
3.9 Fiscalização de Cacucaco proíbe venda de jornais privados em plena Vila	21
3.10 Mercados e feiras melhoram serviço	21
3.11 Micro e médias empresas com nova lei	21
3.12 O mercado do Golfe II e os maus hábitos	22
3.13 Kinguilas recargas em vez de dólares	23
3.14 Contra bando de combustível	23
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	25
4.1 Angola e Moçambique têm as taxas de juro mais altas de África	25
4.2 Irrealismo e perigo da proposta do OGE	25
4.3 Sobas recebem cerca de 11,5 milhões de kz em 2017	27
4.4 Relatório parecer sobre OGE 2017 inclui inquietações dos deputados	27
4.5 OGE vai à aprovação final	28
4.6 O irrealismo e o perigo da proposta do OGE 2017	29
4.7 OGE 2017 combate o desperdício	30
4.8 Aprovação final do OGE 2017 deixa oposição dividida	31
4.9 OGE 2017 dificilmente será cumprido, é só promessa	32
4.10 OPSA sugere publicação do OGE na Internet	33
4.11 Administração geral tributária empenhada em diversificar as fontes	33
3.12 OGE 2017 alinha objectivos	34

5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	36
5.1	Kilamba Kiaxi é município e já tem nova inclina chama-se Albina Guilherme	36
5.2	Sobas recebem cerca de 11,5 milhões de kz em 2017	36
5.3	MPLA é alérgico as eleições autárquicas	37
5.4	Poder Tradicional: mais Caciques que Índios	37
5.5	Oposição defende eleições autárquicas para derrubar Paulo Pombolo	39
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	41
6.1	Surge um novo Sambila	41
6.2	Executivo ordena o território nacional	41
6.3	Reabilitação das vias urbanas da cidade comprometida por falta de verbas	42
6.4	Imobiliária simplifica acesso a casas	43
6.5	Casas não chegaram para todos	44
6.6	Mais de 700 residências entregues no Panguila	44
6.7	Projecto habitacional em fase de conclusão	45
6.8	Novos bairros conferem dignidade a moradores	46
6.9	Arrecadamos à volta de 500 milhões kz por mês de rendas nas centralidades	48
6.10	Não haverá venda física	49
6.11	Protecção dos imóveis	49
6.12	Venda das habitações nas centralidades arranca no 2º semestre de 2017	50
6.13	SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano	51
6.14	China garante financiamento a projectos económicos	52
6.15	Centralidade do Lossambo no Huambo “ Aquisição de residências com novo modelo”	53
6.16	Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas	54
6.17	Novo projecto habitacional beneficia jovens do Cuito	55
6.18	Carta do Leitor “ assim não dá...”	55
6.19	Lotes do Prenda deixam descontos moradores	56
6.20	Temos o prédio mais organizado do Prenda	56
6.21	Venda de casas com regras mais flexíveis	56
6.22	Programa habitacional vai disponibilizar casas	57
6.23	Mais moradias para agentes de ordem	58
6.24	Imposto Predial Urbano a pagamento em Janeiro	58
6.25	Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017	59
6.16	Mais de 170 mil casas disponíveis no próximo ano	59
7.	TERRA	61
7.1	Terreno milionário vendido ao ex-BESA	61
7.2	População em zona de risco	61
7.3	Pai de Rufino ainda chora a morte do filho	61
7.4	Vítimas de demolições no Zango com futuro incerto	62
7.5	Governador do BNA esbulha terreno de cidadão pobre, sob cumplicidade de juiz	63
7.6	SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano	66
7.7	Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas	66
7.8	Inquilinos lutam por residências	67
7.9	Ex-funcionário dos CFL recusa sair sem realojamento	68
7.10	Lotes do Prenda deixam descontos moradores	69
7.11	Ancião desalojado pelo Tribunal acolhido por familiares no Prenda	69
7.12	Demolições e futuro incerto no Zango	70
7.13	“Não tem nada a reclamar”	71
7.14	A cidade é para os ricos	71
7.15	Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017	76

8. SERVIÇOS BÁSICOS	77
8.1 Governador defende rigor no tratamento dos resíduos	77
8.2 Saneamento básico e água e energia estão no centro das atenções	77
8.3 População do Mulenvos exige transferência do aterro sanitário	78
8.4 Governo provincial de Luanda avança com multas em Janeiro	80
8.5 Programa Aguas da Chibia tem início no próximo ano	80
8.6 Aquaestrela quer o acesso à água em todo o país	81
8.7 Gestão da EPAL criticada	82
8.8 Huambo com milhares de ligações domiciliare	83
8.9 Empresa de águas aumenta as receitas	84
8.10 Água potável chega a no mais de 11 mil residências Kuanza Norte em 2016	84
8.11 Défice de água pode diminuir em Viana	85
8.12 EPAL perde batalha do garimpo de água	85
8.13 Abastecimento de água mais reforçado em breve	87
8.14 Abastecimento de água mais reforçado em breve	87
8.15 Água de qualidade para todos	88
9. GÉNERO E VIOLENCIA	89
9.1 Mais de mi vítimas de violência doméstica	89
9.2 Marginais aterrorizam munícipes de Cacuaco	89
9.3 "Divórcio ou separação pode envolver fuga à paternidade e fraude na partilha de bens"	91
9.4 Violação sexual é o principal crime doméstico em Angola	91
9.5 Quase 40% das famílias angolanas são lideradas por uma mulher	93
9.6 Vítimas de violência doméstica sem acompanhamento	93
9.7 Marginais tiram sono no Anangola	94
10. AMBIENTE	96
10.1 Angola prepara ratificação da lei sobre crimes ambientais	96
10.2 Ministra do Ambiente recebeu Melhor fiscal florestal do ano	96
10.3 Chuvas regressam aos Gambos	96
10.4 Descarga mata um casal no município do Cutato	97
10.5 Madeira em toro nas exportações	97
11. MIGRAÇÃO	98
11.1 O País está a ser dirigido por imigrantes ilegais	98
11.2 Os imigrantes e escravos que estão no poder não valorizam ninguém	99
11.3 Mais portugueses escolhem Angola	100
11.4 Dezenas de estrangeiros são repatriados no Zaire	100
12. EXPLORAÇÃO MINEIRA	102
12.1 PRS denuncia garimpo ilegal na Lunda Norte por polícias e militares	102
12.2 Generais "camanguistas"	102
12.3 Pólos de produção de fosfato construídos no Zaire e Cabinda	104
12.4 Produção diamantífera rendeu menos	106

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola e Moçambique têm as taxas de juro mais altas de África

Jornal Expansão
01 De Dezembro de 2016
Texto: José Cassanda

As taxas de juro de dívida pública emitida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) aproximaram-se, esta semana, dos 24%, sendo o valor mais alto do continente africano, a par de Moçambique, refere a consultora Eaglestone.

O banco central angolano colocou esta semana no mercado primário, entre 21 e 25 de Novembro, 37,9 mil milhões kz em Bilhetes do Tesouro (BT) e 6,7 mil milhões kz em Obrigações do Tesouro (OT), com as taxas de juro médias de BT a oscilarem entre os 19,51% (a maturidade a 91 dias) e os 23,67% no prazo a 364 dias.

Já as Obrigações do Tesouro fecharam, uma vez mais, com taxas de juro de até 7,75%, a cinco anos.

De acordo com Tiago Dionísio, da consultora Eaglestone, em África, apenas Moçambique tem taxas de juro tão elevadas como as em Angola.

"As taxas das últimas colocações de dívida pública em Moçambique foram de 22,55% (91 dias) e 23% (182 dias). Países como a África do Sul e a Nigéria têm taxas de um dígito", disse, em declarações ao Expansão.

Tiago Dionísio adiantou que os encargos do Executivo só com juros previstos para o próximo ano são de 484 mil milhões kz, mais 10% do que no OGE revisto, e representam 2,5% do Produto Interno Bruto. No período 2012 a 2014, os encargos com juros representavam cerca de 1 % do PIB.

Segundo o responsável da Eaglestone, os países com taxas de juro altas "têm normalmente uma inflação relativamente elevada".

"É o caso de Angola, que viu a sua taxa de inflação subir nos últimos meses para um nível próximo de 40%. Por outro lado, a notação das agências de rating também tem um impacto nas taxas de juro. Angola e Moçambique têm estado sob o olhar atento das

agências de rating nos últimos tempos e isso também se reflecte no actual nível de taxas de juro", adiantou.

Ora, o impacto de emitir dívida pública a taxas de juro tão altas significa que o custo de pagar essa mesma dívida vai ser relativamente mais alto.

Apesar destes valores, a taxa de juro paga na maturidade a um ano é menos de metade do valor que a inflação (a 12 meses) atingiu em Angola no mês de Outubro, os 40%.

I.2 A génese da pobreza em Angola

Jornal de Angola
03 De Dezembro de 2016
Texto: Filipe Zau

Na primeira metade do século XIX, ocorreram em Portugal as Invasões Francesas, a divulgação das ideias liberais, a Independência do Brasil, as guerras civis entre D. Pedro e D. Miguel e o registo de sucessivas revoluções naquele país ibérico. Estes factos associados à escravatura, à dominação espanhola, à carência de um plano, à falta de acção dos governantes e à expulsão dos religiosos concorreram para o laxismo colectivo em Portugal e, consequentemente, em Angola, já que a oficialização do ensino público só veio a acontecer a 14 de Agosto de 1845, no reinado de D. Maria II, após a assinatura de um decreto por Joaquim José Falcão.

E certo que, em Angola, não havia qualquer tradição de ensino e o número de pessoas cultas ou que desejavam cultivar-se, era ínfimo. A maior parte dos portugueses passava uns anos a amealhar um pecúlio, que lhe permitisse viver desafogadamente em Portugal, de onde, muitas vezes, não vinham as mulheres nem os filhos, para residirem em Angola. A cobiça acabava por desacreditar os próprios governos da colónia, já que a sua economia se baseava no comércio de escravos e os governantes tinham interesses relacionados com ele.

Como refere Martins dos Santos, na sua obra "Cultura, Educação e Ensino em Angola", com mais de 700 páginas e com acesso disponível em versão electrónica, "para além dos erros estruturais, vinha-se para Angola com a finalidade de enriquecer, de enriquecer depressa, de enriquecer a todo o custo". Com o fim da monarquia em Portugal, a 5 De Outubro de 1910, não se verificaram grandes alterações no que respeita a uma maior equidade entre europeus e africanos nas colónias portuguesas.

A Constituição Republicana de 1911 mantinha o dever dos indígenas terem de trabalhar por obrigação,

limitando, porém, os "contratos" a um total de dois anos. A nova Lei Constitucional procurava, no entanto, tornar um pouco mais humana a condição dos "contratados", proibindo os patrões de utilizarem castigos corporais.

Com a exclusão dos não assimilados, reservada à grande maioria dos negros angolanos, os beneficiários das políticas direccionadas para a instrução pública nas colónias tinham, essencialmente, como alvo a população de origem europeia ou, no mínimo, os descendentes de uma assimilada pequena burguesia angolana, que se encontrava sobretudo ligada ao funcionalismo público.

Como afirmou o académico brasileiro Paulo Freire, a "educação não transforma o Mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o Mundo".

Durante séculos, em Angola, foram utilizados todo o tipo de obstáculos para impedir um maior crescimento intelectual dos angolanos, de modo a que a administração colonial pudesse perpetuar pelo maior tempo possível o processo de dominação dos africanos. Isto, associado a décadas de conflito armado, constituíram razões suficientes para uma maior relevância da pobreza em Angola.

Com esta herança, a corrupção, que tem de ser combatida, existe em Angola, sim, como também em outros países, como o Brasil e Portugal (basta ouvir os noticiários) e ainda, embora em menor escala, em países mais industrializados. A corrupção, considerada pelo jornalista e historiador britânico Brasil Davidson o "novo tribalismo" na sua obra "O Fardo do Homem Negro - Os efeitos do estado-nação em Africa", tem pouca expressão e a sua eliminação não seria panaceia para salvar os milhões de pessoas que hoje passam fome em todo o Mundo. Nem sequer para eliminar o analfabetismo literal e/ou funcional de cerca de um terço da Humanidade. Se assim fosse, os países desenvolvidos não teriam cerca de 30 milhões de crianças pobres.

Um artigo da autoria de Maria João Leite, publicado na página da Educação (edição 197, 11 série), intitulado "Milhões de crianças pobres em países desenvolvidos", remete às principais conclusões do "Report Card 10. Medir a Pobreza Infantil", apresentado em Maio pelo Gabinete de Investigação da UNICEF, que refere que, "em 35 países economicamente desenvolvidos, há 30 milhões de crianças a viver na pobreza". Para quem tem a ideia de que há somente pobres em Africa, a partir deste relato tomamos conhecimento de que "apenas na União Europeia, Noruega e Islândia, há cerca de 13 milhões de crianças que não têm acesso a elementos básicos necessários para o seu desenvolvimento".

A Roménia é o país com a maior taxa de privação (72,6 por cento). Seguem-se Bulgária, Hungria, Letónia e Portugal (27,4 por cento).

Há também alguns países com economias mais desenvolvidas, como a França e a Itália, que apresentam taxas de privação superiores a 10 por cento. Na posição inversa, os países com taxas de privação mais baixas são a Islândia, a Suécia e a Noruega (0,9, 1,3 e 1,9 por cento, respectivamente).

O artigo refere ainda que "a análise é feita sob dois ângulos e na primeira avaliação é utilizado o Índice de Privação Infantil, baseado em dados das estatísticas da União Europeia sobre rendimento e condições de vida em 29 países europeus.

Neste quadro, o relatório define como carenciada uma criança que não tem acesso a duas ou mais das 14 variáveis de base, que incluem itens como três refeições por dia, livros em casa adequados à idade e ao nível de conhecimento (sem contar com os livros escolares), equipamentos de lazer para o espaço exterior (bicicleta, skate, etc.), actividades de lazer regulares (natação, música, participação em organizações, entre outras), dinheiro para participar em viagens escolares e eventos, um local tranquilo para estudar, ligação à Internet ou algumas roupas novas.

No segundo parâmetro, este relatório da UNICEF aborda a pobreza relativa em 35 países economicamente desenvolvidos e aponta a percentagem de crianças que vivem abaixo do "limiar da pobreza", ou seja, que vivem numa casa onde o rendimento disponível - quando ajustado ao tamanho da família e sua composição - é inferior a 50 por cento do rendimento médio nacional. A Islândia lidera a tabela com a mais baixa taxa de pobreza infantil relativa (4,7 por cento), seguida da Finlândia (5,3 por cento), Chipre, Holanda e Noruega (todas com 6,1 por cento).

Nos últimos lugares estão a Roménia, Estado Unidos da América e Letónia (25,5, 23,1 e 18,8 por cento, respectivamente). Portugal encontra-se na 26.3 posição, com 14,7 por cento. Segundo Gordon Alexandre, "os dados disponíveis provam que um número demasiado elevado de crianças continua a não ter acesso a variáveis de base em países que têm meios para as proporcionar".

Um outro estudo da Fundação Francisco' Manuel dos Santos, com notícia publicada no jornal "Diário de Notícias" de 30 de Novembro de 2016, refere que, em Portugal, "um quarto das crianças era, em 2014, pobre. Foram elas o grupo mais afectado pela quebra

nas prestações sociais e pelo desemprego dos pais (...)."

Pergunto-me: qual o interesse de alguns órgãos de comunicação social portuguesa em se assumirem reiteradamente como teólogos da desgraça alheia, divulgando apenas o que ocorre de mal em Angola? Se assim é, aproveitem também para divulgar o fracasso da tão apregoada missão civilizadora, que após um contacto permanente de meio milénio entre portugueses e africanos, redundou maioritariamente em conquistas, delapidação de recursos, tráfico de escravos e segregação racial. Será que, ainda hoje, a lógica da complementaridade, assente em princípios de respeito mútuo, não consegue sobrepor-se à nostálgica lógica da exclusão?

1.3 Inflação mensal acelera em Novembro depois de cair três meses consecutivos

Jornal Expansão
16 De Dezembro de 2016

Texto: Carlos Rosado de Carvalho e Martins Chambassuco o ritmo do aumento mensal do custo de vida em Luanda acelerou de 1,8% em Outubro para 2,1 % em Novembro, depois de três meses em desaceleração, segundo o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da província de Luanda do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), divulgado esta segunda-feira

Depois de se ter fixado nos 4,0% em Julho último, a inflação mensal, o indicador que mede a variação de preços entre dois meses consecutivos, desacelerou para 3,3% em Agosto, 2,1% em Setembro e 1,8% em Outubro. A tendência foi interrompida em Novembro com os preços a aumentarem os referidos 2,1 %.

Analistas atribuem a subida da inflação mensal em Novembro na província de Luanda, utilizada como referência para o País, ao habitual aumento da procura por bens e serviços, por esta altura do ano, antecipando as festas do Natal e Ano Novo. Este ano, o aumento sazonal foi agravado, segundo o INE, pela subida das tarifas nas comunicações.

De acordo com o Instituto, os preços das Comunicações subiram 36,6% em Novembro face a Outubro, o maior aumento entre as 12 classes que compõem o IPC, impulsionado pela subida dos serviços móveis. As recargas móveis pré-pagas mais populares sofreram um agravamento de 38,9%, de 900 Kz para 1.250 Kz.

A classe Comunicações contribuiu com 0,6 pontos percentuais (Pp) para a inflação mensal de 2,1%. Ou seja, as Comunicações foram responsáveis por 26,5% da variação do IPC no mês passado.

Bens e Serviços Diversos e Vestuário e Calçado, ambas com 3,4%, foram as classes que mais encareceram depois das Comunicações.

Os Bens e Serviços Diversos contribuíram com 0,28 pp ou 13,3% para a inflação mensal em Novembro. Já o Vestuário e Calçado contribuiu com 0,23 pp ou 11%.

Depois das Comunicações, o maior contributo para a inflação no mês passado veio da Alimentação e Bebidas não Alcoólicas com 0,5 pp ou 24,3% do total. Comer e beber em Novembro ficou mais caro 1,1 % face a Outubro.

Os números do INE sugerem que as descidas dos preços de alguns produtos da cesta básica não foi suficiente para compensar os aumentos em outras comidas e bebidas não alcoólicas.

As classes que menos encareceram em Novembro face a Outubro foram: Educação com 0% de aumento de preços, Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis (0,3%) e Transportes (0,8%).

Em termos nacionais, os preços aumentaram 2,3% em Novembro face a Outubro. Comunicações, com 36,6%, Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção (4,6%) Bens e Serviços Diversos (3,2%) foram as classes que mais encareceram. As classes com menores variações do IPC foram: Educação com 0% de aumento de preços, Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis (0,3%) e Transportes (1,0%).

A nível provincial, Cunene, com uma variação de IPC de 3,1 %, Moxico (2,9%) e Bengo (2,4%) foram as Províncias onde se registaram os maiores aumentos do custo de vida em Novembro face a Outubro. No extremo oposto, surgem Bié, onde o custo de vida ficou mais caro 1,4% em Novembro face a Outubro, Huíla (1,6%) e Benguela (1,7%).

1.4 O pior crescimento dos últimos 23 anos

Jornal Expansão
22 De Dezembro de 2016
Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A economia angolana deverá registar no ano que está a acabar a pior taxa de crescimento dos últimos 23 anos, de acordo com as previsões do Governo que

apontam para uma variação real do produto interno bruto (PIB) de 1,1% em 2016 face a 2015.

É preciso recuar até 1993, quando o PIB deu um tombo de 22,6%, penalizado pelo reinício da guerra que se seguiu às primeiras eleições livres em Angola, para encontrar um desempenho da economia angolana pior do que o Governo antecipa para este ano.

O crescimento projectado pelo Governo para 2016 não chega sequer para cobrir a taxa de crescimento anual da população avaliado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2,7%. Ou seja, o que Angola vai produzir a mais este ano não é suficiente para o acréscimo do número dos seus habitantes. O que quer dizer que os angolanos vão empobrecer em termos reais.

Em termos nominais, em dólares correntes, o cenário ainda é pior com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a prever uma nova quebra do PIB. Depois de ter caído de 127 mil milhões USD, em 2014, para 103 mil milhões, em 2015, o valor dos bens e serviços finais produzidos em Angola não deverá ultrapassar 92 mil milhões USD este ano. Feitas as contas, PIB por habitante de Angola cai 1.600 USD em dois anos, de quase cinco mil USD em 2014 para menos de 3.400 USD em 2014.

Ainda assim, nas projecções do Governo, a economia cresce pouco em termos reais, mas cresce. Um facto que tem sido convenientemente explorado no discurso oficial. "A economia não estagnou, apenas perdeu a pujança com que se vinha desenvolvendo por causa da crise actual", garantiu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, perante a Assembleia Nacional, durante o discurso sobre o estado da Nação.

Se fizermos fé nas projecções do Executivo, o PR tem razão: o ritmo de crescimento da economia angolana desacelera 1,9 pontos percentuais, de 3%, em 2015, para 1,1 % este ano.

Mas, se compararmos 2015 com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2016 o PR deixa de ter razão. A instituição financeira internacional sediada em Washington aponta para um cenário de estagnação este ano, ao prever que o PIB angolano cresça 0%.

Se o FMI aponta para a estagnação da economia, um relatório do gabinete de estudos económicos e financeiros do BPI, banco português que (ainda) controla o Banco de Fomento de Angola (BFA), vai mais longe, não excluindo o cenário de recessão.

"Na ausência de dados do PIB angolano (os últimos dados definitivos correspondem ao ano de 2013), as várias estatísticas económicas mostram uma economia em estagnação ou mesmo quebra, tanto no sector petrolífero como nas outras indústrias", alerta o BPI.

A culpa é da quebra das receitas do Estado, penalizadas pelas receitas do petróleo que até Setembro de 2016 estavam 29,4% abaixo das receitas no mesmo período de 2015.

"A falta de receitas do Estado reflecte-se em menos capacidade de realização de despesa, o que diminui a procura agregada através de vários canais", explicam os analistas do BPI. Indício disso mesmo são as quebras das importações de alimentos de 47,3% no primeiro semestre de 2016 face ao mesmo período de 2015, de combustíveis (-56,5%) e outras (-55,9%), consideram.

"Outros indicadores, tal como a variação homóloga do crédito e do agregado monetário M3, ao estarem ambos claramente abaixo do nível de inflação, são um óbvio indicador de recessão económica", garante relatório do BPI.

Esteja em desaceleração, estagnação ou recessão e economia angolana está confrontada ainda com um forte aumento da inflação. Em termos acumulados, comparando Novembro de 2016 com Dezembro de 2015, os preços em Angola já aumentaram 39,3%, acima da previsão de 38,5% do Governo para a totalidade do ano. De acordo com cálculos do Expansão, a inflação deverá encerra o ano entre os 42,2% e os 43,1 %, máximo desde 2003, quando os preços aumentaram 76,5%.

A actual situação da economia angolana chegou mesmo a ser classificada como de estagnação, caracterizada pelos manuais como uma situação de baixo crescimento, aumento do desemprego e inflação elevada.

A boa notícia, segundo alguns analistas, é que a economia angolana pode já ter batido no fundo. Depois de ter registado, no segundo trimestre de 2016, um mínimo desde 2008, ano em que começou a ser calculado, o indicador de clima económico (ICE) do INE registou, no terceiro trimestre, o primeiro aumento em dois anos. O ICE reflecte as perspectivas dos empresários e gestores angolanos sobre a evolução da economia no curto prazo sendo, por isso, considerado um barómetro da evolução futura da economia.

Outros analistas destacam que a melhoria do ICE foi muito ligeira, apenas dois pontos percentuais, e que a maioria dos empresários e gestores ainda está

pessimista. O ICE melhorou de menos 34 pontos para menos 32 pontos. Ou seja, a percentagem de empresários e gestores que tem perspectivas negativas sobre a evolução da economia nacional no curto prazo ainda excede em 32 pontos a percentagem dos que têm perspectivas positivas.

A contribuir para o clima económico menos pessimista esteve o aumento da oferta de divisas do BNA no terceiro trimestre do ano. Depois de terem rondado os 600 milhões USD no primeiro semestre, as divisas injectadas na economia pelo banco central praticamente duplicaram para 1.200 milhões nos cinco meses seguintes.

A maior disponibilidade de cambiais ajudou às importações e, por essa via, aliviou a pressão sobre a inflação. Mas não só. Também permitiu diminuir a pressão sobre a taxa de câmbio no mercado informal, com a o dólar a descer para menos de 500 kz. Como não há almoços grátis, as reservas internacionais líquidas (RIL) de divisas do país desceram para menos de 21 milhões USD, representando cerca de 7 meses de importações de bens, como lembra o BPI.

A manter-se o ritmo de descida das RIL, o rácio divisas/importações pode atingir os três meses no prazo de ano e meio. Os três meses são considerados como limiar de sustentabilidade para economias emergentes como a angolana. Abaixo desse nível as probabilidades de desvalorização aumentam.

Contudo, "mesmo num cenário em que haja necessidade de desvalorização, é quase certo que esta não ocorrerá [porque, segundo o BPI, as autoridades angolanas não quererão fazê-lo] enquanto a inflação não chegar a níveis bastante mais brandos".

1.5 Ordens superiores atiraram para o tapete do sofrimento

O Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Neste momento, há um ascendente de contestação, aliás as suas críticas levam-nos exactamente para aí. Era expectável que depois da Paz e estando o país envolto numa crise económica viesse ao de cima este tipo de sentimento para quem é governado?

Infelizmente, o centro do poder tornou-se alvo de disputa atraído magneticamente para o centro do poder, especialmente o presidencial. E muitas das coisas que ocorrem, são por arrasto a este poder cujos exemplos já não emulam esperança, mas gradual fechamento. Doutra modo, não se percebe a forma como a elite continua com a máxima

ostentação, a viver de forma despreocupada e a brandir as suas posses como se de espólio se tratasse. Uma das dimensões extremamente sensíveis no pós-guerra é a definição e a concertação nas coisas que à justiça distributiva diz respeito. Aconteceu uma verdadeira avalanche "indistributiva", comandada pessoalmente pela elite, agora e cada vez mais gravitando à volta da Presidência da República (do Presidente e dos seus parentes) e dos generais, detentores agora de imenso poder financeiro, fruto da chamada "acumulação primitiva" arrepiante metáfora, no nosso contexto e não só. Os luxuosos banquetes, os convites de cantores de outras paragens a custo de milhões de dólares, não faz parte, de certeza, de uma maioria, agora faminta, quer no campo, porque escasseia o produto das culturas, quer nas cidades, porque as importações decrescem.

Recentemente, o padre Pio afirmou, em entrevista à Voz da América, que não conseguiu "ver daqueles que constituem o governo um diálogo inclusivo e abrangente para se sair da crise". Onde reside a dificuldade?

A maior parte da nossa elite política, bem como ao espírito que preside aos seus planos de desenvolvimento, tem pouquíssima cultura de interacção com o informal, com o povão, com as grandes comunidades da chamada periferia, na visão da Encíclica do Papa Francisco, "A Alegria do Evangelho". Não sentem o "cheiro" dos que estão cada vez mais votados ao apertado sofrimento, causado, não primariamente pela baixa do crude no mercado internacional (a Namíbia, por exemplo, não tem exploração de crude). Se houvesse abertura e cultura de diálogo com as pessoas, haveria um plano de auscultação às várias realidades, especificidades e grupos, para se fazer levantamento dos recursos e potencialidades locais; das iniciativas potenciais e actuais, das lideranças, especialmente das mulheres, que no campo comandam a produção dos alimentos e lideram muitos agregados familiares, dos grupos minoritários que vivem muito distantes dos centros urbanos e periurbanos, como os vakuvale, vatyavikwa, vahakavona, vanyemba, etc.

Há um assunto que não posso deixar de abordar... O senhor foi arrolado ao processo do "caso 15+duas", aliás, foi um dos primeiros declarantes a ser ouvido em tribunal. Sentiu-se moralmente ofendido por ter sido "forçado" a ir a tribunal na condição em que o fez?

O processo em si, o de prender jovens por lerem livros, por pensarem diferentes de quem esta no poder, constitui em si mesmo uma contradição aos princípios do Estado moderno e fere as liberdades individuais e colectivas. Ao mesmo tempo, o motor

do avanço de toda a sociedade são os jovens. No tempo da luta pela libertação nacional, os recados e as mensagens eram levados por portadores adolescentes, mas com elevada consciência pátria e com sentido de responsabilidade que ultrapassa muitos dos actuais jovens que preferem “afogar” a sua frustração nas maratonas da cerveja.

E pior ainda, eu estou ligado a muitos dos jovens chamados "revus", por uma questão muito simples: nós os mais velhos, temos de estar perto destes jovens que, em muitas circunstâncias, estão com uma visão muito mais avançada e com iniciativas mais arrojadas para a saída da crise, que muitos de nós, já anquilosados pelo cansaço ou acomodados pela situação. Se os perdemos, perdemos nosso norte. Por isso, apoio e acompanho um destes ramos chamado de "Movimento Cristão e Cidadania", que emergiu no Lubango.

E, para ilustrar o absurdo, o Tribunal Supremo veio a concluir que o Juiz Januário Domingos agiu por "motu proprio". Afinal onde estamos? Eu estava envolvido em planos pastorais que exigem presença na paróquia a que presido nos Gambos, quando fui notificado. Vim, porque represento a Igreja Católica e nela sou sacerdote. Fosse cidadão em compromisso eclesiástico, nunca teria vindo para tão "caricato" teatro. Mas aproveitei o ensejo, para num relance, abraçar à distância, os jovens que as "ordens superiores" atiraram para o tapete do sofrimento.

Um outro assunto para o qual gostava de chamar a sua reflexão e porque o senhor é um frequentador das redes sociais e está certamente a acompanhar tem a ver com o assassinato por militares do adolescente Rufino, do Zango. Encontra neste caso algum paralelismo com a situação das terras no Sul de Angola, mais propriamente no Lubango e Cunene?

De facto, os índices de violência, configurando agora o interesse económico, estão a aumentar. Quer ao nível das demolições em perímetros urbanos ligados a grandes projectos empresariais, quer em zonas rurais, onde está a emergente burguesia rural, quase sempre ligados à elite política. São projectos de enorme envergadura, com prazos sempre precipitados, não permitem flexibilidade de enquadramento dos interesses comunitários, arpejam as leis domésticas, especialmente a Constituição e os Tratados Internacionais, alguns deles assinados e ratificados por Angola. Assim, tem muito pouco ou quase nenhum espaço para os direitos económicos, sociais e culturais, as volições individuais, a vida comunitária, as riquezas colectivas, a história comunitária muitas vezes construída com suor e sangue de ex-deslocados de guerra. Na verdade, temos conhecimento que tais

projectos são contemplados com vultosos montantes financeiros, que despertam e precipitam acções e endurecem as posturas de seus detentores, de modo que a vida de quem está no terreno não vale. Muitos líderes destes projectos acham que as pessoas de ascendência pobre e humilde, os que vivem no subúrbio, os camponeses, os pastores, os recolectores, as zungueiras, todos estes representam o atraso que é preciso superar, nem que seja fazê-lo através do atropelo dos seus direitos.

O sector informal, que produz o grosso do que comemos no campo e na cidade, nada vale. Vale sim, a chamada produção industrial de grande escala, que até é promovida todos os dias em todas as publicidades nos órgãos de comunicação social. E o efeito disso é danoso: retirar-se a terra, a casa e os meios de vida às pessoas, com argumento de depois as vir empregar nesses projectos, o que é um sofisma mal-amanhado. Na prática, iniciou, em grande escala, sob a “bênção” da diversificação da economia, uma verdadeira guerra contra os pobres e os seus meios. E isso, gradualmente vai alimentando a fragmentação social, vai aumentando a pressão social, os conflitos localizados poderão multiplicar-se com suas incidências negativas, a fome e a destituição dos grupos mais desfavorecidos vai tomando terreno. Mas, tal como no tempo colonial, esta pressão poderá trazer uma faze que poderá ser, ou de dialogo nacional, ou de conflitos sangrentos. Moçambique, *mutatis mutandis*, é uma ilustração disso.

Em resumo, as condições da Angola actual apresentam desafios enormes aos actores da sociedade civil e das Igrejas, e que se configuram como oportunidade de diálogo, de aproximação, de interacção entre os vários extractos sociais. Custe o que custar, temos de fazer reiteradas aproximações aos representantes do Estado, para que resgatem os espaços de concertação, a fim de que possamos prevenir possíveis eventos ruins e tentarmos salvar a pátria.

1.5 Padre Pio Wakussanga “Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres”

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: Nok Nogueira

Angola tem um histórico de guerra que constitui provavelmente o seu maior passivo e ao mesmo tempo um exemplo de Paz muitas vezes definido como sendo "sem par". A sua formação em gestão de

conflitos ajuda-o hoje a definir Angola em que termos?

De facto, Angola acumulou, em muitas das suas dimensões humana, familiar, socio-antropológica e política, uma enorme factura e fractura pós-traumática resultante do conflito que, para além da guerra, configurava igualmente uma ditadura marxista-leninista. Isto arredou a cultura do diálogo, destruiu em grande medida as iniciativas individuais, coibiu liberdades, excluiu muitos grupos, especialmente os minoritários, para além de traumas deixadas em órfãos, viúvas, ex-combatentes, retomados e, cimentou a cultura da desconfiança política que constitui uma das heranças mais recalcitrantes do conflito armado. Agora, que a paz conseguida não tenha "par", isso já não diria, pois da paz negativa, na visão de Johan Galtung (ausência de guerra) para outra de dimensão empenhativa, progressiva, dialogada e construída com todos, tal constitui cada vez mais uma miragem no nosso horizonte sociopolítico.

A Paz é ainda definida em Angola como sendo "um processo" e não um facto já consumado. Teve sempre a perspectiva que seria mais fácil o cair das armas do que propriamente o pacificar dos espíritos?

Sim. Neste sentido, o Governo, os partidos políticos, a igreja e as forças da sociedade civil em geral, cometemos todos, mais ou menos, um erro de análise: os grandes movimentos e iniciativas a favor da paz, logo após a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, em Abril de 2002, estiolaram-se completamente e deixaram um grande vazio no processo da consolidação da paz e da construção de entendimentos e coexistências. Da parte de certos sectores da chamada comunidade internacional, havia muita pressa em consolidar posições e interesses, especialmente nos sectores petrolíferos e de outros recursos extractivos e na reconstrução nacional. Certos consulados encerraram os seus sectores de cooperação com a sociedade civil e insistiam no modelo de cooperação bilateral, fechando praticamente as suas portas à sociedade civil e aos enormes desafios para construção da paz, preferindo o betão armado à edificação da coexistência.

É nesse contexto, na minha visão, em que o Comité Inter-eclésiástico para a Paz em Angola (COIEPA) é forçado a esvaír-se em forças e a desaparecer. Mas ficou cada vez mais o vazio e que deve ser preenchido com urgência. Angola precisa de enfrentar os seus medos, sarar as suas feridas, incrementar um espaço de catarse nacional, abrangendo famílias, paradigmas socioculturais e religiosos, envolvendo experiências internacionais de

abordagem da verdade. Porque não falamos da cura dos efeitos traumáticos do "27 de Maio", da Revolta Activa, das desapareições no maquis, do massacre dos Bakongo na Sexta-Feira Sangrenta de 1993, do caso "Monte Sumi", de Cherokee, de Kassule e Kamulinge, de Hilberto Ganga, das vítimas mortais das demolições de 2010 na cidade do Lubango, do fresco caso "Rufino"... As feridas cumulativas criam igualmente potencial de revoltas de elevada envergadura. E, nas condições actuais, a violência estrutural não foi "desconstruída", mas, pelo contrário, está de facto a ser fermentada de modo exponencial. Precisamos de parar para ver as fontes dessa violência e tratarmos das feridas antigas e recentes.

Quanto tempo precisará o país para ver cumprir o prazo minimamente razoável para se alcançar uma paz, não digo plena, mas uma paz que melhor faça jus a esta palavra?

Em minha visão, não deveríamos colocar prazos mensuráveis, mas antes mobilizarmos os angolanos todos para um novo pacto social, feito com maior confiança em si próprios, sobre todos os assuntos que a eles dizem respeito. A paz resultaria de uma visão construída e comparticipada por todos, desde os velhos considerados repositórios da nossa memória colectiva na luta pela independência, os que de uma ou de outra maneira participaram da luta a partir de vários ângulos e interesses, os grupos ráticos, étnicos, económicas, sociais, as minorias que sempre estiveram arredadas dos momentos considerados cruciais, os que vivem dentro e fora de Angola, todos juntos independentemente do "cartão de militante", do credo, da origem social, sem exclusão de ninguém.

O senhor padre tem sido muito crítico relativamente a uma visão de futuro que afirma não haver nas elites governantes, tendo esta, lendo as suas palavras, perdido de vista o "outro". Conseguiria estabelecer um termo comparativo relativamente a um período em que esta elite governante tenha sido mais solidária?

A presente geração de políticos perdeu completamente a visão de um destino comum aquilo a que chama de "futuro", pois enrodilharam-se completamente à volta de seus interesses económicos e deles se fizeram irremissíveis prisioneiros. Só contam os seus interesses, a sua visão limitada, os seus interesses estreitos e suas acções, muitas vezes violentas. Por exemplo, o cada vez mais agressivo assalto às terras, as massivas e cruéis demolições, o desbaratamento do erário público, a desmedida venda de madeira e de outros recursos florestais, o destino ignoto de tantos recursos piscícolas. Parece-nos que

agem na lógica do "Dragão Apocalíptico", parafraseando a expressão de um meu colega de sacerdócio, que tem somente mil anos para proceder à devastação porque para os outros mil anos, ele estará completamente atado às trevas e ao obliúvio.

O tempo de maior solidariedade aconteceu quando a geração de Agostinho Neto e Lúcio Lara estava no poder.

Era tempo de guerra, mas os chamados Assuntos Sociais ainda tinham alma e coração. Não falo de pessoas e de líderes a título individual, pois há muitos que são abertos, mas têm receio de enfrentar as instituições do poder actual, com risco de perderem o pão.

Coloco a questão porque estamos a falar de praticamente de uma governação que só há 14 anos consegue fazê-lo em ambiente de paz, num ambiente em que não se ouve o ribombar dos canhões da guerra. Mas pensa que Angola teria sido ainda mais solidária do que é hoje se quisesse?

Sim, mas noutros tempos. Agora essa solidariedade de mandar dinheiro para Cabo Verde, RCA, FAO e outras paragens, às vezes com melhores pascigos, quando as estiagens no Sul de Angola não interessam ao seu conceito mas, sim, interessa focar outras agendas. No entanto, o angolano tem um coração enorme. É o que, como se fosse uma "hipóstase", assegurou a coesão social, a unidade no essencial e em situações-limite. Um dos exemplos mais acabados é o nosso apoio, mais perto do sangue do que da pena (na visão de Pablo Neruda) à Namíbia e à África do Sul durante a luta contra o Apartheid.

Enquanto isso continua a entender que a visão que se tem do futuro em Angola é ainda míope, ou seja, é uma visão ainda aquém de um olhar mais efectivo no que à construção de valores agregados à paz diz respeito?

Não haja dúvidas. A actual elite, endinheirada e não rica (expressão emprestada de Mía Couto), tem poucas raízes fundadas em valores, mais absorvida que está no acelerado acúmulo de bens para si e para os seus. Assim, perdeu a oportunidade de absorver os valores da tolerância, da construção da coexistência, a capacidade de auscultar o "outro", a abertura de ter "os olhos de ver", sobretudo neste momento probatório em que as pessoas sentem cada vez mais o abandono, escasseiam cada vez mais esses marcos "referenciais" do ponto de vista ético.

I.6 Objectivos do Milénio asseguram crescimento

Jornal Economia e Finanças

23 De Dezembro de 2016

Texto: António Eugénio

Angola encontra-se na região dos países da África subsahariana com o índice de Desenvolvimento Humano (HDI) de 0,55 para as mulheres e de 0,59 para os homens, revela um relatório apresentado, recentemente, em Luanda, pelo director do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Hendrik Fredborg.

Segundo O relatório, os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio incidiram sobre a faixa jovem, onde a diferença é insignificante tendo as raparigas atingido os 82, 6 por cento e os rapazes 84,2.

O documento apresentado salienta que África marcou passos significativos nas últimas décadas, nas áreas da saúde, educação e outros serviços sociais.

Nos próximos tempos, a Agência das Nações Unidas vai adoptar uma nova perspectiva de economia política, para examinar e identificar o desafio da igualdade de género, que impede ou contribue para o avanço das mulheres em África.

Emponderamento

Durante a apresentação do referido relatório, o director do Pnud em Angola, Henrik Fredborg Larsen, afirmou que o desenvolvimento deve estar focado na promoção da igualdade de género; caso contrário o desenvolvimento está ameaçado.

"Para que isso ocorra, é necessário assegurar que a igualdade de género esteja no centro da agenda do desenvolvimento e deve ser tratada como uma variável macroeconómica fundamental e de forma prioritária como a inflação, o desemprego e o défice orçamental", sublinha.

Globalmente, disse, a África tem uma das taxas mais rápidas de melhor ia de desenvolvimento humano, devido às suas grandes transformações económicas e sociais nas últimas duas décadas.

Desafios

Durante a cerimónia de encerramento do evento de apresentação do relatório, o coordenador residente do sistema das Nações Unidas em Angola, Paolo Balladelli, afirmou que apesar dos grandes desafios que Angola ainda enfrenta nesta área, os indicadores são animadores, principalmente na igualdade de género.

Como exemplo, avançou a criação pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher de uma equipa que trabalha em questões ligadas ao género.

Segundo destacou, este compromisso está reafirmado no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Na ocasião, o responsável apresentou a Agenda para a Acção para Combater a Desigualdade de Género, tendo destacado quatro grandes eixos e seis estratégias, enquadrado na "Agenda 2030" e na "Agenda 2063", da União Africana.

Os níveis mais elevados de desenvolvimento humano em África estão na Argélia, Líbia, Maurícias, Seicheles e Tunísia.

2. MICROFINANÇAS

2.1 O Sistema financeiro angolano

Jornal O País

30 De Dezembro de 2016

A confiança é dos principais pilares no qual assentam os sistemas financeiros, o que por si só, reveste de capital importância o permanente e consistente reforço e salvaguarda dos seus melhores níveis, o que estimulará os vários players e os mais diferentes stakeholders a continuarem a investir as suas poupanças e a aplicar o seu know how visando o alcance de um crescimento financeiro, económico e social contínuo e sustentável.

O actual cenário macroeconómico nacional, marcado e ditado pela acentuada e contínua queda dos preços da principal fonte de arrecadação de receitas tributárias e obtenção de divisas, o petróleo, deu lugar à uma acentuada crise económica e financeira, geradora de uma espiral de dificuldades financeiras e cambiais, que pôs a mostra uma série de constrangimentos macroprudenciais existentes nos bancos comerciais angolanos, que até ao momento eram perfeitamente camuflados e desconhecidos da maioria dos cidadãos.

É com particular preocupação e desencanto que acompanhei as notícias e os pronunciamentos dos últimos dias sobre a saúde financeira dos bancos nacionais de capitais públicos, que parecem estar a ser devastados por um "furacão de má governança", que afecta forte e negativamente a qualidade da sua carteira de crédito, levando lhes a registarem níveis de crédito mal parado muito altos, com o agravante de grande parte dele correr o risco de ser declarado "Crédito Perdido", que caso se concretize, colocaria estes bancos a beira de uma falência efectiva, aumentando exponencialmente o risco contágio para todo o sistema financeiro.

Os bancos públicos angolanos, infelizmente, estão com rácios de solvabilidade e níveis de crédito mal parado que geram situações não muito claras e muito preocupantes, perigando a estabilidade do sistema financeiro e minando gravemente a confiança tanto dos depositantes nacionais, quanto dos investidores e credores internacionais, na economia angolana, como um todo.

Não podemos esquecer que, hoje mais do que nunca, os financiamentos e investimentos internacionais são necessários e indispensáveis para o relançamento da economia angolana. Uma vez que o empresariado nacional parece não ter a pujança necessária e

desejada para lançar e liderar o tão desejado processo de diversificação da economia, que consequentemente catapultaria e aceleraria a recuperação do crescimento económico nacional, melhorando o nível de justiça social (redistribuição da renda) e em última instância alavancaria o desenvolvimento económico para estágios muito mais satisfatórios.

Foi com bastante tristeza que constatei que os bancos criados com recurso à fundos públicos não desempenharam com rigor e excelência o papel económico/financeiro que motivou a sua criação (essencialmente, financiamento à agricultura e a indústria) e vi os seus gestores pronunciarem-se publicamente sobre o estado destas instituições, como se não fossem eles parte real e culposa da situação que as mesmas vivem (péssima gestão de concessão e controlo dos empréstimos concedidos, sendo que a maior parte destes mesmos créditos foram destinados a projectos mal estruturados e que não possuíam as devidas garantias). Mais o meu espanto foi ainda maior, quando os mesmos foram reconduzidos para as mesmas funções ao invés de serem responsabilizados.

Felizmente, durante o presente ano, assistiu-se da parte do BNA, um esforço considerável de maior adaptação e adequação do Sistema Financeiro Angolano às normas e padrões internacionais. E por parte do governo, mais concretamente do Ministério das Finanças, foi criado um mecanismo que visa a recapitalização e melhoria da qualidade do passivo da banca nacional, bem como a recuperação e reestruturação de parte significativa dos seus fundos.

Acredito fazer parte dos milhares de angolanos, que acompanharam atentamente a mensagem de final de ano do Presidente da República, da qual extraí um trecho que me marcou particularmente, e acho que deveria marcar a todos os angolanos: "A crise económica despertou em todos nós maior consciência para o trabalho... para o controle racional de gastos, para mais disciplina e melhores resultados".

Por isto, julgo ser extremamente importante e urgente que se faça uma real avaliação dos activos e passivos dos bancos públicos, seu nível de adaptação às melhores práticas de gestão cooperativa, seja reforçado o rigor e responsabilização dos seus gestores, uma vez que os fundos que têm sobre suas responsabilidades são públicos, o que pressupõe também serem meus.

Pois, somente assim será possível serem vistos e tidos com o devido respeito e credibilidade nacional e internacionalmente (como parceiros sérios e como destino de investimento seguro).

2.2 Angopri investe mais de USD 6 milhões em fertilizantes

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Patrícia de Oliveira

No mercado há 10 anos, a Angopri está ligada aos sectores da agricultura, irrigação e veterinária. Na última quarta-feira a Angopri inaugurou, em Luanda, a 111ª loja.

O administrador da Angopri, Augusto Braga, avançou que este ano a empresa importou uma quantidade considerável de inputs agrícolas, insuficiente porém para satisfazer o mercado, pois aumentou a procura por parte dos agricultores. "Temos muita procura porque o mercado cresceu e não conseguimos corresponder à demanda por falta de divisas para importar os produtos", explica.

O responsável defende maior aposta na agricultura para alavancar outros sectores como a agro-indústria. Neste momento, a loja possui todo o material necessário para o desenvolvimento da agricultura, desde sementes a equipamentos de ponta. Por essa razão, é um dos principais abastecedores do sector agrícola.

Questionado sobre o balanço de 2016, referiu que tem sido um ano muito difícil, tendo em conta as dificuldades na importação de produtos e na aquisição de divisas, "Se não tivéssemos estas dificuldades estaríamos mais desafiados", explica.

Segundo o responsável, tal como outras empresas que operam no mercado angolano, a Angopri está a passar por um período de dificuldades, mantendo, todavia, o grande objectivo de incentivar e apoiar o sector agrícola. "O sector agrícola tem toda a possibilidade de vencer e elevar o crescimento e aumentar a entrada de divisas", reiterou.

No que toca ao sistema de bombagem, a Angopri possui electro-bombas centrífugas e submersíveis, centros de venda, distribuição e instalação de equipamentos de bombagem de águas limpas e residuais, centrais elevatórias, estações de tratamento e filtragem, enquanto a área de veterinária fornece vacinas e artigos para animais. No sector de irrigação fornece sistemas de rega, humidificação e tratamento.

Actualmente, a Angopri possui lojas nas cidades de Luanda, Quibala, Huambo, Kuito, Calenga, Chinguar, Andulo, Benguela, Namibe.

A Angopri, Lda é uma empresa angolana do sector da agricultura e irrigação, fundada em 2007. O seu

objectivo fundamental é apoiar o desenvolvimento do sector da agricultura em Angola.

2.3 Crédito e diversificação

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2016

O crédito à produção é essencial para o crescimento da economia. É uma boa notícia o facto de o maior banco comercial do país, o BPC, voltar a conceder crédito. Sabe-se que os bancos são instituições indispensáveis em qualquer país. Havendo, por exemplo, crédito à produção o país poderá contar com muitas empresas funcionais.

É inegável que o crédito bancário resolve muitos problemas da nossa economia e nada melhor do que Os maiores bancos estarem atentos às necessidades daqueles que querem investir em projectos produtivos. É bom que Os nossos bancos enveredem pela concessão de crédito a sectores produtivos que podem constituir uma verdadeira alavanca da nossa economia. Importa entretanto saber identificar que projectos são de facto viáveis e capazes de gerar resultados.

Os empresários ou potenciais empresários devem apresentar, se quiserem obter créditos, projectos que convençam as instituições financeiras bancárias de que estas podem ter o dinheiro que emprestaram de volta.

Há inúmeros casos de empresas que pedem empréstimos aos bancos comerciais, mas que não têm tido a capacidade para devolver o que devem, porque os seus negócios foram mal geridos. Não se deve culpar Os bancos por serem muito rigorosos na concessão de crédito. Os empresários devem apresentar aos bancos projectos que possam garantir o cumprimento das obrigações que assumem com os bancos. Os negócios dos bancos são uma coisa séria. Devem ser também os empresários, na realização dos seus negócios, rigorosos, para que tenham êxitos, a fim de poderem pagar o que devem os bancos. Os investidores que usam o dinheiro dos bancos devem saber honrar os compromissos que assumem com as instituições financeiras bancárias.

Há muitas empresas no país que precisam de crédito para poderem arrancar com as suas actividades produtivas ou potenciar as que já estão em curso. É positivo o facto de haver no país bancos comerciais interessados em ajudar os empresários angolanos a terem empresas sólidas. Os bancos devem ajudar a economia a crescer, por via do crédito à produção. A diversificação da economia, de que muito se fala, precisa do crédito bancário.

Muitas actividades produtivas estão a começar a ser desenvolvidas agora, no quadro do processo de diversificação da economia. Trata-se de um processo que vai levar algum tempo, e os bancos não devem estar à margem dele. O crédito à produção vai ser crucial para a diversificação da nossa economia. As instituições financeiras bancárias têm de estar no centro

deste processo de diversificação, porque o crédito é um factor que pode impulsionar a produção em todo o país e em diversos domínios.

Os bancos têm de ser mais ousados nas suas políticas de concessão de crédito à economia real, sem descurar a avaliação dos riscos. Não nos interessa que os bancos vão à falência. Pretendemos todos um sistema financeiro forte. Um sistema financeiro forte garante mais crédito à economia.

Sabe-se que às empresas são importantes agentes económicos que geram, empregos e proporcionam rendimentos às famílias.

Os bancos não devem perder de vista o facto de o país precisar de uma quantidade considerável de empresas a funcionar. Só haverá muitos empregos, se tivermos muitas empresas a produzir. E a produção depende em grande medida, nas nossas actuais circunstâncias, do crédito bancário.

O ideal entretanto é que as empresas que recebem crédito bancário saibam usá-lo bem para que tirem dele o máximo rendimento, As empresas devem prosseguir sempre a maximização do lucro. Queremos que os angolanos tenham empresas com elevada rentabilidade, para contribuírem para a resolução dos problemas económicos, como o desemprego. Que os bancos comerciais apostem nos nossos empresários empreendedores, com a concessão de crédito, a fim de concretizarem os seus projectos produtivos e assim resolverem muitos problemas das populações.

As empresas são um factor decisivo para o crescimento da economia e para o desenvolvimento do país. Temos de começar a atribuir especial atenção às empresas no nosso país, porque elas é que podem resolver muitos problemas dos cidadãos. O Estado não pode resolver todos os problemas. O Estado não pode dar emprego a toda a gente, até porque os seus recursos são sempre escassos para suportar elevados encargos.

Que se incentive a criação de muitas empresas no país e que as nossas instituições bancárias estejam permanentemente disponíveis para ajudar unidades produtivas a crescer, por via de empréstimos. Que 2017 seja um ano de novas dinâmicas ao nível do

empresariado angolano. Desejamos que haja empresários em todas as regiões do país, para que várias actividades produtivas possam ser desenvolvidas em várias áreas do nosso território.

Temos de agir com dinamismo ao nível da diversificação da economia. Que haja empresários honestos e patriotas para ajudar Angola a ser um país em que todos possam viver com dignidade. Temos de lutar constantemente pela nossa prosperidade. Só com trabalho é que podemos ter uma boa qualidade de vida.

2.4 Bancarizar mercados

Jornal Economia e Finanças

23 De Dezembro de 2016

Texto: Isaque Lourenço

Os mercados municipais constam da estratégia de bancarização da população adoptada pelo sector, embora estes estejam mais voltados a organização do comércio informal.

No programa nacional do sector do Comércio consta a reabilitação de vários mercados e a construção de outros tantos, perspectivando-se a disponibilidade efectiva de 164 mercados ou seja um em cada município. Os investimentos avançados, para as referidas empreitadas, rondam os 122 milhões de dólares e a criação de mais de 70 mil postos de trabalho.

Luanda é, contudo, um à parte nesse domínio, pois face ao excessivo informalismo da sua rede comercial, foi adoptado um plano de construção de 101 mercados pela capital, num investimento de mais de 40 milhões de dólares.

Contudo, um dos enormes ganhos nessas iniciativas está no facto de as estruturas edificadas integrarem agências bancárias, cujos balcões procuram captar, por um lado, as taxas cobradas, mas, por outro lado, os dinheiros que resultam da venda de produtos por parte dos comerciantes.

Desse ponto de vista, a banca prossegue com a simplificação de procedimentos e criação de produtos atractivos para esse segmento específico.

O Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco Sol e o BAI Micro Finanças (BMF) são os líderes dessa iniciativa, que procura maximizar a captação de recursos à margem da banca.

Mercados como os do Mutundo e da Lage na cidade do Lubango, província da Huíla, e os do Asa Branca, Km 30, ex-parque do Rocha Pinto, Panguila, por

exemplo, todos em Luanda, são locais onde os vendedores depois da sua venda têm até as 15h30 disponíveis balcões para o depósito das suas vendas do dia. O plano do Comércio é garantir que em todos os mercados municipais exista uma agência bancária.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedoras do Matadouro recebem aulas de alfabetização

Jornal O País

05 De Dezembro de 2016

Texto: Stela Cambamba

Com arranque no Mercado do Matadouro, Bairro Morro Bento II, o projecto ABC Alfabetizar atingiu, segundo o coordenador, Arlindo Dala, cerca de 30 vendedoras.

Para o próximo ano pretendem trabalhar também no mercado da Mabunda e nos demais que se encontram no referido distrito urbano. A acção é gratuita para os beneficiários.

Domingas Manuel, 46 anos, há mais de 30 anos sem frequentar a escola, sentiu-se feliz quando soube que abriu uma "explicação" no mercado e procurou fazer parte do grupo de alunas". Estou mais segura, pois a minha mente estava fechada. Agora melhorou bastante a minha auto-estima".

A vendedora aconselhou as colegas que não conseguiram participar nas aulas a ingressarem no próximo ano, visto que acha ser necessário aprender a ler e a escrever.

Aproveitou para agradecer a disponibilidade dos alunos da UNIA por terem dado esta oportunidade àquelas vendedoras.

O coordenador do projecto, ao fazer o balanço das actividades, considerou que houve bom aproveitamento dos alunos, pois que muitos já frequentaram a escola e sabem ler e escrever minimamente.

As aulas foram administradas duas vezes por semana. A primeira fase do projecto contou com a participação de 20 estudantes de diferentes cursos da Universidade Independente de Angola (UNIA) e teve como objectivo alfabetizar aquelas pessoas que por algum motivo não tiveram a oportunidade de frequentar a escola mas que frequentam o mercado.

Nuno Monteiro, responsável pela área de responsabilidade social do Standard Bank de Angola, disse que é um privilégio fazer parte deste programa e reforçou que a sua instituição tem dois sectores sociais que abraça, nomeadamente, a Educação e a Saúde. Explicou que apesar de o projecto estar a dar

os seus primeiros passos, tudo será feito para que os seus objectivos sejam consolidados.

Contou que o Standard Bank apoia o projecto ABC com um kit de material didáctico por aluno, composto por caderno, esferográfica, lápis, borracha, afia-lápis, caixas de giz, apagador, cola e régua. "Pretendemos suportar de forma mais qualitativa este projecto, se todas as entidades públicas, privadas e singulares contribuírem com pouco o resultado será melhor", apelou, Nuno Monteiro.

3.2 Quitandeira e o termo zungueira

Jornal de Angola

06 De Dezembro de 2016

A quitandeira é uma vendedora ambulante típica de Angola, tendo-se disseminado pela diáspora durante a escravatura, sendo conhecida no Brasil pelo nome portuguêsado de "quitandeira".

É comum serem vistas na cidade de Luanda, vestindo panos garridos e de quinda à cabeça com vários tipos de fruta como cajus, mangas, maboques, pitangas e goiabas, tendo um papel extremamente importante no comércio de géneros de primeira necessidade.

O termo quitandeira, deriva de quitanda, uma palavra que em quimbundo significa mercado ou feira.

As quitandeiras são as vendedoras das quitandas, um local de venda tipicamente africano comum aos povos mbundu, encontrando-se espalhadas pela região centro-ocidental de África.

Ainda hoje são vistas a trajar panos vistosos, cercadas por todo o tipo de bens alimentícios como ovos, galinhas, patos, fruta, batatas e dendém, agachadas sobre os calcanhars a fazer a sua venda ou a fritar peixe, bolos e a preparar petiscos. No entanto, no passado, eram de vital importância para o comércio, especialmente para o tráfico de escravos, pois abasteciam as cidades litorais, os portos e os navios negreiros.

Nesse período, vendiam de tudo um pouco, desde tecidos, linhas, agulhas, garrafas, espelhos, contas, pratos, facas e, claro, os bens alimentícios que garantiam a alimentação dos escravos, pois os traficantes adquiriam nas várias quitandas de Luanda: Grande, da Caponta, da Fazenda e no Largo da Alfândega, farinha e peixe-seco, entre outros bens.

As quitandeiras estavam organizadas e dividiam-se conforme as especialidades: umas vendiam apenas comida pronta, outros peixe e assim por diante,

existindo inclusive quitadeiras dedicadas especificamente a "produtos da terra" como liamba, tabaco, pamba (argila branca usada em rituais religiosos) e amuletos.

Esta forma organizativa pode ser comparada às actuais cooperativas, em que as quitadeiras prestavam auxílio às menos afortunadas e às colegas na altura do parto. Estas "cooperativas" funcionavam por ramo de negócio como as quitadeiras que vendiam tabaco (akua-makanha), batata-doce (akua-mbonze), gengibre ecola (um fruto com efeitos estimulantes, consumido em todo o continente africano).

As cores dos panos e adereços diferenciavam a origem étnica e a qualidade do tecido diferenciavam as quitadeiras proprietárias (mukwa) das suas funcionárias (mubadi).

Em Angola, nos dias de hoje, a quitadeira passou também a ser conhecida por "zungueira", um que é uma deturpação do termo quimbundu "nzunga", resultado da forma verbal "kuzunga" que significa circular ou rodear.

3.3 Quase 75% dos trabalhadores domésticos estão no informal

Jornal O País

07 De Dezembro de 2016

Texto: Edgard Júnior

Organização Internacional do Trabalho, OIT, quer ver implementados incentivos e medidas e redução do número de trabalhadores domésticos na informalidade.

A agência da ONU calcula que cerca de 50 milhões dos 67 milhões desses profissionais, acima dos 15 anos, trabalham sem carteira assinada. O estudo "Formalizando o Emprego no Trabalho Doméstico", lançado esta Segunda-feira em Genebra, diz que, apesar dos esforços actuais, esse sector é o que tem o nível mais alto de informalidade. O director do escritório da OIT em Nova York, Vinícius Pinheiro, falou sobre a situação em alguns países de língua portuguesa. Pinheiro citou o Brasil, Portugal e Timor Leste, as nações lusófonas que foram incluídas no documento.

"Olha, no Brasil o estudo mostra que 68% dos trabalhadores domésticos ainda não têm carteira assinada. O Brasil foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção 189 da OIT sobre trabalhador doméstico e também aprovou emenda constitucional que regulou os direitos do trabalhador doméstico

garantindo protecção em várias esferas. E estendeu ao trabalhador doméstico, entre outras coisas, por exemplo, o intervalo para o almoço, o adicional nocturno, a carga horária do fim de semana, extensão da protecção social e recolhimento do FGTS".

Pinheiro falou ainda sobre Timor Leste e Portugal.

"Em relação a Timor Leste, cerca de 90% dos trabalhadores domésticos ainda são informais, mas é um nível mais ou menos equivalente ao nível de informalidade em outros sectores. E sobre Portugal, é interessante mencionar os mecanismos que existem de formalização do trabalhador doméstico migrante. Portugal foi um país que nos últimos anos adoptou medidas para regularizar a situação dos trabalhadores domésticos migrantes".

Segundo a OIT, os altos números de empregos informais têm como base três factores. A relação de emprego acontece num ambiente particular, geralmente numa residência, e por isso pode ser disfarçado.

As famílias e os empregados, muitas vezes, não têm conhecimento dos seus direitos e responsabilidades e podem achar que um processo formal pode ser caro e complicado. O último factor é o baixo nível de representatividade. Isso significa que nem as famílias e nem os trabalhadores têm condições de ajudar na criação das políticas e regras no sector.

A OIT calcula ainda que o emprego doméstico vai aumentar nos próximos anos. A agência explica que muitos países estão a caminhar para uma crise na área de cuidadores. Com o envelhecimento da população e aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, as famílias estão buscando de forma crescente empregados para cuidar da casa, das crianças e dos pais idosos.

Entre as recomendações sugeridas pela OIT estão a simplificação do processo de contratação e de contratos. Os governos devem promover a formalização dos empregos reduzindo os custos através de incentivos fiscais e investimento público.

Outros pontos do documento citam a inclusão desses trabalhadores no sistema de previdência social, fornecimento de treinamento profissional e a implementação de campanhas de esclarecimento tanto para empregados como para os empregadores.

Crescimento económico A OIT afirmou que "a adopção de acções para promover o trabalho formal para os empregados domésticos pode servir de grande contribuição para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 8".

Ele promove o crescimento económico sustentável e inclusivo, emprego produtivo e trabalho decente para todos.

O documento diz que no Brasil, assim como no Chile e no Uruguai, os trabalhadores domésticos estão cobertos pela previdência social, mas a percentagem de empregadas que contribuem para aposentadoria é 20 pontos menor do que todas as mulheres que trabalham, de uma forma geral.

Pela lei brasileira, a empregada doméstica que trabalhar dois dias ou menos para uma família não tem vínculo "empregatício".

Outro dado do estudo mostra que nos países do Mercosul, onde inicialmente a migração era de áreas rurais para centros urbanos, agora está a ser registado um movimento através das fronteiras. O Brasil, por exemplo, recebe um grande número de paraguaios.

A OIT calcula que no Brasil 68% dos trabalhadores domésticos não têm carteira assinada e em Timor Leste este índice chega aos 90%.

Em Portugal, o país tem leis que permitem que trabalhadores migrantes sem documentos possam regularizar a sua situação.

Para facilitar o processo de compreensão do sistema por empregados e empregadores, o Governo criou um guia que ensina como contratar e como calcular as contribuições para a previdência social.

3.4 Vendedoras do Mercado do choco realojadas no Museu da Escravatura

Jornal O País

08 De Dezembro de 2016

Texto: Alberto Bambi

A administração do Centro de Artes do Museu da Escravatura está a conceder terreno para as comerciantes de refeições das Antenas, uma zona vulgarmente conhecida como "Mercado do Choco", a fim de nelas erguerem as suas barracas e prosseguirem com as suas actividades.

Trata-se de parcelas com uma dimensão de 16 metros quadrados para um par de comerciantes, ou seja, duas vendedoras, supostamente qualificadas como sendo uma de comidas e outra de bebidas.

"Achamos que esta seja, de momento, a forma mais ajustada para acomodarmos as vendedeiras, até se encontrarem outras modalidades que melhorem a sua

estada aqui", referiu a administradora do centro de Artes, Fernanda Baião.

A construção das barracas foi atribuída à cada grupo, cabendo ao elenco da administração local acompanhar e fiscalizar o seu padrão, informou a administradora, tendo garantido que agora eram poucas as reclamações das novas inquilinas.

Para as obreiras das refeições, o espaço é salutar, principalmente aos finais de semana, em que a área é visitada por turistas, banhistas e moradores da península do Mussulo.

"Mas estamos preocupados com os gastos, porque nós somos responsáveis pela construção das barracas e não está a ser fácil pagar o serralheiro e o pedreiro", declarou Dona Maria, tendo acrescentado que ela e a sua parceira haviam aplicado mais de 70 mil Kwanzas, até à conclusão da sua tenda.

Outra situação que preocupa as novas comerciantes do Museu da Escravatura tem a ver com a falta de um lugar apropriado para guarda dos seus haveres no fim de cada jornada.

"No fim do trabalho, temos de arrumar as coisas de valor e procurar um sítio na vizinhança para negociar aguarda", desabafou Suzana, adiantando que o resto do material ficava mesmo nas barracas, mas pediam aos jovens que pernoitam na área para o protegerem durante a noite.

Segundo outras vendedeiras, esta medida acusa riscos acentuados, pois as senhoras às vezes não encontraram os protectores e muito menos os seus haveres.

"Como a maior parte desses miúdos é que ajuda os tripulantes de barcos, nós não temos como os localizar quando desaparecem com as nossas coisas", reagiu Rosalina, para quem não confiar nos mesmos causaria outros transtornos.

A classe das vendedeiras clama pela vedação do espaço onde estão instaladas as suas barracas, para acionarem uma contribuição diária que vise subsidiar alguns agentes vocacionados à protecção das suas instalações comerciais.

A pretensão das senhoras da comida não foi acudida pela administração como uma medida a ser efectivada, porque, segundo se fez constar a este jornal, tal decisão carecia de apreciação de instâncias superiores.

Sombrieros ficam para depois

Contrariamente à garantia que a administradora do Centro de Artes havia dado a este jornal, segundo a qual os sombreiros dos artistas plásticos estariam concluídos até Sexta-feira última, as obras plásticas continuam ao sabor do sol e da chuva.

"Continuamos a vender os nossos produtos debaixo do sol, uma situação que se agrava toda vez que São Pedro decide abrir as torneiras", lamentou Vuvu, tendo realçado que ele e seus colegas de ofício queriam que, pelo menos, se colocasse uma sombra para proteger os quadros da insolação.

Apesar de precisarem da luz solar para secar as pinturas, depois de secas, as obras estragavam-se ao estarem expostas horas e horas ao sol.

A situação por que passam levou Patrick a questionar o pagamento da mensalidade se os responsáveis da instituição não se apressavam em proporcionar, no local, as condições necessárias.

A administradora do novo Mercado do Artesanato, Fernanda Baião, declarou o OPaís que ainda não foi definido o preço que será cobrado a cada artista, acrescentando que o valor a ser definido só seria cobrado a partir de Janeiro de 2017. Soube-se que a taxa será superior em relação à cobrada no antigo espaço.

Quando aos sombreiras, a responsável explicou que o jardim que foi adaptado como espaço para vendas ainda não beneficiou de uma cobertura condigna para protecção dos artesãos e dos respectivos haveres, nomeadamente por falta de recursos.

3.5 Mulheres empreendedoras promovem projectos sociais

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2016
Texto: Casimiro José

A conferência foi promovida pela Visão Mundial, executora do projecto, e serviu para partilha de informações sobre as diferentes etapas da execução do projecto, lições apreendidas e análise dos resultados.

Iniciado em 2014, o projecto "Mulheres Empreendedoras", que termina já em Dezembro, obteve resultados palpáveis junto das comunidades, permitiu a geração de rendimentos nos arredores da cidade de Porto Amboim, com maior ênfase para mulheres viúvas e outras, que assumiram a tutela das famílias por terem os parceiros desempregados.

O director-geral da Visão Mundial, Grenville Hophison, referiu que a organização pensa, primeiro, no fortalecimento das comunidades. "Quando um projecto apoia mulheres tem grande alcance, por serem elas o garante das famílias, sobretudo, das crianças", disse.

Grenville Hophison acrescentou que os resultados positivos da primeira fase deveram-se ao empenho e transparência das beneficiárias, no cumprimento das suas obrigações. A organização pretende entrar na segunda fase, mas depende dos apoios institucionais e financeiros dados.

"Os resultados estão à vista, mas a passagem para a segunda fase depende muito dos apoios", afirmou. O funcionário, que percorreu o continente com este tipo de projectos, afirma: "se quiser ir rápido, vá sozinho, mas se quiser ir longe, vá em grupo."

Efeitos preconizados

A gestora de projectos de desenvolvimento da Visão Mundial em Porto Amboim, Ilda Chiyo, afirma que os resultados previstos pelo projecto foram alcançados e superam as expectativas.

As beneficiárias directas rondam as 600 mulheres, enquanto os indirectos, entre filhos, esposos e outros membros das famílias totalizam um universo de 3.600 pessoas.

"Alcançámos resultados animadores e, se consolidarmos o projecto com a segunda fase, vai constituir-se numa referência nacional", frisou.

Ilda Chiyo destacou a capacitação, durante a primeira fase, de 322 mulheres em metodologias de bancos comunitários, 236 em liderança comunitária e cultura corporativa, 496 em habilidades de negócios e técnicas de comercialização e 159 em desenhos de planos de negócios, além da constituição de mais de 40 bancos comunitários, que acumularam mais de quatro milhões de kwanzas. Ilda Chiyo garantiu que, até ao fim da primeira fase do projecto, se pretende formar equipas fortes de mulheres, capazes de darem resposta aos desafios que o momento impõe.

Ao todo, foram formadas 572 mulheres em metodologia de bancos comunitários, liderança comunitária e cultura corporativa, habilidades de negócios e técnicas de comercialização e desenhos de planos de negócios.

Através de um acordo com a entidade financiadora, a Total, na base da adopção de um fundo de garantia, a agência do Banco Sol, em Porto Amboim, concedeu durante três anos créditos, avaliados em 25,5 milhões de kwanzas, para 150 mulheres empreendedoras

vocacionadas a diversos segmentos de negócios, com destaque para as actividades de captura, processamento e comercialização de pescado, comércio, corte e costura.

Cada beneficiária do projecto recebeu um crédito de 170 mil kwanzas, na base de um contrato de reembolso num período de 12 meses.

Competências adquiridas

Ilda Chiyo referiu que, com as acções desenvolvidas na primeira fase do projecto, as mulheres passaram a acreditar que podem aumentar os seus rendimentos através de planos de negócios viáveis, mobilizar as poupanças e, ao mesmo tempo, melhorar os investimentos, como premissa para um espírito empresarial e de crescimento.

Outro ganho referido pela gestora de projectos de desenvolvimento da Visão Mundial em Porto Amboim foi a formação de lideranças visionárias, governação interna e promoção da solidariedade entre as beneficiárias, bem como a realização de palestras de sensibilização para ampliar conhecimentos e acções de prevenção a doenças infecciosas nas comunidades.

Total estuda continuidade

A Total, financiadora do projecto, anunciou que vai trabalhar junto de outros parceiros, em particular a Sonangol, para dar continuidade ao projecto de responsabilidade social, tendo em conta os êxitos alcançados. O director-geral da Total, Diamantino Van Des, afirma que a participação no projecto se enquadra não só na estratégia de combate à fome e redução da pobreza, mas também visa fortalecer as mulheres em matéria de gestão, planos de negócios, criação de grupos solidários e espírito de solidariedade.

Os representantes da Sonangol e do Banco Sol mostraram-se sensibilizados com os êxitos alcançados e consideraram o projecto "Mulheres Empreendedoras" um sucesso.

Na ocasião, algumas beneficiárias falaram sobre como progrediram nos negócios. Exemplos de sucesso foram demonstrados pelas beneficiárias Maria Micaela e Ana Cafranca, que, durante a primeira fase do projecto, conseguiram vencer as inúmeras barreiras impostas pela conjuntura económica e social.

A vice-presidente da Federação das Mulheres Empreendedoras no Cuanza Sul, Fernanda de Azevedo, mostrou-se satisfeita pelos êxitos

alcançados e louvou a determinação das envolvidas no processo.

Empenho vence crise

A representante da Direcção Provincial da Família e promoção Mulher, Evalina Tcheia, pediu a extensão do projecto a outras localidades da província, para atenuar o sofrimento de algumas famílias. "O projecto 'Mulheres Empreendedoras' contribuiu para o bem-estar das famílias em Porto Amboim, por isso, pedimos que a organização atinja outras localidades da província, para potenciar outras famílias que carecem de incentivos para produzirem o que necessitam", disse.

Referiu que "quando se educa é se apoia uma mulher, os resultados reflectem-se na sociedade."

Na abertura da conferência, o vice-governador do Cuanza Sul para o Sector Económico, Franklin Silva, considerou o projecto "Mulheres Empreendedoras" de Porto Amboim uma demonstração de valentia.

"O projecto, cujos resultados partilhámos nesta conferência, enquadra-se nas políticas públicas do Executivo sobre o combate à fome e redução da pobreza, pois, além do alcance social e económico, traduz o empoderamento das mulheres e equidade do género", afirmou,

Eranklin Silva pediu às mulheres contempladas para ensinarem outras, para que as boas práticas se multipliquem.

3.6 Rua 15 do Mártires centraliza comércio

Jornal Economia e Finanças

16 De Dezembro de 2016

Texto: Ismael Botelho

O bairro Mártires de Kifangongo é desde os anos 90 a zona de maior comércio intenso de Luanda. Separado por três das principais avenidas da capital, nomeadamente a 21 de Janeiro, Revolução de Outubro e a Ho Chi Min, do distrito urbano da Maianga, continua ainda hoje a ser uma zona de actividade mercantil de grande impacto na província, preterida principalmente por estrangeiros, que monopolizam o exercício do comércio, com a rua 15 a ser considerada a zona de maior actividade.

Com mais de 50 mil habitantes, o bairro é um dos principais cartões postais da cidade, pela sua privilegiada localização, mesmo na extremidade direita logo à saída do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro e faz fronteira com outros bairros, como o

Cassenda, bairro Militar, Cassequel e Calemba. O mesmo ganhou este nome em homenagem aos mártires da batalha de Kífangondo, travada à Norte nas vésperas do alcance da Independência, em 1975.

Antigamente, aquele bairro chama-se Salazar, nome do então chefe do Governo fascista português, arquitecto da repressão colonial. Com mais de 21 ruas, é talvez o local com mais cantinas em zona habitacional do país, somando uma média de seis lojas por rua, sendo a rua 15 a mais movimentada do bairro em todos os sentidos.

Ao longo dos anos, o mesmo não deixou de crescer, até que na década de 2000 registou a chegada massiva de estrangeiros, sobretudo, do Centro e Norte de África, com maior incidência para cidadãos malianos e senegaleses, que abriram aí as primeiras cantinas, que se tornaram hoje na principal alternativa de compras para muitos moradores e uma fonte de receita para quem arrendou o seu espaço.

Arrendamento de residências

O arrendamento de casa passou a ser um negócio rentável desde a década de 90, sobretudo para quem o fizesse a estrangeiros. As casas chegaram a custar cinco mil dólares na altura. Um quarto podia chegar a 50 mil kwanzas.

Hoje esse cenário mudou, já que não restam muitas alternativas para quem pretende encontrar no bairro um espaço, principalmente para fazer negócio.

Actividade comercial

O Martires de Kifangondo quase que “não dorme”. Desde as primeiras horas do dia até à madrugada que o movimento não abranda. Há de tudo, desde os famosos kinguilas ao cabrité. Cantinas, bares e a venda de roupa, que concorrem e contrastam com as várias boutiques aí existentes, numa média de três por rua, sendo a rua 15 a que concentra o maior número.

Além de várias roulottes espelhadas, a Wanka Hambúrguer se destaca na venda “Fastfood”.

No que diz respeito à compra de medicamentos, o bairro tem mais de cinco farmácias, localizadas nos lugares mais estratégicos: rua 15, avenida Revolução de Outubro e Ho Chi Min. Sobre o número de bancos, embora ainda insuficientes, já somam três, nomeadamente o BCI (rua 19-13), BFA e o Banco Económico na avenida Ho Chi Min, respectivamente. Em todo o bairro, é possível contar cinco agências de viagem, duas casas de jogos e uma casa de câmbios.

Para Amed Dukuré, ancião de 63 anos, de nacionalidade maliana um dos primeiros a abrir uma

cantina naquele bairro, em 1993, o bairro Mártires é por natureza uma zona de comércio, que facilita até quem vai viajar, sobretudo com a venda de divisas, vista como um grande negócio. “O sucesso que tenho aqui, não sei se teria num outro sítio. Este bairro deu o pontapé de saída para os negócios de cantinas na capital”, reconheceu.

Já Paulino Costa, de 47 anos, morador da rua 17 há mais de 30 anos, o segredo do sucesso dos negócios naquela localidade reside no facto de uma proximidade com o aeroporto e por se tratar de uma zona que ao nível da capital ter recebido os primeiros estrangeiros vindos de várias partes do continente africano, ajudando em grande medida a animar a actividade mercantil. “É preciso dizer que 80 por cento do comércio feito aqui é realizado por estrangeiros e nós temos estado a aprender com eles. Antes disso não se falava em negócios”, afirmou.

O bairro é por natureza acolhedor e não lhe falta nada, desde oficinas de manutenção de viaturas, lavandarias e igrejas, com destaque para a paróquia de São Francisco Xavier, na rua 1-2, a primeira Mesquita implantada no país, na travessa 7, a igreja Adventista do Sétimo Dia, igreja Teosófica Espírita da rua 15 e a congregação das Testemunhas de Jeová na rua 1-3 e outras, que mesmo em quintais, foram transformadas em locais de culto. Existem também vários Cybers e livrarias, todos concentrados na rua 15. O restaurante Maricelso na avenida Revolução de Outubro e a Casa das Sopas na rua 13 são os mais conhecidos do bairro.

A loja do Kero, antiga Sodispal, é a maior a superfície comercial do bairro, mas há armazéns grossistas e retalhistas nas ruas 1,6, 7, 12,13,14 e 15. A única discoteca activa no bairro é a Monique, que atende cidadãos da RDC, e está situada na entrada das ruas 12 e 13. “O Mártires não é um bairro qualquer, há nele muita actividade e mais de cinco mil pessoas encontram aqui o seu ganha pão”, foram palavras de Moisés Domingos, residente na rua 13 há mais de 25 anos e tem parte da sua casa arrendada a estrangeiros. O Bom Saber na rua 1-8 e a Santa Teresinha na rua 16 e uma escola dos padres na igreja Católica na rua 12 atendem o ensino primeiro e II ciclo de ensino.

3.7 Vendedores do Bolongongo abandonam mercado

Jornal Expansão
16 De Dezembro de 2016

Os vendedores do mercado municipal do Bolongongo na província do Cuanza Norte estão a abandonar o espaço, alegadamente por escassez de

clientes, optando por comercializar os seus produtos nas ruas e passeios.

De acordo com a Angop, naquele espaço mercantil, as vendedoras alegaram não poderem satisfazer as suas necessidades básicas com as vendas realizadas no interior do mercado, pelo que se vêm obrigadas a vender na rua, indo de encontro, dos clientes.

Luísa André, comerciante de roupa, afirmou que os vendedores encontram dificuldades para comércio que os produtos ali comercializados são muito caros, preferindo, desta forma, comprar nas esquinas de ruas.

"Sustento a minha família de seis elementos sozinha, por isso vou para onde posso vender mais", explicou.

Já Catarina António, vendedora de peixe, disse não entender as razões das pessoas preferirem a rua ao mercado, apesar das boas condições ali oferecidas.

"As pessoas de baixa e média renda preferem fazer compras na estrada, desde cebolas, tomate, peixe, carne, roupa e calçados", sublinhou.

Segundo as vendedoras, apesar da actividade da polícia e os fiscais impedirem as vendas nas ruas, ganham o suficiente para sustentar as famílias.

A administração municipal do Bolongongo tem realizado várias acções de sensibilização e repreensão junto das quitandeiras, para as desencorajar de comercializarem os seus produtos nas ruas. No entanto estas acções têm sido insuficientes, uma vez que as vendedoras se têm mantido persistentes no sentido de vender os produtos fora dos mercados.

O mercado, inaugurado em Setembro de 2015, gerou muita expectativa na população por altura da sua construção.

O estabelecimento que comporta 48 bancadas, um armazém, duas casas de banho e área administrativa, foi construído pela administração municipal no âmbito do programa de combate à pobreza.

3.8 Preços do dólar nos mercados informais atingiram níveis históricos

Jornal Expansão

22 De Dezembro de 2016

Texto: Alice Chiata

No início de Maio, o Expansão dava uma das suas capas ao valor máximo de venda que o dólar americano atingia na rua. A fasquia dos 500 kz por

cada dólar era, pela primeira vez, ultrapassada no dia 12. Dois dias depois, a 14 de Maio, o máximo histórico aconteceria, com o dólar a bater os 640 kz.

Maio ficará assim como o mês onde se registou a média mais alta de sempre, de 620 kz por dólar americano, um aumento de 41% em relação ao início do ano. Se comparados com os anos anteriores, em que o valor médio mais alto do dólar custou 269Kz (Dezembro 2015) ou 125 kz (Dezembro 2014), 2016 trouxe aumentos substanciais dos valores praticados nas denominadas kinguilas.

A tendência crescente da média do preço no mercado informal desde o início do ano sofreu alterações a partir de Junho, onde se registou uma descida de aproximadamente 6%, tendência ligada ao aumento de divisa disponibilizada pelo BNA a partir desse mês, que quase duplicou a oferta em relação ao mês anterior, mantendo-se até Novembro na casa das 1.059 milhões de USD.

No início de Maio, a cotação da nota verde nas kinguilas estava a 500 kz, ou seja, cerca de três vezes mais do que a taxa oficial do Banco Nacional de Angola (BNA), que estava nos 166,7 kz por cada dólar, tã a meio do mês praticamente quadruplicou o valor oficial.

A situação preocupava o BNA. Numa reunião do Comité de Política Monetária (CPM), a 29 de Abril, os efeitos da escassez de divisas estiveram à mesa, tendo sido lançados apelos quer aos bancos, quer à polícia no sentido de pôr cobro à especulação nas ruas.

"O CPM recomenda às autoridades competentes maior controlo e responsabilização dos agentes promotores do mercado informal de moeda estrangeira e incentiva a supervisão do BNA a ser mais actuante e enérgica na preservação da ética e cumprimento das normais do sistema financeiro", referia o comunicado da reunião.

O organismo liderado por Valter Filipe que tinha limitado as vendas de divisas à banca a mínimos históricos lançou um apelo aos bancos comerciais para "operarem de acordo com as normais prudenciais e as boas práticas internacionais, no combate ao branqueamento de capitais e à fuga de divisas".

Em Julho, na abertura da quarta reunião extraordinária do Comité Central do MPLA, o Presidente José Eduardo dos Santos recomendava ao BNA que tratasse da crise cambial "com urgência" e em articulação com os bancos comerciais, "para melhor proteger os interesses da República", cerca de

um mês depois do País rejeitar a ajuda do FMI e do seu Extended Fund Facility (EFE), mantendo apenas os contactos a nível técnico.

3.9 Fiscalização de Cacuaco proíbe venda de jornais privados em plena Vila

Jornal Liberdade

23 De Dezembro de 2016

Texto: Redacção

Segundo Paulo Sebastião, que vende cartões de recargas na Vila de Cacuaco, os fiscais pediram aos jovens que comercializam os semanários para não venderem mais em plena via pública porque estes jornais falam a verdade sobre os seus chefes e os que devem ser vendidos apenas na via pública é o Jornal o País e o de Angola, disse acrescentando que enquanto retiravam os Jornais privados o ardina questionou se de quem era a ordem os fiscais disseram que era do administrador municipal. Paulo foi mais longe afirmando que muitos agentes da fiscalização do Município de Cacuaco não têm educação ao abordarem um cidadão que está a margem da lei sem o seu conhecimento, logo partem para agressão e levam os seus meios que muitas vezes já não entregam e todos os dias há sempre alguém que se queixa do mau trabalho destes homens mal formados que estão a prestar um mau trabalho ao Estado.

Algumas pessoas dizem que dentro da fiscalização há elementos fantasmas que trabalham para os seus chefes e no final do dia fazem contas mesmo não estando como efectivos da administração, e são estes que fazem tudo para tirarem os meios da população para ver se levam alguma coisa as suas casas para darem de comer as suas famílias com coisas roubadas, disse o município.

Por seu turno, um dos ardinias que faz a venda de jornais como officio diário, disse que os dirigentes do município de Cacuaco sentem-se comprometidos com a verdade dos artigos que o correspondente do Jornal Liberdade, tem publicado a cerca desta parcela do território de Luanda, razão pela qual mandaram os agentes da fiscalização retirar-nos daqui como não têm como silenciar o Jornal.

O jovem salientou ainda que não vai parar de vender os jornais e caso os elementos da fiscalização continuarem "a nos perseguirem vamos organizar uma manifestação frente a administração Municipal de Cacuaco para exigir do Administrador um espaço para passarmos a vender o nosso produto".

3.10 Mercados e feiras melhoram serviço

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2016

Texto: Carla Bumba

Os administradores dos mercados e feiras do município de Luanda devem apostar, de forma permanente, na capacitação dos quadros para estarem em condições de enfrentar desafios no exercício diário da sua actividade, disse ontem, em Luanda, a vice-presidente para a área Política e Social da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Mara Kiosa, que falava num semanário de capacitação de administradores e funcionários de mercados e feiras, informou que, com a realização do seminário, o Governo da Província de Luanda pretende dotar os quadros de mais competências para gerirem melhor os postos de trabalho.

A alta funcionária da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda afirmou que o seminário está também voltado para a necessidade da melhoria da distribuição de energia eléctrica e água potável aos mercados, além da construção nesses locais de mais salas para alfabetização e da instalação de postos médicos.

"Sempre que notamos uma ou outra deficiência., a nossa intervenção é sempre no sentido de melhorar as condições no interior dos mercados, tanto para os funcionários como para os munícipes que se deslocam aos mercados", acentuou Mara Kiosa.

A responsável lembrou que a venda de mercadorias na via pública é uma transgressão administrativa e pediu aos fiscais para fazerem o seu trabalho "com brio e profissionalismo. "O encontro, decorrido na casa da cultura Njinga Mbande, situada no distrito urbano do Rangel, registou a presença de administradores dos mercados municipais, funcionários das administrações, vendedores e fiscais.

3.11 Micro e médias empresas com nova lei

Jornal Visão

23 De Dezembro de 2016

Segundo o comunicado de imprensa da sessão orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o diploma legal tem por objectivo permitir que o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) possa intervir igualmente no

financiamento às sociedades anónimas, embora se limitando àquelas cujas acções sejam nominativas.

A alteração visa igualmente conceder a possibilidade das sociedades participadas pelo FACRA usufruírem de outros benefícios consagrados pela Lei.

A proposta de lei será remetida à Assembleia Nacional.

O conselho aprovou um diploma legal sobre o estatuto e um outro sobre o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização das empresas públicas e das empresas com domínio público.

Os diplomas regulam, dentre outros, os requisitos de recrutamento, os termos de renovação e cessação dos respectivos mandatos, a natureza da relação jurídica estabelecida com as empresas, os componentes da remuneração e os direitos, deveres e incompatibilidades.

No âmbito da implementação do novo modelo integrado sobre a organização do comércio em Angola, o Conselho de Ministros aprovou o reajustamento do estatuto orgânico do ministério do Comércio.

A nota de imprensa indica que foram também aprovadas alterações de alguns procedimentos administrativos, que devem ser observados para o licenciamento das importações, exportações e reexportações, com a finalidade de permitir o acompanhamento de forma mais eficaz de entrada e saída de mercadorias do país, por parte do ministério competente.

O conselho aprovou a estratégia de posicionamento de Angola em matéria de Direitos Humanos, documento que desenvolve as bases do trabalho que deve ser implementado a nível nacional e internacional por diferentes actores institucionais e não institucionais, tais como a sociedade civil, organizações não governamentais, mídia, igrejas e instituições de ensino.

Na sessão desta sexta-feira, foi igualmente aprovado o calendário académico para o subsistema do ensino superior, instrumento de planificação e organização de cumprimento obrigatório pelas instituições de ensino superior públicas, público-privadas e privadas, para a realização das actividades mais relevantes nos domínios do ensino, da investigação científica e da extensão universitária.

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros apreciou as resoluções que aprovam, para ratificação, os acordos de cooperação entre os

governos de Angola com os da Federação Alemã e da Zâmbia, ambos, no domínio da defesa, bem como com a Federação da Rússia do domínio do transporte aéreo.

A reunião se debruçou sobre a resolução que aprova, para ratificação, os acordos para a constituição da comissão africana da aviação civil.

O Conselho de Ministros tomou conhecimento dos resultados do inquérito de indicadores múltiplos e de saúde (IIMS) 2015-2016 relatório de indicadores básicos, tendo recomendado a sua oportuna e mais ampla divulgação a nível nacional e internacional.

3.12 O mercado do Golfe II e os maus hábitos

Jornal O País

28 De Dezembro de 2016

Ilustre Director, Saudação especialíssima a todos nesta recta final do duro 2016,

O péssimo estado do GOLFE II ultrapassou as barreiras do inaceitável. De facto, imundície é muito pouco para caracterizar isto, Como dizia a minha velha, o Golfe II "está pior do que uma pocilga", Está-se muito abaixo da dignidade humana, da civilização e da vida em sociedade, Pessoas que não se sabe de onde saem, chegam às primeiras horas da manhã para sentar e vender ao longo da via onde quer que haja espaço livre, Vendem e trazem tudo: carne, peixe, fruta, hortaliças, fritos, cozidos e fardos-roupas e calçados. E, pior ainda, as mulheres despem-se e urinam à luz do dia, exibindo as nádegas, numa promiscuidade nunca vista, Quando a Polícia vem, eles correm e gritam carregando os bancos pelas mãos e os bens à cabeça, para depois voltaram a sentar como se nada temessem! Elas desafiam de facto as autoridades e são um desafio para todos nós!

O que fazer?

Para mim, a Rádio e a TV, como expressão do quarto poder, deveriam "bater tanto" nesta tecla até "furar" os maus hábitos, Há dias ouvia alguém a dizer na TV Palanca que "A venda ambulante já faz parte da nossa cultura": nada mais errado e incorrecto, Faz parte sim dos nossos maus hábitos, erros e do nosso estado de degradação, mas nunca da nossa cultura, A nossa cultura, pelo menos a minha e a tua, não é essa!!! (Diz lá isso, por favor, aos teus amigos da TV, Rádio e Jornais. Por isso, meu parente, nada melhor do que começar 2017 com uma campanha de educação cívica contra os maus hábitos de vender e sujar a via pública, e exortar também as autoridades a não

permitirem este estado de coisas, É certo que as pessoas só fazem isso onde há lixo, sujidade e desmazelo, razão pela qual uma das primeiras medidas seria promover a limpeza, o asseio e a ordem pública.

Sem dúvida, que a falta de mercados municipais também ajuda muito, Mas, isso são outros quinhentos. Erros de gestão que nos ultrapassam!

Ainda bem que há pessoas sensíveis como tu, Agradeço a pronta publicação e desde já fico satisfeito com o teu gesto,

Um abraço

J. Caetano

3.13 Kinguilas recargas em vez de dólares

Jornal O PAÍS
29 De Dezembro de 2016

O cenário parece estar a mudar algum tempo pois, ao contrário do que se assistia desde há alguns anos, hoje as Kinguilas vivem dias difíceis. Nas mãos, em vez de dinheiro com que acenam aos potenciais clientes, exibem agora recargas telefónicas.

As "Kinguilas" língua nacional Kimbundo, que em português significa "esperar", são as senhoras que se dedicam à troca e venda do dólar no mercado informal.

Numa ronda efectuada por O PAÍS por algumas artérias de Luanda, encontrámos a dona Juliana Sebastião, de 38 anos, que classificou a situação actual como 'muito difícil'. Além da falta de dólares surge agora outro problema: a escassez do Kwanza no mercado, em particular neste mês de Dezembro, situação. que a levou a resignar -se a vender cartões de recargas telefónicas para conseguir sustentar os filhos.

"Dependo exclusivamente deste trabalho, como o kwanza está difícil não posso ficar sem fazer nada", desabafou.

Segundo Juliana, a carência da moeda nacional verifica-se desde o final do mês de Novembro, e acredita que o atraso salarial da função pública esteja na base desta situação.

Na mesma situação encontram-se Nelita André e Belinha António, que há quatro anos transaccionam a moeda nas ruas de Luanda. Contam que começaram a actividade no Quintalão do Petro mas, atendendo à

fraca procura, dediram mudar-se para o Projecto Nova Vida.

Proseguimos, até ao bairro dos Mártires, um dos locais de referência da actividade de Kinguilas, onde Ernesto Chindembe, que comercia dólares há mais de três anos, nos falou da fraca adesão da clientela e também da procura pelo kwanza.

Para ele a falta de dólares acabou por trazer a escassez de kwanzas. "Anteriormente o dólar (USD 100) estava a Kz 50 mil, mas desde que baixou para Kz 47 mil, o kwanza ficou difícil", exemplificou.

Referiu também que nesta altura a banca não está a disponibilizar kwanzas para as kinguilas - "se por exemplo fazer um pedido de Kz 200.000, tens que fazer uma declaração".

Recorde-se que, ainda há poucos meses, o dólar era trocado nas kinguilas por valores superiores a Kz 600.

3.14 Contra bando de combustível

Jornal Manchete
31 De Dezembro de 2016

Uma das soluções que a anterior administração da Sonangol tinha ponderado passava pela entrega de petróleo a uma refinaria sul-africana. Essa refinaria ficaria com uma parte do carregamento do petróleo e, em contrapartida, abasteceria o mercado angolano com refinados a um valor mais baixo que os impostos pela Trafigura e os seus associados da presidência da República.

No entanto, esta ideia foi abandonada porque Angola tem compromissos de pagamento do serviço da dívida, com carregamentos de petróleo, até 2026. Não há muito mais. Parte dos carregamentos são destinados, a China, onde a Sonangol contraiu dívidas no valor de US\$15 biliões. No mercado europeu; através de financiamentos agenciados pelo Standard Chartered Bank, a Sonangol soma mais uma dívida que ultrapassa os US \$13 biliões. Ou seja, a petrolífera nacional deve mais de US \$28 biliões.

Com o golpe a Sonangol, que levou a família presidencial e seus associados externos a controlar directamente a petrolífera, as operações ficam mais facilitadas. Este golpe vem na sequência de um primeiro em que, por indicação do general Leopoldino Fragoso dos Nascimento, o presidente nomeou o inexperiente jovem Valter Felipe para o cargo de Governador do Banco Nacional de Angola.

Assim, o controlo da economia política do país passou para as mãos discretas do general Leopoldino Fragoso do Nascimento, que passou a ser efectivamente e a sombra - a segunda figura mais poderosa do país.

Todavia, os graves problemas de tesouraria da Sonangol e a falta de divisas "não poderão sustentar os gastos actuais e a importação de combustíveis a médio prazo. Caso as rezas do poder para a subida do preço do petróleo não sejam ouvidas em breve, a crise dos combustíveis será outra realidade.

Registe-se, entretanto, que a Polícia angolana apreendeu no posto fronteiriço do Minga, província do Zaire, sete camiões carregados com cerca de 80 mil litros de combustíveis para comercialização na vizinha República Democrática do Congo.

O responsável da terceira unidade de Polícia e Guarda Fronteira, intendente João da Costa, afirmou que do combustível apreendido, 12.500 litros era petróleo iluminante, João da Costa indicou que os contrabandistas têm procurado outras vias para fazer sair o combustível devido ao controlo que se regista na fronteira do Luva, posto habitualmente usado. "Os contrabandistas de combustível estão a fugir da fronteira do Luvo devido ao controlo cerrado por parte das nossas forças, optando deste modo pela fronteira do Minga no município do Cuimba", disse o Oficial. A operação resultou igualmente na detenção de três homens supostamente implicados no tráfico de combustível, que nos próximos dias deverão ser encaminhados para o Ministério Público.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Angola e Moçambique têm as taxas de juro mais altas de África

Jornal Expansão
01 De Dezembro de 2016
Texto: José Cassanda

As taxas de juro de dívida pública emitida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) aproximaram-se, esta semana, dos 24%, sendo o valor mais alto do continente africano, a par de Moçambique, refere a consultora Eaglestone.

O banco central angolano colocou esta semana no mercado primário, entre 21 e 25 de Novembro, 37,9 mil milhões kz em Bilhetes do Tesouro (BT) e 6,7 mil milhões kz em Obrigações do Tesouro (OT), com as taxas de juro médias de BT a oscilarem entre os 19,51% (a maturidade a 91 dias) e os 23,67% no prazo a 364 dias.

Já as Obrigações do Tesouro fecharam, uma vez mais, com taxas de juro de até 7,75%, a cinco anos.

De acordo com Tiago Dionísio, da consultora Eaglestone, em África, apenas Moçambique tem taxas de juro tão elevadas como as em Angola.

"As taxas das últimas colocações de dívida pública em Moçambique foram de 22,55% (91 dias) e 23% (182 dias). Países como a África do Sul e a Nigéria têm taxas de um dígito", disse, em declarações ao Expansão.

Tiago Dionísio adiantou que os encargos do Executivo só com juros previstos para o próximo ano são de 484 mil milhões kz, mais 10% do que no OGE revisto, e representam 2,5% do Produto Interno Bruto. No período 2012 a 2014, os encargos com juros representavam cerca de 1 % do PIB.

Segundo o responsável da Eaglestone, os países com taxas de juro altas "têm normalmente uma inflação relativamente elevada".

"É o caso de Angola, que viu a sua taxa de inflação subir nos últimos meses para um nível próximo de 40%. Por outro lado, a notação das agências de rating também tem um impacto nas taxas de juro. Angola e Moçambique têm estado sob o olhar atento das agências de rating

nos últimos tempos e isso também se reflecte no actual nível de taxas de juro", adiantou.

Ora, o impacto de emitir dívida pública a taxas de juro tão altas significa que o custo de pagar essa mesma dívida vai ser relativamente mais alto.

Apesar destes valores, a taxa de juro paga na maturidade a um ano é menos de metade do valor que a inflação (a 12 meses) atingiu em Angola no mês de Outubro, os 40%.

4.2 Irrealismo e perigo da proposta do OGE

Jornal Visão
02 De Dezembro de 2016

Lemos com atenção o Relatório Preliminar de Fundamentação da Proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017.

Primeiro, o elogio: Relatório está em geral bem escrito, escorreito, e os pressupostos técnicos são claros. Todavia, para escamotear as dificuldades, contem demasiado jargão económico e aquilo que em gíria se chama "palha"

De qualquer forma, a sua leitura permite perceber o grave apuro em que as finanças e a economia angolanas estão metidas. O país corre vários perigos, que a seguir identificamos.

O primeiro perigo é a redução da capacidade do Estado para cumprir com a dívida externa, se repararmos, a queda das receitas do petróleo fez com que de imediato o Estado ficasse sem dinheiro para pagar as suas despesas. Por isso, teve de pedir dinheiro emprestado. Ora, é fundamental manter o pagamento das prestações da dívida, pois, se não se paga, não se recebem novos empréstimos, e o Governo entra em falência, sem dinheiro para cumprir os seus deveres.

Segundo os cálculos do Relatório, as receitas fiscais (dos impostos) representam apenas 49.6 por cento da receita total do Estado dentro das quais os impostos petrolíferos representam a "pequena" parte (para o que era habitual) de 22.9 por cento. Por outro lado, 43.6 por cento da receita será procedente do endividamento, correspondendo 21.2 a endividamento externo.

Isto quer dizer que cerca de um quinto (20 por cento) das receitas angolanas dependem de empréstimos estrangeiros. Acresce que, neste momento, o pagamento da dívida é já a despesa que mais pesa na composição funcional da despesa do OGE para

2017, e aquela que cresceu mais intensamente desde 2014 - aumentou três vezes, 300 por cento.

Note-se que actualmente as emissões de dívida pública rondam os 23 por cento, valor já próximo do Estado falido de Moçambique.

Em resumo, devido à queda do preço do petróleo, Angola teve de pedir dinheiro emprestado. Esses empréstimos representam a maior fatia do OGE e colocam uma ameaça muito grave à economia e às finanças do país. O seu não pagamento paralisaria a economia angolana, e o seu pagamento representa já um peso excessivo no OGE.

O segundo perigo é que se venha a suspender a execução de projectos de investimento em curso. Não havendo dinheiro e alocando-se o pouco que há sobretudo à dívida pública e à defesa e segurança (cerca de 66 por cento do OGE) - é normal que qualquer falha na receita implique a suspensão dos investimentos (construção de infra-estruturas como estradas, barragens, aeroportos, redes de telecomunicação, etc.).

Refira-se que a atribuição de cerca de dois terços do OGE ao pagamento da dívida e à segurança significa que, em termos económicos e sociais, se está a navegar à beira de um precipício.

E é este precipício que nos leva ao terceiro perigo: a redução da capacidade de financiar a prestação dos serviços de educação, saúde e assistência social. A previsão orçamental já determina um corte nestas despesas na ordem dos 18 por cento face a 2014. Ao longo deste ano, como foi bem notório, o sistema de saúde não respondeu às necessidades básicas da população e a educação não educou. Com cortes adicionais, torna-se evidentemente utópica qualquer visão de desenvolvimento humano para Angola.

Finalmente, a falta de dinheiro pode paralisar o funcionamento da administração pública. O país pára, Note-se que este diagnóstico é feito pelos próprios técnicos do governo, como se pode aferir da leitura das notas finais (p.60) do Relatório Preliminar do OGE. Aqui, apenas nos limitámos a sistematizar e a tentar clarificar as ideias.

Para percebermos bem a iminência dos perigos acima apresentados, temos de analisar a previsão da receita orçamental. Isto é, onde é que o Governo irá buscar o dinheiro para compensar o baixo preço do petróleo? (Obviamente, se o preço do petróleo subir ao longo de 2017 acima dos US \$49 haverá mais dinheiro).

Como referimos atrás, o Governo espera ir buscar 49.6 por cento a receitas fiscais e 43.6 por cento a empréstimos.

A vertente não petrolífera das receitas fiscais representa 23.1 por cento da receita. Trata-se de um valor elevado. Para 2017, o Relatório prevê crescimentos de 40 por cento no sector da energia, 7.3 por cento na agricultura, 2.3 por cento na construção, e 4.0 por cento na indústria transformadora. Pretende-se que estes crescimentos gerem a receita de impostos não petrolíferos que financiará o Estado, além dos empréstimos.

A sustentação destes números é irrealista. Quanto à energia, estima-se que o aumento de 40 por cento resultará da entrada em funcionamento das Centrais 1 e 2 de Cambambe, Central do Ciclo Combinado do Soyo e Central de Lauca. Quanto à primeira, as previsões apontam para o início da actividade plena em Dezembro de 2016, pelo que talvez venham a confirmar-se as previsões do Governo. Contudo, as obras estão a cargo da Odebrecht, cujos financiamentos foram alvo de recente suspensão no Brasil, pelo que a sua conclusão pode estar posta em causa. Assim relatava a Agência Brasil neste Outubro de 2016. Aliás, o mesmo se aplica à Central de Lauca.

Basta a Odebrecht não ter dinheiro para terminar as obras, que os pressupostos do OGE cairão por terra.

Por aqui se vê a perfídia da corrupção dos líderes políticos angolanos e brasileiros, e o modo como ela afecta o bem-estar do povo angolano. Quanto mais corrupção, menos bem-estar. Graças à corrupção, a conclusão destas obras pode ser adiada, e não se percebe porque é que o Relatório Preliminar não tem em consideração este risco.

Quanto à agricultura, estima-se uma subida na produção de cereais e frutas, e uma baixa abrupta na produção de leguminosas oleaginosas. Da nossa parte, apelamos a um especialista em agricultura para que nos explique estes movimentos produtivos, pois não existe fundamentação no Relatório além de lugares-comuns sobre “um conjunto de políticas que visam a promoção deste sector” (p. 46).

Para terminar, destacamos uma bizzarria no campo da indústria, onde, sem qualquer explicação, se projecta um crescimento de 4 por cento, quando em 2016 este sector se manteve recessivo, com um decréscimo de 3.9 por cento. Isto quer dizer que se prevê para 2017 uma recuperação de 7 por cento, o que não é de todo realista e parece assentar apenas na entrada em funcionamento das barragens acima mencionadas.

Em resumo, este orçamento, fora o petróleo, aposta em duas fichas: a dívida e a entrada em funcionamento pleno das barragens de Cambambe e Laúca.

Obviamente, estamos perante um perigo claro, presente e imediato.

4.3 Sobas recebem cerca de 11,5 milhões de kz em 2017

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Onze milhões e 494 mil kwanzas é o quanto o Estado angolano prevê gastar com subsídios aos milhares de sobas que existem pelo país, segundo a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017.

O valor representa um aumento de 0,5% em comparação ao OGE 2016, que foi alvo de um revisto em Setembro último devido à quebra nas receitas fiscais petrolíferas.

Segundo a Lusa, o Governo anunciou este ano a intenção de recadastrar os mais de 40 mil e 300 sobas ou autoridades tradicionais do país e informatizar o pagamento de subsídios estatais a estes líderes locais, alguns dos quais vivem isolados a dezenas de quilómetros das cidades e vilas.

A medida consta do documento governamental com as linhas mestras de combate à crise do petróleo e que visa diversificar as receitas do Estado; bem como "optimizar a despesa", ante a quebra para metade no retorno financeiro com a exportação de crude.

No caso de Angola, a designação de "Autoridades Tradicionais" abrange reis, sobas e séculos, reconhecidos pelas administrações do Estado antes e depois do período colonial português (1975).

Em 2015, antes da desvalorização de cerca de 40% que se seguiu no kwanza angolano, relativamente ao dólar norte-americano, o Estado gastava com os sobas 11.627 milhões de kwanzas (mais de 92 milhões de euros, à taxa de câmbio de então).

4.4 Relatório parecer sobre OGE 2017 inclui inquietações dos deputados

Jornal O País

08 De Dezembro de 2016

Texto: Iracelma Kaliengue

O Relatório Parecer Conjunto Final, na Especialidade, sobre o OGE-2017 contempla as

constatações aferidas pelos deputados, depois de auscultarem os membros do Executivo, que reafirmam ser plenamente justificável a Revisão do OGE para 2016, uma vez que o preço médio do barril de petróleo de USD 31 alcançado no I trimestre deste ano ficou muito aquém do preço de referência do OGE inicial.

Esta é a conclusão da análise de todas as peças que integram o OGE e dos pareceres das comissões de trabalho especializadas e que, ouvido o Executivo, foi possível identificar 171 projectos, sendo 166 de âmbito local e 5 centrais.

Estes projectos deverão integrar o Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2017, perfazendo um total de mais de 25 biliões de Kwanzas.

O mesmo documento recomenda que seja aprovada a proposta de PIP 2017 com a inclusão dos projectos de subordinação central é local constantes nos mapas de designação novos projectos identificados no presente relatório/parecer conjunto final. As comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional fizeram a apresentação e apreciação do relatório parecer conjunto final, na especialidade, sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto para o exercício económico de 2017 com 17 votos a favor, 4 contra da bancada parlamentar da UNITA e 0 abstenções.

De acordo com o documento, que será submetido à votação final global do plenário da Assembleia Nacional no dia 14 de Dezembro, a proposta de revisão do OGE 2017 estima receitas de mais de sete triliões de Kwanza se despesas fixas em igual montante.

A proposta do OGE mantém os grandes objectivos nacionais definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, tais como a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inclusão da juventude na vida activa, crescimento do sector privado, bem como a inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Durante a apresentação do diploma, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, destacou os objectivos preconizados pelo Executivo com vista à melhoria das condições de vida dos angolanos com a aprovação deste orçamento.

O ministro explicou ainda que todos os esforços do Governo estarão virados para a promoção da eficiência e empenho dos órgãos competentes na

gestão das verbas públicas e na capacidade de absorção dos recursos disponíveis, velando pela qualidade das despesas.

As projecções apontam para uma taxa de crescimento real do PIB global de 1,1% contra 3,3% do OGE inicial, um PIE de mais de 16 biliões de Kwanzas, um preço médio do barril de petróleo bruto de USD 40,90 contra os USD 45 do OGE inicial, uma produção petrolífera anual de 654,6 milhões de barris de petróleo contra 689,4 milhões do OGE inicial, uma taxa de inflação de 38,5% contra 11% do OGE inicial e um défice na óptica do compromisso de 5,9% contra 5,5% do OGE inicial.

4.5 OGE vai à aprovação final

Jornal Economia e Finanças
09 De Dezembro de 2016

Os deputados à Assembleia Nacional (AN) autorizaram quarta-feira última, na especialidade, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao exercício económico de 2017, assim como a respectiva proposta de Lei que o aprova.

O texto, que irá à aprovação final global na sessão plenária da AN, marcada para o dia 4 de Dezembro, estima receitas de 7.390.046.964.055,00 sete triliões, trezentos e noventa biliões, quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e cinco kwanzas) e fixa despesas em igual montante.

A proposta do OGE mantém os grandes objectivos nacionais definidos no Plano nacional de Desenvolvimento 2013-2017, tais como a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhor da qualidade de vida, inclusão de juventude na vida activa, crescimento do sector privado, bem como a inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

O relatório/parecer conjunto final da proposta do OGE foi aprovado por unanimidade em reunião de especialidade das comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional.

Na ocasião, o ministro das Finanças, Augusto Archer de Sousa Manguieira, disse que toda a atenção do Executivo será focalizada na eficiência e empenho dos órgãos competentes na gestão da coisa pública e na capacidade de absorção dos recursos que estão disponíveis, bem como na qualidade das despesas.

O presidente da 5ª Comissão (de Economia e Finanças) da Assembleia Nacional (AN), Manuel

Nunes Júnior, considerou nesta quarta-feira, em Luanda, louvável a interacção entre os deputados e os auxiliares do Titular do Poder Executivo no processo de apreciação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017.

"A inclusão de projectos a partir da AN, em perfeita harmonia com os governadores provinciais e o Executivo, foi um exercício louvável", expressou, à margem do acto de aprovação, na especialidade, do relatório parecer conjunto da Proposta de Lei do OGE 2017.

Esclareceu à imprensa que o texto inicial do Executivo englobava um conjunto de projectos a nível das províncias e a interacção com os respectivos governadores permitiu trazer à luz um leque de outros projectos considerados essenciais à melhoria de vida das populações, os quais serão integrados no OGE.

Face ao reajuste feito à proposta do Executivo, o deputado precisou que alguns dos projectos iniciais serão substituídos ou terão o seu valor diminuído, de modo a que os limites de programas de investimentos públicos não sejam afectados.

"O tecto para os programas de investimentos públicos mantém-se, mas fez-se um arranjo do conjunto de projectos integrados que melhor irão satisfazer as necessidades das populações no país", clarificou.

Deste modo, Manuel Nunes Júnior salientou que a Proposta de Lei do OGE, que será submetida à votação final global a 14 de Dezembro, contém uma melhoria de projectos para executar no próximo ano.

A Proposta de Lei do OGE estima receitas de 7,3 triliões de kwanzas e fixa despesas em igual montante.

Mantém os grandes objectivos nacionais definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Dos fins propostos, destacam-se a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhor ia da qualidade de vida, inclusão de juventude na vida activa, crescimento do sector privado, bem como a inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

4.6 O irrealismo e o perigo da proposta do OGE 2017

Jornal O Crime

10 De Dezembro de 2016

Texto: Rui Verde

De qualquer forma, a sua leitura permite perceber o grave apuro em que as finanças e a economia angolanas estão metidas. O país corre vários perigos, que a seguir identificamos.

O primeiro perigo é a redução da capacidade do Estado para cumprir com a dívida externa.

Se repararmos, a queda das receitas do petróleo fez com que de imediato o Estado ficasse sem dinheiro para pagar as suas despesas. Por isso, teve de pedir dinheiro emprestado. Ora, é fundamental manter o pagamento das prestações da dívida, pois, se não se paga, não se recebem novos empréstimos, e o Governo entra em falência, sem dinheiro para cumprir os seus deveres.

Segundo os cálculos do Relatório, as receitas fiscais (dos impostos) representam apenas 49.6 por cento da receita total do Estado - dentro das quais os impostos petrolíferos representam a "pequena" parte (para o que era habitual) de 22.9 por cento. Por outro lado, 43.6 por cento da receita será procedente do endividamento, correspondendo 21.2 a endividamento externo.

Isto quer dizer que cerca de um quinto (20 por cento) das receitas angolanas dependem de empréstimos estrangeiros. Acresce que, neste momento, o pagamento da dívida é já a despesa que mais pesa na composição funcional da despesa do OGE para 2017, e aquela que cresceu mais intensamente desde 2014 - aumentou três vezes, 300 por cento.

Note-se que actualmente as emissões de dívida pública rondam os 23 por cento, valor já próximo do Estado falido de Moçambique.

Em resumo, devido à queda do preço do petróleo, Angola teve de pedir dinheiro emprestado. Esses empréstimos representam a maior fatia do OGE e colocam uma ameaça muito grave à economia e às finanças do país. O seu não pagamento paralisaria a economia angolana, e o seu pagamento representa já um peso excessivo no OGE.

O segundo perigo é que se venha a suspender a execução de projectos de investimento em curso. Não havendo dinheiro - e alocando-se o pouco que há sobretudo à dívida pública e à defesa e segurança (cerca de 66 por cento do OGE) - é normal que

qualquer falha na receita implique a suspensão dos investimentos (construção de infra-estruturas como estradas, barragens, aeroportos, redes de telecomunicação, etc.).

Refira-se que a atribuição de cerca de dois terços do OGE ao pagamento da dívida e à segurança significa que, em termos económicos e sociais, se está a navegar à beira de um precipício.

E é este precipício que nos leva ao terceiro perigo: a redução da capacidade de financiar a prestação dos serviços de educação, saúde e assistência social. A previsão orçamental já determina um corte nestas despesas na ordem dos 18 por cento face a 2014. Ao longo deste ano, como foi bem notório, o sistema de saúde não respondeu às necessidades básicas da população e a educação não educou. Com cortes adicionais, torna-se evidentemente utópica qualquer visão de desenvolvimento humano para Angola.

Finalmente, a falta de dinheiro pode paralisar o funcionamento da administração pública. O país pára. Note-se que este diagnóstico é feito pelos próprios técnicos do governo, como se pode aferir da leitura das notas finais (p.60) do Relatório Preliminar do OGE. Aqui, apenas nos limitámos a sistematizar e a tentar clarificar as ideias.

Para percebermos bem a iminência dos perigos acima apresentados, temos de analisar a previsão da receita orçamental. Isto é, onde é que o Governo irá buscar o dinheiro para compensar o baixo preço do petróleo? (Obviamente, se o preço do petróleo subir ao longo de 2017 acima dos US \$49 haverá mais dinheiro).

Como referimos atrás, o Governo espera ir buscar 49.6 por cento a receitas fiscais e 43.6 por cento a empréstimos.

A vertente não petrolífera das receitas fiscais representa 23.1 por cento da receita. Trata-se de um valor elevado. Para 2017, o Relatório prevê crescimentos de 40 por cento no sector da energia, 7.3 por cento na agricultura, 2.3 por cento na construção, e 4.0 por cento na indústria transformadora.

Pretende-se que estes crescimentos gerem a receita de impostos não petrolíferos que financiará o Estado, além dos empréstimos.

A sustentação destes números é irrealista. Quanto à energia, estima-se que o aumento de 40 por cento resultará da entrada em funcionamento das Centrais 1 e 2 de Cambambe; Central do Ciclo Combinado do Soyo e Central de Laúca. Quanto à primeira, as

previsões apontam para o início da actividade plena em Dezembro de 2016, pelo que talvez venham a confirmar-se as previsões do Governo. Contudo, as obras estão a cargo da Odebrecht, cujos financiamentos foram alvo de recente suspensão no Brasil, pelo que a sua conclusão pode estar posta em causa.

Assim relatava a Agência Brasil neste Outubro de 2016. Aliás, o mesmo se aplica à Central de Laúca.

Basta a Odebrecht não ter dinheiro para terminar as obras, que os pressupostos do OGE cairão por terra.

Por aqui se vê a perfídia da corrupção dos líderes políticos angolanos e brasileiros, e o modo como ela afecta o bem-estar do povo angolano. Quanto mais corrupção, menos bem-estar. Graças à corrupção, a conclusão destas obras pode ser adiada, e não se percebe porque é que o Relatório Preliminar não tem em consideração este risco.

Quanto à agricultura, estima-se uma subida na produção de cereais e frutas, e uma baixa abrupta na produção de leguminosas oleaginosas. Da nossa parte, apelamos a um especialista em agricultura para que nos explique estes movimentos produtivos, pois não existe fundamentação no Relatório além de lugares-comuns sobre "um conjunto de políticas que visam a promoção deste sector." (p. 46).

Para terminar, destacamos uma bizarría no campo da indústria, onde, sem qualquer explicação, se projecta um crescimento de 4 por cento, quando em 2016 este sector se manteve recessivo, com um decréscimo de 3.9 por cento. Isto quer dizer que se prevê para 2017 uma recuperação de 7 por cento, o que não é de todo realista e parece assentar apenas na entrada em funcionamento das barragens acima mencionadas.

Em resumo, este orçamento, fora petróleo, aposta em duas fichas: a dívida e a entrada em funcionamento pleno das barragens de Cambambe e Laúca. Obviamente, estamos perante um perigo claro, presente e imediato.

4.7 OGE 2017 combate o desperdício

Jornal de Angola
14 De Dezembro de 2016

O Orçamento Geral de Estado para 2017 (OGE 2017) que hoje é aprovado pela Assembleia Nacional contém os instrumentos necessários para assegurar os equilíbrios macroeconómicos, para preservar a paz e a justiça social e para estimular o crescimento económico.

Face à proposta que deu entrada na Assembleia Nacional, a versão final do OGE 2017 é um documento ainda mais robusto, fruto da inclusão de projectos propostos pelos Deputados e pelos Parceiros Sociais, após auscultação dos Governos Provinciais.

Entendemos que é tempo de acabar com o discurso da crise e restaurar a confiança. Depois de 30 meses de queda persistente do preço das matérias-primas nos mercados internacionais, especialmente do petróleo, o que temos efectivamente é um novo paradigma, um quadro duradouro de novas premissas a que estamos, de uma vez por todas, obrigados a ajustar-nos.

Se algum mérito tem o OGE 2017, é o de divisar esse caminho de criação de novas fontes de financiamento do Estado, estabelecendo prioridades estratégicas para a despesa. Esse novo paradigma tem, como disse, premissas claras, a que o OGE de 2017 dá resposta e cuja boa realização tudo faremos para assegurar.

A primeira premissa é a da melhoria da qualidade da despesa. A má despesa é sempre eticamente condenável e, principalmente, num ambiente de forte escassez. A "má" despesa é o pior dos impostos, porque é paga com os impostos presentes e futuros das pessoas e das empresas.

A "má" despesa está normalmente associada ao mau planeamento e à deficiente execução dos planos e cresce num quadro em que os contratos públicos não obedecem à lei, dando azo à utilização pouco eficaz dos recursos públicos, em especial à apropriação, por alguns, daquilo que devia estar ao serviço de todos. Dispomos desde Setembro de uma renovada Lei dos Contratos Públicos, à luz da qual promoveremos as melhores práticas e daremos vivo combate a todas as formas de ineficiência.

No domínio da melhoria da qualidade da despesa, uma das medidas de aplicação imediata é a de realizar despesas de capital (formação bruta de capital fixo) apenas quando exista garantia de financiamento (interno ou externo).

Outro aspecto relevante, neste quesito, será a promoção de uma maior cultura e disciplina na gestão orçamental.

A segunda premissa é a do aumento da arrecadação fiscal. Na medida em que formos capazes de eliminar a "má" despesa, teremos legitimidade acrescida para alargar o perímetro das actividades económicas, dos rendimentos e dos patrimónios sujeitos a tributação. Este esforço não é apenas para captar receita fiscal; é especialmente importante em

nome da justiça e equidade fiscais. Um dos grandes desafios é trazer para o perímetro fiscal o maior volume possível de actividades que hoje ainda se encontram na economia informal. Este impulso ao alargamento do perímetro fiscal destina-se também a conhecer em toda a sua extensão o valor acrescentado em todos os sectores da nossa economia.

A terceira premissa é a da redução do peso do Estado na Economia. O Estado deve cada vez mais reconduzir-se ao seu papel de árbitro das actividades económicas, garantindo por essa via o acesso dos mais carenciados aos meios necessários à sua subsistência. Nesse modelo de economia social de mercado, o Estado é um agente económico na sua qualidade de cliente e regulador, mas não pode ser ao mesmo tempo o dono das cadeias de produção e distribuição, excepto quando isso se justifique para garantir o acesso das populações aos bens de primeira necessidade.

Como medida inevitável da redução do peso do Estado na economia, temos de encarar uma reestruturação do Sector Empresarial Público. Ao mesmo tempo, estão delineadas as medidas de saneamento e controlo para evitar a acumulação excessiva de "atrasados": o peso excessivo dos créditos dos privados sobre o Estado tem-se evidenciado como um dos principais factores de paralisia económica.

Resulta daqui uma quarta premissa, que é a da melhoria do ambiente económico, em que famílias e empresários encarem o futuro com mais confiança, melhorando os indicadores de consumo e investimento. Um dos factores determinantes para a melhoria do clima económico é uma boa performance dos indicadores macroprudenciais, em especial a inflação.

O Executivo está a fazer uma monitorização precoce dos preços dos bens essenciais, através do Instituto de Preços, o que tem permitido antecipar e corrigir tendências e, talvez mais importante, detectar e reprimir, nos termos da lei, as práticas especulativas. O Executivo irá também manter as suas políticas proactivas em matéria de importação de insumos e matérias-primas essenciais à produção nacional, para garantir a estabilidade de stocks e preços.

E este o quadro que temos por diante. As dificuldades do tempo presente não nos são estranhas. É importante lembrar que ao longo dos 41 anos de Nação livre e independente, o Estado não dispôs sempre de recursos abundantes.

Aliás, vivemos durante a maior parte do tempo com grande sobriedade de meios - e é essa cultura de moderação que agora nos propomos resgatar: fazer mais e melhor para o País e para o Povo, com os recursos disponíveis vigiar e combater o desperdício.

4.8 Aprovação final do OGE 2017 deixa oposição dividida

Jornal Expansão

16 De Dezembro de 2016

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 foi aprovada esta quarta-feira com 147 votos a favor (MPLA e FNLA), 33 votos contra (UNITA e CASA-CE) e duas abstenções (PRS), dividindo assim a oposição,

O vice-presidente da UNITA, Raul Danda, justificou o voto do seu partido com o facto de a dívida pública estar em limites que considera "insustentáveis", prevendo-se que 31,64% do total das despesas seja para o pagamento da dívida, tanto interna como externa,

"Esta tendência de empurrar a dívida para lá dos 75% do PIE, até final deste ano, de acordo com as previsões, comporta um risco enormíssimo, sobretudo em países como o nosso, dependente praticamente de um bem de exportação, que é o petróleo, com todos os danos 'que já nos fartámos de enumerar', afirmou. O deputado do maior partido da oposição criticou as verbas distribuídas por função, considerando que os valores atribuídos para o sector económico contrariam os objectivos de diversificação da economia apregoados pelo Executivo. O sector social fica com 38,03% da despesa, o sector dos Serviços Públicos Gerais detém 24,26%, o sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública 20,05%. "Ora isso dificilmente alinhará no mesmo diapasão com a prioridade que se diz dar ao objectivo da diversificação da economia", afirma Raul Danda.

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Gaspar Mendes de Carvalho "Miau", justificou o voto da coligação com a "falta de transparência" do Orçamento.

Segundo disse, o artigo 7.º da lei que estabelece os limites do Orçamento, refere que parte dos direitos patrimoniais do Estado nas concepções petrolíferas constitui fonte de financiamento para as reservas financeiras petrolíferas das infra-estruturas de base. "Porque é que essas infra-estruturas não são inscritas directamente no OGE e cada uma delas com a sua receita?", questionou Miau. O líder da coligação

no Parlamento afirma igualmente que, segundo o artigo 9.º da mesma lei, dá-se o poder ao Presidente da República de cativar até 100% das dotações orçamentais. Apesar de admitir que estas práticas não são exclusivas de Angola, adiantou que noutros países, como o Brasil, essa prática não tem tido bons resultados. Já o líder do Grupo Parlamentar do PRS, Benedito Daniel, aponta as assimetrias do País que, considera, estão a ser "promovidas pelo OGE 2017". Para Benedito Daniel, há no País províncias de "primeira", localizadas mais a norte do País, com um franco desenvolvimento, províncias de "segunda", as do sul, com alguma atenção especial, e as de terceira, as do leste, "cada vez mais subdesenvolvidas". Benedito é ainda contra a dotação para a agricultura, que considera "irrisória".

Já o FNLA, foi o único da oposição que optou por votar a favor, apesar de todas "as imperfeições verificadas".

Satisfeito com a aprovação do OGE esteve o líder do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, que disse ter registado "melhorias no documento", fruto das discussões com os vários parceiros sociais, tendo sido incluído "um conjunto de iniciativas que hão estavam na proposta inicial do Executivo.

"Tudo isso vem alterar o valor global dos investimentos públicos da proposta inicial, afirmou". Para Fontes Pereira, este exercício teve o mérito de melhorar a qualidade do investimento público sem alterar o tecto inicial.

"Foram incluídos cerca de 70 projectos, entre os de âmbito local e central", apontou, realçando, no entanto, que "o crescimento económico é crucial, sem o qual não haverá a melhoria dos grandes indicadores do País".

Presente no Parlamento, o ministro das Finanças. Archer Mangureira, reiterou que "este OGE visa assegurar o equilíbrio macroeconómico, preservar a paz, a justiça social e continuar a lutar pelo crescimento económico". ~

4.9 OGE 2017 dificilmente será cumprido, é só promessa

Novo Jornal

16 De Dezembro de 2016

Texto: Hortêncio Sebastião

O economista Fernando Heitor considerou nesta quinta-feira, em Luanda, que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017, aprovado esta semana pela Assembleia Nacional, dificilmente será cumprido por

se tratar de um ano de eleições, em que mais valem as promessas eleitorais do que a execução das metas estabelecidas.

Em declarações ao Novo Jornal, o especialista referiu ser "difícil um governo, no último ano do seu mandato, fazer reformas profundas na estrutura económica e financeira do país", acrescentando que é também difícil na prática assumir novos desafios.

"Em teoria, o Executivo diz que vai fazer isto e aquilo, vai melhorar a vida dos angolanos, o que na prática será difícil, porque ele vai prometer para caçar votos e ganhar as eleições. Vai dizer que vai baixar os preços, fazer um reajuste salarial, mas isso será uma pimpa [de fachada]. O salário pode ser ajustado em 4 ou 5 %, mas a inflação está na casa dos 40%", esclareceu, notando que só, em 2018, é que quem vencer as eleições vai assumir os desafios.

De acordo com o economista, 2017 será um ano de promessas no sentido de procurar divertir as pessoas. Embora admita que noutros países isso também se verifica, em Angola e em África é pior, uma vez que é mais difícil cumprir as promessas, devido às dificuldades profundas no tecido económico e financeiro.

"Há um alto índice de desemprego, existe uma alta taxa de inflação e está tudo caro neste país, menos o salário. O trabalho do ser humano está a ser mal remunerado, em termos reais. Embora em termos nominais, possamos dizer que os deputados e os generais ganham bem, em termos reais estão a auferir menos de 45% desse rendimento. Ou seja, quase metade do salário real está a ir para a taxa de inflação", acentuou.

Fernando Heitor vai mais longe ao frisar que quando a economia vai mal afecta a vida de todos. "O partido da situação vai fazer mais promessas, para além daquelas que faz desde que Angola é independente vai injectar mais comida no mercado para fazer baixar os preços e procurar não tomar medidas impopulares para não dispersar ou perder votos e depois, em 2018, é que vai mostrar a sua cara real, se vencer as eleições", explicou.

"A verdadeira cara vai aparecer em 2018 com quem ganhar as eleições. Será aí que ele vai encarar os assuntos económicos e sociais da Nação", defendeu.

O OGE de 2017 estima receitas de 7,3 triliões de kwanzas e fixa despesas em igual montante. Nesse sentido, foram identificados 171 projectos, dos quais 166 de âmbito local e cinco de âmbito central, avaliados em 24 biliões, 687 milhões, 472 mil e 717 kwanzas.

Elaborado com base no preço do barril de petróleo, fixado em 46 dólares, e a produção anual de 664,68 milhões de barris, o Produto Interno Bruto prevê crescer 2,1% a uma taxa de inflação de 15,8 por cento e o défice fiscal de 5.8 do PIB.

4.10 OPSA sugere publicação do OGE na Internet

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

O Observatório Político e Social (OPSA) sugere que a Assembleia Nacional assuma um papel "mais activo" na preparação do OGE de cada ano, iniciando um processo de discussão das suas grandes linhas orientadoras, coma participação da Sociedade Civil a todos os níveis do território. Na opinião do OPSA, isso deverá ser feito em tempo que permita uma "orientação" ao Executivo antes de este iniciar a elaboração das suas propostas para aprovação do seu Titular.

No seu habitual ponto de vista sobre o OGE, o OPSA entende que, deste modo, o Orçamento poderia, de forma gradual, vir a ser um documento mais consensual, que reflectisse as preocupações do conjunto da sociedade.

A ONG sugere que deve ser dada continuidade à descida gradual dos subsídios aos combustíveis, canalizando os valores "libertados" para outras rubricas do sector social.

Propõe também que se retome o reforço das dotações com educação e saúde, em detrimento das despesas com a defesa, segurança e ordem pública e do nível de investimento público, de forma a impulsionar a diversificação da economia, sustentando e sistematizando investimentos no sector produtivo, muito especialmente a agricultura e a indústria transformadora.

Outra sugestão do OPSA vai no sentido de se aumentar as verbas atribuídas à educação pré-escolar e à infância em geral, bem como aos ensinos primário e secundário; melhorando, ao mesmo tempo, o desequilíbrio entre a educação superior e a secundária.

"Só desse modo se poderá melhorar a qualidade do ensino e preparar os quadros do futuro, incluindo os de nível universitário", defende o OPSA.

Relativamente à saúde, a ONG defende também um aumento das dotações do sector da saúde, aproximando o país das metas internacionais.

"Cuidar que as verbas atribuídas aos programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas tenham em conta a importância da agricultura em termos de emprego ou ocupação de mão-de-obra e na segurança alimentar, bem como no acesso ao crédito", refere o relatório enviado a OPAÍS.

Recomenda também a criação de uma unidade técnica com capacidade para apoiar os deputados na análise e tratamento do orçamento. O OPSA considera que os parceiros sociais, convidados a emitirem as suas opiniões junto das Comissões Parlamentares, devem fazer um esforço para se prepararem tecnicamente de modo a poderem debater e apresentar as suas propostas com argumentos.

"As organizações da sociedade civil focalizados em diferentes temas (como educação, saúde, agricultura, género) poderão apurar a sua eficácia na análise, divulgação e debate da informação que é publicada no portal do Ministério das Finanças. A sua divulgação junto aos cidadãos contribuirá para o desenvolvimento do "sentido de propriedade" em relação aos recursos públicos e, assim, do sentido de exigência em relação à sua gestão", sugere a ONG angolana.

4.11 Administração geral tributária empenhada em diversificar as fontes

Jornal Economia e Finanças

30 De Dezembro de 2016

Os desafios da Administração Geral Tributária (ACT) mantêm o foco na diversificação das fontes de receitas e contínua redução da estrutura de receitas do PIB à actual dependência aos impostos petrolíferos.

O passo da afirmação foi dado, em 2014, com a fusão das extintas Direcção Nacional de Impostos (DNI), Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) ao que deu origem a Administração Geral tributária (AGT).

A Administração Geral tributária (AOT) elegeu, desde logo, a simplificação dos procedimentos e ajustamentos de algumas naturezas de impostos, tendo em realce a diminuição do Imposto Industrial, que desceu de '3 para 30 por cento/ano. Agora, o desafio passa, nos próximos cinco anos, pela implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (UVA).

Todo esse desenho evolucionista já levou a que a receita fiscal proveniente da produção petrolífera registasse uma queda de cerca de 15 pontos percentuais, passando de 80 por cento para pouco mais de 50 do total nos últimos cinco anos (2009-2014).

Este ano, uma série de actividades marcaram a acção da gestão da AOT, sobretudo, eventos cujo foco foi colher experiência de países lusófonos e outros parceiros africanos com forte cultura de arrecadação tributária, casos da Namíbia, Quênia e África do Sul.

Uma das premissas lançadas é a da preparação do mercado para a efectivação da entrada do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A AOT está consciente da utilidade desta natureza de contribuição fiscal, mas também quer assegurar, face ao actual cenário de forte informalidade da economia, que a sua aplicação resulte positivamente na arrecadação financeira. Para tal, ouviu o caso de Cabo Verde, Portugal, Brasil e Namíbia lançaram mãos à esta contribuição.

No lançamento dado pelo Ministério das Finanças, a visão é de melhorar a arrecadação da receita não petrolífera, significando que temos de desenvolver um conjunto de acções que vão permitir que todas as actividades económicas estejam dentro do perímetro de cobrança.

Tornar forte a AGT

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, apelou para que todos os funcionários da AOT se empenhem para que a instituição se torne cada vez mais forte e de referência no sector das Finanças Públicas.

"Temos de nos ajustar ao novo paradigma económico-financeiro, que exige de todos os funcionários das finanças públicas uma postura diferente", afirmou o ministro num breve encontro com todos os colaboradores, no final da visita.

Melhor arrecadação

Entre as fontes de receitas, a cobrança da taxa de circulação, que em 2015, proporcionou 5,3 mil milhões de kwanzas, contra os 1,7 mil milhões do ano anterior dá kwanzas para 5,3 mil milhões.

Este ano a AOT arrecadou pouco mais de dois mil milhões de kwanzas, mas o compromisso com o próximo exercício económico é de não colecta atingir 4,5 mil milhões de kwanzas (cerca de 26 milhões de dólares).

Para a AOT, continuar-se a mobilizar mais segmentos da economia ainda à margem do fisco para que todos contribuam mesmo que com pouco.

3.12 OGE 2017 alinha objectivos

Jornal Economia e Finanças
30 De Dezembro de 2016

Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2017, aprovado neste mês de Dezembro na generalidade pelos deputados à Assembleia Nacional (AN), demonstrou a maturidade da governação e o forte espírito de inclusão.

Após submetida em Outubro a proposta inicial pelo Executivo, no hemiciclo seguiram-se discussões com partidos políticos da oposição, parceiros sociais e associações profissionais.

O objectivo era o de aproximar as diferenças e permitir que as várias sensibilidades pudessem rever-se na versão final de um Orçamento, que se fez especial, pois a realização de Eleições Gerais em Agosto de 2017 tornaram-se no foco principal da programação.

Os departamentos ministeriais, que constituem o Executivo interagiram com todos os destinatários da acção directa da governação e os representantes de grupos profissionais e da sociedade em geral.

De acordo com um calendário de discussões e audições a que o JE teve acesso, várias auscultações foram programadas, sendo a última delas ao sector da justiça.

Um ano de prioridades

A exiguidade de verbas, segundo referiu a AN a propósito do OGE, é comum a todos os sectores de actividade em Angola, sendo o social o prioritário.

Tendo em atenção o contexto económico-financeiro mundial, em particular o nacional, "o mais importante é resolver os problemas do povo" tal como apregoou o saudoso Presidente António Agostinho Neto, ou seja, combater a pobreza e promover o bem-estar dos angolanos é o principal objectivo da proposta orçamental para o próximo ano.

A secretária de Estado do Orçamento do Ministério das Finanças, Nacília Gomes da Silva, prestou declarações sobre as verbas alocadas às instituições essenciais à Justiça, que no orçamento de 2017 beneficiam de um ligeiro incremento em relação ao OGE-Revisado de 2016, acautelando-se, no entanto,

verbas adicionais, sobretudo para o Tribunal Constitucional, além daquelas destinadas ao seu funcionamento, devido à intervenção que terá no processo eleitoral.

Endividamento

Os limites do endividamento e o ajustamento do salário da função pública na proposta do OGE/2017, que foi amplamente discutido em sede de especialidade da AN, marcou os vários encontros da quinta comissão com os parceiros.

Salários

Um reajustamento salarial na função pública para minimizar as carências das famílias em situação de elevada instabilidade social e económica e reanimar a auto-estima profissional dos funcionários públicos também foi requerida pelos sindicatos dos trabalhadores e acolhida pelo Executivo.

Segundo estes, nos anos de 2015 e 2016 os salários dos funcionários públicos não foram reajustados a quadro macroeconómico de referência para o exercício orçamental de 2017 aponta para uma melhoria do desempenho da economia nacional, considerando uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto real de 2,1 por cento, maior do que a projectada para 2016, que foi de 1,1 por cento. O sector petrolífero deve crescer 1,8 por cento e o não petrolífero 2,3 por cento.

Os números do OGE

O desempenho do sector não petrolífero é positivamente determinado pelos sectores de Energia com 40,2 por cento, a Agricultura com 7,3 por cento, a Construção com 2,3 por cento e Indústria Transformadora com quatro por cento, na proporção dos respectivos pesos na composição do Produto Interno Bruto (PIB) sustenta. O OGE 2017 contempla fluxos globais de receita

fiscal de 3 mil 667,8 mil milhões de kwanzas e de despesas fiscais fixadas em 4 mil 715,6 mil milhões de kwanzas, correspondendo, respectivamente, a 18,6 por cento e ~3,9 por cento do PIB, resultando num défice global de mil e 47,8 mil milhões de kwanzas, (QU seja, 5,) por cento do Produto Interno Bruto.

O cenário fiscal para 2017 prevê ainda uma redução considerável nas despesas com os subsídios de cerca de 19, por cento, comparativamente ao OGE revisto de ~016, traduzindo uma postura de racionamento de gastos fiscais com as subvenções.

"Não sendo possível corrigir os eventuais desequilíbrios num único exercício orçamental,

procurou-se, neste orçamento, definir uma estrutura de distribuição de despesas que maximize os resultados sociais a longo prazo. O", considerou o Presidente da República na mensagem, acrescentando que, deste modo, a distribuição da despesa com o sector social corresponde a 38,5 por cento da despesa fiscal total. Em contrapartida, a despesa com o sector da defesa, segurança e ordem pública corresponde a 20,33 por cento. O peso do sector social resulta da importância da: operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, educação e assistência social a crianças e idosos.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Kilamba Kiaxi é município e já tem nova inclina chama-se Albina Guilherme

Jornal Visão

02 De Dezembro de 2016

O governador da província de Luanda, Higinio Carneiro procedeu recentemente à nomeação de Albina Guilherme Luís para o cargo de administrador municipal do Kilamba Kiaxi e Maria da Conceição Bezerra para o cargo de administrador municipal de Talatona,

Procedeu ainda à nomeação de Ana Euridice Contreiras para o cargo de administradora municipal adjunta de Talatona, enquanto José Feliciano Lourenço para o cargo de administrador municipal adjunto de Talatona.

Na mesma senda, procedeu à nomeação de Ambrósio Ferreira Narciso para o cargo de administrador municipal adjunto de Talatona, já Ferreira Coxe foi nomeado para o cargo de administrador municipal adjunto do Kilamba Kiaxi.

Por seu turno, foi nomeado Mauro Alexandre Cabral para o cargo de administrador municipal adjunto do Kilamba Kiaxi, e Manuel Francisco Bernardo para o cargo de administrador municipal adjunto do Kilamba Kiaxi,

Enquanto Sónia de Fátima do Nascimento foi nomeada para o cargo de administradora do Distrito Urbano do Nova Vida do Kilamba Kiaxi e Valdemar Manuel Paiva para o cargo de administrador distrital adjunto do Distrito Urbano do Nova Vida do Kilamba Kiaxi, Arlindo Vieira dos Santos foi nomeado para o cargo de administrador Distrital adjunto do Distrito Urbano do Nova Vida do Kilamba Kiaxi, já Domingos da Cruz da Fonseca foi para o cargo de administrador do Distrito Urbano da Vila Flor, município de Viana.

Domingos António Bernardo foi nomeado para o cargo de administrador distrital adjunto do Distrito Urbano da Vila Flor (Viana), enquanto Eduardo Costa Gabriel foi nomeado para administrador distrital adjunto do Distrito Urbano do Zango (Viana).

Já Lízete Pedro foi para o cargo de administradora distrital adjunta do Distrito Urbano do Zango (Viana), Ermelinda Narciso para director da comissão administrativa da Cidade de Luanda.

O Governador de Luanda, Higinio Carneiro, procedeu à exoneração de Ana Euridice de Sousa do cargo de directora de gestão urbanística, construção e habitação da comissão administrativa da cidade de Luanda.

5.2 Sobas recebem cerca de 11,5 milhões de kz em 2017

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Onze milhões e 494 mil kwanzas é o quanto o Estado angolano prevê gastar com subsídios aos milhares de sobas que existem pelo país, segundo a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017.

O valor representa um aumento de 0,5% em comparação ao OGE 2016, que foi alvo de um revisto em Setembro último devido à quebra nas receitas fiscais petrolíferas.

Segundo a Lusa, o Governo anunciou este ano a intenção de recadastrar os mais de 40 mil e 300 sobas ou autoridades tradicionais do país e informatizar o pagamento de subsídios estatais a estes líderes locais, alguns dos quais vivem isolados a dezenas de quilómetros das cidades e vilas.

A medida consta do documento governamental com as linhas mestras de combate à crise do petróleo e que visa diversificar as receitas do Estado; bem como "optimizar a despesa", ante a quebra para metade no retorno financeiro com a exportação de crude.

No caso de Angola, a designação de "Autoridades Tradicionais" abrange reis, sobas e séculos, reconhecidos pelas administrações do Estado antes e depois do período colonial português (1975).

Em 2015, antes da desvalorização de cerca de 40% que se seguiu no kwanza angolano, relativamente ao dólar norte-americano, o Estado gastava com os sobas 11.627 milhões de kwanzas (mais de 92 milhões de euros, à taxa de câmbio de então).

5.3 MPLA é alérgico as eleições autárquicas

Jornal A Republica

16 De Dezembro de 2016

Texto: Adriano Sobrinho

Para inteirar-se das questões que se prendem com as eleições autárquicas, muito faladas, mas nunca realizadas em Angola; uma vez divulgadas para 2021, pelo MPLA, Partido que dirige país há mais de quarenta anos, Jornal A REPÚBLICA ouviu alguns cidadãos que aceitaram falar à nossa reportagem sobre o assunto tão propalado pelos Partidos na Oposição e, também pela sociedade civil, que tudo fazem para que haja vontade política e transparência na abordagem e tratamento dos assuntos por parte de quem está à frente dos destinos do país. Salvador Carneiro Dias Van-Dúnem, psicólogo de profissão, de 46 anos de idade, disse o seguinte: "O MPLA é alérgico as eleições autárquicas. Vai continuar a alargar o prazo e, isso, nunca acontecerá em Angola. O MPLA vai continuar a enganar os partidos e a sociedade civil, porque conta com a Polícia e as Forças Armadas que são seus satélites preferenciais e partidário.

Quem tentar manifestar-se será fortemente reprimido. E com a corrupção a generalizar-se, cada vez mais, no seio dos camaradas, será muito difícil perderem poder. A exclusão social que MPLA leva a cabo desde que tomou o poder é a grande realidade que o país carrega. Não tenhamos ilusões. O MPLA através do MAT (Ministério da Administração do Território) vai continuar a alterar os dados informáticos e chamar a si as eleições gerais, coisa que já não conseguirá fazer com as eleições autárquicas. Mas é urgente a mudança!" - sentenciou. Depois, o Jornal A REPÚBLICA ouviu a cidadã Bernarda Luísa de Sousa, economista, de 36 anos de idade, que aflorou o seguinte: "As eleições autárquicas, em Angola, nunca terão lugar. Há muito medo por parte do MPLA, quando se fala das eleições autárquicas. Porque elas vão permitir com que outras forças políticas ganhem-nas em determinados municípios do País, para formarem o Poder Local. Isso nunca irá interessar o MPLA. O MPLA não tem capacidade política para incluir os outros partidos dentro de um processo que irá melhorar as condições sociais e económicas das populações de Angola.

O nepotismo, a corrupção e a exclusão continuam e continuarão a ser as marcas desse Partido com capa de democrático.' Rematou a nossa entrevistada com a maior serenidade que a caracteriza. Maria Fernandes Cortês, advogada, de 31 anos de idade, sem rodeios,

acrescentou o seguinte: " Tudo, em Angola, gravita em volta das eleições.

E quem governa vai fazendo o que quer, sem ter presente o primado da lei. Na prática nada se vê o que a Constituição observa.

As eleições autárquicas já deviam ter lugar, há muito tempo, neste País. Mas com o MPLA no poder, jamais teremos eleições autárquicas em Angola! Rematou a nossa interlocutora. Infelizmente, muitas reservas ainda pairam sobre estas eleições autárquicas, segundo os nossos entrevistados, que acompanham a realidade que se vive no País, onde o Governo não tem sabido cumprir com as suas obrigações políticas, sociais e económicas em prol dos cidadãos angolanos, que vivem a maioria em péssimas condições e marginalizados por quem governa Angola na exclusão dos seus habitantes. Tudo isso, obviamente, são factores que fazem com que muitos cidadãos não acreditem nas políticas do MPLA ou, melhor do Governo.

Angolano vigente. O Jornal A REPÚBLICA continuará, em outras reportagens, a ouvir outros intervenientes em relação "as eleições autárquicas" que nunca tiveram lugar em Angola, embora muitas vozes interessadas e da oposição se batam, incansavelmente' para que as mesmas sejam realizadas com muita brevidade, cumprindo, irreversivelmente, com os pressupostos que estão plasmados na Constituição da República de Angola.

5.4 Poder Tradicional: mais Caciques que Índios

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: Mário Afonso D'Almeida

Ao deparar-me com o artigo "Três províncias já actualizaram dados das autoridades tradicionais", inserido no semanário Novo Jornal (NJ) de 14 de Outubro de 2016, lembrei-me de "As Minhas Elucubrações XI", que escrevi para o mesmo NJ, em Fevereiro de 2013, com o encabeçado "Poder tradicional no Ghana vis-à-vis Poder tradicional em Angola". Nele procurei comparar os dois poderes no que se refere à organização, composição, lugar, papel e importância no contexto das respectivas Constituições e chamei a atenção para "a imperiosa necessidade de se fazer um levantamento exaustivo, em todas as províncias, dos poderes costumeiros, seus sistemas organizativos, jurisdicionais, hierárquicos, sucessórios, seus bens e posses (terras), as datas e os momentos festivos, as credences, os ritos, o seu papel para a economia e o desenvolvimento, etc., etc.". Por outro lado, "o

volume, a complexidade, a importância e a imperiosidade de um tal trabalho justificariam plenamente, em meu entender, a criação de um Ministério ou de uma Secretaria de Estado".

Ora, o Ministério da Administração do Território (MAT), tem um Departamento das Comunidades Tradicionais e Instituições do Poder Local que terá feito um levantamento parcelar de quem e quanto somos no concernente ao poder tradicional, e refere que três províncias actualizaram os dados.

Esse inquérito revelou também a existência no país de 40.332 autoridades tradicionais (?), sendo que, em algumas províncias, no Uíge, por exemplo, foram contados mais "sobas" (7.359) do que polícias (!), quantidades que o MAT considera, justamente, inflacionadas. Sobre isso já tínhamos feito referência no artigo

"As minhas Elucubrações", acima citado, quando dizíamos existir no nosso país uma pletera de chefes tradicionais, evidenciada nas imagens televisionadas das massivas concentrações de militantes de partidos em que os "Sobas", às dezenas, mais "caciques que índios", se mostram nas primeiras filas, enfarfelados e engalanados, uns com os distintivos das respectivas "realezas" e outros, a maioria, "enquicutados" com fardas idênticas às usadas ainda na época colonial.

Por outro lado, ficámos a saber que Ministério da Educação inseriu no sistema de alfabetização de adultos mais de 12 mil chefes tradicionais, entre "sobas, regedores, reis e rainhas que não sabem ler nem escrever". Comparativamente ao Ghana, e como me referi no meu artigo citado acima, o nível de escolaridade da maioria dos "Chiefs" é tal que muitos deles têm formação superior, mestrados (master, MA) e doutoramentos (PhD).

Um outro aspecto relevante na Constituição do Ghana é, desde logo, a definição de quem é ou pode ser "Chief": "todo aquele que, vindo de uma linhagem (matrilinear) e família idóneas, tenha sido validamente nomeado, eleito, seleccionado, entronizado ("enstooled") ou revestido da tradicional pele ("enskinned") e instalado como "Chefe" ou "Rainha Mãe", de acordo com os relevantes usos e lei costumeiros" (art.º 277.0). Daqui se infere que o "Chief ou "King", no caso de vacação do poder, por morte ou destituição, não é substituído automaticamente por um eventual herdeiro directo. Isso, aliás, também se verifica 'entre nós em muitos "reinos" ou "sobados" em que a sucessão segue a linhagem matrilinear. Estou lembrado da nossa Rainha Nha Katolo cuja sucessão se fez de uma Ngana para outra.

Ora, na nossa Constituição, no Capítulo III, "o Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário." (Art.º 223.º) mas define vagamente o que são "Autoridades tradicionais" (Art.º 224.º), assim como sobre as suas atribuições, competências e organização (Art.º 225.º), relegando por outro lado, à lei "o regime de controlo, da responsabilidade e do património das instituições do poder tradicional, as relações institucionais destas com os órgãos da administração local do Estado e da administração autárquica, bem como a tipologia das autoridades tradicionais". Também, pela rama, se refere ao direito consuetudinário (tribunais) e à tipologia das autoridades tradicionais que, entre nós e genericamente, têm sido denominados de "Soba", designação que inclui rei ou rainha, régulo, soba, seculo, soma, regedor, sem contudo se saber bem qual o lugar e o papel (autoridade) de cada de uma dessas categorias.

Já lá vão três anos desde que o NJ publicou o meu artigo e noto, com satisfação, existir no MAT um Departamento onde se tem procurado fazer um estudo sobre a situação actual de um Poder Tradicional cuja utilidade e valor lhe são constitucionalmente reconhecidos. O levantamento estatístico feito, embora sumário, já é um princípio. Muito se escreveu no passado, mormente no tempo em que éramos colónia, sobre o poder tradicional em Angola; deve haver nos arquivos da nossa historicidade e até um ou outro artigo recente sobre esta material, mormente um sobre o poder tradicional no Cunene em tese de Doutoramento de que me recorde ser a autoria feminina. A compilação e análise de um tal material, alicerçando-se num inquérito junto dos chefes tradicionais mais notáveis e prestigiados, será, se ainda não tiver sido feito, a forma mais adequada para se obter os dados e as informações do estado real da comunidade tradicional e ajudando-a assim a melhor organizar-se e a poder participar plenamente na gestão autárquica da coisa pública, no quadro da Constituição e da lei, se e quando (?) for implementado no nosso país um poder local realmente descentralizado.

Ainda no referido artigo, realcei a diferença entre o nosso País e o Ghana, no que concerne à actividade político partidária dos chefes tradicionais. Entre nós é frequente ver magotes de sobas, em manifestações partidárias ou de cunho partidário, engalanados militantemente com as cores do partido que celebra um qualquer acto próprio; na Assembleia Nacional têm tido assento sobas e até "reis", eleitos nas listas para deputados (caso de "rei" no partido MPIA). Ora, no Ghana, um "Chief" não pode tomar parte activa em partidos políticos e se o quiser fazer, por

exemplo, candidatando-se a deputado, como independente ou sob a bandeira de um partido político, deverá abdicar do cargo, função ou título. Em Angola, não tenho conhecimento de que, entre os nossos Sobas, Reis e Rainhas, haja alguma cláusula no viver costumeiro que os impeça de militar em partidos políticos e de assumir cargos ou funções partidárias ou governativas, mantendo-se na chefatura tradicional. Pelo habitual e corrente comportamento dos nossos chefes tradicionais não me parece que estejam adstritos a alguma práxis consuetudinária nesse sentido. Se não existe tal cláusula impeditiva, deveria haver. É que promiscuidade de um rei ou um soba com um qualquer partido político não irá criar problemas e/ou conflitos entre o "buta mutó" e os respectivos súbditos quando estes militem em outro partido que não o dele? Julgo que foi pensando nisso que no Ghana se estabeleceu essa prática.

P.S. Vêm aí, daqui a menos de um ano, as eleições gerais "atípicas". Os Partidos políticos estão neste momento praticamente em campanha: engrenam comícios atrás de comícios, visitas de terreno, entrevistas, promessas programáticas, aliciamentos materiais e quiçá financeiros às aldeias e comunais mais carenciadas e a sobas e quejandos, algumas organizações, a maioria alimentada pelo MPLA (Ajapraz, Movimento Espontâneo, entre outros), levam prebendas de toda a ordem, desde bicicletas, motorizadas e até carrinhas, alfaias e insumos agrícolas, utensílios e produtos alimentares tão necessários, bem-vindos e benquistos neste período de carências várias e de toda a ordem. É assim. Para se ganhar o voto vale tudo e mais alguma coisa. E o "M" tem nisso toda a larga experiência que lhe conhecemos e que vem acumulando desde a sua fundação, aumentando-a e enriquecendo-a ao longo destes 41 anos de absolutismo, poder que vai conseguir manter, "tant bien que mal", por mais alguns anos eleitorais se os militantes e o povo continuarem a deixar-se embalar e empacotar com promessas, na maior parte das vezes irrealizáveis.

E o que esperar dos partidos opositores, em acérrima luta pelo poder, se e quando o assumirem? "Les choses étant égales, par ailleurs ...à bon entendeur, salut!"

5.5 Oposição defende eleições autárquicas para derrubar Paulo Pombolo

Jornal Liberdade

23 De Dezembro de 2016

Texto: Mwana Úta

De acordo com o número um do "Galo Negro" naquela província, assim que vencerem as autarquias vão chamar as autoridades tradicionais para analisarem as dificuldades que vivem nas suas localidades e dar a solução.

O secretário disse ainda que as eleições autárquicas dão poder aos administradores locais, quem está no município conhece melhor as dificuldades nas suas localidades, assim as soluções dos problemas será mais fácil de serem resolvidos. Félix Simão Lucas disse ainda que o governador Paulo Pombolo, controla todos os municípios. "Agora como é que vai tomar as decisões urgentes daquelas comunidades que se encontram em péssimas condições e precisam de uma intervenção urgente? Por isso nós achamos que deve haver eleições autárquicas para os municípios desenvolverem-se em termos de infra-estruturas em todos os sentidos", asseverou.

O secretário defendeu ainda ao Jornal Liberdade, que os recursos humanos e financeiros da província são suficientes para o desenvolvimento do Uíge. "Nós não temos dificuldades para qualquer desafio que vier, porque até os quadros são do país, afirmou.

Félix Simão, denunciou ainda que jovens de outros partidos políticos não têm beneficiado dos projectos de combate à pobreza, como créditos e meios de transportes que têm dado na província, "Porque se vermos são sempre os mesmos que recebem os créditos e muito mais. A população nas zonas rurais, não têm água potável, energia eléctrica, saúde, mas encontram-se numa extrema pobreza enquanto o país é rico em recursos naturais. Recebemos a visita do presidente da República José Eduardo dos Santos, aqui no Uíge e avançou alguns investimentos pertinentes que só beneficiou um grupo restrito do MPLA, e não a população em geral", denunciou.

Para o nosso interlocutor " quem está a governar o país, que olhasse para os angolanos e não pela cor partidária, mas reflectir os nossos problemas, para tirarmos o país do desemprego, deixarem livre os jornalistas a exercer as suas funções e os partidos políticos a desenvolverem as suas actividades. Concluiu o secretário provincial da UNITA no Uíge, Félix Simão Lucas.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Surge um novo Sambila

Jornal Economia e Finanças
16 De Dezembro de 2016

Do B.O (Bairro Operário) ao homónimo Sambizanga, os 244 mil residentes do distrito urbano do Sambizanga, da província de Luanda, esfregam às mãos de contente. Todos aguardam a conclusão das obras de requalificação de um dos mais afamados lugares da capital, cuja a história vem desde o tempo colonial e dá azos aos sonhos de modernidade.

Ali onde já estive o maior mercado à céu aberto de África, o lendário "Roque Santeiro", tudo está a ser preparado para a presença de edifícios e imponentes infra-estruturas. As cubatas e casebres não resistem aos novos tempos e aos poucos dão lugar a novas habitações, construídas na vertical e horizontal de uma visão cuja a encosta da Boavista faz de cartão de visita ao mar da ilha.

As obras do projecto de requalificação do Sambizanga prevêem mil268 habitações e teve início em 2014 com a construção de 30 edifícios, de quatro pisos, dos 74 que estão programados, totalizando nesta fase 468 apartamentos.

Lá estão a ser erguidos 20 edifícios com habitações do tipo TA-T2, correspondente a 64 apartamentos, outros quatro edifícios do tipo TB - T 3 (64 apartamentos) e seis edifícios do tipo Tc-T2 (84 apartamentos e 24 lojas).

Está, igualmente, em construção um centro de saúde e duas escolas, sendo uma do ensino primário e outra do secundário, com seis e 12 salas, respectivamente.

Visita do Presidente

Na sexta-feira (9), o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realizou uma visita de trabalho ao Distrito Urbano do Sambizanga a fim de constatar o estado de execução das obras de requalificação em curso, cujas empreitadas englobam os projectos de desenvolvimento urbano na Boavista e Sambizanga, a protecção das encostas, a construção de um sistema viário integrado pelas Avenidas Kima Kienda e Lueji À Nkonde e o viaduto junto da Administração do Sambizanga. Consta ainda o realojamento das populações, através da construção de mais de 4.000 fogos.

O Presidente José Eduardo dos Santos, acompanhado de ministros dos departamentos ministeriais intervenientes na requalificação do distrito, orientou no fim da visita a criação de um órgão de coordenação para que haja uma maior articulação entre as demais instituições que constituem parte do processo, assim como a criação de um programa integrado por forma a englobar todos os projectos existentes.

Visita ao percurso

Depois de ter percorrido de autocarro as ruas "Kima Kienda" e "Lueji À Nkonde", as zonas do campo Mário Santiago e do ex-mercado Roque Santeiro e o túnel da Boavista, o Presidente José Eduardo dos Santos considerou ser necessária uma maior articulação institucional entre os intervenientes no projecto.

Pediu, na ocasião, atenção às questões de realojamento populacional para evitar constrangimentos na implantação de infra-estruturas, lembrando que na Boavista e na zona do antigo mercado Roque Santeiro foram desenhados grandes projectos de desenvolvimento urbano e que a construção de infra-estruturas vai permitir o loteamento de espaços habitacionais, comerciais e outros.

O Chefe do Executivo falou da necessidade de se encontrar soluções para o realojamento das famílias que habitam actualmente nas zonas de implementação de projectos, em termos de localização de espaços, financeiro e de parcerias.

6.2 Executivo ordena o território nacional

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2016

A informação foi prestada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, durante o balanço das actividades desenvolvidas pelo sector ao longo de 2016, no domínio do Ordenamento do Território.

A ministra falou do projecto da Cidade Aeroportuária, que está a ser desenvolvido pela empresa CIF, que iniciou a elaboração do Plano de Urbanização que deve ser acompanhado por uma comissão técnica interna do Ministério.

A par destes projectos, a ministra informou que continua a ser actualizada a base de dados dos planos territoriais e urbanísticos elaborados em todo o país,

com o cadastro dos instrumentos de planeamento territorial e urbanístico.

"Estamos a proceder à divulgação a nível nacional da importância da elaboração da carta de risco, que é um instrumento que está orientado para ser elaborado na ausência do Plano Director Municipal (PDM) ", explicou.

Branca do Espírito Santo informou que estão também em fase de elaboração os elementos metodológicos para a interpretação e divulgação da legislação relacionada com o sector, através do estudo de harmonização dos diplomas legais, em função da nova orgânica institucional. A ministra disse ainda que trabalha-se já na modernização do Sistema de Informação Geográfica (SIG), que permitirá uma adequada informação territorial, de forma a melhorar o cadastramento e a titulação das concessões das áreas concedidas e a conceder, também no âmbito das reservas fundiárias. Em relação às actividades do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação (MINUHA), Branca do Espírito Santo destacou a elaboração e entrega dos planos urbanos de Cacula e Quipungo, municípios da província da Huíla, e a promoção e execução de planos de ordenamento rural promovidos pelo Ministério. A prestação de serviços técnicos às administrações municipais, o acompanhamento dos Planos Urbanísticos (do Sector Dimuca/Sambizanga e das "Organizações Ribeirinho", a construção de 60 mil fogos no âmbito do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação), levados a cabo pelo INOTU, também mereceram a atenção da titular do sector. "Estamos a acompanhar a implementação da Urbanização Comandante Loy, em Calomboloca, e Nganga Zuze, e estamos a elaborar os termos de referência sobre o impacto social, económico, ambiental, histórico e político-administrativo das reservas fundiárias", aferiu.

A ministra revelou que estão a ser estabelecidos protocolos de cooperação com universidades e a executar a formação interna.

6.3 Reabilitação das vias urbanas da cidade comprometida por falta de verbas

Jornal de Angola
31 De Dezembro de 2016

A reabilitação das vias de acesso do casco urbano da cidade de Cabinda e parte dos projectos de abastecimento de energia e água à população não foram concretizadas em função da crise económica e

financeira que o país atravessa, tendo sido remetidas para o próximo exercício económico.

Em 2016, ficou ainda por se concluir as obras do Hospital Central de Cabinda e do município de Cacongo e também a construção de 200 fogos habitacionais por cada município.

Apesar da crise, em 2016, foram desenvolvidos esforços no sentido de manter-se os ganhos registado em 2015. Por exemplo, no sector da Saúde, os dados indicam que se registou uma baixa em termos de mortalidade infantil. Também houve uma redução considerável em termos de malária.

No que diz respeito à Educação, ensino primário registou um aumento significativo com a entrada de mais de 21 mil crianças para o processo de aprendizagem, 27 mil para o ensino secundário e mais 500 novos estudantes ingressaram nas universidades. O sector da Indústria também registou ganhos significativos, com a execução da primeira fase do Pólo Industrial do Fútila, que está a ser implementado numa extensão de 2.345 hectares para acomodar cerca de 56 empresas do ramo petrolífero e não só.

A par da indústria de produção e transformação da madeira, com grande expressão a nível do sector na província, a construção civil; a exploração asfáltica e de betão, assim como a indústria transformadora de ração animal estão a dar passos significativos. Prevê-se empregar cerca de 2.000 pessoas.

A nível da província de Cabinda, Executivo aprovou 30 projectos de impacto socioeconómico, que visam influenciar o desenvolvimento da região e melhorar o nível de vida da população.

Dos projectos, 15 são de implementação imediata, no quadro do financiamento da linha de crédito da China. Trata-se da construção do porto de águas profundas do Caio, reabilitação e ampliação do aeroporto local e da construção do quebra-mar e de um terminal marítimo. Fazem ainda parte dos projectos, a aquisição de dois navios de cabotagem para a ligação Cabinda/Soyo/Luanda, a electrificação da cidade de Cabinda, a implementação de projectos de reabilitação e o reforço da produção e do abastecimento de água potável nos municípios de Cabinda, Buco-Zau e Belize.

Também constam do caderno de encargos, a conclusão do projecto de construção do Campus Universitário, a construção das fases um e dois de infra-estruturas integradas da província e do centro político administrativo do governo provincial.

Quanto ao porto de águas profundas do Caio, o maior projecto a ser erguido na província depois da independência, este entra em funcionamento em 2017 com a conclusão da primeira fase.

Manuel Nunes Barata, da empresa Caio Porto SA, gestor do projecto, disse que, em termos de custo, o empreendimento está avaliado em cerca de dois mil milhões de dólares e informou que os trabalhos para a conclusão da infra-estrutura estão praticamente na sua recta [mal].

Os estudos bati métricos e da dinâmica das ondas e outros aspectos inerentes à sua implementação foram concluídos, o que permitiu alterar o figurino do projecto inicial por se constatar a existência, no fundo do mar, de infra-estruturas ligadas à exploração petrolífera.

Com essa alteração, disse Manuel Barata, o porto fica agora localizada a dois quilómetros da costa, o que permite reduzir os custos da dragagem e tomar menos onerosas as operações de carga e de descarga de mercadoria.

Os prazos inicialmente concebidos para a execução do projecto não serão alterados, garantiu Manuel Barata, acrescentando que, em meados de 2017, deverá atracar o primeiro navio no novo porto comercial de Cabinda, que inicialmente terá capacidade de manusear cerca de 200 mil contentores por ano.

O projecto da construção do porto do Caio obedece a três fases. A primeira, em termos de custo, está avaliada em 600 milhões de dólares e consiste na construção de um cais de atracação para receber dois navios de longo curso, bem como a construção do quebra-mar. A construção do quebra-mar afigura-se como um projecto importante para a operacionalidade da actual ponte cais e do futuro porto de Caio, já que vai mitigar as dificuldades adversas provocadas pelas correntes de Benguela e do rio Zaire e outras substâncias resultantes das calemas. O quebra-mar, de acordo com o presidente do Conselho de Administração do Porto de Cabinda, Manuel Nazareth Neto, trará mais valias para o desenvolvimento da região na medida em que vai influenciar para que o custo de vida na província baixe.

Também vai facilitar a atracação de mais navios na ponte cais e junto do próprio quebra-mar e gerar postos de trabalho para os jovens. Vai, igualmente, possibilitar o transporte de passageiros e de mercadorias por via marítima Cabinda/Soyo/Luanda e vice-versa, através de um catamarã e de outras embarcações.

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, considerou que tais projectos estruturantes vão dinamizar o processo de desenvolvimento e crescimento económico da província, promover o emprego e aumentar a qualidade de vida da população.

6.4 Imobiliária simplifica acesso a casas

Jornal de Angola

01 De Dezembro de 2016

Texto: Kátia Ramos

O projecto "Dicanga Imobiliário" simplificou as modalidades de acesso a casa própria para permitir que funcionários públicos e privados tenham uma residência condigna na cidade de Luanda. A construção de 238 habitações do tipo A, B e C, T3, T4 e T5, numa zona privilegiada da capital do país, foi lançado ontem, em Luanda.

Diacatte Quipuco, director comercial da imobiliária; disse ao *Jornal de Angola* que a empresa tem a finalidade de facilitar a aquisição de casa própria aos menos afortunados, incluindo pessoas que não possuem um rendimento mensal fixo.

"Dicanga Imobiliário tem o objectivo de facilitar o acesso e aquisição de uma residência social a todos os níveis pela forma mais facilitada de pagamento, tendo como público-alvo os jovens que estão a começar a vida e almejam ter a casa própria" sublinhou.

O responsável disse que a aquisição de uma residência, a ser liquidada num prazo máximo de 35 anos, A empresa está a promover uma através de uma renda resolúvel de 55 mil kwanzas por mês, inicia com uma simples entrada de 200 mil kwanzas. Com a entregados 200 mil kwanzas e depósitos de 55 mil kwanzas por mês, o cliente aguarda por um ano para a recepção da chave.

O projecto conta com a parceria dos bancos Angolano de Investimento (BAI) e Comercio e Industria (BCI). No caso de clientes encontra dificuldades na liquidação, a imobiliária intercede como avalista na aquisição da habitação.

"Não queremos ter lucros imediatos. Queremos ajudar as pessoas a adquirirem a sua residência de forma confortável e segura, quer através do capital próprio, quer através de crédito bancária", disse Diacatte Quipuco.

A empresa está a promover uma campanha de promoção, que vai até ao dia 15 de Janeiro, para o

registo dos interessados em adquirir residência na primeira fase, que vai construir 68 casas. Previstas para serem entregues nos finais de 2017, as casas erguidas em condomínio aberto denominado Moreias Residence contam com certificação de segurança e de qualidade.

O projecto vai ser executado em quatro fases, contemplando áreas de lazer e comercial, creches, farmácias, supermercado, ginásio e outros serviços. As vivendas têm rés-do-chão e primeiro andar. "Trata-se da primeira iniciativa de soluções habitacionais com padrões de qualidade e um alto nível tecnológico que inclui pessoas que não dependem de um salário, mas que exige apenas uma fonte de rendimento", aclarou.

O director da área comercial disse que a diversificação do sector está a crescer, baseado no crescimento sustentável, e conta com o apoio de uma equipa humana qualificada que, apoia na qualidade do projecto.

No âmbito da construção civil, a Dicanga Imobiliário tem desenvolvido projectos de habitabilidade, capacidade e orientação técnica comprovadas pelos demais órgãos de qualidade nacional com vasta experiência no mercado Diacatte Quipuco disse que os responsáveis da empresa têm consciência da responsabilidade social que exerce nas comunidades, tendo como filosofia de trabalho prezar por valores e ética, respeito e profissionalismo.

"Desta forma, pretendemos contribuir para a qualidade de vida do cidadão angolano", referiu.

Para o director comercial, esta é a primeira empresa a dar soluções habitacionais aos angolanos, com a aposta numa estrutura empresarial sólida no mercado nacional. A empresa está a apostar na qualidade de alto padrão, na modernização, na mão-de-obra qualificada e prima pela comunicação contínua entre os sectores envolvidos.

A imobiliária está certificada e garante processos e prática de uma organização habitacional aplicada nos sistemas de gestão e qualidade.

6.5 Casas não chegaram para todos

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Há muitos moradores do Tecto Vermelho que partilham a casa com estranhos que não foram abrangidos pelo processo de entrega de residências, que decorreu esta semana. Alguns nomes não constam da lista em posse do responsável do

Ministério do Urbanismo. Foi este o caso do jovem Carlos Diogo, de 38 anos, que se mostrou inconformado. "O meu nome não saiu, não sei porquê. Eu estou muito aflito, estou à espera desta residência há mais de seis anos. A senhora jornalista já acompanha este caso há muito tempo e eu estive sempre aqui disponível para falar. Como é que agora vão dizer que o meu nome não está na lista? Se não está, então significa que eu não vivo aqui? O que estão a fazer não é justo. Estão a dar casas a pessoas que nunca viveram aqui" denunciou, imerso em interrogações.

Lázaro Felipe, de 40 anos, é outro morador que não recebeu casa. Também ele se mostrou indignado porque, há mais de seis anos, que divide casa com Carlos Diogo. Juntos receberam a ficha que confirmava que eram moradores do Tecto Vermelho e ambos ficaram de fora nesta entrega de moradias.

"Nós os dois recebemos as fichas no mesmo dia. Agora, estão a dizer-nos que os nossos nomes não constam da lista, isto não é justo. Estou a ver aqui muita gente com grandes carros. Essas pessoas não viviam aqui e eles é que estão a receber as casas", apontou o homem, visivelmente zangado.

Os moradores do bairro da Favela, comuna da Kinanga, distrito 'da Ingombota, foram retirados da zona em Novembro de 2010, e alojados no bairro do Panguila. Muitas famílias viram-se obrigadas a dividir casa. Nalguns casos, uma moradia de três quartos, sala, cozinha e uma casa de banho era partilhada por três famílias, que se viam obrigadas a uma coabitação forçada com estranhados.

6.6 Mais de 700 residências entregues no Panguila

Novo Jornal

02 De Dezembro de 2016

Texto: Isabel João

Algumas famílias que partilhavam casa, na zona do Panguila, província do Bengo, começaram esta semana a receber as residências, seis anos depois de terem sido transferidas do bairro da Favela. A promessa, feita em 2010, era de que cada família iria receber a sua própria moradia no prazo de 15 dias. A maioria aguardou seis anos. E há ainda quem tenha de esperar melhor sorte.

Foi com a alegria estampada no rosto e gritos - "já tenho casa, já tenho casa" que Cristina de Jesus, de 32 anos, começou a conversa com o Novo Jornal. "Estou muito feliz. Depois de tantos anos a viver naquele sofrimento, hoje, finalmente, vou ter um

sono tranquilo. Só tenho de agradecer ao Executivo. Mesmo com a demora, deu-me uma casa", explicou.

Cristina faz parte das mais de 1.700 famílias que foram retiradas do bairro da Favela, na comuna da Kinanga, em Novembro de 2010, pelo Governo da Província de Luanda. A moradora, que vivia no sector 9, foi beneficiada com uma habitação do tipo T2.

Outra moradora do sector 9 que também recebeu uma residência foi Maria da Piedade, de 58 anos, que, no Panguila, dividia a casa com duas famílias, à semelhança do que acontecia com Cristina de Jesus.

A mulher mostrou-se igualmente satisfeita com a nova residência, mas foi mais contida nos festejos, porque a casa que lhe entregaram não tem energia eléctrica, nem água potável.

"Gostei da casa, mais vale esta do que dividir uma com pessoas estranhas. Mas preocupa-me por não ter luz nem água. Assim, o nosso sofrimento vai continuar, porque temos de comprar água aos chineses", disse, resignada, Maria da piedade.

A mulher mostrou-se também insatisfeita pelo facto de a residência que recebeu apresentar fissuras, para além de todas as janelas e portas estarem partidas.

De acordo com fontes do Novo Jornal, as moradias entregues aos ex-moradores da Favela foram construídas há mais de dois anos e, apesar de tão pouco tempo, apresentam fissuras na sua estrutura. A maior parte das casas não tem chão e as sanitas foram arrancadas dos quartos de banho devido à demora.

Uma fonte confidenciou que, desde o início, o Complexo Residencial do Panguila foi um projecto do Ministério da Construção e Urbanismo. A entrega das residências não tem nada a ver com o Governo da Província de Luanda, nem do Bengo, conforme muitos pensavam.

6.7 Projecto habitacional em fase de conclusão

Jornal de Angola

05 De Dezembro de 2016

Texto: Sérgio V. Dias

Os primeiros apartamentos da centralidade do Cuito, no Bié, começam ser vendidos a partir de Agosto do próximo, disse o coordenador comercial da Kora-Angola, Crispim Costa.

O responsável da empresa de construção civil e promoção imobiliária reiterou que na imponente infra-estrutura estão em construção seis mil residências, das quais estão já concluídos 922 apartamentos, 252 moradias térreas e 611 de dois pisos.

Crispim Costa frisou que os candidatos à aquisição de moradias, quer na centralidade do Cuito, quer na do município do Andulo, devem estar tranquilos em relação à política de comercialização.

Tanto na centralidade do Cuito, como na do Andulo, a cerca de 130 quilómetros a Norte da capital do Bié e que, por sua vez conta com um total de mil apartamentos, a comercialização vai abranger pessoas de todas as classes sociais.

O coordenador comercial da Kora-Angola referiu que as obras de edificação e acabamentos nas habitações da centralidade do Cuito estão a decorrer a bom ritmo, tendo acrescentado, para o efeito, a construção de outras componentes complementares. Crispim Costa destacou, no entanto, que o empreendimento em execução inclui serviços sociais, construídos no âmbito do projecto "Horizonte", desenvolvidos pela construtora Kora-Angola.

Para o efeito, realçou a construção dos sistemas de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais, além dos da energia eléctrica e das vias de acesso à imponente infra-estrutura, que vai colmatar o défice habitacional da população local.

A semelhança da centralidade do Andulo, a do Cuito conta também com prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada e moradias de dois e um piso. Uma vez concluídas, as duas centralidades vão beneficiar sete mil famílias.

Casa própria

As políticas desenvolvidas pelo Governo do Bié, no quadro do programa habitacional de autoconstrução dirigida, garantiram a milhares de famílias de poucos recursos a realização do sonho da casa própria.

No Bié, as administrações municipais procederam este ano à distribuição global de 1.412 lotes de terrenos urbanizados para construção de moradias, sendo 300 no Cuito, 500 Chitembo, 160 no Cuemba, 252 Cunhinga, 100 em Camacupa e Chinguar a um preço fixado em 45 mil kwanzas por cada parcela com de 600 metros quadrados.

Além das centralidades do Cuito e do Andulo, onde foram executados um total de sete mil apartamentos de tipologia T3, está ainda projectada a construção de

mais de dois mil fogos habitacionais na reserva fundiária de Caluapanda,

Nesse contexto, em Setembro último ocorreu no Cuito a certificação de trezentos hectares de terras clarificadas do pólo industrial do Cunhinga, áreas de produção agrícola em Camacupa e na reserva fundiária de Caluapanda.

Um total de 130 jovens beneficiaram, em Agosto último, de residências no bairro São José e outros 86 na localidade de Caluapanda, no Cuito, no âmbito do "Programa Angola Jovem".

6.8 Novos bairros conferem dignidade a moradores

Jornal de Angola

06 De Dezembro de 2016

Texto: João Lubaco

No princípio, surgiu entre os moradores o receio de serem atirados à sua sorte. À reportagem do Jornal de Angola, queixam-se de algumas dificuldades no que concerne aos serviços sociais básicos, mas mostram-se "orgulhosos" do que ganharam, sobretudo, com a extensão dos terrenos, que lhes permite construir a casa dos sonhos.

"O Governo está empenhado na criação de condições para satisfazer as necessidades de energia, água canalizada e outros serviços sociais, tais como a segurança policial para banir a delinquência", disse o coordenador da zona da Chimucua, Henriques Tchijamba.

Joana Ventura, professora do ensino primário, reside desde Março de 2010 na Chimucua. Tinha a casa anterior numa zona de risco e recebeu do Governo um terreno de mil metros quadrados. Apressa-se a mostrar aos jornalistas a nova casa: três quartos, salas de jantar e de visitas, marquise, cozinha ampla e casa de banho.

Para ela, que tem quatro filhos, o projecto "é uma bênção", pois permitiu a realização de um velho sonho. "Hoje, tenho a minha casa, com quintal vasto, onde posso gozar de um lazer tranquilo e sem limitações", frisou.

Ao Governo, pediu apenas que acelere a implantação das infra-estruturas que faltam. A água vem dos camiões-cisterna e a electricidade dos pequenos geradores. Tudo isso onera gastos da casa. A moradora da Chimucua queixa-se também dos buracos na estrada principal que dá acesso à centralidade e desencorajam os taxistas, tornando

assim difícil esta actividade. "Gostaríamos que o Governo resolvesse o mais rápido possível estas insuficiências para não estragar este bem-estar que nos proporciona e poupar-nos os esforços que fazemos na gestão do orçamento familiar", disse.

Para a moradora da Chimucua, é também importante a construção de escolas. "Os nossos filhos têm de apanhar quatro ou cinco táxis todos os dias para irem à escola, o que não é fácil para nós", afirma.

Também é importante criar-se um mercado na zona. Os frescos são comprados longe e, devido à falta de electricidade, é preciso fazê-lo todos os dias. "Devido à escuridão, não podemos chegar um pouco tarde a casa, para evitar os assaltos", afirma.

"Pedimos que acelerem as obras que estão em marcha para melhorar, o nosso bem-estar nesta zona", rogou Joana Ventura.

Crise atrasa obras

No âmbito do programa de Combate à Fome e à Pobreza, o Governo projectou para a zona da Chimucua e do Kuawa, a instalação de várias infra-estruturas sociais que "só estão atrasadas devido à crise global", afirmou o coordenador da zona da Chimucua, Henriques Tchijamba.

O coordenador reconheceu existir "um ligeiro atraso" na instalação de alguns serviços básicos na região, o que afecta os moradores aí instalados há seis anos. Água e electricidade são os pontos realçados, além da falta de segurança.

As localidades da Chimucua e do Kuawa estão abrangidas por projectos do programa "Água para Todos", disse. O mesmo acontece em relação à electricidade, com a instalação de postes de iluminação e transportação. "Tão logo sejam concluídos estes projectos, vamos ter o abastecimento", assegurou. "Os fontanários com energia solar são um milagre", garantiu.

Henriques Tchijamba elogiou a instalação de fontanários com fonte de energia solar em cada bloco de moradores, que, nos primeiros anos, deram um grande contributo no abastecimento à população assentada, num projecto desenvolvido pela Direcção Provincial das Águas.

"Devido ao aumento do número de habitantes e à irregularidade das chuvas, nos últimos anos, estamos com dificuldades para tirar água, porque o lençol freático baixou muito e, em certas horas, os fontanários não jorram água, provocando longas filas", frisou.

Pedi que, doravante, sejam instalados fontanários à manivela, porque os actuais, com sistema solar, não correspondem aos anseios da comunidade, por pararem às primeiras horas do dia, ao pôr do sol e nos períodos com o céu coberto.

Saúde e Educação

O actual centro médico, construído num espaço de cerca de dois mil metros quadrados para atender as centralidades do Kuawa e da Chimucua deixou de corresponder às necessidades, afirmou o coordenador da Chimucua. O centro "já não suporta" a actual procura e, quando "aparecem casos de vulto", os hospitais de maior capacidade "estão muito distante", disse Henriques Tchijamba.

Em relação à Educação, é preciso instalar o segundo ciclo de ensino, porque os estudantes, depois de terminarem a nona classe, são obrigados a procurar os institutos, que ficam muito longe da sua zona de residência.

Estrada esburacada

A via que liga a cidade do Lubango às duas localidades está por ser intervencionada. "A estrada mantém-se de terra-batida e está muito esburacada", disse o coordenador. Ao atingir o asfalto, no desvio para a Matala, regista-se um grande afunilamento devido às construções anárquicas, face à passividade da administração do bairro, denunciou o coordenador da Chimucua.

"Quando denunciámos, o fiscal vem, mas não nos contacta, fala com o transgressor, entendem-se e, 48 horas depois, o indivíduo continua a construir no meio da estrada", alertou.

Delinquência cresce

O coordenador da Chimucua falou da insegurança nos dois bairros, situação para a qual tem chamado a atenção das autoridades com informações constantes e que, como afirmou, tem semelhança com o que ocorre noutras áreas da cidade do Lubango.

"Frequentemente, deparamo-nos com indivíduos que se fazem rebocar com três pessoas numa mota só. Um armado, outro para carregar os objectos e o condutor. Em colaboração com os seus cúmplices, que são jovens destes bairros, realizam assaltos a residências, subtraem artigos de valor, como botijas de gás e outros de fácil venda nos mercados informais", contou.

Para combater essas acções, as autoridades contam com o apoio dos moradores, com denúncias, assim como com a intervenção do Comando Municipal da

Polícia Nacional do Lubango. "Há um patrulhamento da Polícia em algumas horas do dia e da noite, o que fez com que o grau de insegurança pública baixasse um pouco", assegurou.

As comunidades gizaram uma estratégia que consiste no mapeamento dos marginais e depois realizam encontros profiláticos. "É preciso ter sempre a colaboração dos moradores, porque a esquadra policial existe, mas não é suficiente para controlar a área" precisou o coordenador. Henriques Tchijamba lamentou o facto de que quando são apanhados e entregues às autoridades, os marginais apenas recebem conselhos e são soltos, por se considerar tais práticas de pequena dimensão, protagonizadas por indivíduos de menor idade.

"Notamos certo descontentamento da comunidade, quando constata que os marginais voltam, pouco tempo depois, a cometer as acções", queixou-se. O coordenador pediu também que os moradores deixem de proteger esses meliantes. Dessa forma, disse, "criam inimizades com os vizinhos e problemas com as autoridades."

Administração esclarece

A chefe da secretaria da Administração do bairro Nambambe, Helena Mande, disse que, com os fiscais da administração municipal, combatem as construções anárquicas nos terrenos e ao longo da estrada que vai às zonas do Kuawa e da Chimucua.

Helena Mande desmentiu as denúncias feitas à actuação dos fiscais. "O nosso fiscal não se tem a poupado esforços, pois trabalha de forma rigorosa para combater as irregularidades que se têm registado", afirmou. A funcionária lamentou a venda, pelos próprios moradores, de terrenos marcados pela administração, situação para a qual os fiscais têm sido chamados a actuar.

Os moradores do Kuawa e da Chimucua queixam-se também da morosidade no tratamento de documentos, pareceres e cobrança de emolumentos. A chefe de secretaria explicou que o prazo de entrega aos requerentes tem sido de 48 horas. No caso de pagamentos, os preços são os publicados no despacho da administração municipal, que estipula 352 kwanzas para a declaração e dois mil para o parecer.

"Não temos muita demora ao atribuir os documentos ou pareceres aos requerentes que acorrem aos nossos serviços. Tendo em conta a complexidade na centralidade, temos todo o cuidado quando alguém pretende legalizar um espaço naquela zona, porque há

terrenos que, no momento do loteamento, já foram atribuídos a outras pessoas", afirmou.

Para a emissão de qualquer parecer, é necessário contactar os coordenadores dos bairros e, quando não há litígio, o documento é respondido em 48 horas. Helena Mande desmentiu também a cobrança de valores - 20 mil kwanzas ou mais - para a obtenção de documentos naquela administração.

A chefe de secretaria da Administração do Nambambe disse ainda que o Governo "está empenhado" em garantir o fornecimento de água e electricidade a Kuawa e a Chimucua, sem adiantar datas. A reabilitação da estrada foi já atribuída a uma empresa local.

6.9 Arrecadamos à volta de 500 milhões kz por mês de rendas nas centralidades

Jornal Expansão
09 De Dezembro de 2016

Chegou a dizer que as pessoas deveriam pagar duas prestações mensais até à liquidação de dívidas de 2014, mas depois mudou de ideias ... Quando corrigimos a primeira afirmação, feita com base num estudo que foi divulgado na comunicação social sobre a desindexação do valor das prestações ao dólar, duas prestações eram inferiores a uma prestação anterior. Mesmo assim, apercebemo-nos da degradação do contexto económico e do rendimento das pessoas, fruto da inflação e da desvalorização da moeda nacional. Portanto, a perda do poder de compra causou precaridade económica, e por isto discutiu-se uma nova proposta para que este valor em atraso fosse repartido por um tempo mais dilatado, que era inicialmente pensado em 12 meses, mas passou para 5 anos.

Quanto é que à Imogestin recebe de rendas mensais nas centralidades e projectos habitacionais que gere?

Posso dizer que o valor arrecadado andarà à volta dos 400 a 500 milhões de Kwanzas por mês, em projectos habitacionais como Kilamba, Sequele, Dundo e de Cabinda. Isto em arrendamento e vendas.

As habitações de Sequele e Kilamba foram todas negociadas?

Quando a SONIP transferiu o processo para a Imogestin todas as casas já estavam vendidas e arrendadas. Nós não vendemos nenhuma casa no Kilamba nem no Sequele. Vendemos no KK 5 000, um bairro que integra o Kilamba, ou seja, é uma zona residencial complementar do Kilamba.

Portanto todos os apartamentos do Sequele e Kilamba já têm proprietários?

É o que a SONIP nos tinha dito inicialmente, mas depois constatámos que não, porque havia centenas de casas que tinham sido ocupadas ilegalmente. Tivemos que fazer um trabalho no sentido de regularizar a ocupação ilegal.

Essas pessoas abandonaram as casas?

Umás sim, porque reconheceram, outras estão em processo de negociação e algumas até em processo de notificação porque não estavam a habitar nelas e não tínhamos forma de contactar os ocupantes.

Como têm resolvido os processos dos apartamentos onde há dois proprietários com documentos autenticados?

Este é um problema muito sério que a SONIP deixou. Aparecem pessoas que invocam ter títulos legítimos emitidos pela mesma empresa em períodos diferentes, reivindicando terem direito ao mesmo imóvel. A única coisa que fazemos é informar as autoridades, que por sua vez, instruem processos de investigação criminal.

Mas a SONIP passou-vos a base de dados das vendas e arrendamentos.

Sim. Nós dizemos de quem é o nome que está na base de dados. Agora, isto não quer dizer que os nomes que estão na base de dados são, efectivamente, os legítimos. Se houver dois documentos que sejam legalmente validos só os tribunais é que decidem quem é o proprietário. Mas deve-se ter atenção que não fomos nós que vendemos. Muitas vezes estes nomes coincidem com pessoas que ocuparam primeiro, outros não. Estamos convencidos que é um problema que vai acabar sempre nas barras dos tribunais, porque se alguém vendeu a casa a duas pessoas. Mas também há casos de títulos falsos.

Estes casos também ocorrem nos projectos habitacionais do interior do País?

Não. Só em Luanda. A capital do País é o principal foco destes problemas, especialmente no Kilamba com centenas de casos e alguns no Sequele. No Kilamba são cerca de 500 casos para um universo de 20 mil habitações e no Sequele perto de 300 apartamentos para um universo de 9 mil habitações.

O programa habitacional do Estado é sustentável? Evidentemente que este programa a longo prazo não seja sustentável, nenhum Estado do mundo é capaz de criar programas financeiramente suportados pelo

Estado para resolver o problema da população, só as pessoas de baixo rendimento devem ter maior apoio do Estado para resolver assuntos de carácter habitacionais, enquanto o segmento da média e alta classe devem ter outros tipos de apoios mas não podem ser iguais para as pessoas de baixo rendimento.

6.10 Não haverá venda física

Jornal Expansão

09 De Dezembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

Já têm um modelo de vendas identificado? Dividimos o segmento dos candidatos em três grupos.

No primeiro grupo estarão os funcionários do Estado, no segundo os funcionários de empresas públicas e privadas de dimensão significativa e noutro serão a venda ao público livre. Recentemente, na reunião da Comissão Económica, foi estendida a trabalhadores que se candidatam à venda livre, regime de renda resolúvel tal como é aplicada à função pública, enquanto no segmento de venda dirigida a grandes empresas públicas ou privadas os trabalhadores devem pagar a totalidade num prazo até 5 anos com dinheiro próprio ou com créditos feitos aos bancos com apoio das empresas.

O risco de verificar enchentes como na primeira fase está acautelado?

Não haverá venda física, as empresas e a função pública vão escolher. O executivo aprovará a quota de habitações por sector, a partir daí há uma percentagem de 40% para a função pública, 30% para a venda dirigida e 30% para a venda livre. As empresas irão indicar os trabalhadores que terão acesso. Por exemplo, se o Porto de Luanda beneficiar de 50 casas ou a Movicel ou Unitel com 30 ou 40 casas, será a própria empresa que vai indicar os nomes dos trabalhadores que vão beneficiar e ver se o rendimento é compatível com o valor do pagamento mensal do imóvel. Haverá candidaturas internas dentro das próprias empresas.

Quais serão os valores dos apartamentos?

Será efectuado um plano de afectação. Imaginemos que temos mil casas para empresas públicas, temos que ver quais são as empresas que terão acesso, ver se têm mais de vinte empresas com mais de 500 trabalhadores poderemos contemplar cada uma com 50 casas. Vamos fazer isto com ajuda do Ministério do Urbanismo.

E a venda livre ...

O cidadão concorre por via da internet. Serão seleccionadas as pessoas que estiverem em condições para tal. É preciso que as pessoas trabalhem e tenham contribuição para a segurança social.

O rendimento mínimo necessário estará à volta dos 30 a 40 mil Kwanzas mês para a classe mais baixa. Se a taxa de esforço não for superior a 30%, quer dizer que as pessoas devem auferir um salário acima dos 100, 110 mil kwanzas mês.

6.11 Protecção dos imóveis

Jornal Economia e Finanças

09 De Dezembro de 2016

Adquirir a casa própria é o sonho de muitas pessoas, para o qual exige muito trabalho e sacrifício, Por isso, é um investimento que, contra toda e qualquer objecção, vale a pena proteger de uma eventual fatalidade, De contrário, é colocar o bem a risco descoberto.

Ora, o risco é o acontecimento futuro, aleatório, incerto e não controlável pela vontade humana, contra o qual o segurado (proprietário ou locatário de um imóvel) deseja precaver-se. Assim, quando realizamos um investimento como a compra de uma casa, o risco está imediatamente a espreita. Entretanto, num dia Imprevisível, fazendo uso ou não do imóvel, o risco poderá manifestar-se através de uma inundação ou incêndio que podem causar a destruição total do seu imóvel e prejuízos aos vizinhos.

Reza a história, que no dia 2 de Setembro de 1666, o fogo originado numa padaria de Londres propagou-se com tal rapidez e intensidade que foram precisos quatro dias para o dominar, o qual destruiu como consequência, mais de 13,000 casas, construídas em 400 ruas, repartidas por 175 hectares de terreno. Como consequência deste acontecimento, e dada a sua importância, nasceu, no final do século XVII, o seguro de incêndio, previsto nas ordens jurídicas de muitos países.

No nosso país, note-se, apesar de não estar regulamentado em lei específica, o seguro de incêndio é obrigatório. O art. ° 1429° do Código Civil determina que "é obrigatório o seguro de edifício contra o risco de incêndio". Por meio desta norma, o legislador angolano impõe que devem ser asseguradas, quer as partes comuns, quer as fracções autónomas (apartamentos), dos prédios constituídos em regime de propriedade horizontal, nos termos dos

artºs 1414.º e 1415.º do Código Civil, incluindo, os condomínios de fracções unifamiliares.

Assim, o proprietário ou locatário, poderá tomar uma de duas decisões: assumir o risco ou transferi-lo a uma seguradora, Assumir o risco, implica ter de poupar dinheiro para reparar prejuízos caso o risco se manifeste.

Como há-de observar, não é economicamente o comportamento mais eficiente, porque deixa de investir aquele dinheiro noutros projectos, que gerariam mais riqueza e satisfariam outras necessidades.

Por outro, a transferência do risco a uma seguradora implica apenas o pagamento de uma quantia certa e inferior e obtém, como contrapartida, a garantia de indemnização dos danos sofridos e causados, até ao limite do capital seguro correspondente. Através do seguro, adquire uma dupla protecção, isto é, protege o seu património e o do outro.

Adicionalmente, o risco de uma perda económica, aleatória e incerta, é salvaguardado por uma seguradora. É a existência desse garante que vai reestabelecer o bem-estar e o conforto do segurado (proprietário ou locatário), ocorrendo o sinistro.

Não obstante os benefícios referidos, algumas pessoas defendem que o Estado não devia regular essas situações, mas deixá-las ao cuidado das partes envolvidas. Porém, coloca-se a questão de saber como se resolveria a situação, na qual o causador, também vítima dinheiro para pagar. Como seriam indemnizados os lesados? Na verdade, ressalte-se que, num quadro como este, os custos de transacção tais como quantificação das perdas, custos com peritos, advogados, tempo de negociação e outros, tornariam o processo moroso, agravavam-se os danos, geravam-se conflitos e clamava-se pela intervenção do Estado.

Assim, visando garantir que a reparação desses danos não dependam da capacidade financeira do causador e evitar a ocorrência de conflitos que perturbem a paz social, o Estado optou pela obrigatoriedade do seguro de incêndio. Por este meio, pretende que os proprietários ou locatários de imóveis expostos aos mesmos riscos, contribuam com quantias certas (prémio de seguro) para um fundo comum, detido e gerido por uma seguradora, para, na eventualidade de um sinistro previsto na apólice, àquela reparar os prejuízos até ao limite do capital seguro. Deste modo, reparte-se o mal pelas aldeias, isto é, o risco, entre os membros da comunidade.

Importa sinalizar que quando adquirimos um bem, o risco de um dano sobre este e com eventual impacto

a terceiros, está à espreita. Logo, deixar um investimento como o da casa própria, na convicção de que a desgraça nunca “ baterá o nosso regaço”, não é economicamente o comportamento racional e eficiente que se deve adoptar, pois, mais vale um (seguro) na mão, do que dois a voar.

6.12 Venda das habitações nas centralidades arranca no 2º semestre de 2017

Jornal Expansão

09 De Dezembro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

Como se encontra o processo de cobrança das prestações das habitações nas centralidades geridas pela Imogestin?

Tem corrido bem, acima do que se previa. Temos taxas de pagamento à volta dos 60 a 70%. Em Luanda está à volta dos 60%, ao passo que fora de Luanda ronda os 70%. De um modo geral, o quadro melhorou significativamente, as pessoas perceberam que pagar uma casa ao preço a que o Estado a vendeu é uma oportunidade. Não pagando estariam a correr o risco de nunca ser donos da residência. Portanto, ganhar ou perder, tudo depende do ocupante da casa, porque em termos contratuais se a pessoa honrar o compromisso que assumiu com o Estado, de comprar a casa a um preço muito mais baixo do valor real do mercado, é uma oportunidade para ele. Se não o fizer, o prejuízo também é para ele, porque perde a casa.

Há casos de pessoas que tenham sido "despejadas" por incumprimento no pagamento das rendas?

Não. Não temos casos do género.

Mas há muitas ocupações ilegais de apartamentos em centralidades como Kilamba e Sequele..

Sim. Temos casos de pessoas que são ocupantes ilegais, que sem qualquer título, sem qualquer documento que lhe dê o direito de ocupar a casa mas nela habita.

Mas quando são confrontados com outros que têm documentos legais, que fizeram contrato com a SONIP, anterior gestora das centralidades construídas pelo Estado, não conseguem justificar como lá foram parar.

Pode quantificar o número de casos específicos?

Os casos passam pela Polícia, não passam por nós.

Mas é na Imogestín, enquanto gestora das centralidades, onde inicialmente os compradores das casas se vão queixar ... Nós temos conhecimento de alguns casos de ocupações ilegais, algumas centenas no Kilamba e no Sequele. Temos, portanto, procurado com que algumas pessoas evidenciem como é que acederam às casas, mas é a Polícia quem acompanha posteriormente o processo todo.

Os resultados dos pagamentos das prestações das casas via multicaixa são os desejados? Uma boa parte das pessoas paga as prestações através dos multicaixas. Mesmo assim não nos livramos de riscos de falsificação, pois também há formas de ludibriar aqueles que não estão, atentos, mostrando-se documentos de consulta de preços em vez de pagamentos. Já registámos alguns casos. A capacidade de imaginação para falsificar é muito fértil para algumas pessoas. Em Luanda, temos uma rede de pessoas que se fazem passar por funcionários da Imogestín para enganarem as pessoas, pedindo dinheiro, depósitos em contas em troca de facilidades para aderirem às casas, mostrando a pessoas casas de amigos, dizendo que foram adquiridas da mesma forma e temos que alertar as pessoas a isto. Nós temos escritórios no Kilamba e no Sequele e antes de fazer uma operação é melhor certificar se aquele bem existe.

No geral, quantos projectos habitacionais controlam? Controlamos 30 projectos habitacionais do Estado, dos quais, 23 já estão desenvolvidos e sete vão surgir na segunda fase, nas províncias onde não houve projectos iniciais. A segunda fase vai abranger também a conclusão dos projectos que estão em fase terminal, nomeadamente as habitações que estão praticamente concluídas. Estamos a falar de cerca de 26.700 residências em quatro províncias, designadamente em Luanda, Benguela, Huíla e Namibe, das quais 50% estão em Luanda e passarão a ser comercializadas a partir do próximo ano.

Quando concretamente?

Isto está a depender de infra-estruturas externas, a responsabilidade dos departamentos comerciais e dos recursos do Orçamento Geral do Estado para isto, as infra-estruturas externas estão numa fase quase concluída.

Mas não há uma data concreta para o arranque das vendas?

Devemos iniciar as vendas deste conjunto de habitações a partir do início do segundo semestre do próximo ano. No caso de Luanda, temos o Zango O, conhecido por Vila Pacífica, onde há 2.400 habitações. Ainda no Zango, próximo do novo aeroporto internacional, temos 8 mil habitações, no

Kapari temos 2.400 apartamentos e no Km44 1.600 habitações.

Dos 30 projectos, em termos globais, qual é o número de residências?

Inicialmente era para ter cerca de 80 mil habitações, depois foi reduzindo em função daquilo que é o momento que o País vive.

Portanto, além das cerca de 40 mil habitações já construídas, estimamos colocar no mercado mais 26 mil, que totalizará 66 mil habitações colocadas no mercado até final do próximo ano.

As vendas das habitações serão efectuadas em todo País?

Não. A segunda fase tem a ver com as províncias que inicialmente não tiveram projectos, no caso de Malanje, Zaire, Lunda Sul, Cunene, Cuando Cubango e Cuanza Norte, podemos dizer também no Kapari, estes projectos é que são da segunda fase, os outros não terão segunda fase como nos moldes da primeira fase porque não está definido segunda fase para estes projectos.

Os preços das residências estão em estudo ou já tem preços definidos?

Os preços estão alinhados com aquilo que se praticou no Kilamba e no Sequele, o Estado resolveu estender a nível do País, naturalmente que há ajustamentos em alguns casos no sentido que haja mais pessoas incluídas nestes projectos ou imóveis.

E quanto ao processo de venda ou entrega das casas sociais/vivenda do Kilamba?

As casas daquele projecto pertencem à China Internacional Fund Limited (CIF), é um projecto privado, as casas foram vendidas ao Ministério das Finanças. No total são 200 residências. Inicialmente havia a ideia de um acordo para que depois fossem colocadas no projecto de vendas. O que é verdade é que o projecto parou porque houve problemas com a CIF e as vivendas foram vendidas ao Ministério das Finanças para os seus trabalhadores.

6.13 SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano

Jornal O País

12 De Dezembro de 2016

Texto: Domingos Bento

Aquela organização da sociedade civil, que trabalha na defesa da habitação como um direito, considera que o direito à moradia tem sido um dos mais

violados no país, acusando o Governo e certos grupos economicamente fortes como sendo os principais violadores deste pressuposto indispensável à vida humana.

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da SOS-Habitat, o Governo, que devia ser o principal promotor e defensor do direito à habitação, é o mesmo que promove a todo o instante desalojamentos e demolições arbitrárias que forçam centenas de famílias a virem em condições precárias.

Conforme revelou, de Janeiro a Dezembro deste ano mais de seis mil residências foram demolidas nas províncias de Benguela, Huíla, Cunene e Luanda. Esta última, registou perto de cinco mil casas destruídas nas zonas dos Zangos, Cacuaco e Belas. Segundo André Augusto, todas estas demolições tiveram como propósito beneficiar determinados projectos privados cujo impacto não tem reflexo na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Para aquele activista social, que falava ao OPAIS por ocasião do Internacional dos Direitos Humanos, que se comemorou no último Sábado, 10, o Governo aproveita-se da lei que confere a terra como sua propriedade, para demolir milhares de residências e desapropriar as respectivas famílias sem o mínimo de respeito pela vida humana.

Actualmente, fruto de demolições anteriores, o coordenador adjunto da SOS -Habitat deu a conhecer que a sua organização trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

"Temos registado que o facto de a Constituição definir a terra como propriedade do Estado, muitos governantes aproveitam-se disso para passarem por cima dos direitos das pessoas, violando grosseiramente o direito à habitação. Por esta via é que temos vindo a notar que o número de famílias desalojadas e sem tecto tem vindo a aumentar todos os dias. O que é mau", lamentou. André Augusto deu a conhecer que o Estado angolano ratificou vários pactos internacionais que visam o respeito pelos direitos humanos. Ao não honrá-los, estará a andar na contramão dos princípios internacionais. Para ele, não é justo que o Estado, que deve ser uma entidade de bem, seja o promotor de conflitos no que toca ao sector habitacional que ainda tem muito por caminhar, apesar de nos últimos anos construir-se centralidades e outros projectos habitacionais que não respondem às reais necessidades das populações.

De acordo com a fonte, ao demolir habitações sem apresentar alternativas viáveis que possam salvaguardar a vida das pessoas, o Estado nada mais faz se não criar problemas que podem "danificar" a harmonia e a paz social. "Quando se parte a casa de um cidadão violam-se outros direitos como, por exemplo, o direito à educação, o direito à saúde e o direito ao emprego. É que a pessoa é retirada de uma zona onde tem todas estas condições criadas para outra área sem o mínimo de condições. Logo, aquilo que devia ser apenas a violação de um direito alarga-se e torna o problema maior ainda". Todavia, de forma a dirimir os conflitos, André Augusto apelou ao Estado para uma maior sensibilidade, apostando sempre no bom senso quando for demolir uma determinada comunidade. "Não somos contra as demolições. Somos sim é contra as demolições arbitrárias. O Estado quando pretende elaborar um determinado projecto deve antes criar as condições básicas para que as pessoas não se sintam frustradas. Não se pode partir a casa do cidadão e deixá-lo à mercê da sua sorte. Não é justo".

6.14 China garante financiamento a projectos económicos

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2016

Texto: Cândido Bessa

Na mensagem, entregue pelo embaixador chinês, Cui Aimin, o Presidente Xi Jinping manifesta "firme confiança no país e garante" continuar a apoiar o desenvolvimento de Angola", que considera um grande parceiro.

O voto de confiança da China acontece numa altura em que Angola regista uma redução de recursos para financiar projectos importantes, resultado da baixa dos preços das principais matérias-primas, com destaque para o petróleo, primeiro produto de exportação e mais importante fonte de receita do Estado.

Como consequência da crise, o Executivo reduziu a estimativa de crescimento da economia este ano de 3,3 por cento para 1,3 por cento e cortou seis mil milhões de dólares nas despesas, já que o cenário apontava para uma redução de 6,4 mil milhões de dólares nas receitas. Vários projectos foram adiados e outros cortados, aguardando por uma melhoria na economia mundial, principalmente nos preços do petróleo no mercado internacional.

Outro exemplo da prontidão da China aconteceu há duas semanas, quando o Banco Comercial e Industrial da China concedeu um financiamento no

valor de 4,5 mil milhões de dólares para a construção da barragem de Caculo Cabaça, que vai ser a de maior potência do país. O ministro das Finanças, Archer Manguera, foi o signatário pela parte angolana.

Os sectores do comércio, agricultura, transportes, comunicações, saúde, educação e tecnologias de informação são as áreas estratégicas que predominam nas relações de cooperação mútua e vantajosa para ambos os países, que têm feito concertações periódicas ao mais alto nível, inseridas no reforço das relações de amizade e cooperação datadas de longos anos. Cui Aimin afirmou recentemente que os dois países estão a implementar os consensos estabelecidos pelos Presidentes Xi Jinping e José Eduardo dos Santos, explorando com robustez as cooperações de vários sectores.

O diplomata garantiu que o novo círculo da cooperação de financiamento em grande escala entre os dois países já arrancou e que várias dezenas de projectos de infra-estrutura e de subsistência já começaram a ser implementados, o que vai favorecer o desenvolvimento económico de Angola e a melhoria do bem-estar da população.

"O bom desenvolvimento da cooperação sino-angolana é inseparável da participação e apoio das empresas dos dois países", disse o diplomata, satisfeito pelas "políticas abertas e inclusivas adoptadas pelo Governo angolano, na cooperação externa, e pelos seus esforços em criar um ambiente e condições favoráveis para os investidores chineses e de todos os países poderem investir e operar em Angola". O diplomata afirmou que o Governo chinês vai continuar a apoiar e incentivar as empresas chinesas a esforçarem-se para ultrapassar as dificuldades e resolver os problemas surgidos no caminho do avanço, com visão de desenvolvimento e medidas de inovação. "As empresas chinesas em Angola vão continuar a consolidar a confiança e adaptar-se à transformação e reforma da economia angolana, além de participarem activamente no processo da diversificação da economia angolana e assegurar a localização e internacionalização de negócios", disse, sem esquecer o cumprimento, com seriedade, das responsabilidades sociais.

As autoridades chinesas preparam, para breve, a abertura em Luanda da sucursal do Banco da China, para apoiar o comércio entre os dois países.

Dados oficiais chineses divulgados pelo Fórum de Macau indicam que, nos primeiros nove meses deste ano, Angola foi o segundo maior parceiro do grupo, em termos de valores, com as trocas comerciais a totalizarem 11.786 milhões de dólares, reflectindo

uma redução de 24,28 por cento. O país apenas perde para o Brasil, com 51.673 milhões de dólares.

6.15 Centralidade do Lossambo no Huambo “ Aquisição de residências com novo modelo”

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2016

Texto: Tatiana Marta

O novo modelo de aquisição de residências na centralidade do Lossambo, arredores da cidade do Huambo, entra em vigor a partir de Janeiro, anunciou o vice-governador provincial para área Técnica e Infra-estruturas.

Francisco Calunga Quissanga disse que contrariamente ao que estava determinado, agora, para a renda resolúvel, podem concorrer todos os interessados, entre funcionários públicos e privados.

De acordo o vice-governador, no quadro da estratégia de actuação, o Governo da província fez diversas concertações com o Ministério do Urbanismo para que todo o funcionário possa ter acesso à residência na centralidade, bastando ter possibilidades financeiras.

O vice-governador sublinhou que a partir de Janeiro de 2017 começa o novo modelo de venda das residências e fruto desse figurino, para os funcionários públicos, com salários superiores a 40.000.00 e inferiores a 97.500.00 kzs, estão cabimentados 50 apartamentos.

Para a venda ao público e empresas públicas estão disponíveis 90 apartamentos.

"Também temos vendas dirigidas às empresas públicas e privadas ou parceiras e neste regime o funcionário pode fazer o pagamento de 50 por cento de 11 milhões e o restante montante pode ser pago em cinco anos. Estão disponíveis 210 unidades habitacionais", disse responsável.

Para o público em geral e funcionários que têm o salário abaixo de 97.500 kzs estão reservadas 198 unidades habitacionais, a serem pagas em regime de arrendamento, no valor de 12.000 Kwanzas por mês.

Francisco Quissanga disse que na primeira fase do processo foram entregues mais de 800 residências em regime de renda resolúvel, em que beneficiaram apenas funcionários públicos, que passam a ser descontados 38.000 kzs mensalmente.

O governante reconheceu que a procura é maior que a oferta, por isso alerta aos cidadãos a não se deixarem enganar por indivíduos que se fazem passar por funcionários do Governo da província, sob pena de perderem tempo e dinheiro.

6.16 Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Seis anos depois de conviver com outras duas famílias debaixo do mesmo tecto, Francisca Moisés, 32 anos, mãe de sete filhos, exultava de alegria ao ser informada de que estaria entre os desalojados da antiga "Favela" da Praia do Bispo, em Luanda, que receberiam uma das 900 casas do novo projecto.

Para sua tristeza, tudo não passou de um sonho. Apesar de o nome do seu esposo (falecido em 2015) constar na lista de beneficiários, a comissão responsável pelo processo de atribuição dos imóveis recusa-se a entregar-lhe a residência.

"Todos nós, que fomos retirados da Favela, nos conhecemos e suportamos o mesmo sofrimento aqui desde 2010. Hoje, há casas novas e o que vemos é outras pessoas a receber casas no nosso lugar", lamentava Francisca, a lacrimejar.

Na sua condição, estão centenas de famílias das cerca de mil desalojados da antiga Favela, que alegam terem sido excluídas do processo de entrega das "900 casas gémeas" construídas para os albergar. Por conta disso, alguns deles atiram -se contra os membros da comissão criada para a distribuição das mesmas e acusam-nos de terem substituído os seus nomes por pessoas alheias ao processo.

A interlocutora diz que o seu nome consta na lista dos beneficiários, mas os responsáveis pela distribuição de casas alegam que a casa apenas deve ser entregue a pessoa cujo nome consta no cadastro inicial, no caso o seu esposo já falecido.

"Na Favela não existia ninguém com viaturas V8, mas a maioria das casas cor de rosas estão ocupadas por pessoas de grandes carros que nunca foram vistas aqui", reclamou a anciã Amélia Albertina, 78 anos, que também foi excluída do processo.

Ela diz que a sua casa foi registada em nome do seu filho que faleceu em 2011. Segundo ela, mesmo com a apresentação do boletim de óbito, os responsáveis

pelo realojamento recusaram-se a dar um parecer positivo.

Também por razões de morte, Rosária Morais, 20 anos, e os seus sete irmãos foram afastados da lista de beneficiários pelo facto de os seus progenitores, cujos nomes constavam na lista, já não fazerem parte do mundo dos vivos.

"Se a promessa era nos darem novas casas no mesmo ano (2010), passados seis anos não podem impedir os órfãos de as receberem. É preciso terem em conta que muitas pessoas morreram por causa das condições em que viveram".

A maioria das pessoas que não foram contempladas estão concentradas no sector 9. Por conta disso, criou-se um grande alvoroço e instalou-se o sentimento de revolta que forçou a interrupção das actividades laborais de vários chefes de família que, durante as duas últimas semanas, tentam, sem sucesso, obter explicações sobre o facto de o seu nome não figurar na lista dos beneficiários.

Segundo constatou a nossa equipa de reportagem, a maioria deles dizem ter perdido a esperança de sair do marasmo em que se encontram nos últimos seis anos, alegam que todas as residências que lhes seriam destinadas já estão ocupadas.

"Temos beneficiários infiltrados"

Já o cidadão José da Graça, um dos desalojados da favela, teve mais sorte. No momento em que foi interpelado pela nossa equipa de reportagem, na manhã de Quarta-feira, estava a arrumar os restos dos móveis da casa que partilhou com mais duas famílias nos últimos seis anos, a fim de trasladá-los para os seus novos aposentos.

Confirmou que entre os beneficiários há "pessoas infiltradas que jamais foram vistos a partilhar residências com os demais no Panguila, nos momentos mais críticos".

A presença da nossa equipa de reportagem despertou a atenção de muitos moradores que pretendiam manifestar o seu descontentamento. Alguns deles afirmaram ter visto e ouvido cidadãos a negociar com os membros da comissão de realojamento a venda de imóveis, mas não apresentaram nada que comprovasse tal acusação.

Neste momento, algumas das famílias que continuam a partilhar casas desconhecem qual será o seu destino. A única certeza que têm é que continuarão a viver nas mesmas condições, caso o GPL e a Polícia Nacional não desmantelem" os alegados infractores e reponham a legalidade.

6.17 Novo projecto habitacional beneficia jovens do Cuito

Jornal de Angola
19 De Dezembro de 2016
Texto: Delfina Victorino

O novo projecto habitacional do município do Cuito, na província do Bié, vai beneficiar centenas de jovens, afirmou ontem o administrador municipal adjunto para a Área Técnica e Infra-Estruturas.

Edilson Watunga referiu que está igualmente prevista a entrega de parcelas de terreno na zona Leste do município do Cuito, devido ao elevado número de cidadãos que pretendem construir as suas próprias casas.

O administrador municipal adjunto do município do Cuito assegurou que foram já distribuídas 618 parcelas para a construção de residências nas zonas de Cavanga e Caluapanda 1 e 2.

Edilson Watunga lembrou que sector da desminagem é um dos parceiros principais das administrações municipais, para a certificação e entrega dos terrenos às populações.

"A distribuição de terrenos está em bom ritmo nas três comunas do Cuito, designadamente Trumba, Chicala e Cambândua, dentro do plano de loteamento da administração", disse o administrador adjunto. A distribuição de parcelas é feita sempre que for solicitada pelos cidadãos, sem distinção ou discriminação, conforme o crescimento da população, adiantou.

Quanto aos terrenos abandonados pela população, a Administração Municipal garante tomar medidas severas dentro do prazo estabelecido, seis meses após a entrega.

Edilson Watunga esclareceu que existem muitos cidadãos que possuem mais de três terrenos em áreas diferentes, mas, referiu, não constroem, facilitando o aumento da criminalidade nas novas zonas de urbanização.

Construção de obra

Segundo o administrador municipal adjunto do Cuito para a Área Técnica, existe um contrato-promessa que determina um tempo determinado para a construção de obras, a partir da data da concessão dos terrenos.

Edilson Watunga reforçou o apelo aos cidadãos que possuem parcelas em várias localidades no sentido de

efectuarem obras e ajudarem a Administração Municipal na urbanização dos novos bairros.

O responsável lamentou o facto de nem metade das 618 parcelas de terrenos entregues, através de solicitação, terem casas construídas ou um projecto social.

O preço estabelecido por parcela de 600 metros quadrados ascende a 63.400 kwanzas, abrangendo todos os emolumentos necessários para a sua legalização.

6.18 Carta do Leitor “ assim não dá...”

Jornal O País
20 De Dezembro de 2016

Prezado director do jornal OPAÍS, escrevo esta carta na esperança de que a mesma seja publicada no vosso jornal. E se puder, espero que seja publicada com urgência, mesmo ultrapassando outras que tenham chegado antes dela.

Tal como muitos outros moradores do Projecto Nova Vida, estou bastante aflita. Estamos sem água há várias semanas e não sabemos mais o que fazer. Não é a primeira vez que isso acontece. Mas isso não significa que não sintamos a aflição de todos os dias ter que subir com água aos potes, vasilhas e bacias, deixando as escadas do prédio todas sujas. Imundas. Ter que desenrascar electrobombas, e como se bastasse, viver sempre aflita com a saúde das crianças. Assim como os meus vizinhos, tenho filhos pequenos e acho que ao menos devemos proporcionar-lhes um meio ambiente e condições saudáveis. Agora, viver sempre com o coração nas mãos por causa das más condições que lhes rodeiam ou que simplesmente não existem.

É que não sei o que se passa. Nunca sabemos, porque nunca nos explicam nada. Não se dialoga, nem se comunica. Acho que desta vez, a situação está muito grave. Mais grave que a luz, sua parceira, que, pelo menos durante estes dias, tem falhado menos. Felizmente.

Se os dirigentes deste país lêem os jornais, então sabem como andamos. Não precisamos que nos dêem respostas pela rádio, pela televisão, ou pelo jornal. Apenas queremos que nos resolvam concretamente a situação. Porque assim não dá. Isso não é vida. Não é digno ...

Bem hajam. Espero que este jornal seja lido e sejamos ouvidos então.

6.19 Lotes do Prenda deixam descontos moradores

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Projectados na década de 60 para acolher parte da população dos musseques, o estado actual da maioria Lotes do Prenda, localizados no distrito urbano da Maianga, em Luanda, está a preocupar os seus habitantes.

O lote 8, por exemplo, é dos que maiores problemas apresenta e os seus moradores queixam-se da falta de organização entre a vizinhança, segundo relatou Josefa de Almeida, residente no edifício desde 1989. A escuridão tomou conta dos corredores e o lixo é avistado logo a partir da entrada, impedindo a circulação de pessoas. As escadas que dão acesso até ao 12º andar estão sem corrimão e paredes reclamam por uma nova pintura.

A área reservada para o estacionamento de viaturas foi ocupada por casotas que foram construídas para o acondicionamento de reservatórios de água e de geradores, o que, segundo a nossa interlocutora tem impedido a circulação do ar.

Josefa de Almeida diz que os seus vizinhos furtam-se do pagamento da taxa de condómino e alguns fazem "puxadas" de luz para as suas residências a partir do cabo que alimenta as lâmpadas dos corredores.

Uma das moradoras mais antigas dos lotes é a anciã Ana Pascoal, de 72 anos, residente no Prenda desde 1976. Ela corrobora opinião da primeira interlocutora sobre a falta de colaboração e o não pagamento da taxa de condómino acrescentando que nos primeiros anos da sua existência esta zona do Prenda granjeava o mesmo prestígio que tem hoje o Kilamba.

"Os lotes do Prenda foram o Kilamba do antigamente. Tinham jardins, água e energia a funcionar 24 horas ao dia, mas hoje as caixas de correio estão transformados em residências", disse a anciã.

A poucos dias para termina ano, Ana Pascoal recordou-se dos tempos em que havia uma comemoração conjunta entre toda a vizinhança que vivia como uma família.

A arquitectura dos edifícios não contemplou a construção rampas e os elevadores há muito que deixaram de funcionar. E situação dificulta principalmente os deficientes que se vêm obrigados a

fazer grande esforço para se locomoverem no interior do prédios.

Em 2008, o Governo Provincial de Luanda, por via do seu Instituto de Planificação e Gestão Urbana, anunciou a renovação urbana baseado na demolição dos lotes que teria início em 2009, mas tal nunca veio a acontecer.

6.20 Temos o prédio mais organizado do Prenda

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

O lote 11, também conhecido como prédio dos cooperantes, parece estar a margem de todos os problemas vividos nos demais prédios percorridos pela equipa de reportagem de OPAÍS. OS moradores adquiriram um único gerador para abastecer o edifício público a fim de evitar a construção de casotas ao redor do lote. O mesmo aconteceu com a água onde foi construído um tanque comum. Além disso, o lote 11 tem um parque de estacionamento privativo e vigiado por seguranças, para uso exclusivo de moradores. A limpeza é feita por um grupo de pessoas que recebe uma remuneração mensal pelo serviço prestado. O seu coordenador, Castro Cambolo, afirmou que a base do sucesso é a colaboração de todos, pelo que não tem receio de afirmar que a base do sucesso é o envolvimento das 84 famílias residentes no edifício. " Não temos dúvidas de que somos o lote mais organizado, em comparação com os outros do Prenda", disse Castro Cambolo, acrescentando que o principal desafio é a recuperação do elevador que facilitaria principalmente os deficientes.

O lote 11 é chamado de prédio dos cooperantes pelo facto de no princípio ter sido habitado por funcionários expatriados.

6.21 Venda de casas com regras mais flexíveis

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2016

Texto: Alberto Cafussa

Luanda e Benguela são as províncias que mais casas vão entregar devido ao baixo poder de compra registado na primeira fase do projecto o processo de venda de casas nos projectos habitacionais do Estado, que retoma no próximo ano com 26.790 apartamentos (e não 35 mil como noticiámos ontem), está simplificado e aberto a todos os cidadãos que

tenham algum rendimento para fazer face aos custos de aquisição ou de renda resolúvel, afirmou ontem o porta-voz da Imogestín.

Mário Guerra assegurou que, com a aprovação da proposta da Imogestín pela Comissão Económica do Conselho de Ministros em finais de Outubro, o regime de venda em propriedade resolúvel ao segmento de venda livre à população tomou-se mais inclusivo. Com esta medida, podem adquirir habitações nas centralidades, nessa modalidade, não apenas os funcionários públicos, mas também os cidadãos que se candidatem individualmente.

Comprometida com um maior equilíbrio financeiro do projecto, cujas habitações são vendidas a um preço abaixo do seu custo de construção, a entidade gestora está a tomar medidas que permitam a redução dos custos das empreitadas sempre que possível.

A nível da comercialização dos activos imobiliários, as lojas passam todas a ser vendidas, estando, afastada a modalidade de arrendamento, medida que, no entender da Imogestín, vai permitir mobilizar recursos financeiros que sejam aportados à construção de novos projectos habitacionais.

O segmento da venda dirigida, que contempla empresas públicas e privadas ao qual não se aplica a propriedade resolúvel, permite do mesmo modo aumentar a captação de recursos financeiros destinados aos novos projectos. Mário Guerra precisou que a venda das novas habitações ocorre a partir do segundo trimestre do próximo ano, estando dependente da execução das infra-estruturas externas, cuja responsabilidade compete ao Estado, conforme o disposto no art. o 50 do Decreto Presidencial 168/15 de 25 de Agosto.

O processo de vendas vai ser realizado em datas a divulgar, com uma antecedência mínima de 60 dias, nos meios de comunicação social e no website da Imogestín.

Luanda, com mais de 14 mil habitações, e Benguela, com 5.984, são as províncias que mais casas vão entregar no próximo ano e não a Lunda Norte (através da centralidade do Dundo) que, devido ao baixo poder de compra registado na primeira fase do projecto, se limita aos cinco mil apartamentos já construídos, maioritariamente vendidos à entidades colectivas (empresas).

A província do Namibe vem em terceiro lugar, com quatro mil habitações, nos projectos 5 de Abril (2.000 casas) e Praia Amélia (2.000). O Bengo vai entregar 3.504 casas. Já a Huíla (projecto Quilemba), com mais de 8.000 habitações, fica nas 854,

aguardando que as demais casas sejam entregues nos anos posteriores, tão logo sejam resolvidas as insuficiências nas infra-estruturas básicas (água e luz). Na província de Luanda, o projecto KM44 tem prontas 1.984 casas para entregar no próximo ano, o Zango 8.000 e o Zango O (Vida Pacífica) 2.464. Na província de Benguela, a Baía Farta entrega mil, o Lobito 2.984 e o Luhongo duas mil casas.

A Imogestín anuncia, para o próximo ano, o início da construção de habitações nos projectos não iniciados, integrados do Estado, sob gestão da Imogestín. Numa primeira fase, prevê-se a construção de 1.400 habitações, distribuídas pelas províncias do Bengo, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cunene, Lunda Sul, Malanje e Zaire. O início da construção das 1.400 habitações nessas províncias fica condicionado à apresentação, pela Imogestín, de demonstrações financeiras que permitam a sua execução com recurso a financiamento da banca nacional.

6.22 Programa habitacional vai disponibilizar casas

Jornal Economia e Finanças
23 De Dezembro de 2016

A partir do próximo ano, a Imogestín prevê começar a comercializar um total de 14 mil habitações, segundo fez saber o presidente do Conselho de Administração, Rui Cruz.

Falando no programa "Grande entrevista", da Televisão Pública de Angola, que abordou o tema "Projectos imobiliários sob gestão da Imogestín", o responsável informou que as casas serão comercializadas nos projectos Zango 8 000, Vila Pacífica, Capari e Km 44, no quadro do programa habitacional, levado a cabo pelo Executivo angolano.

Do número total de casas disponíveis, Rui Cruz disse que, 30 por cento serão destinados à juventude.

Referiu ainda que a inscrição das casas poderá ser feita via internet.

Por outro lado, o presidente do Conselho de Administração informou que outras 800 casas serão comercializadas no próximo ano, na província da Huíla.

Explicou que as outras mais de sete mil habitações, erguidas na província, estará disponíveis numa segunda fase, devido a questões que se prendem com o fornecimento de energia e água que estão a ser solucionadas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

6.23 Mais moradias para agentes de ordem

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2016

A informação foi avançada na sexta-feira à Angop, em Luanda, pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional do Cofre, Pedro Makoka, que disse estar a ser elaborado um plano de distribuição de mais moradias na Vila Azul e Oásis do Zango IH, urbanizações localizadas no município de Viana, província de Luanda.

Além disso, o responsável anunciou a construção de uma creche e de uma clínica para o atendimento dos associados e dos seus familiares e a integração dos órfãos e viúvas nos projectos geradores de receitas, a fim de serem potenciados com meios de subsistência.

A promoção de acções de formação destinadas aos associados, aos seus dependentes e também aos funcionários' é outra tarefa que o Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, actualmente com 115 mil sócios, tem para o ano de 2017.

Pedro Makoka disse que a materialização dos projectos traçados para o próximo ano depende, em grande medida, da melhoria da situação económica e financeira do país.

O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional tem a missão de garantir uma pensão de reforma complementar, que, como disse Pedro Makoka, permite ao associado "um descanso feliz e mais desejável depois de trabalhar durante anos".

"O Cofre é uma associação de utilidade pública, de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada à luz do Decreto n.º 1/99, de 12 de Março, tendo como finalidade geral a expressão organizada da solidariedade e justiça entre os indivíduos, assegurando a protecção social e complementar", salientou Pedro Makoka.

O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional foi criado em 1933, mas, no período colonial, era denominado Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia de Segurança Pública de Angola.

Depois da proclamação da Independência Nacional, em 1975, o Cofre conheceu um período de estagnação, tendo sido revitalizado em 2004, quando a Polícia Nacional desenvolveu um projecto de reestruturação, adoptando o nome com que é conhecido hoje. O Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional concede pensão de reforma por

velhice ou por invalidez, pensão de sobrevivência, subsídio de maternidade, empréstimos aos associados no activo e na reforma e subsídio por morte aos familiares dos associados.

A estratégia de desenvolvimento da instituição, conseguiu atrair, em pouco tempo, um número expressivo de associados, espalhados por todo o país. O Prémio Azul, uma distinção que é atribuída anualmente aos melhores agentes, é uma iniciativa do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional.

6.24 Imposto Predial Urbano a pagamento em Janeiro

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2016

A cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de "uma casa, apartamento, moradia ou terreno, decorre de 1 a 31 de Janeiro de 2017, anunciou ontem, em comunicado, a Administração Geral Tributária (AGT).

O imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento. Caso pretendam pagar em duas prestações, devem repetir o processo durante o mês de Julho.

Os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, para que possam proceder à sua inscrição. Sempre que possível, a declaração deve ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, como a memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação. A ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente. Os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0,5 por cento.

Para que a AGT avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários factores como localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel. A junção destes coeficientes determina o resultado da

avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas).

Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

Igualmente, começou no dia 1 de deste mês o pagamento da taxa de circulação e fiscalização do trânsito referente ao ano de 2016. A cobrança da taxa de circulação vai até ao dia 31 de Março de 2017 e a AGT prevê arrecadar cerca de quatro mil milhões de kwanzas, com a venda de 800 mil selos em todo o território nacional.

6.25 Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017

Jornal O PAIS
29 De Dezembro de 2016

Trata-se de um imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Para o pagamento do referido imposto, de acordo com uma nota da AGT, os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho, informa a AGI num comunicado noticiado ontem pela Angop.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

Segundo a AGI, sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

Refere a nota, que a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente.

Importa ressaltar, que os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0.5%.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários

determinados factores, nomeadamente, localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel.

A junção destes coeficientes, prossegue o documento, determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas. Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

6.16 Mais de 170 mil casas disponíveis no próximo ano

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2016

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, anunciou que, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), está já em conclusão a construção de mais de 170 mil casas sociais em todo o país, materializando, assim, o compromisso assumido pelo Executivo, de forma clara e inequívoca, na componente da habitação social como sua responsabilidade.

Branca do Espírito Santo procedeu a um balanço das actividades desenvolvidas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação e institutos por si tutelados em 2016, tendo considerado de positivas. Assim, disse a ministra em cerimónia presenciada pelos secretários de Estado do Urbanismo e da Habitação, respectivamente, Nhangá de Assunção e Joaquim Silvestre, existem 62.415 habitações construídas pela Imogestín, 16.577 pela Kora Angola, 10.480 construídas no quadro dos "200 fogos" por municípios e 88.698 habitações pela promoção pública privada, privada e cooperativa.

A ministra falou da cedência de mais de 104.000 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida e garantiu que 15.756 cidadãos angolanos conseguiram empregos, na sequência da execução destas habitações, e não só. Na sua intervenção, Branca do Espírito Santo explicou que das 15 centralidades iniciadas, sob gestão da Imogestín, foram concluídas sete e estão em curso oito nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Bengo, Lunda Norte, Namibe e Huíla.

"Das oito centralidades iniciadas pela Kora, nas províncias do Uíge, Cuanza Sul, Huambo, Bié e Moxico, foram concluídas três e estão em curso

cinco", referiu a ministra, para quem estão em fase de comercialização as centralidades do Lossambo (Huambo), do Dundo (Lunda Norte) e do Chibodo 1 (Cabinda).

Branca do Espírito Santo informou que estão em curso e em fase avançada as obras de infra-estruturas externas das centralidades de Benguela (Catumbela, Lobito e Baía Farta), da Huíla (Quilemba), de Luanda (Zango Zero e Zango 5-8.000), do Namibe (5 de Abril e Praia Amélia) e Capari (no Bengo), sob gestão da Imogestin, do Uíge (Quilomoço), do Cuanza Sul (Sumbe), do Bié (Cuito), do Huambo (Caála e Bailundo) e do Moxico (Luena), sob responsabilidade da KoraAngola.

Para a ministra, as centralidades do Kilamba e do Sequele (Luanda), que já são uma sólida realidade, com as habitações totalmente ocupadas, e todas as centralidades em construção pelo país demonstram ser uma opção acertada e feliz, na senda das realizações em curso.

No domínio da Habitação, foram elaborados e aguardam pela aprovação final um conjunto de instrumentos legais para facilitar o acesso do cidadão ao crédito habitacional e a normalização dos procedimentos por parte de quem busca a oportunidade de ter a casa própria.

"São instrumentos cujo surgimento acompanham a dinâmica do sector da Habitação que vê crescer, de forma acelerada, a oferta de habitação no nosso país, apesar de ainda registar défices assinaláveis neste domínio", afirmou.

7. TERRA

7.1 Terreno milionário vendido ao ex-BESA

Jornal Manchete
02 De Dezembro de 2016
Fonte: CM

O terreno do Kanhangulo, em Angola, que terá servido de meio para a circulação de oito milhões de euros entre Hélder Bataglia e Carlos Santos Silva e cujo beneficiário terá sido José Sócrates foi efectivamente vendido ao antigo BES Angola (BESA).

O negócio foi feito por mais de metade do preço fixado no contracto promessa de compra e venda entre Angola Investments - do Grupo Lena- e Eninvest Investments - na esfera do antigo presidente da ESCOM, em 2010. Segundo apurou o CM, os dados recolhidos pela investigação indiciam que o contrato-promessa para a venda do Kanhangulo, por 35 milhões de euros, à empresa de Bataglia, terá sido elaborado de forma fictícia para justificar a transferência dos oito milhões de euros. O contrato reporta à data de Dezembro de 2010 mas terá sido feito posteriormente, acreditam os investigadores.

Os emails apreendidos mostram que o BESA avaliou o Kanhangulo em cerca de 13 milhões de euros menos de metade dos 30 milhões acordados no contrato alegadamente simulado. Henrique Resina, antigo consultor do BES Angola à época presidido por Álvaro Sobrinho foi alvo de buscas no âmbito da Operação Marquês. Resina foi um dos elementos que negociaram com o Grupo Lena a efectiva venda do terreno do Kanhangulo, em 2012, emails entre o Grupo Lena e pessoas relacionadas com o BESA, comprovam que a única operação real em torno do terreno do Kanhangulo foi a negociação decorrida entre esse banco e a construtora.

7.2 População em zona de risco

Jornal de Angola
05 De Dezembro de 2016
Texto: Nicodemus Paulo

Os municípios do Uíge, Negage, Maquela do Zombo, Quimbele e Dange Quitexe apresentam novas áreas de risco devido ao surgimento de ravinas que ameaçam atingir residências e várias infra-estruturas económicas e sociais ergui das nestas localidades,

informou o comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O subcomissário bombeiro Manuel Pedro Queta manifestou-se preocupado com a situação, mas diz não entender o comportamento da população que insiste em construir em zonas consideradas de risco, em terrenos deprimidos e próximo do leito dos rios e de valas de drenagem.

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros identificaram 15 novas áreas de risco habitacional nos municípios do Negage, Maquela do Zombo, Quimbele, Uíge e Dange Quitexe. Manuel Pedro Queta lembrou que, em Novembro de 2015 e em igual período de 2016, foram identificados 50 apartamentos com altos níveis de degradação em alguns edifícios da cidade, referindo que muitos destes apresentam fissuras em diversos pontos dos compartimentos, quedas de detritos e humidade, capazes de favorecer o surgimento de sinistros.

Dado a gravidade da situação, o responsável considera importante que sejam desencadeadas acções de demolição preventiva do edifício de carácter residencial e comercial, na rua Comandante Bula, na cidade do Uíge.

Recordou que, nos últimos meses, a corporação procedeu à remoção de produtos tóxicos que atormentavam os alunos do Instituto Médio Politécnico Manuel Quarta Punza, além de ter realizado várias campanhas de sensibilização sobre prevenção e gestão de riscos nos hospitais, escolas e comunidades.

A corporação extinguiu 143 incêndios de pequena e média proporção, que provocaram 11 mortos e prejuízos materiais estimados em 330 milhões e 978 mil kwanzas.

7.3 Pai de Rufino ainda chora a morte do filho

Novo Jornal
09 De Dezembro de 2016

Marciano Rufino António, de 41 anos de idade, pai do adolescente Rufino António, de 14 anos, vítima mortal de um disparo feito, alegadamente, por um militar continua a lamentar a tragédia que abalou a sua família, da qual ainda não se refez.

O morador da zona do Walele, onde residia há seis anos, relatou ao Novo Jornal que, após a morte do filho, a sua esposa teve de ser evacuada para a província do Kwanza-Norte por não "aguentar a dor

de perder o seu primeiro rebento. "O Rufino era o mais velho dos quatro filhos que temos. Ele ajudava-nos na lida de casa e a cuidar dos irmãos. A mãe não consegue mais ficar em Luanda e está com problemas da cabeça. Por isso, toda a minha família teve de ser evacuada para a província, apenas fiquei eu", detalhou.

O progenitor de Rufino assegura que o filho foi vítima de um disparo efectuado por militares. "Os miúdos ouviram que o colégio onde estudam estava a ser partido, então, correram para lá. Quando chegaram, encontraram a tropa a dar tiros e uma bala atingiu a cabeça do meu filho. Os militares pegaram no corpo da criança e levaram-no directamente à morgue central de Luanda, onde encontrámos o cadáver do meu menino", explicou o pai, lamentando a falta de apoio do governo para o enterro do filho.

"Não tivemos nenhum apoio das autoridades, senão da família, igreja e amigos", desabafou. A. P.

7.4 Vítimas de demolições no Zango com futuro incerto

Novo Jornal

09 De Dezembro de 2016

Texto: António Paulo

Sem autorização para reerguer as casas destruídas por militares, populares do Zango sentem-se desolados e exigem uma resposta das autoridades sobre o seu destino. O Novo Jornal regressou, esta semana, à zona das demolições, onde constatou a ausência de militares e uma aparente acalmia para os moradores que, durante meses; tiveram de conviver com o barulho das máquinas demolidoras, tiroteios e um rol de barbaridades perpetrado pelos soldados.

Os escombros estão bem presentes na zona do Guimbi, localidade do Zango 1 muros caídos e casas destruídas. É um cenário de guerra o que se observa naquela zona de Luanda, onde há mais de dois meses ocorreram demolições de residências em massa, atribuídas à Zona Económica Especial, sob protecção de militares armados.

Foi naquela mesma zona que a equipa do Novo Jornal que tem vindo a acompanhar as demolições foi detida e torturada durante seis horas por homens armados que ali se encontravam destacados, tal como reportou este semanário na edição 447, de 2 de Setembro do corrente ano.

Oliveira Cassegunda foi outra das vítimas. Acompanhava a equipa do Novo Jornal e também

sofreu as agruras dos maus-tratos infligidos pelos soldados.

Presidente da comissão de moradores e 1º secretário do Comité de Acção (CAP) 499 do MPLA no sector 68, Cassegunda lembra que, no dia em que foi torturado com os repórteres do NJ António Paulo e Adjali Paulo e o motorista Ramos Njila, teve de desembolsar 100 mil kwanzas para evitar que a sua casa fosse totalmente demolida.

"Primeiro, partiram o quintal, a varanda e a casa de banho. Depois da nossa detenção, regressaram comigo e pediram-me dinheiro para que a minha casa não fosse deitada abaixo por completo", pormenorizou o cidadão, que apela à intervenção do Presidente da República (PR) para que haja uma solução definitiva para o problema.

"Graças a Deus, estamos a viver uma certa acalmia. Mas não sabemos que fim darão ao nosso caso. A população constituiu um advogado que está a trabalhar no assunto, mas as autoridades, até ao momento, não dizem nada. Por isso, queremos que o PR diga alguma coisa para resolver o nosso problema", exprimiu o responsável comunitário, que estima em perto de 10 mil o número de famílias que viram as casas demolidas nos Zangos 1, 2, 3 e 4.

A esposa de Oliveira Cassegunda, Jocelina Noé, de 26 anos, não quer recordar o episódio vivido e apenas apela por justiça. "Aquilo foi horrível, parecia um filme de terror. Nunca vive situação igual. Os militares vinham armados com carros sem matrícula e faziam de tudo. Levaram o meu esposo como se fosse um bandido e depois partiram uma parte da nossa casa. Não há respeito pelos direitos humanos neste país. Isto está mal", lamentou a jovem, exibindo um rosto carregado de tristeza.

"Há três meses que a nossa vida está calma com a saída dos militares, mas vivemos numa tristeza porque estamos quase ao relento. Já não temos dinheiro para reconstruir o que partiram e, psicologicamente, estamos derrotados", lamentou Jocelina, acrescentando que, quando a sua casa foi parcialmente destruída, o seu filho contava apenas três meses de idade.

"Somos lixo ou cidadãos?"

José Manaca, de 57 anos de idade, reside na zona há 16 anos. A sua casa também foi parcialmente destruída pelos militares num dia em que, segundo contou se encontrava ausente. "Tinha saído e, quando voltei, encontrei as paredes do quintal demolidas e as crianças disseram-me que tinham sido os tropas. No dia seguinte, regressaram com tractores

e pediram-me para retirar as coisas para terminar a destruição da casa. Implorei e o chefe do grupo teve compaixão e evitou a destruição. Com a morte do Rufino e todas aquelas confusões, as demolições pararam e continuamos aqui", relatou.

José Manaca também não sabe o que o destino lhe reserva, mas assegura que a saída dos militares deixou a zona sossegada. "Mas, agora, somos lixo ou cidadãos? Vivemos quase ao relento, casas sem quintais, outras destruídas por completo e ninguém resolve o nosso problema", queixou-se o homem.

Sebastiana Fernandes, de 57 anos de idade, vive na zona desde 1981. A mulher, que reside numa casa de chapa, afiançou que a sua residência não foi destruída pelos militares porque eles tinham as atenções viradas para as construções definitivas.

"Eu assisti a tudo. Foram dias de terror. Os militares armados roubaram materiais de construção, e não só. Cobraram dinheiro para não partir casas, bateram nas pessoas, violaram mulheres e mataram um menino. Aqui ninguém mais dormia. Foi muito triste e revoltante. Agora, estamos à espera da decisão do governo: se vamos sair daqui ou não'. O que nós queremos é paz", apelou a munícipe.

7.5 Governador do BNA esbulha terreno de cidadão pobre, sob cumplicidade de juiz

*10 De Dezembro de 2016
Jornal Folha 8*

Em Angola fica cada vez mais claro que o pobre não tem acesso a justiça e não pode, sequer, contar com a sua imparcialidade. Os ricos, estes para além das custas não lhes causarem problemas, podem ainda influenciar, através de tráfico de influência e ou outras benesses os juízes.

Nos últimos tempos o autóctone Moisés Sebastião António Mateus já não cabe em si de tanta reza, que o segura, para não cometer um acto tresloucado, intrigado com o comportamento indecoroso e ambição desmedida, por sinal, de um ex-seminarista, agora nas vestes de governador do Banco Nacional de Angola, Walter Filipe, que esbulhou o seu pedaço de terra.

"Ele não é ambicioso é mau! É um homem sem escrúpulos, que não se coíbe de tirar aos pobres, como o meu tio Moisés, um homem honesto, que está a ser roubado, por quem não tem necessidade, mas como é bajulador oficial do Presidente da República, pode roubar com imunidades", disse

Filipe Massokotala, referindo se ao governador do Banco Nacional de Angola, que tem um colégio contíguo ao terreno de Moisés. "Ele pretende ampliar o seu colégio e, então, nada mais está a fazer do que um roubo com apoio e cumplicidade institucional, quer da administração de Luanda, quer dos tribunais, pois ele pode corromper estes órgãos e o juiz, com dinheiro que rouba do BNA". Verdade ou não, Walter Filipe não tinha necessidade de estar a manchar, a reputação em querela de terrenos, pois, com mais duas bajulações ele consegue, outros terrenos, não precisando de roubar, a quem não tem mais nada como património, para si e descendentes".

Moisés Sebastião António Mateus, angolano tem a posse pública e pacífica de uma parcela de terreno desde 1998, na zona de Santo António, onde cunhou com o suor das próprias mãos plantando, mais de duas dezenas de mangueiras (que atingem a maioria em cerca de 3 anos e meio) 12 cajueiros (só dá fruto depois de 5 anos).

Com o avançar da urbanização da cidade capital e a transformação de antigas zonas agrícolas em condomínios, o requerente acautelou-se iniciando um processo de legalização do seu terreno na Administração Municipal de Viana e depois de Belas.

Fê-lo apresentando os competentes comprovativos, bem como o pagamento de impostos no Bairro fiscal, para demonstrar, ao Estado o seu comprometimento com a legalidade. Logo a forma para obter, também, o título de propriedade, capaz de conferir tranquilidade ao seu futuro e de seus descendentes.

Passado alguns tempos e, tardando a resposta dos órgãos da Administração do Estado, quanto a legalização do seu terreno, bate lhe a porta, num belo dia, um emissário do colégio adjacente ao seu terreno, propondo lhe a venda, com base num contrato, considerado a partida como leonino, dada as cláusulas desfavoráveis que o mesmo tinha.

Mas quando pensava estar no seu direito de aceitar ou não uma proposta de venda, Moisés foi confrontado com os maus figados dos novos ricos, ao ver invadida, através do esbulho violento, no dia 07 de Julho de 2016, a destruição dos dois muros de vedação e a invasão do seu terreno, com máquinas pesadas e destruindo as culturas e árvores nele implantadas. Intrigado a vítima não entende como é permitido a uns o recurso à força, não para fazer valer os seus direitos, mas para lesar os dos outros.

O artº 1279 do Código Civil, diz que o possuidor que for esbulhado com violência tem direito de ser

restituído provisoriamente, à sua posse, sem audiência do esbulhador.

Entretanto, intentando uma acção judicial, onde esperava poder contar com a imparcialidade e competência do juiz viu defraudadas todas as expectativas, quando o magistrado, reconhecendo a sua legitimidade, preferiu deferir a favor do mais forte, deixando as mais diversas especulações.

"Para mim o juiz recebeu cerca de 100 mil dólares do governador do Banco Nacional, Walter Filipe, que o corrompeu".

"Os dois são corruptos e envergonham o sistema judiciário e empresarial". Como se vê, deferir mal, encrava o autor junto da comunidade e, mácula a reputação do magistrado, que nunca deveria ter sido posta em causa.

Vejamos a pérola vertida na sentença do digno magistrado da 3ª Secção do Tribunal de Luanda da Sala do Civil e Administrativo, que reconhecendo a posse de Moisés, não lhe outorga o direito de ser proprietário, como se pode ler na sentença.

"Alega que tem a posse pública e pacífica de uma parcela de terreno desde o ano 1998, sita na zona de S. António, próximo do Colégio do Requerido, nesta, tem plantadas 18 (dezoito) mangueiras, e 2 (dois) cajueiros, numa zona que destinava-se para fins agrícolas. Com a implementação do Projecto de construção da cidade do Kilamba, o requerente iniciou o processo de legalização do mesmo, primeiro, na Administração Municipal de Via na e posteriormente do Belas, com apresentação de requerimentos para o efeito", disse o juiz.

Noutra parte o juiz reconhece o uso da força, por parte do governador do BNA, "porém, em meados de Fevereiro do ano em curso, a requeri da procurou pelo Requerente e manifestou o interesse no terreno, tendo para o efeito enviado um Modelo de contrato com propostas. O

Requerente ao analisar o referido contrato verificou que continha um conjunto de cláusulas que lhe eram desfavoráveis, tendo, declinado a proposta. Não se conformando, a Requerido no dia 07 de Julho do ano em curso, tomou de assalto a parcela de terreno e, utilizando máquinas, destruiu o muro de vedação, cortou as mangueiras e os cajueiros nele, plantados." Mas quando se julgava ter o juiz abraço a imparcialidade da lei, eis que começa a desconstruir a lógica da racionalidade "

O requerente invoca, ter sido violado os seus alegados direitos resultantes do direito de propriedade, por via da ocupação, mais não juntou

qualquer título a sustentar a sua qualidade, nem ao menos uma declaração de ocupação emitida por uma Entidade Pública.

Mais adiante o juiz sai da lógica e detem-se na seguinte parcela: "adquiriu o terreno de que se arroga ser sua pertença, tendo declarado que a referida parcela é um espaço cedido pela sua irmã e que anteriormente eram lavras, assim como as intenções manifestadas pelo requerido em relação ao mesmo terreno, tendo este apresentado ao requerente um modelo de contrato com propostas, facto que foi confirmado pela segunda testemunha assim, como a violência realizada nesta parcela. Todas, com excepção da segunda, elucidaram o "modus operandi", da entrada do Requerido no mesmo terreno"

No entanto pese estas observações, no final o juiz considera não haver ilicitude, por o positor do governador do BNA, não ter um título em papel. É caso para dizer se um cidadão cometer um homicídio, mas não tiver uma certidão ou BI, então não cometeu o ilícito.

E é este trocadilho que vai nortear tudo o resto de o rico suplantar sempre o pobre, por mais razões que este tenha.

"Destes preceitos resultam os três requisitos necessários à decretação da providência cautelar de restituição provisória da posse: a posse, o esbulho e a violência.

Nos termos do art, 1251 do Código Civil, posse é o poder que se manifesta quando alguém atua por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real. Porque a posse integrará, necessariamente os elementos do corpus e animus, só pode arrogar, se possuidor quem se comportar, aparentemente, como titular de um direito real e o exercitar com essa disposição de espírito.

À posse em nome, próprio, definida no citado artº 2, opõe-se, assim, a chamada posse precária, ou detenção, configurada nas alíneas do art.º 1253. do CC.

Importa, pois, verificar se, no caso concreto, o requerente do procedimento é possuidor. Ora, no presente processo, não ficou provado que o Requerente tem ou tinha posse".

Esta observação analítica do juiz é de bradar os céus, pois não à voltas a dar quanto ao facto do homem ser detentor da parcela do terreno, pela posse pacífica e de boa fé, contrário ao comportamento do juiz.

"Para que exista posse é necessário que, para além do mero poder de facto sobre a coisa, haja por parte do agente a intenção de exercer como titular um direito real sobre a coisa.

A simples expressão «posse real, efectivas» traduz uma conclusão, para a obtenção da qual se torna necessária a existência de determinada premissa, que o tribunal não pode suprir oficiosamente, uma vez que o julgador se encontra vinculado aos factos e não aos conceitos de direito articulados pelas partes. Da titularidade do direito de propriedade não decorre qualquer presunção de posse, outro sim se verificando a circunstância inversa, ou seja, de que a posse confere ao respectivo possuidor a presunção da titularidade do direito àquela correspondente. A posse pode ter como objecto direitos reais e direitos pessoais ou obrigacionais, mas desde que esses direitos estejam relacionados com coisas ou bens matérias. Como foi dito atrás a posse integra dois elementos, o corpus e o animus. O que quer dizer cada um destes elementos? O corpus da posse, traduz-se no «poder de facto» manifestado pela actividade exercido por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real (a rt.251. e 1252, n.2, do CC), Actividade que não carece, aliás, de ser sempre efectiva, pois uma vez adquirida posse, o corpus permanece como que espiritualizado, enquanto o possuidor tiver a possibilidade de o exercer (art, 1257. n.1 do CC). Quanto ao animus, é possidendi, é a intenção jurídico real, a vontade de agir como titular de um direito real, que se exprime em certa actuação de facto (art. 1251). A posse contrapõe-se a detenção (artº 1253). No caso subjucede o Requerente não apresentou prova do seu direito de titularidade, não tem nenhum documento que justifica o animus, os seja, não justificou o modo de aquisição do direito de propriedade.

Não tendo nenhum documento que justifique a posse, esta não existe. Porquanto, não se vislumbra nos autos como o requerente adquiriu, embora ficou demonstrado que o mesmo recebeu o espaço por cedência da sua irmã que também, não tem legitimidade para o fazer.

Nos termos do artigo 5.2 da Lei 9/04, de 9 de Novembro (Lei de Terras). “ A terra constitui propriedade originária da terra, integrada no seu domínio privado ou seu domínio público”.

Por conseguinte, sendo a terra pertencente ao estado, ela não pode ser adquirida por usucapião (artigo 6.2 n 2 4 da citada lei).

Todavia a aquisição ou transmissão da terra só pode ser por qualquer dos meios regulados na lei de terras

e destes o requerente não apresentou prova de nenhum (art. 9 6.9 n.22 do citado diploma legal). Ora, no caso presente o Requerente do procedimento cautelar é detentor não qualificado, não dispõe de tutela possessória e não gozando desta, não devia intentar a providência cautelar de restituição provisória da posse.

Contudo, para restituição provisória ela posse é necessário que se verifique esbulho, entendendo se que há esbulho quando alguém foi privado do exercício de retenção ou fruição do objecto possuído ou da possibilidade de o continuar (Moutinho de Almeida, Restituição da posse, ocupação de imóveis, pág., 101, H. Mesquita, in Direitos Reais, Coimbra, p.126, c Manuel Rodrigues in Posse, 3.2 Ed., Coimbra, 1980, p. 362”.

O atrás vertido é um hino a discriminação dos cidadãos. É o reconhecimento "que os ricos podem sempre mais que os pobres e nestes casos, a solidariedade dos juizes pendente sempre a favor dos poderosos, como no caso vertente, em que toda ladainha jurídica visa favorecer Walter Filipe governador do BNA.

Isto tudo por na fundamentação o juiz reconhecer que o "requerente tinha plantadas 18 mangueiras e 2 cajueiros, na parcela sita na zona de S. António, próximo do Colégio do Requerido, na qual era, detentor, tendo adquirido, desde o ano 1998. 0.2.Com a implementação pelo Governo do Projecto Urbano de construção da cidade do Kilamba, o Requerente iniciou o processo de legalização da parcela, primeiro, junto da Administração Municipal de Viana depois de Belas. 0.3.Em Fevereiro do ano em curso, o Requerido contactou o Requerente, manifestando o interesse no imóvel deste, tendo para o efeito enviando o Modelo de contrato com propostas nele insertas.

0.4.0 Requerente, ao analisar o referido contrato verificou que o mesmo continha um conjunto de cláusulas que lhe eram manifestamente desfavoráveis, tendo, declinado a proposta.

0.5.A Requerida, no dia 07 de Julho do ano em curso, usando os fiscais, da Administração do Município de Belas, ou seja por determinação do senhor Bessa responsável do departamento de fiscalização deste Município, tomou de assalto a parcela de terreno e, utilizando máquinas, destruiu o muro de vedação, cortou as mangueiras e os cajueiros nele, plantadas".

Para o juiz isso ficou claro, mas depois diz não ter ficado provado "que o Requerente tem a posse pública e pacífica da parcela de terreno desde o ano

de 1998, sita na Zona de S. António, próximo do Colégio Requerido".

Isto é uma machadada a credibilidade dos magistrados e coloca em cheque a imparcialidade dos tribunais.

7.6 SOS Habitat fala de 6 mil casas demolidas este ano

Jornal O País

12 De Dezembro de 2016

Texto: Domingos Bento

Aquela organização da sociedade civil, que trabalha na defesa da habitação como um direito, considera que o direito à moradia tem sido um dos mais violados no país, acusando o Governo e certos grupos economicamente fortes como sendo os principais violadores deste pressuposto indispensável à vida humana.

De acordo com André Augusto, coordenador adjunto da SOS-Habitat, o Governo, que devia ser o principal promotor e defensor do direito à habitação, é o mesmo que promove a todo o instante desalojamentos e demolições arbitrárias que forçam centenas de famílias a virem em condições precárias.

Conforme revelou, de Janeiro a Dezembro deste ano mais de seis mil residências foram demolidas nas províncias de Benguela, Huíla, Cunene e Luanda. Esta última, registou perto de cinco mil casas destruídas nas zonas dos Zangos, Cacuaco e Belas. Segundo André Augusto, todas estas demolições tiveram como propósito beneficiar determinados projectos privados cujo impacto não tem reflexo na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Para aquele activista social, que falava ao OPAIS por ocasião do Internacional dos Direitos Humanos, que se comemorou no último Sábado, 10, o Governo aproveita-se da lei que confere a terra como sua propriedade, para demolir milhares de residências e desapropriar as respectivas famílias sem o mínimo de respeito pela vida humana.

Actualmente, fruto de demolições anteriores, o coordenador adjunto da SOS -Habitat deu a conhecer que a sua organização trabalha com um total de 69 comunidades, num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem em tendas ou em habitações precárias porque as suas casas foram demolidas e até ao momento o Governo não conseguiu solucionar os diferendos.

"Temos registado que o facto de a Constituição definir a terra como propriedade do Estado, muitos governantes aproveitam-se disso para passarem por cima dos direitos das pessoas, violando grosseiramente o direito à habitação. Por esta via é que temos vindo a notar que o número de famílias desalojadas e sem tecto tem vindo a aumentar todos os dias. O que é mau", lamentou. André Augusto deu a conhecer que o Estado angolano ratificou vários pactos internacionais que visam o respeito pelos direitos humanos. Ao não honrá-los, estará a andar na contramão dos princípios internacionais. Para ele, não é justo que o Estado, que deve ser uma entidade de bem, seja o promotor de conflitos no que toca ao sector habitacional que ainda tem muito por caminhar, apesar de nos últimos anos construir-se centralidades e outros projectos habitacionais que não respondem às reais necessidades das populações.

De acordo com a fonte, ao demolir habitações sem apresentar alternativas viáveis que possam salvaguardar a vida das pessoas, o Estado nada mais faz se não criar problemas que podem "danificar" a harmonia e a paz social. "Quando se parte a casa de um cidadão violam-se outros direitos como, por exemplo, o direito à educação, o direito à saúde e o direito ao emprego. É que a pessoa é retirada de uma zona onde tem todas estas condições criadas para outra área sem o mínimo de condições. Logo, aquilo que devia ser apenas a violação de um direito alarga-se e torna o problema maior ainda". Todavia, de forma a dirimir os conflitos, André Augusto apelou ao Estado para uma maior sensibilidade, apostando sempre no bom senso quando for demolir uma determinada comunidade. "Não somos contra as demolições. Somos sim é contra as demolições arbitrárias. O Estado quando pretende elaborar um determinado projecto deve antes criar as condições básicas para que as pessoas não se sintam frustradas. Não se pode partir a casa do cidadão e deixá-lo à mercê da sua sorte. Não é justo".

7.7 Famílias que partilham a mesma casa excluídas das novas

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Seis anos depois de conviver com outras duas famílias debaixo do mesmo tecto, Francisca Moisés, 32 anos, mãe de sete filhos, exultava de alegria ao ser informada de que estaria entre os desalojados da antiga "Favela" da Praia do Bispo, em Luanda, que receberiam uma das 900 casas do novo projecto.

Para sua tristeza, tudo não passou de um sonho. Apesar de o nome do seu esposo (falecido em 2015) constar na lista de beneficiários, a comissão responsável pelo processo de atribuição dos imóveis recusa-se a entregar-lhe a residência.

"Todos nós, que fomos retirados da Favela, nos conhecemos e suportamos o mesmo sofrimento aqui desde 2010. Hoje, há casas novas e o que vemos é outras pessoas a receber casas no nosso lugar", lamentava Francisca, a lacrimejar.

Na sua condição, estão centenas de famílias das cerca de mil desalojados da antiga Favela, que alegam terem sido excluídas do processo de entrega das "900 casas gémeas" construídas para os albergar. Por conta disso, alguns deles atiram -se contra os membros da comissão criada para a distribuição das mesmas e acusam-nos de terem substituído os seus nomes por pessoas alheias ao processo.

A interlocutora diz que o seu nome consta na lista dos beneficiários, mas os responsáveis pela distribuição de casas alegam que a casa apenas deve ser entregue a pessoa cujo nome consta no cadastro inicial, no caso o seu esposo já falecido.

"Na Favela não existia ninguém com viaturas V8, mas a maioria das casas cor de rosas estão ocupadas por pessoas de grandes carros que nunca foram vistas aqui", reclamou a anciã Amélia Albertina, 78 anos, que também foi excluída do processo.

Ela diz que a sua casa foi registada em nome do seu filho que faleceu em 2011. Segundo ela, mesmo com a apresentação do boletim de óbito, os responsáveis pelo realojamento recusaram-se a dar um parecer positivo.

Também por razões de morte, Rosária Morais, 20 anos, e os seus sete irmãos foram afastados da lista de beneficiários pelo facto de os seus progenitores, cujos nomes constavam na lista, já não fazerem parte do mundo dos vivos.

"Se a promessa era nos darem novas casas no mesmo ano (2010), passados seis anos não podem impedir os órfãos de as receberem. É preciso terem em conta que muitas pessoas morreram por causa das condições em que viveram".

A maioria das pessoas que não foram contempladas estão concentradas no sector 9. Por conta disso, criou-se um grande alvoroço e instalou-se o sentimento de revolta que forçou a interrupção das actividades laborais de vários chefes de família que, durante as duas últimas semanas, tentam, sem sucesso, obter explicações sobre o facto de o seu nome não figurar na lista dos beneficiários.

Segundo constatou a nossa equipa de reportagem, a maioria deles dizem ter perdido a esperança de sair do marasmo em que se encontram nos últimos seis anos, alegam que todas as residências que lhes seriam destinadas já estão ocupadas.

"Temos beneficiários infiltrados"

Já o cidadão José da Graça, um dos desalojados da favela, teve mais sorte. No momento em que foi interpelado pela nossa equipa de reportagem, na manhã de Quarta-feira, estava a arrumar os restos dos móveis da casa que partilhou com mais duas famílias nos últimos seis anos, a fim de trasladá-los para os seus novos aposentos.

Confirmou que entre os beneficiários há "pessoas infiltradas que jamais foram vistos a partilhar residências com os demais no Panguila, nos momentos mais críticos".

A presença da nossa equipa de reportagem despertou a atenção de muitos moradores que pretendiam manifestar o seu descontentamento. Alguns deles afirmaram ter visto e ouvido cidadãos a negociar com os membros da comissão de realojamento a venda de imóveis, mas não apresentaram nada que comprovasse tal acusação.

Neste momento, algumas das famílias que continuam a partilhar casas desconhecem qual será o seu destino. A única certeza que têm é que continuarão a viver nas mesmas condições, caso o GPL e a Polícia Nacional não desmantelem" os alegados infractores e reponham a legalidade.

7.8 Inquilinos lutam por residências

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Dadas as dificuldades vividas, um número considerável de famílias abandonou o local deixando suas casas sob vigilância de outrem, a custo zero ou em troca de valores monetários, partilhando com outros proprietários a mesma sala, quarto de banho e o dormitório,

Entretanto, muitos são os casos de inquilinos que estão a aproveitar-se da situação para reclamarem por uma habitação, apesar de não possuírem documentos que os titulem como desalojados.

Outros, porém, revenderam alguns dos compartimentos a que tinham direito nas residências compartilhadas para suprirem as dificuldades que enfrentavam, entre as quais a da alimentação. No Panguila, os antigos moradores foram

reassentados em residências construídas sobre uma base de betão, de estruturas pré-fabricadas, de três quartos, sala, quarto de banho, cozinha e dispensa. Quando chove, essas moradias ficam inundadas, segundo os seus ocupantes.

Já os que estão em casas geminadas de dois quartos cada, construídas a base de blocos de cimento sobre uma base de cerca de 10 centímetros de profundidade, não têm esse problema.

Enquanto para uns o desagrado de "chegar em casa e encontrar o vizinho a usar as suas coisas, sem permissão, ficará para a história", outros ainda não estão livres disso.

7.9 Ex-funcionário dos CFL recusa sair sem realojamento

Novo Jornal

19 De Dezembro de 2016

Texto: Alexandre Lourenço e Isabel Costa Bordalo

Despedido em 2004 pelos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), Alfredo Saraiva trava uma batalha contra a empresa pública para que seja restituído metade do salário que lhe foi retirado durante três anos. E tenta travar o desalojamento do vagão que ocupa, na Estação dos Musseques, onde reside há 23 anos, com alguns dos cinco filhos e 11 netos, sem que seja realojado pela empresa.

O ex-maquinista exige um tratamento idêntico ao que foi dado a outros funcionários despedidos e que, na altura, segundo ele, foram realojados em casas que o Governo provincial de Luanda atribuiu aos antigos trabalhadores do CFL. Pretensão que o Gabinete Jurídico do Ministério dos Transportes (MT) diz ser legítima, no parecer nº 131/08, datado de 10 de Outubro de 2008, na sequência de uma carta que Alfredo Saraiva endereçou ao ministro dos Transportes de então, André Luís Brandão, que foi substituído no cargo pelo actual titular da pasta, Augusto Tomás.

Apesar de o parecer recomendar a devolução dos 50% de salário retidos "sem explicação", o pagamento da indemnização e a negociação do realojamento, tal como fez com outros trabalhadores que ocupavam vagões da linha dos Musseques, "mesmo que já não pertença aos quadros do CFL - EP", a empresa pública não cumpriu a recomendação, arrastando um caso que começou em 2004.

O braço de ferro entre o ex-maquinista e os CFL chegou à barra do tribunal, mas também aí Alfredo

Saraiva não viu solução para o seu caso. A primeira audiência de julgamento esteve marcada, mas foi adiada a pedido do advogado que representa a empresa pública. A partir dali, Alfredo Saraiva perdeu o rasto ao processo, no vaivém de diligências que já efectuou para receber os salários que foram retidos "indevidamente", como refere o parecer dos juristas do MT, a indemnização negociada com a empresa pública e o realojamento.

O porta-voz dos CFL, Augusto Osório, garantiu ao Novo Jornal que a empresa vai "resolver a situação, de acordo com o parecer do Gabinete Jurídico do Ministério dos Transportes", onde Alfredo Saraiva se deve dirigir para, juntos, encontrarem uma solução para o diferendo.

Escusando-se a entrar em detalhes, Osório responsabiliza o ex-maquinista pelo arrastar da situação. Desde 2008, houve três administrações nos CFL e por "falta de insistência do interessado" o assunto ainda não foi resolvido. "A questão nunca foi colocada a esta administração", afirma o porta-voz dos CFL, adiantando que é do interesse da empresa que Saraiva e a família saiam do vagão, uma vez que a sua presença em terrenos dos caminhos-de-ferro levanta questões de insegurança.

Informação que Alfredo Saraiva desmente. O ex-maquinista garante que, em 2015, escreveu uma carta ao actual PCA dos CFL, que continua sem resposta.

Despedimento colectivo.

Alfredo Saraiva, de 63 anos de idade, foi admitido nos CFL-EP, em 1975, para exercer a função de maquinista de locomotiva. Em 2001, não foi abrangido pelo processo de reconversão de carreiras, apesar da sua vontade em continuar na empresa, e, "sem nenhuma explicação", como refere o parecer do Gabinete Jurídico do MT, de 10 de Outubro de 2008, o seu salário foi reduzido em 50%. Três anos mais tarde, o CFL desencadeou o despedimento colectivo que apanhou o ex-maquinista.

"Na altura do pagamento da indemnização o Sr. Alfredo Saraiva reclamou o pagamento da indemnização com base no salário reduzido desde 2001. O Grupo de trabalho prometeu pagar o remanescente e até à presente data não recebeu", escreve o parecer, que, nos factos apurados, afirma ainda que "a desocupação do vagão que ocupa está condicionada ao seu realojamento bem como da sua família à semelhança de outros trabalhadores que ocupavam os referidos vagões".

Alfredo Saraiva pede, em correspondência trocada com o ministro dos Transportes, o Provedor de

Justiça e o governador da Província de Luanda, que lhe seja cedida uma moradia no complexo habitacional onde foram alojadas as famílias cujas residências foram demolidas devido ao projecto de reabilitação dos CFL.

Pretensão que o parecer do Gabinete Jurídico do MT considera legítima.

"Não deve haver discriminação na desocupação dos vagões ocupados pelos trabalhadores na linha dos Musseques, isto é, se houve realojamento de outros trabalhadores, o Sr. Alfredo Saraiva deverá beneficiar do mesmo tratamento mesmo já não estando vinculado ao CFL-EP", lê-se no parecer n.º 131/08.

Augusto Osório considera, contudo, que Alfredo Saraiva não se encaixa no perfil dos realojados, aquando da reabilitação da linha, porque o processo abrangeu "famílias que tinham habitações construídas ilegalmente no perímetro do CFL e não trabalhadores". Ainda assim a empresa, apesar da situação económica desfavorável, está disposta a negociar uma solução para pôs um ponto final no caso, garante o seu porta-voz.

7.10 Lotes do Prenda deixam descontos moradores

Jornal O País

21 De Dezembro de 2016

Texto: Milton Manaça

Projectados na década de 60 para acolher parte da população dos musseques, o estado actual da maioria Lotes do Prenda, localizados no distrito urbano da Maianga, em Luanda, está a preocupar os seus habitantes.

O lote 8, por exemplo, é dos que maiores problemas apresenta e os seus moradores queixam-se da falta de organização entre a vizinhança, segundo relatou Josefa de Almeida, residente no edifício desde 1989. A escuridão tomou conta dos corredores e o lixo é avistado logo a partir da entrada, impedindo a circulação de pessoas. As escadas que dão acesso até ao 12.º andar estão sem corrimão e paredes reclamam por uma nova pintura.

A área reservada para o estacionamento de viaturas foi ocupada por casotas que foram construídas para o acondicionamento de reservatórios de água e de geradores, o que, segundo a nossa interlocutora tem impedido a circulação do ar.

Josefa de Almeida diz que os seus vizinhos furtam-se do pagamento da taxa de condómino e alguns fazem

"puxadas" de luz para as suas residências a partir do cabo que alimenta as lâmpadas dos corredores.

Uma das moradoras mais antigas dos lotes é a anciã Ana Pascoal, de 72 anos, residente no Prenda desde 1976. Ela corrobora opinião da primeira interlocutora sobre a falta de colaboração e o não pagamento da taxa de condómino acrescentando que nos primeiros anos da sua existência esta zona do Prenda granjeava o mesmo prestígio que tem hoje o Kilamba.

"Os lotes do Prenda foram o Kilamba do antigamente. Tinham jardins, água e energia a funcionar 24 horas ao dia, mas hoje as caixas de correio estão transformados em residências", disse a anciã.

A poucos dias para termina ano, Ana Pascoal recordou-se dos tempos em que havia uma comemoração conjunta entre toda a vizinhança que vivia como uma família.

A arquitectura dos edifícios não contemplou a construção rampas e os elevadores há muito que deixaram de funcionar. E situação dificulta principalmente os deficientes que se vêm obrigados a fazer grande esforço para se locomoverem no interior do prédios.

Em 2008, o Governo Provincial de Luanda, por via do seu Instituto de Planificação e Gestão Urbana, anunciou a renovação urbana baseado na demolição dos lotes que teria início em 2009, mas tal nunca veio a acontecer.

7.11 Ancião desalojado pelo Tribunal acolhido por familiares no Prenda

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: Dulcineia Lufua

Uma semana depois do desalojamento de Gabriel Afonso, que residia num apartamento, na rua Ndunduma, o Novo Jornal deslocou-se ao bairro do Prenda, distrito urbano da Maianga, onde o ancião se encontra actualmente a residir na casa de uma das filhas.

Gabriel Afonso afirmou que teve conhecimento do seu despejo somente no dia do acontecimento, após o telefonema de uma das suas filhas.

"Ligaram quando eu estava no óbito da minha irmã e deram-me a notícia de que tinha sido despejado e que uma das minhas filhas tinha sido detida e a outra tinham-lhe rasgado toda a roupa devido à confusão que se instalou durante o processo. Mal fui

informado da situação, a minha pressão subiu e tive de ser levado ao hospital", explicou o ancião.

O idoso confidenciou à nossa reportagem que vivia no apartamento do Miramar na condição de inquilino da Socilam, empresa para quem trabalhou durante anos. Explicou que o apartamento lhe foi entregue por um dos sócios e director da empresa, já falecido, que se chamava Gilberto Neves Coimbra. "O apartamento foi-me dado pelo ex-director da empresa onde eu trabalhava, com a condição de tomar conta da casa e pagar a renda, no valor de 265 kwanzas mês", pormenorizou.

Gabriel Afonso esclareceu que, passados alguns anos, o antigo patrão vendeu o apartamento à Sociborda, com quem assinou um novo contrato de arrendamento, pagando os mesmos valores financeiros. "Explicou-me que o apartamento foi vendido e que eu só estava lá para guardar o lugar. Depois pediram-me para assinar um novo contrato com os novos proprietários e continuei a pagar os mesmos valores.

Gabriel Afonso lembra ainda que, a conselho de um membro da direcção da Sociborda, deixou de pagar as rendas com a garantia de que o incumprimento não lhe causaria problemas. "Passados alguns meses, a nova direcção da Sociborda, encabeçada por Carlos Fernandes, já falecido, pediu-me para deixar de pagar a renda. Tentei questionar, mas ele garantiu-me que não teria problema nenhuns. No decorrer do tempo, apercebi-me que o mesmo senhor tinha problemas com a empresa e que tinha sido demitido", lamentou.

Passado algum tempo, o ancião foi notificado a comparecer em Tribunal, onde foi aconselhado a contactar um advogado para salvaguardar a titularidade da moradia. "Indicaram-me um advogado que me pediu para fazer uma procuração, mas esse advogado deu muitas voltas a tratar o assunto e acabou por não resolver a situação", lembrou, confidenciando que tiveram acesso aos documentos que comprovam a venda da casa à Sociborda.

"Tenho o contrato de arrendamento em nome de Gilberto Neves e o contrato da renda em nome da Sociborda, que foi um contrato obrigatório. Tenho isso, mas esta na confusão", lamentou.

7.12 Demolições e futuro incerto no Zango

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2016

Texto: António Paulo

O cenário de demolições no Zango foi um dos temas mais badalados no Novo Jornal. A novela teve início no princípio do ano que agora caminha para o fim. Porém, foi no mês de Agosto que o assunto espoletou com a demolição de mais de 600 casas do Fundo de Organização de Bens e Imóveis, Sociedade Lda. (FOBIS) e com o assassinato a tiro de um adolescente, de 14 anos de idade, identificado por Rufino António, numa acção atribuída a militares das forças Armadas Angolanas, destacadas no terreno.

O património da Fobis estava orçado em um bilhão e 200 milhões de kwanzas, de acordo com o director de projectos da imobiliária, Daniel Carlos, entrevistado pelo Novo Jornal em edições anteriores.

A retira das tropas aconteceu no mês de Outubro, após uma visita do governador de Luanda, Higinio Carneiro, que furou a barreira imposta por militares que não permitiam a entrada de quem quer que fosse à zona. Até o provedor de justiça foi barrado, quando pretendia visitar aquela zona, onde, durante meses, populares tiveram de conviver com o barulho das máquinas demolidoras, tiroteios e um rol de barbaridades perpetradas pelos soldados.

Higinio Carneiro visitou o local acompanhado de uma delegação, da qual também faziam parte o administrador municipal de Viana e o secretário itinerante do MPLA, Bento Kamba, para além de outras entidades do governo e do partido no poder. A comitiva do governador, segundo relato das nossas fontes, reportados em edições anteriores deste semanário, foi escoltada por um cordão de segurança, composto por um patrulheiro da Polícia Militar, um motoqueiro da unidade de trânsito e polícias da ordem pública afectas às zonas dos Zangos.

No seguimento do apuramento das informações, este semanário regressou há duas semanas ao zango, onde constatou a ausência de militares na zona do Guimbi. O cenário permanece, contudo, desolador: casas deitadas abaixo, escombros, bairro isolado e quase desabitado.

Sem autorização para reerguerem as casas destruídas por militares, populares do Zango sentem-se desolados e exigem uma resposta das autoridades sobre o seu destino. Foi naquela mesma zona que a equipa do Novo Jornal que tem vindo a acompanhar as demolições foi torturada e detida durante cerca de seis horas por militares armados que ali se encontravam destacados, tal como reportou este jornal, na edição 447, de 2 de Setembro, do corrente ano.

Oliveira Cassegunda foi outra das vítimas. Acompanhava a equipa do Novo Jornal e também sofreu as agruras dos maus-tratos infligidos pelos soldados.

Presidente da Comissão de moradores e 1º Secretário do Comité de Acção 499 (CAP) do MPLA, sector 68, Cassegunda lembra que no dia em que foi torturado com a equipa deste semanário teve de desembolsar 100 mil kwanzas para evitar que a e sua casa fosse demolida por completo.

"Primeiro partiram o quintal, a varanda e a casa de banho, depois da nossa detenção, regressaram comigo e pediram-me dinheiro para que a minha casa não fosse deitada abaixo por completo", pormenorizou o cidadão, que apela à intervenção do Presidente da República (PR) para uma solução definitiva do problema.

"Graças a Deus, estamos a viver uma certa acalmia. Mas não sabemos que fim darão ao nosso caso, A população constituiu um advogado que está a trabalhar no assunto, mas as autoridades, até ao momento, não dizem nada. Por isso, queremos que o PR diga alguma coisa para resolver o nosso problema", exprimiu o responsável comunitário, que estima em perto de 10 mil o número de famílias que viu as casas demolidas nos Zangos 1, 2, 3, e 4.

7.13 “Não tem nada a reclamar”

Novo Jornal
22 De Dezembro de 2016

Contactado para tecer alguns esclarecimentos sobre o assunto, o jurista Pedro Kaparakata esclareceu ao Novo Jornal que Gabriel Afonso não tem nada a reclamar, uma vez que, do ponto de vista legal, não tem direito sobre a propriedade.

"Ele era inquilino e pagava a renda. Usufruí do direito do uso da habitação e não há razões para reclamar. Ele não tem nenhum direito de propriedade", afirmou.

Sobre a actuação do Tribunal no desalojamento do ancião sem aviso prévio, Pedro Kaparakata entende que a história está mal contada. "Provavelmente ele recebeu notificações e simplesmente ignorou-as. Realmente, as pessoas recebem notificações e não respondem e, no final, é isso que observamos. E quando o Tribunal ordena é para ser executado", aclarou.

O Novo Jornal tentou novamente o contacto com o advogado de defesa e o Tribunal Provincial de Luanda, mas sem sucesso.

7.14 A cidade é para os ricos

Jornal Visão
23 De Dezembro de 2016
Texto: Miguel Gomes

Os graves problemas urbanísticos que as cidades angolanas enfrentam são um fardo para todos os cidadãos, independentemente da classe social. A cidade do Lobito (Benguela) não é excepção. Mas para além das evidências gerais esconde-se uma atitude político-administrativa, motivada pelo lucro fácil e pela corrupção, que tem vedado o acesso a terrenos livres, sobretudo em zonas nobres, a cidadãos com pouca capacidade económica.

As diferenças na qualidade urbanística, no acesso a serviços básicos (saneamento básico, água potável, energia eléctrica, educação e saúde) e na qualidade do espaço público são alguns dos principais caminhos da exclusão social. É uma realidade quase transversal às principais cidades, que também pode ser observada noutros países e noutras realidades.

Se as zonas asfaltadas de Luanda, Benguela, Lobito, Huambo, Lubango ou Cabinda, as ruas largas, os espaços verdes e certa organização do espaço é favorável à actividade humana, já as periferias são autênticos dormitórios apertados pela falta de espaço, pelas ruas mínimas e becos escosos, pela falta de saneamento e pela falta de cuidado.

Se as zonas asfaltadas sofreram vários processos de reabilitação urbana nos últimos 10 anos, quantos subúrbios foram reconvertidos em zonas de qualidade mínima?

Bento Adriano está há 14 anos à espera de um terreno familiar

O Lobito é uma cidade historicamente dividida e segregada economicamente: os ricos, os funcionários da administração pública, os políticos e empresários, os herdeiros de alguma coisa, distribuem-se entre a zona comercial, a Caponte, o Compão e a fabulosa

zona da Restinga uma língua de areia que se abraça ao mar com muito amor.

Na Restinga, há um cheiro a salgadiço e um cheiro a futuro com sol e praia e uma vida solta.

Na zona alta do Lobito o mar também se vê, mas já não se sente muito. A poeira, os becos, as zonas sem asfalto e sem nada, a não ser pessoas, muitas pessoas, ganham de goleada aos quase inexistentes espaços públicos de qualidade. O contexto é duro e desmotivador de grandes igualdades entre os homens todos e as mulheres todas.

O acesso a um terreno para habitação familiar, segundo a Lei de Terras em vigor no país, deveria ser um processo administrativo de fácil resolução.

Mas a realidade para lá dos papéis onde são publicadas as leis mostra-nos que o acesso à terra é, na maior parte dos casos, uma questão de dinheiro na mão e de facilidades por via de amiguismos e proximidades familiares, influências políticas, interferências administrativas. E corrupção.

Bento Adriano fez, em 2002, uma requisição para um terreno para habitação junto da Administração Municipal do Lobito (AML). O terreno está situado no bairro do Compão, uma das zonas nobres da cidade.

“O que me interessou naquele espaço foi apenas o sonho de ter uma habitação familiar”: conta Bento Adriano em conversa com o Rede Angola. Adriano vive no bairro do Luongo, no agora município da Catumbela. O terreno no Compão estava vazio, não tinha qualquer construção. E continua vazio até hoje.

Após o requerimento, as autoridades locais fizeram uma vistoria e decidiram que não havia qualquer impedimento para que o terreno fosse entregue ao cidadão Bento Adriano. Para confirmar que não havia qualquer problema, consultou-se o Registo Predial e toda a documentação conexa. A fase administrativa durou um ano, ainda no tempo do administrador António Bettencourt.

Em 2004, cerca de dois anos depois do início da história, a AML passou, finalmente, a documentação para Bento Adriano pagar o valor correspondente às custas do processo: foram pagos kz 90 mil. Depois do pagamento, foi então autorizada a vedação do espaço no Compão.

"Em menos de 24 horas apareceu alguém a dizer que o terreno lhe pertencia, recorda Bento Adriano. A vedação que tinha sido colocada dias antes foi totalmente destruída.

A parada da Caponte/Mangal, em plena zona baixa do Lobito (Benguela)

"Como foi o Estado que me concedeu o terreno, sempre achei que não seria bom fazer justiça pelas próprias mãos": explica Bento Adriano. O terreno tinha um dono, supostamente. O caso foi exposto a várias instituições municipais e provinciais.

"Passado algum tempo, a AML lá reconheceu o equívoco e concordou ceder outra parcela de terreno. Como estamos perante uma instituição pública, aceitei a proposta" conta Adriano.

A proposta existiu e há documentos que o comprovam. Mas a situação nunca se resolveu e Bento Adriano acabou por avançar para tribunal e para uma exposição ao Governo Provincial de Benguela (GPB), na altura liderado por Armando da Cruz Neto. Que deferiu o pedido e ordenou a reposição da legalidade. Então, a AML propôs que o novo terreno fosse nas reservas fundiárias do Estado, entretanto delimitadas. Bento Adriano aceitou a proposta. Outra vez.

Mesmo assim nunca chegou a receber um novo terreno. O tempo andou e Adriano foi confrontado com um documento oficial que garantia que já teria recebido o terreno.

O documento estava assinado, inclusivamente.

"É mentira. Nunca usufruí de qualquer terreno, como consta no documento, e afirmo sem problemas que a assinatura era do responsável do Gabinete Técnico da AML. Mas, repare, eu não quero problemas com ninguém. Apenas exijo que se reponha a legalidade e que as instituições públicas cumpram as suas próprias deliberações e a lei": frisa Bento Adriano.

O problema é antigo, todos conhecem. "Muitos dos espaços livres em zonas nobres acabaram por ser vendidos a outras pessoas na base da amizade e dos contactos pessoais", acredita Adriano.

O cidadão fez mais uma exposição pública, desta vez endereçada à Comissão da Assembleia Nacional (Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos) e reuniu, ao longo do tempo, com diferentes administradores e directores provinciais. Há registo de processos que sumiram sem deixar rasto e documentos oficiais que não foram respeitados.

Recentemente, após 14 anos de luta, surgiu outra proposta das instituições públicas: Bento Adriano poderia receber, caso aceitasse a sugestão, um espaço numa área que ainda está por desenvolver em termos

urbanísticos, que não tem água potável e que apenas tem escola até ao ensino básico, sem estrada e sem luz eléctrica.

Após quase uma década e meia de avanços e recuos e nada de soluções a sensação que paira no ar é que no Compão não pode ser. Mas se Bento Adriano quiser, pode requerer um terreno numa área distante da cidade do asfalto e sem grandes condições de vida. Só que Bento Adriano tem quatro filhos e vive maritalmente. Tem família e uma vida para aligeirar. "Fiquei descontente com a última proposta. Para não falar em que recusei sem conhecer a zona até aceitei visitar o terreno. É uma área que não tem nada, nada mesmo, e fiquei com a sensação que as pessoas não estão a ser sérias comigo": confessa Bento Adriano, irritado por tanta indefinição para um caso puramente administrativo que, à partida, poderia ser simples de resolver. No meio do diz que disse passaram-se 14 anos. Catorze.

Voltou a fazer outra exposição do caso à AN, mas desta vez enviou a denúncia também ao Presidente da República e ao próprio GPB. O GPB voltou a pedir para que a AML resolva o problema. Alberto Ngongo, administrador do Lobito, recebeu Bento Adriano e insistiu na última proposta. Terá ameaçado Adriano: se não aceitar desta vez o terreno, o processo será encerrado definitivamente.

Nunca mais voltaram a falar. "Hoje prefiro me relacionar com homens que usam brinco, com pessoas que pintam o cabelo de várias cores, do que com aqueles que usam fato e casaco e gravata" afirma Bento Adriano.

O feliz 16 de Junho. O Bairro 16 de Junho é um exemplo positivo de reinserção social mínima

A aventura de Bento Adriano ainda não tem um epílogo definido.

A sua história é representativa porque retrata situações que todos os angolanos conhecem como a palma da mão: se os cidadãos podem, segundo a Lei de Terras em vigor, cumprir determinadas formalidades e requerer espaços para habitação e negócios, então porque a tramitação destes processos é tão polémica? Onde estão as zonas reservadas para a construção de habitação, por exemplo? E quem não consegue entrar nos diferentes esquemas e parcerias com o diabo, sobretudo os mais pobres, vão viver e trabalhar onde?

Mas no Lobito há uma realidade que foge apenas a esta dimensão. A cidade foi recebendo, historicamente, pessoas que vieram do interior (do Huambo e do Bié, por exemplo) à procura

de trabalho e de outra vida. O Porto do Lobito e o Carninho-de-Ferro de Benguela foram e continuam a ser factores de atracção. Mas a guerra também provocou um forte êxodo rural.

E assim surgiram as "paradas": locais que foram ocupados por cidadãos sem família conhecida, deslocados de guerra e ex-militares. Depois de 2002, o número de pessoas nestas condições reduziu. Mas ainda é um cenário que continua a marcar o dia-a-dia da cidade.

Neste momento há 12 "paradas" no Lobito. A da Caponte/ Mangal é a maior de todas: 58 famílias ao relento. O administrador municipal, Alberto Ngongo, visitou o local uma vez.

A maioria das crianças não vai à escola por falta de dinheiro, a maioria das pessoas não tem documentos pessoais, perdidos no conflito e na família que já não existe - e os abrigos são de cartão e chapa, sem espaço entre eles. O lixo aperta-se no calor espesso e há cabelos amarelados de forma pouco artificial.

(Talvez as imagens que preenchem a descrição sejam cansativas. Porque, às tantas, não sobram palavras.)

Alberto N' gongo, administrador do Lobito, visitou uma vez a "parada" da Caponte/ Mangal mas a situação não se alterou.

Vitorino é natural do Mbave, município da Tchicala Tchologhanga, província do Huambo. "Na família todos morreram na guerra, estou mesmo assim sozinho, nem sei bem a minha idade" diz.

Clementina Augusta é natural da Ganda (Benguela), tem um filho em Luanda e outro que vive no Cavaco, em Benguela. Apanha comida da rua e faz negócio quando calha.

José Mendes Kandimba nasceu em 1982, também na Ganda. Chegou ao Lobito em 2002. Foi militar e quando voltou à Ganda, no fim das hostilidades, já não encontrou a família. Afirma que tentou receber a pensão de ex-combatente mas não conseguiu.

Na zona alta do Lobito há novos espaços em franca expansão. Uma das áreas situa-se a caminho da Refinaria do Lobito (neste momento a construção está paralisada, como se sabe) que, sob pretexto dos grandes investimentos, recebeu uma nova estrada e alguns serviços básicos.

É ali que está a crescer o Bairro 16 de Junho, um pequeno exemplo de integração de antigos moradores das "paradas" da zona baixa do Lobito.

Depois de muita luta cívica, da intervenção de ONG's como a Okutiuka (que depois deu origem à Omunga, enquanto a Okutiuka fixou-se no Huambo), e de pressão sobre as instituições públicas de reinserção social, Armando da Cruz Neto fartou-se do assunto e resolveu atribuir um terreno, equipado com casas sociais de baixo custo e acesso a serviços de água potável e luz eléctrica para uma das comunidades.

Hoje em dia, o Bairro 16 de Junho tem as condições mínimas de habitação. Há um chafariz público e a maioria das casas tem contrato com a Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). As pessoas organizaram-se. Como há um histórico de luta em comum, foram desenvolvendo as suas vidas no novo local. Já não vivem ao relento e isso faz uma grande diferença.

Alberto Correia é um dos líderes comunitários. Trabalha diariamente com peixe fresco e tem uma cantina. Chegou a beneficiar de um curso de empreendedorismo financiado pelo Banco Sol, e muitos dos residentes têm sido acompanhados pelas instituições de reinserção social.

"Temos de reconhecer que as nossas vidas tiveram muitas melhorias - nós vivíamos na rua. Antes a alimentação vinha do lixo. Quando começámos a trabalhar com a Okutiuka foi possível entrar na escola e avançar um bocado": conta Correia, com orgulho.

No dia a seguir à conversa, Alberto Correia e Jorge António estiveram presentes na sessão do Quintas de Debate (um encontro aberto ao público que debate diversos temas, organizado pela Omunga e realizado no Instituto Superior Politécnico Lusíada do Lobito) para exercer os seus direitos de cidadania. A troca de ideias incidiu sobre a situação da criança em Angola.

Jorge António tem 28 anos, esposa e um filho de 9 meses. Vive de biscates e estudou até à 6ª classe. O Bairro 16 de Junho deveria receber ainda mais casas mas as obras pararam. Através da crise, dizem. Os moradores desconfiam que nunca serão retomadas e até se fala que o espaço restante foi vendido a terceiros. Privatizado. Não se sabe.

Dizem-se tristes com a situação porque aquelas casas poderiam resolver o problema de outras pessoas que vivem na rua. E também reclamam da falta dos registos de propriedade. De resto dizem -se esperançosos.

"Por exemplo, se temos contratos assinados com a ENDE não compreendemos porque ainda não temos qualquer registo de propriedade em relação às

habitações. Vamos continuar a pressionar para resolver a situação. É algo que assusta um pouco os moradores. Nós reaceamos que a falta do registo de propriedade sirva para, no futuro, desalojar as pessoas outra vez. Sem wn documento, corremos sempre esse risco": lembra Alberto Correia

Há guerra no Golf?

Para todos estes casos de falta de acesso à terra, os poderes públicos têm reacções difusas.

No Lobito, a administração municipal chega a dizer publicamente que não há moradores de rua na sua circunscrição (como se as "paradas" conseguissem se tornar invisíveis) e os que se mantêm nessas condições fazem-no, na realidade, por opção de vida. Porque têm família e porque saíram do bairro por opção própria.

Henrique Pascoal, director da repartição municipal dos Assuntos Sociais, explica ao Rede Angola que "cada caso é um caso":

"Muitas vezes não estamos propriamente a falar de crianças de rua, por exemplo. Mas o 16 de Junho é uma realidade. Foi uma forma de minimizar alguns problemas. Reconheço que ainda não temos uma casa de acolhimento para receber este tipo de pessoas. Para além das acções do governo, julgo que a iniciativa privada também pode contribuir para a melhoria das condições de vida de alguns cidadãos"; acredita o dirigente público.

As comunidades em questão debatem-se ainda com uma incrível falta de documentos pessoais. E uma das formas de contornar a falta de documentos e de família conhecida - que dificulta a resolução destes casos por não se saber os nomes do pai ou da mãe - é a emissão do chamado Certificado de Indigência.

Dona Constância e Teresa Caquarta

Na "parada" da Caponte/ Mangal, por exemplo, várias pessoas alegaram que é muito complicado conseguir um documento deste género. Henrique Pascoal diz que não é bem assim mas acaba por falar no cumprimento do respectivo "processo administrativo" - na linguagem da administração pública, é um eufemismo para justificar dias e dias de espera. Às vezes, ínglória.

Para quem não tem o que comer, nem abrigo em condições, passar dias e dias à espera de um papel é um risco demasiado grande. A vida tem outras urgências.

"Nós estamos a emitir o Certificado de Indigência. Mas temos de ter algum cuidado até por uma questão

de segurança nacional. Não queremos estar a legalizar cidadãos que não são angolanos, por exemplo. O Certificado de Indigência implica passar por um processo administrativo que tem de ser cumprido por quem requer este documento'; frisa Pascoal.

Quem praticamente vive na rua e assim meio ao deus-dará é a comunidade do Golf, também numa área próxima da Refinaria do Lobito. A nova refinaria, aliás, é um dos motivos de tantos problemas.

O olho grande dos negócios de terrenos para a construção de condomínios e zonas de lazer nas cercanias da refinaria esteve bem afinado - talvez até tenha reduzido nos últimos tempos. Através da crise. Através da paralisação das obras de construção da infra-estrutura.

Dona Constância é descrita pelos pares como destemida, e realmente é a imagem que resiste na memória de quem a ouve. "Aqui estamos a passar mal a guerra do Huambo parece que foi mais fácil. Temos pessoas na comunidade que "ganham" problemas de saúde com esta confusão"; descreve.

Desde 1937 que o avô tinha lavras na zona do Golf (assim baptizado porque chegou a ter um campo de golf para os magnatas do cimento, no tempo colonial) onde plantava milho, abóbora e melancia. Os terrenos estiveram por ali e a família foi cultivando e fazendo algum negócio.

Como, em 2010, praticamente não choveu, resolveram construir habitações para residir naquele terreno. Porém, provavelmente alertados pelos problemas ligados à legalização, antes de se instalarem dirigiram-se à AML para legalizar definitivamente a propriedade do espaço. Devido ao uso consuetudinário, a Lei de Terras prevê este tipo de casos. Resta saber se a comunidade cumpre os restantes requisitos.

"Certa vez, disseram-nos claramente que a cidade é só para os ricos e não para os pobres", denuncia Constância. Da AML, veio a notícia escandalosa: o terreno já tem dono. É de uma senhora. A população bravou.

"Começaram as ameaças, a presença da polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA). Tem sido uma autêntica guerra. Luta de verdade. Desde 2012 que é só guerra, guerra, guerra" denuncia Constância.

Passou-se o ano de 2013, de 2014 e a solução nunca apareceu. Até que os sobas são chamados a intervir.

"Foi nessa altura que o Regedor convocou uma reunião entre todas as partes interessadas.

A senhora Nádia Furtado, que a AML alega ser a dona do terreno, também esteve presente, assim como a polícia, que dizia que ela tinha direito ao terreno por estar devidamente documentada" explica.

As famílias que se dizem proprietárias do terreno foram construindo as suas habitações, as primeiras bases foram lançadas e até já havia algumas ligações de água a funcionar. Depois desta reunião tudo o que tinha sido construído foi derrubado. Em Outubro de 2015 "a polícia foi lutar com as famílias"; alega Constância

A situação de conflito é "pior do que a guerra do Huambo", dizem os populares

"No dia 17 de Outubro de 2015, no período da tarde, houve aqui uma guerra, não vale a pena... Dois moços chegaram mesmo a ser presos. A polícia alegou que lhes queríamos bater. Era muito dinheiro que estava aqui investido e que perdemos por causa da atitude da polícia" lamenta Constância.

Teresa Caquarta, familiar de Constância, adianta mesmo que a tal Nádia nunca lhe viu ali, mas o governador chegou a lhes dizer "para não a chatearmos muito porque ela faz parte do governo":

Há rumores que indicam que terreno iria ser usado para a construção de um condomínio ou de uma área privada de lazer.

Em Julho, houve mais um encontro com o administrador N' gongo, que terá dado 90 dias para se resolver a questão. "Mas até agora, só voltas e mais voltas.

Cinco anos de luta é muito. E desde a construção da estrada nova que a confusão aumentou", explica Constância, aludindo ao apetite dos especuladores imobiliários e comissionistas ligados à administração pública.

"Não há transparência e não há linhas claras de actuação": lamenta. "Alguns dirigentes provinciais, de instituições ligadas ao Estado, já chegaram a vir aqui ofender as pessoas"; frisa a Dona Constância.

Voltam a surgir às dicas: que fulano terá dito que os pobres não podem ficar em zonas de luxo.

7.15 Imposto Predial Urbano vai ser pago em Janeiro de 2017

Jornal Manchete

29 De Dezembro de 2016

Fonte: Angop

A Administração Geral Tributária (AGT) procederá, de 1 a 31 de Janeiro de 2017, a cobrança da 1ª prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

Trata-se de um imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Para o pagamento do referido imposto, de acordo com uma nota da AGT, os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho, informa a AGT num comunicado a que a Angop teve acesso nesta quarta-feira.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

Segundo a AGT, sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

Refere a nota, que a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente.

Importa ressaltar, que os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0.5%.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários determinados factores, nomeadamente, localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel.

A junção destes coeficientes, prossegue o documento, determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas).

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Governador defende rigor no tratamento dos resíduos

Jornal de Angola
01 De Dezembro de 2016
Texto: Victorino Joaquim

O governador de Luanda, Higinio Carneiro, recomendou ontem à empresa Best African Solutions (BAS), gestora do aterro sanitário dos Mulenvos, no município de Viana, maior entrega no tratamento dos resíduos sólidos depositados pela Elisal e demais operadoras de recolha de lixo na cidade de Luanda.

Em declarações à imprensa, no final da visita de Higinio Carneiro ao aterro sanitário dos Mulenvos, o director-geral da BAS, Gonçalves Imperial, disse ter recebido garantias do governador de que todos os constrangimentos da empresa serão resolvidos em breve.

Gonçalves Imperial disse que a empresa tem dificuldades em adquirir os meios técnicos necessários para o funcionamento normal do aterro, devido ao não pagamento por parte das operadoras que beneficiam dos seus serviços.

Da parte do Estado, informou, a dívida já ronda os cinco mil milhões de kwanzas, facto que tem impossibilitado a compra de máquinas espalhadoras, acessórios de reposição e manutenção, incluindo membranas, usadas para impermeabilizar os solos antes do processo de aterro.

O director-geral da BAS assegurou a existência de condições para a conservação do meio ambiente em todo o espaço adjacente ao aterro, salientando que tudo está a ser feito para manter os solos não contaminados. "O risco de contaminação dos solos pode acontecer a qualquer momento, devido às fortes chuvas que assolam a capital", afirmou.

Outro constrangimento vivido pela direcção da empresa prende-se com a falta de combustíveis para manter funcionais as máquinas e o atraso no pagamento dos salários (dois meses) aos mais de duzentos trabalhadores. Em relação aos salários, Gonçalves Imperial afirmou que recebeu do governador Higinio Carneiro, a promessa de pagamento dos mesmos num curto espaço de tempo.

O aterro sanitário dos Mulenvos é propriedade da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) e está construído numa área de cerca de

trezentos hectares. No interior das suas instalações, mais de cem camiões carregados de lixo diverso aguardam autorização para descarga.

8.2 Saneamento básico e água e energia estão no centro das atenções

Jornal Visão
09 De Dezembro de 2016

Durante a cerimónia que decorreu no Salão nobre da administração local, a governante apelou o seu staff no sentido de trabalharem de acordo com a lei e espírito de unidade no trabalho e chamar a responsabilidade aqueles que não cumprirem as suas tarefas.

De igual modo, disse que a administração deverá trabalhar com o conselho de auscultação e concertação social do município para identificação dos principais problemas sociais, fazem parte deste órgão local administradores distritais, administradores de bairros e coordenadores dos bairros e os munícipes, no sentido de elaborar projectos que venham satisfazer as necessidades das comunidades.

Reconheceu que o município de Kilamba-Kiaxi é um novo, mas sempre esteve na vanguarda na defesa dos interesses dos munícipes.

"Fomos solicitados para estarmos aqui, enfrentarmos mais este desafio e por isso estaremos disponíveis para ajudar o povo do Kilamba-Kiaxi a resolver os seus problemas": assegurou a administradora, na cerimónia em que foi apresentada aos funcionários da Administração e responsáveis das repartições, assessores e sociedade civil.

Albina Guilhermina Luísa ressaltou que está na Administração para dirigir, ajudar e indicar àqueles caminhos segundo as orientações do governador da província de Luanda, que lhe confiou a missão.

A nova administradora municipal do Kilamba-Kiaxi deseja contar com os responsáveis e dirigentes do município, como o comandante da polícia, oficiais e comandantes das forças da defesa e segurança.

"Devemos estar sempre juntos e trabalhar no sentido de melhor servir o povo!": exortou.

A administradora afirmou que vai procurar dar continuidade aos projectos que os antecessores iniciaram e juntar outros que se achar que vão melhorar as condições de vida do povo do Kilamba-Kiaxi.

O administrador cessante, Domingos João Lourenço, considerou que deixa o município com o dever de missão cumprida e agradeceu o apoio prestado pelos munícipes durante o seu mandato.

A cerimónia de apresentação foi presidida pelo vice-governador de Luanda, Joaquim Maliche.

O município do Kilamba Kíaxi é um dos mais populosos da província de Luanda, com cerca de um milhão.

Domingos Lourenço recordou que a administração municipal sempre viveu dificuldades para a dar solução aos problemas dos munícipes, na medida em que só o governo provincial detinha o poder financeiro para execução de projectos, facto que passou à história, pois agora os municípios passam a ter o direito orçamental igual ao das províncias.

Por seu turno a administrador cessante, em gesto de balanço, descreveu as facilidades e dificuldades que enfrentou durante o seu mandato e desejou votos de coragem e de colaboração nas actividades que o seu sucessor irá desempenhar.

Albina Guilhermina Luísa, que já exerceu funções administrativas em várias empresas e organismos do Estado, além de trabalhar "sem mudança de equipa", alertou que todos devem trabalhar de acordo com o cumprimento das decisões dos órgãos de deliberação da administração municipal, como gente comprometida com os problemas do povo.

8.3 População do Mulenvos exige transferência do aterro sanitário

Jornal Continente

10 De Dezembro de 2016

Texto: Ventura Ventura

"É uma constante dor de cabeça. Nos últimos dias verificam-se muitas moscas nos quintais e mau cheiro. Os técnicos do Aterro têm queimado o lixo e o fumo tóxico tem causado problemas de saúde à nós que vivemos nos arredores da empresa". Disseram os populares, visivelmente agastados.

E, continuaram, o mais agravante é que a recolha do lixo no nosso território nem é feita de celeridade. "Deveríamos ter prioridade neste contexto mas, ao que parece, fomos relegados única e simplesmente para sentir o cheiro da queima do lixo de outros municípios", lamentaram.

"A recolha do lixo deveria ser uma prioridade, ninguém gosta de viver ao lado do lixo. É necessário assegurar um ambiente saudável nos bairros, temos o

aterro, mesmo com o cheiro nauseabundo, em condições normais estaríamos mais confortáveis, em termos de lixo na via pública, por termos a estrutura que trata do lixo ao nosso redor, mas, parece que estão mais interessados em tirar o lixo do centro da cidade do que nos arredores da empresa", desabafou Florença Rafael, apontando a um aglomerado de lixo que se encontra a escassos metros da porta principal da empresa responsável do tratamento do lixo de Luanda.

Cristóvão Manuel Francisco, morador dos Mulenvos de baixo, teme pela saúde dos seus filhos, e considera abandonar o local se a situação prevalecer. "Estamos numa zona com um nível de poluição atmosférica considerável. Há muita gente a ser prejudicada, todas às manhãs e noites os camiões de lixos passam super carregados, e deixam cair o lixo ao longo da estrada.

Há residências e pessoas a vender ao longo da via. Há crianças todas às horas a caminhar, esta situação por não merecer atenção das autoridades até já parece normal", lamentou o jovem, que é de opinião que as autoridades devem pensar noutra local para depósito do lixo, para se evitar uma epidemia de cólera.

"De manhã, e isto é todos os dias, há um cheiro nauseabundo que invade as nossas residências. A cólera e o paludismo vivem aqui, há muitas barracas de venda de alimentos junto ao aterro sanitário e muita boa gente, principalmente os trabalhadores da mesma empresa, consomem a mesma comida, desconhecendo o risco que correm ao alimentar-se junto à concentração de moscas que saem de um local com todas espécies de lixos imagináveis", alertou.

Vitó Filomena, dona de uma das barracas, questionada sobre os riscos que corre ao confeccionar naquela zona, defendeu-se da seguinte maneira: "nasci aqui, tenho 40 anos de idade. A Recolix já me encontrou com o meu negócio. Onde estão a depositar o lixo hoje, antes tirávamos areia vermelha para vender e arranjar as estradas. Eles dizem que vão tirar às pessoas que vivem próximo da empresa mas, o cheiro é extensivo a todo bairro, não é só próximo da empresa, o que têm que fazer é retirar o aterro junto das pessoas", sustentou.

7,2 mil toneladas de lixo por dia, das 2,5 mil previstas. Segundo o gerente operacional do local, Yuri Conselvan, que falava a imprensa em Março do ano corrente, o Aterro Sanitário dos Mulenvos, no município de Viana, em Luanda, recebe, por dia, cerca de 7,2 mil toneladas de resíduos sólidos, contra as 2,5 mil previstas no início da sua concepção.

O responsável apontou o êxodo rural, a expansão urbana e os maus hábitos no manuseamento dos resíduos como razões para a disparidade entre o número previsto e a quantidade de lixo que se deposita no aterro. Indicou que os resíduos domésticos, comerciais, hospitalares e da indústria de construção, entre outros, são os mais transportados diariamente pelas operadoras e microempresas de limpeza da província de Luanda para o aterro.

Para o tratamento do lixo, explicou que, após a deposição dos resíduos, ocorre o processo de isolamento do gás metano (CH₄), que é 21 vezes mais prejudicial à saúde humana que o dióxido de carbono (CO₂). Conselvan destacou a produção e a colecta de gás, as emissões fugitivas e a queima de resíduos como os principais serviços que o aterro exerce.

O Aterro Sanitário dos Mulenvos é considerado o maior de África, por possuir uma área de 270 hectares e sete camadas com sete metros de altura. Conta com 225 funcionários, dos quais 210 nacionais e 15 expatriados. O seu tempo de vida útil está projectado para 2030.

Problemas de saúde a curto e longo prazo, na visão de um especialista de saúde. O enfermeiro do hospital municipal do Cazenga, José Paulo Mendes, explicou em exclusivo ao Continente que, às consequências de viver numa zona poluída, por si só, já acarreta centenas de problemas. "Às pessoas que vivem em regiões com altas concentrações de poluentes podem gerar vários problemas de saúde e, estes problemas podem advir em curto e longo prazo", alertou.

"Estes problemas podem manifestar-se em irritações das mucosas dos olhos, da garganta, com presença de ardor e desconforto, e problemas respiratórios como efizemas pulmonares e bronquite". Isto a médio prazo, para longo, Às consequências para aquelas pessoas em zonas como a dos Mulenvos, por exemplo, daqui a 15 ou 20 anos terão problemas cardiovasculares,

problemas do coração, diminuição da qualidade de vida ou expectativa de vida diminuta até dois anos. Avisou. Por outro lado, disse o profissional de saúde, "o aumento do desenvolvimento do câncer, principalmente dos pulmões, alteração dos níveis hormonais nos homens, a qualidade do sêmen, bem como doença de parkson, alzheimer e distúrbios de ansiedade, vai se manifestar com mais intensidade, o que, com certeza, vai agravar os problemas imunológicos de defesa do organismo", preveniu. Associação de Defesa e do Meio do Ambiente, ADACMA, defende a integração de todos para resolução deste "mal".

Para o secretário-geral da associação, Adriano Manuel Adão, urge a necessidade de transferência do aterro sanitário dos Mulenvos.

"É necessário pensar de forma global, e agir de forma local, se quisermos prevenir doenças graves para as nossas populações. É preciso pensar em retirar esta estrutura do local onde está e colocar em sítios afastados do habitat da população, para que não tenhamos uma sociedade doente", aconselhou.

"É preocupação nossa, enquanto associação daqueles que representamos, que é a população, colaborarmos estreitamente com as entidades competentes para se rever à situação que os moradores dos Mulenvos e não só, vivem neste momento. Temos recebido queixas e pensamos que em colaboração com a administração podemos apresentar aquilo que a população sente, porque temos responsabilidades morais sobre isso", avançou o responsável.

"Como sabemos, o lixo não é algo que contribui para o bem-estar de qualquer sociedade. Achamos que é um risco o serviço que tem sido prestado pela Recolix, atendendo a localização da empresa e a forma como têm sido transportados os resíduos. À poluição do ar começa a ser feita desde a recolha, transporte e o tratamento do lixo, com todos os riscos que daí advêm. Isso acarreta consequências graves, sobretudo porque estão inseridos no meio da população e, poluem o ar que por si só é um grande veículo de doenças". "Pode ser que na altura em que se concebeu a estrutura não havia este ambiente populacional, mas, agora, já se deve pensar seriamente nisso, e, se vermos bem, não é apenas um problema dos Mulenvos, é de toda urbe de Luanda, bem como de algumas províncias". Para aquele responsável, se o Executivo pensa construir grandes cidades, mas, "infelizmente, esquece de reflectir outros aspectos, como por exemplo, à Zona Económica Especial, (ZEE). Sabemos bem os danos que estas indústrias podem causar ao ambiente, porque a quantidade de fumo que se lança ao ar atmosférico trazem consequências graves, como chuvas ácidas. O mesmo exemplo dá-se as empresas que estão no Bom Jesus, onde as águas residuais vão para o rio, e isto afecta o consumo do peixe". O responsável é de opinião que o Estado já devia tomar providências para acautelar, em primeiro lugar, à saúde da população.

8.4 Governo provincial de Luanda avança com multas em Janeiro

Jornal Expansão
22 De Dezembro de 2016
Texto: Félix Abias

O Governo da Província de Luanda (GPL) vai avançar com multas em Janeiro para penalizar os condomínios habitacionais e empresas que estão a resistir ao pagamento da taxa de lixo estabelecida em decreto presidencial, adiantou o director do gabinete Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e dos Serviços Comunitários do GPL.

O responsável garantiu ao Expansão que o pagamento da taxa de lixo começou em Novembro último e o GPL, entidade responsável pela cobrança está a encontrar muita resistência por parte de condomínios e empresas.

"Ainda hoje, recebemos uma reclamação de uma empresa" classificada como Grande Empresa, alegando que, com a crise, teve muitos prejuízos financeiros e não vai pagar a taxa de lixo", contou o responsável. Por sua vez, salientou Chino de Sousa, há igualmente condomínios que se recusam a pagar a taxa de lixo aos responsáveis do GPL, alegando já terem empresas privadas a prestar o serviço de limpeza, ao mesmo tempo que alegam estarem a ser alvo de burlas. Sem avançar nomes dos condomínios e empresas que não estão a cumprir com as suas obrigações, nem o valor da cobrança total até ao momento, o responsável do GPL promete sancionar os incumpridores.

"Estamos a obedecer aos prazos de carência e em Janeiro de 2017 vamos começar com as penalizações", promete Chino.

O Expansão contactou alguns condomínios que, sob anonimato, alegaram existir já empresas a tratar de resíduos sólidos, sem adiantarem mais detalhes. De recordar que a taxa de lixo foi estabelecida por decreto presidencial em Abril deste ano e estabelece que as micro-empresas vão pagar mensalmente 12.500 kz, as pequenas empresas, institutos e estabelecimento públicos irão pagar 18 mil kz, ao passo que as médias empresas sujeitar-se-ão a pagar o valor de 40.250 kz. Por seu turno, por cada unidade imobiliária, a administração de cada condomínio de Luanda vai pagar 3.500 kz, independentemente da circunscrição administrativa em que se localize. Já as grandes empresas pagarão 164 mil kz.

O decreto estabelece igualmente as taxas para os demais moradores em Luanda, mas ainda não há uma data prevista para que estes possam começar a pagar.

A taxa para os moradores em Luanda está fixada em 2.500 kz para os moradores dos bairros de Alvalade, Mártir de Kifangondo, Bairro Militar, Cassenda, 1º de Maio, Bairro da Polícia, Maianga, Samba, Bairro Azul, Praia do Bispo. A mesma taxa vai ser aplicada aos moradores dos bairros da Coreia e Nzamba II, Ilha de Luanda, Chicala, Mutamba, Coqueiros, Marginal de Luanda, Maculusso, Ingornbota, Kinaxixi, Miramar, Cruzeiro, Comandante Valódia, Bairro Operário, São Paulo e Combatentes. A taxa de 2.500 kz será ainda aplicada às zonas da Vila Alice, Nelito Soares, Bairro Popular, Terra Nova, zona do Patriota, Futungo e Morro Bento, bem como a Urbanização da Talatona, Urbanização Nova Vida, Urbanização Vida Pacífica e as centralidades do Kilamba e Sequele. Nos demais bairros de Luanda, de acordo com o mesmo decreto, será aplicada a taxa de 1.500 kz, nomeadamente nos municípios de Belas, Cazenga, Viana e Cacuaco, ao passo que para os municípios de Quiçama e Icolo e Bengo está estabelecida a taxa de 500 kz.

A taxa de lixo é justificada com o surgimento crescente de aglomerados urbanos com característica muito específicas, como as centralidades, urbanizações e outros similares.

8.5 Programa Aguas da Chibia tem início no próximo ano

Jornal de Angola
12 De Dezembro de 2016

A distribuição de água na vila da Chibia, na província da Huíla, vai conhecer melhorias significativas em 2017, com a Implementação de um programa de ampliação e reabilitação da rede, à semelhança do que acontece no Lubango.

O anúncio foi feito pelo chefe da área técnica da administração municipal, Cláudio Valente. O programa devia ter sido materializado este ano, mas foi adiado devido a dificuldades de financiamento.

Cláudio Valente referiu que a iniciativa prevê o restauro e ampliação da estação municipal de captação e tratamento de água, substituição da tubagem, assim como a extensão da rede de distribuição para os bairros da periferia, que ainda não beneficiam deste serviço.

"Neste momento, não temos água no Bairro da Juventude, nas 40 casas do projecto habitacional do Estado e outros bairros novos que vão surgindo, mas com esse projecto Pensamos atingir todas estas áreas", frisou Cláudio valente.

Os técnicos da Direcção Provincial de Energia e Águas já fizeram o levantamento das necessidades materiais.

Distribuição de água A distribuição de água na Chibia não é regular, devido à fraca capacidade de bombeamento. O programa Águas da Chibia vai melhorar o saneamento básico na região, assim como combater doenças decorrentes do consumo de água imprópria para o ser humano, como a cólera e a disenteria. A rede de distribuição de água, com uma extensão de dez quilómetros, tem mais de 50 anos e nunca sofreu obras de reabilitação.

A Chibia situa-se a 42 quilómetros a Sul do Lubango e tem 190.670 habitantes, sendo a agro-pecuária a sua principal actividade produtiva.

Entretanto, o canal de irrigação da Matala, na província da Huíla, com mais de 42 quilómetros de extensão, carece de reabilitação, devido a ruturas na conduta de água.

A última vez que beneficiou de obras foi em 2002 e passados 14 anos dá sinais de desgaste. Em declarações à Angop, o Presidente do

Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Perímetro Irrigado da Matala, Cipriano Ndulumba, disse que o canal é a principal infra-estrutura da empresa e, por isso, solicita um financiamento para a sua reabilitação, com vista a manter os níveis de abastecimento de água à agricultura.

O canal foi construído na década de 60 do século passado e em 2002 beneficiou das primeiras obras de restauro. A segunda fase estava prevista para os anos seguintes, o que não aconteceu.

Campanha agrícola Segundo Cipriano Ndulumba, os agricultores perderam as culturas em cerca de três mil hectares na primeira fase da campanha agrícola de 2015/2016, em consequência da rutura que se registou no princípio do canal e que durou 45 dias para ser reparada.

O responsável definiu o canal de irrigação como um factor essencial para o aumento da produção agrícola, quer na vertente empresarial quer familiar.

A infra-estrutura é utilizada por sete cooperativas, ocupa 10.871 hectares, mas apenas 450 são irrigados com novos sistemas.

Os outros 6.831 ainda dependem do sistema de irrigação por inundação, já que estiveram fora da primeira fase de reabilitação, concluída em 2002.

8.6 Aquaestrela quer o acesso à água em todo o país

Jornal Expansão

16 De Dezembro de 2016

Texto: Teima Van-Dúnem

Empresa de tratamento de água faz um balanço negativo de 2016, mas pretende expandir os seus serviços para todas as províncias do País.

A empresa nacional vocacionada na importação, comercialização, instalação e assistência de sistemas de tratamento e purificação de água, Aquaestrela, pretende proporcionar o acesso a água de qualidade a todos os angolanos através da utilização de um sistema de filtragem de baixo custo.

Em entrevista ao *Expansão*, o gestor da empresa, Marcelino Estrela, explicou que a Aquaestrela, no mercado há cinco anos, pretende contribuir para a prevenção dos problemas de saúde pública causados pelo consumo de águas poluídas e contaminadas.

Em relação à crise, à qual o gestor afirma que a Aquaestrela não escapou, Marcelino Estrela explicou que a continuidade do negócio só é possível neste momento devido ao grande stock de filtros e material de manutenção e assistência armazenados.

De acordo com o responsável, a empresa, que está sediada em Luanda, teve um capital inicial de 72.500 USD e tem actualmente 12 funcionários. No que diz respeito aos resultados, Estrela informou que este foi um ano negativo para a empresa, mas tem melhores perspectivas para 2017, tendo em conta a expansão serviços para as demais províncias. O director afirmou ainda que, também com o objectivo de crescimento, a empresa deverá recorrer ao crédito bancário.

Apesar das dificuldades na obtenção de divisas, a empresa importa equipamentos dos EUA, Taiwan, Portugal e Espanha, e tem como clientes empresas dos sectores públicos e privados.

Considerando que empresas como a Aquaestrela "têm um mercado com margem de progressão", o empresário alerta para a importância da distribuição eficaz de água.

"Sabemos que a EPAL faz todos os esforços para distribuir água com qualidade para todos os angolanos, mas também sabemos que é uma tarefa difícil e morosa devido ao desenvolvimento estrutural

que o País está a passar e ao crescimento da população demográfica", realçou.

O responsável pela Aquaesel a considera a o mercado de tratamento e" purificação de água essencial e oportuno para as empresas privadas.

8.7 Gestão da EPAL criticada

Nova Gazeta

22 De Dezembro de 2016

Texto: André Kivunandinga

As associações de Consumidores de Água em Angola fazem balanço "difícil" de 2016 devido às dificuldades no abastecimento de água aos fontenários, que ficaram longos períodos sem o precioso líquido, pelas restrições no bombeamento e à falta de contrato de prestação de serviços.

Cortes no abastecimento de água, falta de contratos de prestação de serviço, fraca aceitação dos municípios do projecto das 700 mil ligações domiciliárias, danificação das condutas constam das dificuldades registadas pelas associações de consumidores de água.

Uma delas, a Development Workshop (DW), no tempo de guerra, apoiou as administrações municipais na construção de chafarizes na periferia de Luanda, sobretudo no Cazenga, Cacuaco e Sambizanga. Com o surgimento do programa 'Água para Todos', implementado pelo Governo, com a construção de novos chafarizes nas diferentes localidades, os parceiros sociais e o governo detectaram problemas de sustentabilidade dos projectos que estavam em construção, "foi com base nestas dificuldades que a DW", através dos financiamentos da União Europeia e da Unicef, assessorou a Direcção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas na elaboração do 'Modelo de Gestão Comunitária de Água' (mogeça), que tem permitido a gestão dos pontos de água no meio peri-urbano e rural por parte do Ministério da Energia e Águas e "favorece a participação dos consumidores na gestão e controlo", frisou.

Os consumidores organizam-se em grupos de água e saneamento, denominados GAS, são treinados para depois se constituírem em Associações de Consumidores de Água (ACAS), que funcionam nas comunas e municípios, estabelecem parcerias com empresas de fornecimento de água e garantem a gestão e saneamento do sistema de água do local em que estão situados.

Carlos Manuel Ginga, coordenador das Associações de Consumidores de Água de Luanda, garante registar "dificuldades por falta de clareza" da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), lamentando "não existir um contrato de prestação de serviços entre as ACAS e a empresa", em Luanda, que possa reconhecer o trabalho exercido pelas organizações da sociedade que contribuem com valores monetários para a recuperação das condutas e outras infra-estruturas e no combate ao garimpo.

De acordo com o líder associativo, mesmo "sem água" nos chafarizes, estes estão tecnicamente funcionais, estando à espera de serem removidos e colocados noutras zonas devido às "dificuldades" na saída de água.

A Rede das Associações de Consumidores de Água (RACA) recebe apoios dos financiadores nacionais e internacionais, incluindo o Fundo Soberano e das administrações municipais. A rede com ajuda dos parceiros está a implementar um sistema para monitorizar dos chafarizes denominado projecto 'Ver Água', financiado pelo Fundo Soberano através da DW e consiste na partilha de informações entre zeladores, pessoas que controlam os chafarizes, a EPAL e outros parceiros através de um telemóvel. Quando a água está a jorrar nas torneiras, e quando deixa de brotar, o sistema partilha informações da qualidade e das rupturas, sobretudo as dimensões destas quebras. Se forem de pequenas dimensões, os técnicos da associação da área reparam-nas, se forem de maiores dimensões, sobretudo as das condutas, é reparada pelos técnicos da EPAL.

A Direcção Nacional de Água (DNA) do Ministério da Energia e Águas, no encontro da avaliação do Modelo de Gestão Comunitária de Água, prometeu levar as preocupações dos membros das associações à consideração dos responsáveis da DNA para a sua "possível" resolução.

As associações de Consumidores de Água, em Angola, existem em Luanda, Huambo, Cunene, Kwanza-Sul e Bié. Em Luanda, existem 16 associações, três comissões que controlam 272 chafarizes, em 18 bairros, em Cacuaco, Cazenga, Viana, Icolo e Bengo e Sambizanga.

O dinheiro da água

Em 2016, através da contribuição dos beneficiários de água, as associações de consumidores de água arrecadaram mais de 2,5 milhões de kwanzas. O dinheiro é repartido em quatro partes: 45 por cento para a EPAL, 30 por cento para os zeladores dos chafarizes, 10 por cento para o fundo de manutenção dos chafarizes e 15 por cento para a associação. Com

base nos valores depositados na conta da EPAL, as ACAS pretendem que sejam considerados pelo Governo como agentes comunitários de gestão de água, o que, segundo eles, deveria estar escrito em contrato.

8.8 Huambo com milhares de ligações domiciliares

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2016

Texto: Mário Clemente

Mais de 13 mil ligações domiciliares de rede de água foram efectuadas este ano, na província do Huambo, no quadro do programa de reabilitação e aumento da capacidade de distribuição do produto.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Água e Saneamento do Huambo, Adolfo Elias, disse que as novas ligações efectuadas nos bairros periféricos da cidade fazem parte de um programa que beneficiará 19 mil habitações em toda a cidade do Huambo.

"Deu-se prioridade aos novos bairros, porque a zona urbana conta com 90 por cento de ligações praticamente consolidadas, faltando apenas o bairro São João. Na periferia, estamos com grandes dificuldades visto que 30 por cento das residências ainda se encontram sem água. A nossa preocupação consiste no alargamento dos subúrbios em termos de ligações", esclareceu.

A Empresa de Água e Saneamento na província arrecada para os cofres do Estado cerca de sete milhões de kwanzas mensalmente, pelo fornecimento de água potável aos seus consumidores.

Neste momento, disse, a empresa está a reestruturar a base de dados e, a partir de Janeiro, vai entrar em funcionamento, tendo em conta os enormes apoios recebidos do Banco Mundial, através das empresas homólogas de Portugal, o que permitirá o cadastramento de todos os consumidores da região.

Actualmente, a empresa conta com 17 mil clientes legalizados, dos quais apenas nove mil efectuam pagamentos dos serviços colocados à sua disposição. O presidente do Conselho de Administração informou que, neste momento, decorre o processo de colocação de novos contadores, que dispõem de um dispositivo de corte, pois dos que havia grande parte se encontrava avariada, o que impedia a leitura de quanto a pessoa gastou.

Encontro com moto-taxistas

O governador da província do Huambo, João Baptista Kussumua, manteve um encontro com os moto-taxistas, a quem auscultou as suas preocupações e, ao mesmo tempo, colheu sugestões tendentes à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população. No encontro, realizado no pavilhão multiusos "Osvaldo Serra Van-Dúnem", os moto-taxistas sugeriram a intercessão do Governo local junto da Assembleia Nacional ou do Conselho de Ministros, para a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas de condução.

Tal medida visa ajudar as autoridades sobretudo quanto ao regulamento do trânsito, uma vez que vai permitir que os condutores tenham mais respeito e consideração aos demais utentes da via pública. Os moto-taxistas apresentaram ainda ao governador João Baptista Kussumua preocupações ligadas à burocratização no tratamento de documentos para legalização das motorizadas, bem como a falta de compreensão de alguns agentes reguladores do trânsito.

No encontro, inserido na governação com o cidadão, os moto-taxistas informaram também o governador sobre a dificuldade que têm encontrado na aquisição de capacetes de protecção e de acessórios para reparação dos meios de trabalho, bem como a falta de cooperação entre os filiados e os membros de direcção da Associação dos Motociclistas de Angola. Questões sobre criminalidade, em alguns casos, com recurso à arma de fogo, bem como a falta de espaço para auto-construção dirigida, tendo em conta a falta de capacidade financeira desta franja da sociedade na obtenção de residências nas centralidades foram igualmente apresentadas ao governador.

Não obstante essas preocupações e sugestões, os 513 moto-taxistas comprometeram-se em ajudar o Governo Provincial nas acções de combate ao lixo e preservação do património público, através da promoção de acções voltadas na promoção do bem-estar comum.

Em resposta, após duas horas de auscultação, o governador provincial João Baptista Kussumua disse que o encontro serviu para dialogar com esta franja da sociedade para encontrar, de forma conjunta, soluções para a elevação da qualidade de vida dos moto-taxistas e suas famílias.

João Baptista Kussumua assegurou que a ideia do Governo passa, fundamentalmente, em garantir a inserção mais sustentável dos moto-taxistas na vida social e de outros aspectos ligados a organização, de acordo com a Lei das Associações Privadas, tendo em conta o diálogo que se pretende entre as autoridades e a população.

"Sabemos todos que os moto taxistas desempenham hoje um papel muito importante no sector dos Transportes, através da facilitação na locomoção das pessoas de um lugar para outro, razão pela qual não devem ser ignorados por ninguém", disse o governador provincial, prometendo maior esforço, tempo, inteligência e capacidade na solução dos problemas apresentados.

8.9 Empresa de águas aumenta as receitas

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2016

O aumento das ligações domiciliárias e a mudança de comportamento dos consumidores em relação aos pagamentos do consumo permitiram à Empresa de Águas e Saneamento do Cunene arrecadar mais receitas que o ano anterior.

Segundo o director da EPASC, de Janeiro a Novembro a empresa arrecadou perto de 66 milhões de kwanzas, muito acima dos cerca de 42 milhões em 2015. As campanhas de sensibilização sobre a importância do pagamento do consumo de água têm surtido efeito, disse Fernando João Cunha. A Empresa Provincial de Águas e Saneamento no Cunene controla cinco mil e 600 consumidores, distribuídos nos municípios de Ombadja, Cuanhama e Namacunde.

8.10 Água potável chega a no mais de 11 mil residências Kwanza Norte em 2016

Jornal O PAÍS
27 De Dezembro de 2016

Cerca de 11 mil e 500 habitações poderão beneficiar do acesso à água potável na província do Kwanza Norte, no quadro de um programa governamental de alargamento de consumidores em execução com apoio do Banco Mundial.

O governador provincial do Kwanza Norte, José Maria dos Santos, fez o anúncio e disse que esta medida se quadra no plano de atendimento das necessidades básicas da população a residir na periferia da cidade de Ndalatando, onde tem procurado melhorar o acesso à água potável, distribuindo-a para um maior número de residências.

Em jeito de balanço, José Maria dos Santos considerou o ano de 2016 pleno de desafios que

determinaram o rumo das acções do seu pelouro num ambiente económico e financeiro difícil.

"A execução dos programas do Governo foi profundamente afectada pela fraca arrecadação de receitas financeiras, ditada pela brusca descida dos preços do petróleo, a principal divisa de câmbio do nosso país nos mercados internacionais", frisou.

José Maria dos Santos acrescentou que o plano de desenvolvimento reajustado da província (2016-2022), aprovado pelo Executivo, inscreve as principais linhas de actuação assentes nos sectores da agricultura, pecuária, pescas, exploração sustentada de recursos hídricos e florestais, o fomento do turismo, o comércio e serviços.

Segundo o governador, a visão estratégica de desenvolvimento do seu mandato baseia-se na necessidade da melhoria da qualidade de vida da população por meio da multiplicação da riqueza das famílias.

Neste sentido, acrescentou, no plano institucional destaca-se o reforço da representatividade feminina com a inserção de mais quadros jovens ao nível do aparelho local de Estado.

Na área social, o sector da educação foi objecto de um diagnóstico completo das infra-estruturas, da organização e do funcionamento do sistema com realização de debates e concertações entre professores e alunos, encarregados de educação e sindicatos para a identificação dos problemas e soluções para um funcionamento regular do sector.

José Maria dos Santos apontou a Saúde como outra área prioritária e afirmou estar em perspectiva o seu alargamento, de modo contínuo, da abrangência dos serviços de assistência médico medicamentosa à população.

Neste sentido, disse terem sido reactivadas as unidades de vacinação, em todos os municípios, com a recuperação de mais de 80% de cadeias de frio, até então desactivadas, situação que tem reduzido a taxa de ocorrência de doenças e de mortalidade.

Ainda neste domínio, frisou, foram melhoradas as condições de funcionamento de algumas unidades sanitárias de referência em Ndalatando, em termos de condições infra-estruturais, limpeza da cidade, sistemas de abastecimento de água, que em muitos casos se encontravam avariados há vários anos.

Quanto ao turismo, que considera ser um dos principais motores do desenvolvimento, disse que a província ainda padece da falta de infra-estruturas

adequadas, facto que impede o seu crescimento rápido

Parafrazeando o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, no seu discurso de fim de ano, José Maria, apelou à unidade e coesão social como valores que devem ser cultivados no quotidiano por meio do diálogo, dentro do espírito democrático, de tolerância, sem olhar para as diferenças de ordem político partidária.

8.11 Défice de água pode diminuir em Viana

Jornal Angola

29 De Dezembro 2016

Texto: Ana Paulo

Venceslau Chissupa frisou que para o município de Viana existem 11 projectos, alguns dos quais já em execução, com destaque para os centros de distribuição do Pive, do Quilómetro Nove e do Projecto Morar, além das estações de Tratamento da Luanda Sul, com capacidade para 57 mil metros cúbicos e da Luanda Sudeste, com uma capacidade para 216mil.

O encontro, que analisou o problema de água no município de Viana, serviu também para reforçar a relação institucional entre a EPAL e a administração municipal.

Venceslau Chissupa disse que estão a ser reabilitados outros projectos, como estações de água, captação e adopção de água às estações e o projecto do Cassaque (que tem a função de fazer o revestimento do canal inferior do Capapia até Cassaque).

"Vamos também ampliar a estação do Calumbo e o projecto da Luanda Sudeste que, futuramente, vai produzir 259 mil metros cúbicos de água", explicou Venceslau Chissupa.

O director-geral adjunto da EPAL disse que estes projectos estão incluídos na linha de crédito da China, da mesma forma que o centro de distribuição Pive, que faz parte do projecto Kilonga, a ser concluído em Janeiro de 2017. Venceslau Chissupa explicou que alguns projectos não foram entregues a tempo devido a um ligeiro atraso na disponibilização de crédito. "Por esta razão, tivemos que recorrer à linha de crédito da República da China. Com este apoio, vamos concluir o problema de distribuição de água em Julho de 2017."

Ligações domiciliárias

No âmbito do programa "Água para Todos", as ligações domiciliárias no município de Viana estão a 99 por cento, faltando apenas a última fase, que é a colocação da coluna de água, torneiras e contadores. As comunidades da zona dos Mulenvos e do Quilómetro Nove já beneficiam totalmente das ligações domiciliárias.

De acordo com o responsável da EPAL, na comuna do Zango, foram feitas 21 mil ligações domiciliárias. Para o feito, foi construído um centro de distribuição com a capacidade de cinco mil metros cúbicos e um tanque de 500.

O director da Energia e Aguas de Viana, José António, disse que o município regista graves problemas no fornecimento de electricidade e de falta de água na maioria dos bairros.

A situação apresenta-se menos grave no Zango, Pive, Vila, Projecto Morar, Km 9B, Km 12B, Mulenvos e Caop C. Acrescentou que, nestas áreas, apesar de existir uma rede domiciliar, há sectores e quarteirões em que não corre água há mais de dois anos.

José António informou que o condomínio dos ex-militares, no Capalanca, também não recebe água desde a sua construção. "Com este encontro, vamos trabalhar para resolver os problemas", frisou.

8.12 EPAL perde batalha do garimpo de água

Jornal O PAÍS

29 De Dezembro de 2016

Texto: André Mussamo

Os garimpeiros chegam a ser detidos, mas a moderação da lei os encoraja a prosseguir, pelo que a administradora Juliana Lizete Gaspar defende que as acções de combate devem ser "acrescidas de medidas acessórias mais pesadas, porquanto os prevaricadores a seguir à detenção são postos em liberdade".

Fonte na Policia Nacional descartou responsabilidades nesta matéria porque, segundo a corporação, quando apanhados em flagrante, os autores do garimpo são detidos com os respectivos meios, instruídos os correspondentes processos crimes e apresentados ao Ministério Público a quem cabe decidir entre manter a cadeia ou libertar os mesmos.

Para Lizete Gaspar, a dificuldade reside no facto de a Lei não apresentar suporte legal que permita castigar conveniente os prevaricadores.

Segundo aquela responsável da Empresa Provincial de Águas de Luanda, os garimpeiros estão munidos de meios técnicos capazes de provocarem interrupções ao fornecimento de água a extensas zonas da cidade.

O que é mais grave é que das suas acções às vezes resulta contaminação da água, tornando-a imprópria para o consumo humano.

Um balanço superficial indica que os prejuízos decorrentes da acção de garimpo rondam os Kz 9.000.000 (nove milhões de kwanzas) por dia. Segundo Juliana Lizete Gaspar, o balanço dos prejuízos/dia para a empresa é superficial, por não incluir o custo de reparação da infra-estrutura danificada, o custo de produção, os transtornos provocados ao normal funcionamento do circuito de distribuição de água aos clientes e nem a mão-de-obra empregue para combater e estancar o garimpo.

Se adicionados tais custos, as perdas diárias sobem para "valores incalculáveis". Ademais, segundo a responsável, desde 2011 que o dia-a-dia da empresa é este. Cacuaco, Viana, Mulenvos, Camama e zona do Nova Vida (Fubu) são apenas alguns pontos de estrangulamento devidamente identificados e onde já foram implementadas medidas paliativas que, entretanto, tem resultado pouco.

Nestes pontos, a estratégia da empresa tinha sido montar uma infra-estrutura para enchimento legal de cisternas, mas a avidez por lucro fácil por parte de cidadãos desonestos e colaboradores da empresa faz com que todos os paliativos fracassem.

Não faltam sanções e castigos na Lei

Miguel Quitumba, jurista e professor universitário, não corrobora com a tese da "falta de sanções mais pesadas para castigar exemplarmente os garimpeiros". Segundo o especialista; a combinação de uma série de sanções e castigos dispersos pela legislação seria suficiente para debelar a acção do garimpo.

"Se olharmos para o dispositivos das sanções previstas para dano a património público, contaminação genérica de água para consumo público, reincidência na prática do ilícito e que, uma vez feito o cumulo jurídico destas ilicitudes fossem aplicadas multas e indemnizações, não consigo visionar garimpeiro algum que tivesse capacidade de persistir na prática".

Para o jurista, as sanções podiam focar-se na necessidade de reparação dos danos provocados. Em caso de incapacidade a fonte de aquisição de meios para a reparação podia ser o confisco dos meios nomeadamente, as tais electrobombas e os

respectivos camiões cisternas que podiam ser leiloados com carácter de urgência.

o professor defende que o problema está no facto de Angola "ser excessivamente um Estado providência, onde se perdoa tudo e se permite tudo. O garimpo é feito à luz do dia. Os camiões cisternas partilham as mesmas estradas e passam pelas mesmas operações policiais. Paremos de tapar o sol com a peneira", desabafa.

Quitumba não tem dúvidas de que da acção de garimpo resultem "luvas" para os próprios funcionários da EPAL o que por si só permite "o jogo do gato e do rato. Por mais que coloquemos um gato para combater os ratos de casa, eles hão-de conviver no mesmo espaço, porque a casa permite que isso aconteça".

Quitumba considera que a acção fiscalizadora da EPAL é um mero jogo onde os garimpeiros pagam luvas e os fiscais fingem que cumprem o seu dever. "Só assim se percebe que mesmo com homens armados, munidos de carrinhas todo-o-terreno, continuemos a ter vizinhos com gigantescos tanques e que encham cisternas dia e noite".

Entretanto, não obstante os constrangimentos, a EPAL garantiu a semana passada que o abastecimento de água durante a quadra festiva estava assegurado.

Segundo o porta-voz da empresa, Domingos Paciência, que falava à imprensa após uma visita às estações de tratamento de Luanda Sudeste, estavam operacionais para garantir o abastecimento sem constrangimento à população as estações de Calumbo, Kifangondo, Kilamba, dentre outras.

"Essa estação de tratamento de água de Luanda Sudeste, a maior do país, em que nos encontramos' a título de exemplo, está a receber e a distribuir água em condições para os diferentes centros de distribuição. Não há nenhum problema de produção de água, como podem ver", garantia na altura Domingos Paciência. Na mesma senda, referia que os centros de distribuição também estavam operacionais, com excepção do de Luanda Sul, onde existem constrangimentos ao nível de algumas electro-bombas e, por isso, algumas zonas estavam sob restrições.

Outro ponto de estrangulamento referido na altura como estando a receber pouca água era o do Nova Vida, fruto da já conhecida acção do garimpo, fazendo com que o abastecimento não fosse o desejável.

Segundo Domingos Paciência, as principais zonas de garimpo no percurso que vai do centro de distribuição de Luanda Sul ao Nova Vida são as SOO casas, a zona da farmácia, junto ao Nosso Super (Kilamba Kiaxi), zona das antenas e noutros pontos em que se verificam a entrada e saída de camiões cisternas.

" É muita quantidade de água que se retira, à luz do dia ou de madrugada. Os cidadãos perfuram a conduta e roubam a água para vendê-la em camiões cisternas, o que cria muitos transtornos no abastecimento".

Entretanto, nos balanços dos últimos dias, através da média ouviram-se reclamações de diferentes pontos da cidade capital. A Rádio Luanda nos seus espaços de notícias falava ontem de bairros há mais de 2 meses sem o precioso liquido.

Outro grito de socorro chegou do Zango, precisamente da Vila Pacífica, onde moradores de prédios reclamavam por falta de água.

8.13 Abastecimento de água mais reforçado em breve

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2016
Texto: José Chaves

A obra que visa reforçar o sistema de abastecimento de água do município da Nharea, na província do Bié, começou ontem e está a ser muito aplaudida pela população.

Municípios contactados pela nossa reportagem realçaram que o projecto vai concorrer para a melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças do fórum hídrico.

A cidadã Lourença Tchinhama enalteceu o gesto do Executivo, que demonstra preocupação em melhorar as condições de vida da população. Segundo disse, com a consignação e o conseqüente arranque da empreitada para a construção de novo sistema de captação, tratamento e abastecimento, os municípios vão deixar de consumir água imprópria.

O regedor municipal Timóteo Severino disse que a água que se consome actualmente é propensa a doenças nas crianças, daí a satisfação de todos pela construção de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

Por sua vez, o administrador municipal adjunto da Nharea, Francisco Xavier, considerou o acto de consignação das obras como um ganho que vai

proporcionar melhores condições de vida aos munícipes. A obra, que está a cargo da empresa chinesa Ctce, está orçada em 20.896.339 dólares. O sistema de captação parte do rio Nduluma e terá capacidade de bombear 220 metros cúbicos por hora, numa conduta de 3.185 metros, até à Estação de Tratamento de Água (ETA). O projecto prevê 186 ligações domiciliárias, a construção de seis chafarizes e reabilitação de outros cinco.

O município da Nharea situa-se a 146 quilómetros a norte do Cuito, capital da província do Bié, e possui uma população estimada em mais de 113.760 habitantes, na sua maioria camponeses, que se dedicam, essencialmente, ao cultivo de milho, feijão e frutas diversas, bem como à criação de animais de médio e pequeno porte, à caça e à pesca fluvial.

8.14 Abastecimento de água mais reforçado em breve

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2016
Texto: José Chaves

A obra que visa reforçar o sistema de abastecimento de água do município da Nharea, na província do Bié, começou ontem e está a ser muito aplaudida pela população.

Municípios contactados pela nossa reportagem realçaram que o projecto vai concorrer para a melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças do fórum hídrico.

A cidadã Lourença Tchinhama enalteceu o gesto do Executivo, que demonstra preocupação em melhorar as condições de vida da população. Segundo disse, com a consignação e o conseqüente arranque da empreitada para a construção de novo sistema de captação, tratamento e abastecimento, os municípios vão deixar de consumir água imprópria.

O regedor municipal Timóteo Severino disse que a água que se consome actualmente é propensa a doenças nas crianças, daí a satisfação de todos pela construção de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

Por sua vez, o administrador municipal adjunto da Nharea, Francisco Xavier, considerou o acto de consignação das obras como um ganho que vai proporcionar melhores condições de vida aos munícipes. A obra, que está a cargo da empresa chinesa Ctce, está orçada em 20.896.339 Dólares. O sistema de captação parte do rio Nduluma e terá capacidade de bombear 220 metros cúbicos por hora,

numa conduta de 3.185 metros, até à Estação de Tratamento de Água (ETA). O projecto prevê 186 ligações domiciliárias, a construção de seis chafarizes e reabilitação de outros cinco.

O município da Nharea situa-se a 146 quilómetros a norte do Cuito, capital da província do Bié, e possui uma população estimada em mais de 113.760 habitantes, na sua maioria camponeses, que se dedicam, essencialmente, ao cultivo de milho, feijão e frutas diversas, bem como à criação de animais de médio e pequeno porte, à caça e à pesca fluvial.

Algumas vezes, a Polícia tem sido mobilizada para desactivar as ligações ilegais, mas em seguida os garimpeiros são postos em liberdade sem que sejam julgados, por falta de uma legislação específica. Enquanto o vandalismo e o "garimpo" de água não forem punidos, a situação não vai conhecer melhorias.

8.15 Água de qualidade para todos

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2016

Texto: Santos Pedro

O programa Água para Todos, um dos projectos mais ambiciosos do Governo para o meio rural, foi executado em mais de 60 por cento. Destinado a oito milhões de habitantes, o projecto deve atingir 80 por cento dessa população.

Paralelamente, está a ser executado um programa nacional de monitorização da qualidade do produto. Para o efeito, estão em regime experimental quatro laboratórios nas províncias de Benguela, Huíla, Cuanza Norte e Lunda Sul, prevendo-se também a construção do laboratório do Uíge.

João Baptista Borges anunciou que está em curso o plano de reabilitação dos sistemas de água de 17 capitais de província e a execução de obras em Menongue, Luena, Saurimo, Sumbe, Ondjiva e Namibe. Em relação à província de Luanda, o ministro destacou a execução do Plano de Estabilização da EPAL, que visa adicionar mais de 150 mil metros cúbicos de água até ao final do próximo ano, o projecto de 750 mil ligações domiciliárias e a aprovação dos projectos do Bitá e Kilonga Grande.

Um dos maiores problemas que a EPAL enfrenta com frequência são actos de vandalismo nas redes de distribuição, atribuídos a "garimpeiros" de água. Enormes quantidades de água não chegam aos consumidores por causa do desvio ao longo da rede de distribuição, praticados por detentores de camiões-cisterna.

O "garimpo" de água atingiu níveis acentuados e tem causado enormes prejuízos à empresa e à população.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Mais de mi vítimas de violência doméstica

Jornal O País

13 De Dezembro de 2016

Texto: Stela Cambamba

O psiquiatra Jaime Sampaio revelou ontem que há mais mulheres procurando pelos serviços de psiquiatria do que homens e que elas, quando vítimas de agressão, são 12 vezes mais susceptíveis de optarem pelo suicídio.

Explicou que agora possui internadas na sua unidade hospitalar, 69 mulheres dos 17 aos 60 anos de idade, maioritariamente em consequência de problemas conjugais e de violência doméstica.

O especialista que falava à margem de uma palestra sobre a "Saúde mental" realizada no Centro de Imprensa Aníbal de Melo (CIAM), esclareceu que a violência doméstica é um fenómeno de impacto muito incisivo na saúde mental do indivíduo, na família e na comunidade.

O seu estudo deve ser conduzido numa perspectiva biológica, pois, segundo Jaime Sampaio, tem verificado que muitas pessoas deixaram de andar, ver e falar. Tiveram lesões graves ao nível do sistema nervoso por causa da violência doméstica que sofreram.

Explicou que há vários tipos de violência, designadamente a urbana, laboral, hospitalar, doméstica (a mais frequente), entre outras. No entanto, lembrou que violência doméstica é toda a infracção que ocorre no seio de uma coabitação e as pessoas que são vítimas deste crime não desenvolvem um comportamento psicológico normal.

"As vítimas de violência têm tendência de permanecer escondidas com a desculpa de que pertence a esfera de âmbito privado. Pois, falta na sociedade um sistema que garanta a detenção do abuso total real", lamentou Jaime Sampaio.

O chefe dos serviços de urgência do Hospital Psiquiátrico de Luanda alertou que as vítimas de violência doméstica devem ser escutadas, não só pelo especialista em saúde mental, como por qualquer outra pessoa. Deve-se assegurar-lhe que não está só, que não é culpada do crime que sofreu, bem como

convencê-la a defender os seus direitos e a viver sem temor à violência.

Caso venha a desabafar com um profissional de saúde, não se lhe deve prescrever sedativos no caso de acusar falta de sono. "Se ela for sedada vai dormir e esquecer o que realmente aconteceu", frisou.

O médico esclareceu ainda que existe um ciclo entre doença mental, violência doméstica e doença mental. Todas as pessoas que têm sido vítimas de violência doméstica podem ter como consequência transtornos mentais, alguma alteração no seu comportamento psíquico ou vice-versa e outros transtornos que podem causar a violência.

Jaime Sampaio reiterou que os indivíduos que desencadeiam a violência doméstica têm características comportamentais que muitas vezes são gerados e influenciados: Muitos adquiriram como herança.

"Como médico psiquiátrico, tenho atendido crianças com transtornos mentais a partir dos zero anos. Acredito que algumas crianças nascem com alguns problemas em relação ao comportamento no seu desenvolvimento psicomotor porque, por vezes, o pai ou a mãe viveram algumas situações impróprias", frisou o especialista.

O jornalista Paulo Miranda Júnior, que trabalha há 28 anos na Rádio Nacional de Angola (RNA) 24 dos quais na Rádio Luanda, explicou que durante esses anos foram descobertos muitos casos de violência doméstica. "Por agora, o quadro é diferente. As pessoas é que estão a denunciar", referiu.

O Ministério da família, possui um número destinado à denúncia de casos de violência doméstica ou do género, cuja queixa não se retira por se tratar de crime público. A chamada é gratuita' pelo número 15020.

9.2 Marginais aterrorizam municípios de Cacucaco

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Maria Teixeira

Há quatro meses que os moradores dos bairros Vidrul, Boa Esperança, Belo Monte e Paraíso (em Cacucaco) vivem mal, perderam a tranquilidade em consequência do elevado índice de delinquência que ali se regista.

Na Quarta-feira, a equipa de reportagem de OPAÍS percorreu ruas, ruelas e becos de alguns desses bairros para constatar in loco esse fenómeno. Sem meias palavras, o presidente da comissão de moradores do Bairro da Vidrul, Gomes Miguel, contou que os causadores dessa intranquilidade não vêm de longe.

"São mesmo os nossos filhos e sobrinhos que nos tiram o sono. Por isso, temos é que aconselhar os munícipes a colaborarem com a Polícia, denunciando esses actos que muitas vezes colocam os nossos bairros numa situação desastrosa", frisou.

No seu ponto de vista, cada pai deve ser "polícia" na sua própria casa, porque os agentes da Ordem não conseguem tomar as medidas necessárias para repor a legalidade se não receberem denúncias.

Disse que o seu elenco está a colaborar com a Polícia, na esperança de diminuir o índice de criminalidade. Essa mesma colaboração surtiu o efeito esperado no bairro Paraíso.

Pinto Manuel Sangongo, chefe desse sector na área das Santas, disse que já tiveram momentos difíceis, com destaques para assaltos à mão armada e violações, mas que o quadro se inverteu com a instalação de um posto de Polícia.

"Houve períodos em que não dormíamos, com medo de sermos as próximas vítimas, por causa do alto nível de criminalidade que existia no nosso bairro o Fruto do esforço da comissão de moradores e do comandante da Polícia de Cacucaco, conseguimos ter um posto policial e os crimes reduziram", conta. Antes de a tranquilidade ter sido parcialmente reposta, segundo ele, muitos dos seus vizinhos viram-se forçados a abandonar as suas casas e alojarem-se em outros bairros.

Ambos contaram que os casos de assaltos à mão armada, violações e mortes ocorridas nas suas zonas de jurisdição são do conhecimento do comandante municipal de Cacucaco. "Estamos cansados com essa situação. Quando denunciámos, a Polícia prende, mas depois de alguns dias os próprios marginais voltam a ser soltos e se vingam dos moradores", lamentou Pinto Sangongo, morador do Paraíso.

Por outro lado, o chefe de sector do Bairro Boa Esperança III, Manuel Nunes, enfatizou que embora esteja consciente de que há criminalidade em todos os bairros de Luanda, no seu parece ser o único, pela intensidade com que os marginais actuam.

Para ele, a única solução para esse problema é existir maior proximidade entre os moradores e a Polícia. "No meu bairro precisa-se de uma esquadra

móvel e a falta de esquadra tem facilitado ainda mais as acções dos marginais", afirmou.

A falta de iluminação pública é apontada como uma das causas da criminalidade

Os nossos entrevistados foram todos unânimes em apontar a falta de iluminação como um dos factores do aumento da criminalidade naquele município. À título de exemplo, Manuel Nunes disse que ficaram um mês sem energia e a criminalidade aumentou exponencialmente. "Isso porque a escuridão facilita as acções dos marginais", frisou.

Já o presidente da Comissão de Moradores do Bairro Belo Monte, Roni Pedro Nhangá, contou que a criminalidade aumentou com o aumento da extensão da zona, fruto das residências que estão a ser erguidas, bem como a presença de novos moradores. "Verificamos que durante este ano registou-se um aumento significativo, pelos relatos de crimes que nos chegaram e a quantidade de pessoas que abandonaram as suas casas, alegadamente por isso", disse. Acrescentou que "muitos moradores perderam os seus bens e os estrangeiros abandonaram as suas cantinas. Hoje, tudo se encontra fechado, porque os delinquentes até paredes partiam com o propósito de roubar ou matar".

Desabafou também que a falta de energia da rede é outra coisa que os inquieta, por ser factor de atracção de marginais.

Disse que há duas esquadras móveis e três postos policiais no bairro Belo Monte, mas não tem sido satisfatório para responder à marginalidade, tendo em conta a extensão do bairro e a falta de transportes públicos.

Makenga Paulo, coordenador do sector VII do Bairro Belo Monte, defendeu que a zona requer mais reforço policial e que as unidades sejam equipadas com meios de transporte. "Muitas vezes os agentes têm que trabalhar com a comissão de moradores e na falta de transporte, usam o carro pessoal do comandante para fazerem o patrulhamento", revelou. Salientou ainda que por causa do horário que tinham, de sair e entrar no bairro, muitos abandonaram o local e agora que a situação está ligeiramente calma já não querem regressar, por medo.

Já a senhora Júlia Augusto, que vive há mais de 20 anos no bairro Paraíso, contou que os bandidos não foram todos capturados e a situação tende a agravar-se com a chegada da época festiva.

"Eles são muitos e quando saírem vão continuar, principalmente no meu bairro. Para evitar ser assaltada, não uso bolsa para ir trabalhar, caso

contrário correrei risco de vida. Estou cansada com essa situação, só não mudei de bairro por falta de meios financeiros", desabafou.

9.3 "Divórcio ou separação pode envolver fuga à paternidade e fraude na partilha de bens"

Jornal O País

14 De Dezembro de 2016

A protecção da família impõe dedicação e aprimoramento de cada um dos membros da sociedade, pois um divórcio ou separação pode envolver a fuga à paternidade, a alienação parental, a fraude na partilha de bens, simulação na acção de alimentos e outras situações, defendeu, Terça-feira, em Luanda, o secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, na abertura das jornadas de Direito de Família que decorrem sob o lema "Por uma sociedade estável, reforçemos a protecção da família".

Segundo António Bento Bembe, estas condições podem desencadear dissidências entre os parentes, decorrentes da partilha de quinhões hereditários e descuido para com as crianças, levando muitas destas a enveredar para a criminalidade como meio de subsistência.

A este respeito, apontou que os processos judiciais de crianças e adolescentes envolvidos em crimes resultam, em grande proporção, da falta de assistência às famílias, que ao serem expressas no interior dos processos, emerge como degradação genética, sanitária, social, moral e psicológica dos progenitores.

Neste sentido, o secretário de Estado para os Direitos Humanos considera fundamental a inserção, no projecto do Código de Família, de normas que desencorajem a fuga à paternidade, mas que estimulem a assistência aos menores e a prestação de alimentos.

Segundo o responsável, deve-se tomar em consideração que o direito de família não se conclui nos debates jurídicos, há que se saber lidar com sensibilidade e abnegação, com a exposição das experiências mais íntimas das famílias envolvidas em litígios, exigindo vocação para trabalhar com os sentimentos que envolvem círculos familiares.

Assim, advertiu que os operadores de Direito devem utilizar uma hermenêutica capaz de compreender a dimensão e especificidade do ramo de família, possibilitando a identificação dos principais

indicadores sociais e culturais para resolução dos litígios familiares, quer administrativos, quer judiciais.

As jornadas de Direito de Família decorrem no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) até Quinta-feira. São uma promoção do Ministério da Justiça e Direitos Humanos e contam com o apoio da União Europeia e do UNICEF.

Participam juízes, procuradores, oficiais e técnicos de Justiça, advogados, especialistas dos ministérios da Família e Promoção da Mulher, da Assistência e Reinserção Social da Justiça e dos Direitos Humanos, bem como da sociedade civil.

9.4 Violação sexual é o principal crime doméstico em Angola

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2016

Texto: Venâncio Victor

A dirigente passou essa informação durante a IV conferência nacional sobre a mulher e a violência, realizada no aproveitamento hidroeléctrico de Laúca, município de Cacuso, e aproveitou a ocasião para pedir às famílias que conversem mais sobre educação sexual e reprodutiva e a todos os parceiros sociais do Ministério que procurem "contribuir e conferir mais dignidade e um futuro melhor às raparigas."

Além das denúncias feitas ao Ministério, existem dados notificados através dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), corno parceiro principal, bem como, das associações femininas. Pela linha SOS-15020, até ao primeiro semestre do ano em curso, foram recebidas 14 mil acusações de violência no género, das quais sete mil foram tratadas, o que, na visão da ministra, reflecte o aumento da cultura de denúncia. Filomena Delgado garantiu o reforço do sistema de atendimento, quer a nível dos centros de aconselhamento, quer a nível da formação de conselheiros sociais.

Para a ministra, é preciso continuar-se a trabalhar na divulgação, bem como na tradução de alguns conteúdos para línguas nacionais, de modo que as comunidades rurais tenham mais informação e elas próprias se tomem instrumentos, para se protegerem, e prevenir-se estes casos que envolvem, sobretudo, mulheres e jovens.

A importância da educação dos rapazes sobre as consequências da gravidez precoce, assim como a educação da família na perspectiva do género, no sentido de meninas e rapazes terem mais oportunidades de estudo, foi realça danos trabalhos.

Sector produtivo

A governante reiterou o apoio às mulheres rurais. Destacou a realização, em Outubro findo, do IX Fórum da Mulher Rural. Mais esforços são desenvolvidos para resolver a preocupação das mulheres no âmbito do sector produtivo, visto que muitas delas continuam a trabalhar com instrumentos rudimentares.

Outro problema que afecta as mulheres do meio rural é relativo ao acesso ao crédito e à titularidade de terras nalgumas comunidades. O deficiente escoamento dos produtos, ocasionado, sobretudo, pela degradação das vias, também mereceu acesos debates. Os participantes defenderam um maior envolvimento do sector privado na compra de produtos.

O processamento dos géneros evita desperdícios, frisaram. Para a ministra da Família e Promoção da Mulher, a intenção é introduzir outras acções geradoras de rendimentos para se diversificar a economia, incluindo as actividades de rotina das mulheres. As mulheres devem também ser incluídas em áreas, como a exploração diamantífera, de inertes e de rochas ornamentais. O Governo quer também ver a participação de mais mulheres no comércio, piscicultura, criação de gado e respectivo processamento, para que possam competir e melhorar a produtividade.

O encontro, que juntou várias individualidades, foi prestigiado pelos vice-governadores para o Sector Político e Social de Malanje e do Cuanza Norte, Manuel Campo e Alberto Quipungo, além de especialistas de diferentes áreas do saber e representantes de todo o país, que debateram os caminhos a seguir para dar respostas aos diferentes males que afectam a família angolana, com destaque para a violação sexual, gravidez e casamento precoce.

Os dois governantes chamaram atenção para o aumento do diálogo nas famílias, de modo a que possam desempenhar o seu verdadeiro papel e contribuir para o bem-estar dos agregados.

Crimes acontecem de manhã

Dados apresentados no encontro revelam que 50 por cento dos casos de violência sexual afectam crianças de 0 aos 16 anos. Os crimes sexuais são cometidos, em geral, durante a manhã e os agressores são, na sua maioria, familiares próximos das vítimas. A educação para este tipo de crime faz parte de um manual destinado a professores e alunos.

A psicóloga Loide Almeida, funcionária dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), em Luanda, disse ao

Jornal de Angola que "muito ainda há por fazer" para se acabar com este mal que enferma a sociedade, com base num estudo elaborado, que analisou em particular a província de Luanda.

Loide Almeida enalteceu a realização do encontro nacional do Ministério da Família e Promoção da Mulher, que permitiu a troca de experiências de forma a que todos possam trabalhar em prol da paz no lar e na sociedade angolana, em particular, e no mundo, em geral.

"O encontro fez-nos reflectir e desenvolver o espírito de entrega. Que cada um faça a sua parte, não importa onde estiver, mas que cada um possa, do seu modo e da sua forma, ser cada vez menos agressivo e carinhoso com os filhos e todos os membros da família", disse.

A psicóloga defendeu a mudança de mentalidades e de atitudes. Os cidadãos devem compreender a importância de viver-se em harmonia, afirmou.

A directora da Família e Promoção da Mulher da província da Lunda Sul, Domingas Martins, referiu que a conferência nacional sobre a violência doméstica serviu para consolidar estratégias.

As contribuições apresentadas no encontro do Minfamu são pertinentes e devem servir de suporte para trabalhar na sensibilização e desencorajar os actos de violência que afectam, sobretudo, mulheres e crianças, acrescentou.

A província da Lunda Norte realizou, no mês passado, o conselho multisectorial sobre a questão de género, durante o qual foram analisados os índices de violência na província, que apresentam uma ligeira redução em 2016. Além das famílias, as recomendações e conclusões do encontro abrangem parceiros sociais.

As diferentes estratégias devem ser transmitidas aos associados e líderes religiosos, associados à direcção e ao governo provincial, para estancar os casos de violência.

O encontro reuniu representantes dos Ministérios da Saúde, Interior, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Juventude e Desportos, Comunicação Social e igrejas, entre outros, que reconhecem e auguram que a Lei 25/11 de 14 de Julho, relativa à violência, e outros regulamentos sirvam para mitigar o problema.

9.5 Quase 40% das famílias angolanas são lideradas por uma mulher

Jornal O País

14 De Dezembro de 2016

Texto: Rila Berta

De acordo com o representante do UNICEF, que discursava no primeiro dia das Jornadas do Direito da Família, que decorrem desde ontem no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), em Luanda, cerca de 38 % das famílias em Angola são lideradas por mulheres, um sinal da gravidade do fenómeno da fuga à paternidade com que a sociedade se confronta.

Outros dados avançados pelo responsável dizem que 29% das mulheres em relação marital e com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos reportaram terem sido vítimas de abuso sexual ou físico nos últimos 12 meses. "Os dados mostram também que a maior parte dos casos de violência contra crianças ocorre no seio familiar. Estes factos denotam o desafio para preservar a instituição base da sociedade, a família", disse. Na sua intervenção Abubacar Sultan recorreu às estatísticas do Censo 2014, para referir que cerca de 1 milhão de crianças são órfãs e que 33.7% dos casais vivem em união de facto. Os números são preocupantes. Por isto mesmo o representante do UNICEF recordou às entidades que o código da família e as legislações complementares oferecem ao país um quadro legal que permite a protecção da mulher e da criança em todos os contextos, incluindo o familiar.

Referiu que para além do quadro legal é preciso reflectir sobre a efectividade das instituições na implementação do quadro legal e de políticas para a protecção da família e dos direitos das mulheres e das crianças. "A coordenação e articulação harmoniosa das funções do sistema judicial, do judiciário e das instituições governamentais específicas torna-se crucial para assegurar a adequada implementação das leis e políticas", referiu.

Todavia, Sultan reconhece que Direito não pode resolver tudo. Por isso recomendou a mobilização de actores sociais para a educação e harmonia familiar e social, elementos que consideraram fundamentais para a prevenção da violência e da violação dos direitos.

Sobre o assunto, António Bento Bembe, secretário de Estado para os Direitos Humanos, anunciou haver um processo educacional para reduzir o número de fugas à paternidade, por isso, referiu, o Direito da Família está inserido em muitas actividades que se realizam ao nível do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. "É esse direito que o cidadão

deve entender. Isto passa por actividades de transmissão de valores, transmissão de conhecimentos e de experiência, que permitem que as famílias reconheçam as suas responsabilidades e deveres", disse.

O secretário de Estado explicou que habitualmente nos processos judiciais, o que se verifica não é tanto a falha de quem tem a responsabilidade de administrar a justiça, mas também a falta de colaboração por parte das próprias vítimas. "Isto complica o trabalho dos magistrados".

Bento Bembe disse que a fuga à paternidade e a violência doméstica são fenómenos antigos, todavia, reconhece haver um avanço progressivo forte, facto ao qual ele atribuiu as culpas ao declínio dos valores e ao desaparecimento da consciência moral e ética.

"Isto leva a que estes fenómenos cresçam de forma vertiginosa. Até parece tratar-se de algo novo e exige que aqueles que devem lutar contra esta situação devam procurar adquirir mais experiência, devam procurar capacitar-se ainda mais", recomendou.

9.6 Vítimas de violência doméstica sem acompanhamento

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

Texto: Rila Berta

As jornadas do Direito da Família, decorridas até ontem, no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), em Luanda, produziram como principais recomendações a aplicação de medidas de protecção às vítimas de abuso sexual e de violência doméstica.

De acordo com os especialistas nacionais, entre magistrados Judiciais, do Ministério Público e juristas participantes ao evento, o sistema penal angolano apenas dá o tratamento punitivo ao agressor, esquecendo-se da vítima.

Por este facto, dizem ser necessário proteger-se as vítimas de abuso sexual ou de violência doméstica, encaminhando-as, de forma correcta, para uma melhor instrução e julgamento dos processos relacionados e o atendimento, sem preconceito às vítimas, de modo a encorajá-las.

Recomendou-se, de igual modo, a manutenção dos três anos de casados antes de se accionar um possível divórcio, tendo em atenção o princípio da perpetuidade do casamento, sob pena de se desarticular a estabilidade das famílias.

Esta mesma estabilidade, que se espera haver nas famílias angolanas, foi evidenciada no discurso de encerramento das jornadas, proferido pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado.

A governante reiterou o facto de, no ordenamento jurídico angolano, a protecção da família encontrar acolhimento na Constituição da República e nos demais instrumentos jurídicos nacionais.

Contudo, reconheceu que, apesar do destaque e interesse do Estado em regular as relações familiares, nesta área continuam a subsistir desafios à escala global, devido ao carácter dinâmico e ao papel único e insubstituível que as famílias desempenham na moldagem dos seus membros.

A ministra lembrou que, com base no Censo Geral da População e Habitação de 2014, o país conta com cinco milhões 544 mil e 834 agregados familiares, com 4 a 6 membros cada, 62 % dos quais chefiados por homens e 38% por mulheres.

Adiantou que a população em estado civil solteiro é de 46%. 33,7% das famílias vive na situação de união de facto, contra 14,1 % de casados, 2,3% separados, 0,4 % divorciados e 3,5% são viúvas.

Filomena Delgado manifestou-se também preocupada com a fuga à paternidade, que, referiu, tem assumido proporções alarmantes, com efeitos bastante perniciosos para a protecção, crescimento e desenvolvimento integral das crianças.

"Do nosso leque das grandes preocupações acresce-se ainda os casos de violação sexual a menores, sendo que parte significativa destas violações ocorrem no seio familiar, o tráfico de seres humanos, relações extra-conjugais, a exploração sexual, abandono de lares, cárcere privado, trabalho infantil, entre outras", disse.

9.7 Marginais tiram sono no Anangola

Jornal Liberdade

02 De Dezembro de 2016

Texto: Pascoal Zua

A criminalidade no bairro do Anangola, circunscrição de Kilamba Kiayi, em Luanda, tem estado a subir significativamente naquela comunidade. Este facto, foi revelado pelos próprios moradores que reclamam pela falta de uma pronta intervenção da Polícia Nacional, em virtude dos assaltos que ocorrem naquela circunscrição à luz do dia, conforme afirmou a nossa reportagem Capitão Miguel, município da referida zona há mais de duas décadas.

O nosso interlocutor, sublinhou, acrescentando também que existem dados evidentes confirmados por alguns residentes que têm vindo queixar-se nos últimos dias, sobre os sucessivos assaltos que têm sido alvos pelos marginais.

Acrescentando ao denunciar que estes grupos organizados, fazem recurso ao uso de arma de fogo para cometimentos de crimes e cacos de garrafas no sentido neutralizar qualquer que seja a reação das vítimas.

Ainda de acordo com as informações disponíveis a este jornal, dão conta de que os marginais, no período de noite protagonizam ações de assaltos às cantinas dos cidadãos estrangeiros.

Acrescentando que depois de arrombar as portas destas cantinas, levam consigo os produtos que ali encontram, ainda fazem uso de viaturas alheias para transportar a mercadoria roubada nestes estabelecimentos comerciais.

A situação de acordo com os cidadãos é do conhecimento das autoridades da Polícia Nacional. O que preocupa os mesmos conforme salientou o cidadão de nacionalidade, Alex, é fundamentalmente a pacificidade que os marginais encontram quando consumam um determinado caso de roubo nas cantinas.

«A minha cantina já foi assaltada por duas vezes mas ainda assim, mesmo fazendo a participação junto das autoridades a situação continua na estaca zero»: lamentou o cidadão Estrangeiro, que considera discriminatório a actuação da PN.

Manuel Alberto é também uma destas vítimas naquela municipalidade do Kilamba Kiayi, que considerou o facto, constituir a maior preocupação do bairro e não só, constando entre as preferências as pessoas que circulam diariamente naquelas paragens sobretudo as zungueiras.

Os assaltantes são na sua maioria jovens que vivem no mesmo bairro, mas organizados em grupos que ficam escondidos nos becos aguardando aos cidadãos que transitam nestes espaços para receberem dinheiro, telemóveis entre outros produtos.

Salientaram as nossas fontes que o apagão das lâmpadas e a falta de iluminação nas principais vias são outros casos que preocupam os munícipes desta circunscrição do município do Kilamba Kiayi, na capital do país.

Quanto a questão de água canalizada, uma parte do bairro não chegou a beneficiar do Projecto Água para todos, estando os moradores a serem forçados

somente o consumo do líquido precioso comprado nos "bidões" trazido pelos vulgos Kupapatas, que comercializam água não tratada.

"Estamos preocupados por falta do líquido precioso no bairro consumimos água não tratada comprada às mãos dos motoqueiros" disseram os populares do bairro supra citado. Alguns jovens que falaram a este jornal, fizeram saber que a falta de oportunidade de emprego estará na base do seu envolvimento, na delinquência, o que chama para atenção do Ministério da Juventude

e Desportos para a implementação de políticas que possam ajudar a juventude para a saída na vida de criminalidade, prostituição e consumo abusiva de álcool.

Na ocasião, os nossos interlocutores manifestaram a sua posição inquietante com a administração municipal de Kilamba Kiaxi, em virtude de não terem criado campo para a prática de futebol, uma vez que para jogarem é necessário aos Domingos e no mercado onde se exerce o comércio informal.

Queixam -se ainda pelo facto do bairro não ter sido construído escola pelo menos do ensino primário, o que consideram que os filhos são forçados com todo risco para o bairro Terra Nova e nas demais localidades circunvizinhas do bairro do Palanca.

Uma fonte da administração municipal do Kilamba Kiaxi, admitiu que nesta altura, em função de novas estratégias criadas pelo governo provincial de Luanda, remonta que o bairro em referência está no plano das novas autoridades administrativas dos municípios nomeados Recentemente, pelo governador de Luanda, Higinio Carneiro. Acrescentou que, as premissas do seu pelouro visa trazer nos próximos mês melhorias de condições na vida da população local.

10. AMBIENTE

10.1 Angola prepara ratificação da lei sobre crimes ambientais

Jornal O País

07 De Dezembro de 2016

Texto: Iracelma Kaliengue

Integrada por representantes dos ministérios da Agricultura, Comunicação Social, Pescas, Transportes, Petróleos, Finanças, Defesa Nacional e Interior, a Comissão Inter-ministerial contra Crimes Ambientais e Relacionados com a Fauna e a Flora Selvagem, discutiu, no encontro, como orientar e colher contributos técnicos para a elaboração do relatório das actividades realizadas em vista da implantação duma convenção sobre o comércio internacional de espécies da fauna e flora selvagem ameaçadas. A reunião visou, por outro lado, saber em que ponto estão os trabalhos para a elaboração do relatório final em que vão constar dados específicos sobre a real situação da fauna e da flora a nível de Angola, com base nos estudos recentemente desenvolvidos pelo Ministério do Ambiente em algumas províncias como é o caso do Moxico, Kuando Kubango e Cabinda.

A ratificação da Convenção Internacional das Espécies em Extinção (CITES), em 2013, permitiu a Angola iniciar a implementação de programas e mecanismos tendo em vista a criação de legislação e de uma estrutura institucional para a certificação e criação de uma base de dados e uma fiscalização mais efectiva.

Desta forma, por Despacho Presidencial, foi criada a Comissão Interministerial dos Crimes Ambientais e prevista -se a sua subsequente regulamentação.

A ministra lembrou, durante o encontro, que, com a ratificação da CITES deu-se início a programas e mecanismos para a protecção da fauna e da flora, o que pressupõe uma estrutura institucional para certificação, registo de dados e uma fiscalização mais efectiva.

Fátima Jardim disse ainda que os objectivos dos trabalhos a serem elaborados são essencialmente para eliminar a caça furtiva, fortalecer a fiscalização e a legislação, bem como planificar e melhor gerir o abate de espécies importantes dos eco-sistemas, com realce para as espécies em extinção e as espécies inseridas nas listas de CITES.

A Comissão Inter-ministerial dos Crimes Ambientais criou uma Unidade de Crimes Ambientais para reduzir e eliminar a caça furtiva, fortalecer a fiscalização, planificar e gerir melhor a forma de acabar com o abate das espécies importantes para o eco-sistema.

10.2 Ministra do Ambiente recebeu Melhor fiscal florestal do ano

Jornal O País

07 De Dezembro de 2016

Manuel Muhongo Sacaia, de 62 anos, é um veterano pastor de palancas na Reserva Natural Integral do Luando.

Representou Angola no concurso internacional Tusk Game Ranger Award em Londres, e venceu na categoria de Fiscal.

O fiscal foi ontem recebido pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, numa homenagem pelos esforços e pela dedicação ao longo dos seus mais de 30 anos de trabalho.

Manuel Sacaia recebeu das mãos do naturalista Sir David Attenborough, o prémio da Tusk de Melhor Fiscal do Ano, como reconhecimento da sua dedicação à protecção da Palanca Negra Gigante.

Manuel Sacaia é pastor florestal desde os 14 anos e interessou-se pela Palanca Negra quando trabalhava como ajudante de cozinha e potencial fiscal da palanca, tendo acompanhado o cientista americano Dr. Richard, que esteve em Malanje para estudar o animal.

A Tusk é uma organização britânica dinâmica e pioneira com mais de 25 anos de experiência, tendo começado e financiado programas de conservação, desenvolvimento comunitário e educação ambiental em toda a África. Actualmente apoia mais de 60 projectos em 19 países africanos, tendo desde a sua fundação investido mais de 40 milhões de dólares em projectos de conservação da biodiversidade. A Tusk tem como Patrono o Príncipe William.

10.3 Chuvas regressam aos Gambos

Jornal O País

16 De Dezembro de 2016

O administrador do município dos Gambos, na província da Huíla, Elias Sova, afirmou que a regularidade das chuvas, que se têm abatido sobre

aquela localidade pode garantir uma boa produção agrícola em 2017".

Em declarações à Rádio Mais Huíla, nesta Quarta-feira, 14, o responsável enfatizou que nos últimos dias, principalmente no período nocturno, tem chovido com regularidade sobre a referida circunscrição e arredores. Sendo que tal facto pode ser favorável para que haja bons resultados durante a época das colheitas, de forma a combater a seca que muito afectou o local, nos últimos tempos.

No entanto, realçou que apenas nos meses de Fevereiro e Março de 2017, período em que as culturas atingem o seu estado de maturação, se poderá fazer uma pré-avaliação da produção. Por esta razão, considerou ser muito cedo para fazer uma previsão dos resultados que poderão ser alcançados, visto que as sementes recém-lançadas à terra ainda não brotaram.

"Os agricultores estão a lançar as sementes à terra e aguardam com expectativa. Ainda é muito cedo para fazer uma previsão das quantidades que poderão ser recolhidas", disse.

10.4 Descarga mata um casal no município do Cutato

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2016
Texto: Weza Pascoal

Uma descarga eléctrica matou um casal, na comuna do Cutato, município do Cuchi, província do Cuando Cubango. O incidente aconteceu no dia 24 de Dezembro, quando José Santos Cassanga, de 46 anos, e Genita Avelina Domingos, de 32, se encontravam no interior da sua residência devido às fortes chuvas que caíam no Cutato, tendo sido surpreendidos por uma descarga eléctrica que lhes causou morte imediata e a destruição total da casa em que viviam.

Segundo um relatório da Polícia Nacional, descargas eléctricas, muito frequentes na província, causaram também, no dia 25 deste mês, a morte de 13 cabeças de gado bovino, no município do Calai.

O Comando Provincial da Polícia Nacional registou ainda de 24 a 26 deste mês, 15 crimes de natureza diversa. Durante o período em balanço, foram registados nove crimes contra a propriedade, quatro contra pessoas, dois contra a ordem e tranquilidade pública e um de roubo qualificado, todos no município de Menongue.

10.5 Madeira em toro nas exportações

Jornal de Angola
29 De Dezembro de 2016

A província do Bengo exportou este ano, para a China e Turquia, um total de 1.026,422 metros cúbicos de madeira em toro, anunciou ontem, em Caxito, o director provincial do Bengo da Agricultura.

Citado pela Angop, Faustino Quissaque afirmou que em 2015 foi exportada madeira em toro para a Itália e Emirados Árabes Unidos e madeira serrada para Portugal e Espanha. Acrescentou que as espécies de madeira em toro e serrada exportada para estes países foram a Moreira e Undianunu, cuja qualidade é reconhecida nestes mercados.

Em função disso, foram detidos 14 cidadãos suspeitos de envolvimento nos crimes. A maior parte dos casos consistiu em ofensas corporais simples e graves.

Um dos casos resultou na incapacidade física de um cidadão de 24 anos de idade, crime cometido por um irmão de 20 anos, motivado por desentendimento e justiça por mãos próprias. A Polícia apela à população para denunciar actos de violência.

II. MIGRAÇÃO

II,1 O País está a ser dirigido por imigrantes ilegais

Jornal O Crime

10 De Dezembro de 2016

Texto: Simão de Deus

Como caracteriza o estado do país?

Angola está completamente perdida. Daqui a alguns anos, Angola vai tornar-se Estados Unidos ou Brasil de África, onde os povos indígenas, que se chamam índios, perderam o poder a favor dos imigrantes, a favor dos povos exóticos.

Angola também vive a mesma situação. O povo angolano está dividido em duas partes principais: a parte da população indígena- significa população originária daqui, terra de Angola e a outra parte que é a população exótica significa proveniente de fora. A população exótica é composta por imigrantes ilegais - crioulos - são eles que têm o poder neste preciso momento.

Esta população veio de fora. Eu li, uma vez, um artigo muito interessante no antigo 'Semanário Angolense', sobre a origem dos nomes de Angola. Muitos deles, essa população exótica, são de origem italiana, portuguesa, cabo-verdiana, antilhanas, moçambicana e muito mais. A maioria dos dirigentes dos partidos MPLA, UNITA, FNLA, PRS, PDP-ANA, CASA-CE, etc., é imigrante ilegal. Não têm origem em Angola; são eles que têm o poder. Desde que Angola foi colonizada pelos portugueses, os indígenas perderam o poder.

A 11 de Novembro de 1975, apenas houve a mudança de ombro. A arma mudou de ombro. Isso significa que os colonos portugueses transferiram os poderes para os descendentes e aliados deles, que estão aqui em Angola. Esta é a situação que nós temos.

E quanto ao povo indígena, cuidado!

Aí também há um perigo. Os nossos antepassados compravam escravos. Não eram escravos como aqueles que foram levados aos Estados Unidos de América, mas sim aqueles que serviam para demonstrar o poder. Naquela época, para demonstrar a riqueza, os antepassados tinham que ter escravos. Muitos deles comprados com dinheiro, outros até roubados às famílias e muito mais. Essa classe indígena era subdividida: uma parte nobre que

significa sangue dos chefes e a outra parte, escrava. Então, esses escravos se forem mulheres, eram suas esposas, e se for homens, tornam-se soldados deles nocturnos. Davam-lhes bruxarias que diferente de feitiço - para lhes proteger e proteger seus clãs. Só que esses escravos viraram a arma contra os seus donos, seus patrões, porque, em vez de proteger os seus patrões ou donos à noite e membros dos seus clãs, começaram a 'comer' os parentes imediatos dos donos. Se for mulher, tornam-na estéril, mas se não for, fazem com ela filhos que não servem, filhos burros, destruídos geneticamente e muito mais.

Agora, estão a ocupar os clãs, estão a ser chefes dos clãs dos donos e os donos tornaram-se escravos, tudo numa confusão. É essa a situação que temos em Angola. O MPLA ou o comunismo, em geral, tem especialistas nesta matéria. Parece que eles têm especialistas que estudam escravos em todas as comunidades. Quando chega a uma comunidade, uma aldeia, uma povoação, uma comuna, um município ou uma província, eles já sabem todos antigos escravos.

Hoje já não temos escravos..

A maioria das autoridades tradicionais que existe em Angola é de sangue de escravo. Estou a dizer, é como estes reinos foram divididos para bem reinarem; esses reinos que pululam por aí, que o MPLA multiplica. Quase todas as aldeias são reinos e reis, reinos sem território, mas a maior desses reinos são dirigidos por antigos escravos. Os sobas, na sua maioria, são escravos; os regedores, reis ou imperadores são escravos. É por isso que, quando você chega a uma corte qualquer, de um reino qualquer, todos reinos, sem excepção, pergunta a origem dos indivíduos que estão lá. É o MPLA que os coloca lá. São bem seleccionados e, estão, vingam-se contra os seus antigos donos. É por isso que se vê que o poder, em Angola, está completamente sofisticado, e os nobres não conseguem sair desta armadilha, que, em kikongo, se chama "kiemba".

Estamos debaixo de uma armadilha em que os nobres perderam o poder, os verdadeiros indígenas não têm poder. Quem tem poder é o povo exótico (imigrantes ilegais ou crioulos).

O Planalto Central, por exemplo, está em perigo, por causa de caminho-de-ferro de Benguela, do Lobito a Lubumbaxi até a Zâmbia. Muitos trabalhadores zambianos, congoleses da província de Katanga vieram trabalhar no caminho-de-ferro. Esses que dizem que eu sou umbundu ou ovimbundu precisam de reflectir bem sobre quem é trabalhador do caminho-de-ferro. O chefe de um posto de estação do caminho-de-ferro de Benguela, passando pelo

Luau, Lubumbaxi até a Zâmbia, é de onde? Muitos são imigrantes, muitos são exóticos, não são angolanos. O Porto de Lobito é um grande porto e, em todo o lado onde há porto, é preciso ter cuidado!

Aí, podemos encontrar muitos trabalhadores malianos, congoleses, senegaleses, mauritanianos, líbios e muito mais. Basta olharmos para os trajos de muitas pessoas. Por exemplo, o traje da população da Ilha de Luanda e do Mussulo, tanto dos homens como de mulheres, confunde-se com o dos senegaleses, nigerianos, entre outros povos. Por isso, o povo de Lobito, Benguela em geral, sobretudo aquele cujos nomes começam com "Tchi", é um povo completamente exógeno.

Não é povo realmente angolano. Por isso, daqui a alguns anos, os indígenas vão perder esse património que os antepassados lhes legaram, que é a terra de Angola, porque já perderam o poder.

E em relação ao Norte?

No caso do Norte, noutro lado, há muita influência dos Congos, embora aí a influência seja do Reino do Congo que começa de Angola até ao sul do Gabão. Mas, em Cabinda, também é difícil identificar quem é realmente da terra. Quem é muyombe de Cabinda, quem é o muyombe do Congo Democrático, quem é mulari do Congo Brazzaville?

Não se sabe, é uma confusão total.

Nos Lundas tchokwe, quem é zambiano, quem é congolês do Congo Democrático, katanguese? Também é uma confusão. Agora são eles, esse povo exótico, que assaltaram o poder em Angola desde 1482, que Diogo Cão chegou ao Reino do Congo, porque ele não chegou a Angola, aí na foz do rio Zaire. Soyo não era Angola na altura. Desde da conferência de Berlim, de 1885, organizada por príncipe Votovone Bismarke, que dividiu Angola como de um bolo ou uma carne se tratasse, na ausência dos donos da terra, os indígenas perderam o poder, então, eles, os estrangeiros, para solidificar o poder dividiram, investiram a classe de escravos. Estou a dizer, a maioria das autoridades tradicionais em Angola, desde soba grande, soba pequeno, regedores, ditos reis e muito mais são, na sua maioria, escravos. Os nobres não estão lá. Esta é a minha especialidade na educação tradicional que os meus avós me deram.

11.2 Os imigrantes e escravos que estão no poder não valorizam ninguém

Jornal O Crime

10 De Dezembro de 2016

Constatou que há muitos dirigentes angolanos que têm mais de uma nacionalidade?

Exactamente. Um verdadeiro indígena não tem duas, três ou quatro nacionalidades, porque na tradição bantu isso não é permitido. Eu, Makuta Nkondo, sou mukongo (que hoje dizem angolano). Também o termo angolano pesa-me no coração. Angolano significa o que? Angolano significa descendente de Ngola Kiluanje. Angola significa terra de Ngola Kiluanje. Significa que o império Kongo, que chama Reino do Congo, é terra de Ngola Kiluanje? E nós, bakongo, eu, Makuta Ngondo, mukongo, sou descendente de Ngola Kiluanje? Porque essa definição de angolano significa descendente de Ngola Kiluanje. Eu não sou descendente de Ngola Kiluanje. Não é tribalismo, mas a realidade é essa. Não posso aceitar essa dupla nacionalidade.

Esse é o problema que há neste preciso momento e que está a dar conflitos em África.

Muitas jovens preferem dar à luz no exterior do país. Como lidar com essa situação?

Não vamos condenar os jovens. Ninguém foge do bem, só se foge do mal. São as situações críticas que se vivem no país de origem que provocam isso. Eu já tive discussão com um jornalista, colega na Agência Angola Press (ANGOP), por causa de um jogador brasileiro de futebol, Diego Costa, que se nacionalizou como espanhol e agora está a jogar no Chelsea, de Inglaterra, e foi vaiado. Ele muda de brasileiro para espanhol, porque isso? Ele disse: "Ó, Makuta Eu também, se tiver um país que me vai respeitar, reconhecer as minhas capacidades e me valorizar, eu mudo de país. Angola não valoriza ninguém. Angola não quer respeitar ninguém". É aquilo que eu disse, esses imigrantes e escravos no poder não valorizam ninguém. Mas entre nós, também, há muitos negros com cabeça e cérebro de branco. Você o vê como negro, mas o pensamento dele é pior que do um estrangeiro e que um branco. Parece que, mesmo onde trabalha, quem o combate é seu irmão negro, é seu irmão da mesma terra, é o pior

inimigo que tem. Por isso, não vamos condenar os jovens, só fazem isso para proteger o futuro dos filhos. Porque a riqueza de um país não se vê pelos minerais que tem, mas sim pela qualidade de vida da população.

Por que é que se respeita os Estados Unidos de América? Um pobre americano tem a vida equiparada a um ministro africano honesto, quando digo ministro africano honesto significa que não rouba, que não vive de corrupção, que só vive do salário. Um simples povo americano anda de carros caros, anda bem e vive bem, tem as três refeições (pequeno almoço, almoço e jantar) além dos lanches. Por que é que não há o inverso, ou seja, por que o povo de lá não adopta as nossas nacionalidades? Porque a nacionalidade angolana equivale à miséria, são sinónimos de misérias e dificuldades. Não vamos condenar essas senhoras que estão a fazer isso. Mas há outros que fazem só por fazer, sem consciência, por desprezo, há outros que se venderam. Por exemplo: fazer filho com chinês e o filho vai nascer na China, quando, naquele país, eles próprios estão à procura de terra onde viver, porque há pouco espaço e mais população. Pessoas assim é que nós condenamos.

E qual é o perigo?

Eu disse que, tarde ou cedo, Angola vai se perder. Porque esses filhos, hoje, nascem nos Estados Unidos de América, a mãe vai dar à luz lá na América, França, Itália, Portugal, Brasil, Bélgica e noutros países e, quando tiver maior idade, vão procurar regressar a Angola e, ao regressar, vão se sentir sempre superiores. Sabe qual é o problema da Libéria? Libéria significa liberté.

Quer dizer 'lukuku', em kikongo. Os antigos escravos que saíram de África para os Estados Unidos de América, o presidente Morá Ron, norte-americano, quando aboliu a escravatura, então, o presidente compraram uma porção de terra em África e deram o nome de Libéria. E trouxeram os antigos escravos africanos naquelas terras para aqui (em África), então eles vieram com extinto de superioridade, não respeitam os indígenas que encontraram, são eles que dirigem. Entre esses indígenas, Samuel Dó é o único liberiano indígena que atingiu a patente de sargento, fez golpe do Estado contra um presidente de antigos escravos nos Estados Unidos de América. Esse morreu, mas depois fez-se mais um contra-golpe de Estado, é assim que mataram Samuel Dó. Essa situação de escravos, negros e brancos é a situação que está na Mauritània. Aí os negros não mandam, só os brancos árabes é que mandam.

11.3 Mais portugueses escolhem Angola

Jornal de Angola

11 De Dezembro de 2016

Há mais portugueses a emigrar para Angola: 6715 chegaram ao país em 2015, quando em 2014 foram 5098, de acordo com os dados agora divulgados pelo Observatório da Emigração. Uma subida de 31,7 por cento em relação a 2014.

Angola é o quinto destino da emigração portuguesa, depois do Reino Unido, França, Suíça e Alemanha. E o destino fora da Europa que mais atrai os portugueses para trabalhar. Os registos consulares portugueses indicam que vivem em Angola 126 mil portugueses. Contudo, o Sindicato da Construção de Portugal estima que só neste sector haja 200 mil em Angola.

11.4 Dezenas de estrangeiros são repatriados no Zaire

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2016

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Zaire repatriou nos últimos sete dias 79 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por estada ilegal no território nacional.

Os dados foram revelados ontem, em Mbanza Congo, pelo porta-voz da Direcção Provincial do SME, superintendente de migração Domingos Sebastião, quando procedia ao balanço das actividades desenvolvidas por este órgão do Ministério do Interior na região.

O superintendente de migração disse que os congolezes faziam parte de um grupo de 90 cidadãos de diversas nacionalidades interpelados e detidos por falta de documentos migratórios, nos municípios de Mbanza Congo, Soyo, Cuirnba, Nzeto e Tomboco.

Dos 90 cidadãos detidos 79 são da RDC; três da Guiné Conacry e um da Guiné-Bissau.

O porta-voz do SME informou que sete angolanos acusados de promoção e auxílio à imigração ilegal também foram detidos.

Domingos Sebastião falou ainda da recusa de entrada no país de outros 16 elementos da RDC, por falta de documentos de viagem, menos 18 casos em relação à semana anterior.

Em relação ao movimento fronteiriço regular, a fonte fez saber que se controlou o regresso de 280 angolanos, que por diversos motivos se deslocaram à RDC, e a entrada de 50 estrangeiros no período em análise, menos 27 elementos face ao período anterior. O movimento inverso caracterizou-se pela saída de 36 angolanos com destino ao país vizinho.

No plano administrativo o SME na província do Zaire recebeu 43 processos para efeitos de emissão de passaportes ordinários, atribuiu 337 passes de travessia para o Congo Democrático a nacionais residentes na orla fronteiriça, e prorrogou dois vistos de estada no país, sendo um extraordinário e um de curta duração a um cidadão congolês democrático e a outro britânico.

A província do Zaire está localizada a norte do país, partilha uma faixa fronteiriça de 330 quilómetros com a região do Congo Central, na República Democrática do Congo.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 PRS denuncia garimpo ilegal na Lunda Norte por polícias e militares

Jornal A Republica
09 De Dezembro de 2016
Texto: Redacção VOA

O Partido de Renovação Social (PRS) denuncia a extracção ilegal de diamantes por parte de elementos da polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA) na região diamantífera do Cuango, na Lunda Norte.

O comando municipal do Cuango desmente a existência de grupos organizados de garimpeiros integrados por efectivos da corporação.

O representante do PRS na região, Alex Narciso, disse à VOA ter surpreendido na segunda-feira, 5, membros das FAA e da Polícia Nacional a extrair diamantes numa mina que se situa a cerca de seis quilómetros da sede do município do Cuango, chefiados por um inspector identificado por Zeferino, comandante de uma esquadra local.

A mina em causa, diz a mesma fonte, está localizada num terreno pertencente a um soba local conhecido por "Fama", a quem os garimpeiros pagam pela autorização do garimpo cerca de dois mil kwanzas cada.

Entretanto, uma fonte do comando municipal da polícia do Cuango desmentiu a existência de elementos do corpo ração implicados em tais actos.

A fonte, na condição de não ser identificada, acusa os responsáveis do PRS de fabricarem factos, mas admitiu ser "complexa e complicada" a situação de extracção ilegal de diamantes na região.

12.2 Generais "camanguistas"

Jornal Manchete
16 De Dezembro de 2016
Texto: Banxa do Nascimento

ARMANDO DA CRUZ NETO nasceu a 16 de Abril de 1949 na localidade de Uku-Seles, na província do Cuanza Sul. Filho de José da Cruz e de Maria Teresa de Morais da Cruz. Antes de enveredar pela vida militar fez o curso geral de Comércio, tendo frequência do 2º ano do Instituto Comercial.

Conhecido nos meios castrenses como «Armando Maluco», um apodo que ganhou durante a sua passagem como chefe da 6ª Região Político-Militar, o general Armando da Cruz Neto possui um invejável curriculum militar iniciado em 1974 quando concluiu com êxito o Curso de Comandos. Depois fez vários Cursos de Comando Tático-Operativo Inter-Armas, o que o habilitou a desempenhar vários cargos de Comando e Direcção das Forças Armadas exercidos nas diferentes Frentes e Regiões Militares do país. A nível de promoções alcançou em Maio de 1977 a patente de capitão; major em 1979, tenente-coronel em 1984; em 1987 atinge a, patente de coronel, em 1991 a de major general e em Novembro de 1992 general do Exército.

O seu nome ficará para sempre ligado à história recente de Angola, por ser um dos subscritores dos Acordos de Paz, que ditaram o fim da guerra civil no país. Foi no seu consulado a frente da Chefia do Estado-Maior General das FAA, que se assina os Acordos do Luena e Jonas Savimbi morre em combate.

A nível político desempenho de 1999 a 2001 o cargo de vice-ministro da Defesa Nacional, embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Angola no Reino de Espanha, de 2003 a 2008, altura em que foi nomeado governador da província de Benguela. Pelos excelentes serviços prestados à pátria tem merecido várias condecorações com destaque para a Ordem da Paz e da Concórdia do 1º Grau.

JOÃO BAPTISTA DE MATOS nasceu a 30 de Maio de 1955. É dos mais brilhantes quadros do exército angolano, tendo uma carreira militar invejável que começou como Comandante de Companhia em 1975.

Em 1976 faz o curso de Inteligência Militar. Ascende a patente de tenente desempenhado, primeiro, as funções de comandante de batalhão e depois de Comandante de Sector. Em 1977 já com a patente de capitão é nomeado Director da Inteligência Militar Regional. Depois vai a major e Comandante Regional.

No princípio da década de 80 parte para a Rússia onde conclui o Mestrado em Ciências Militares, na Academia Militar de Frunze. No seu regresso galga até chegar em 1991 a Comandante das Forças Armadas Especiais. De 1992 a 2001 o general desempenha as funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

A liderança militar de João de Matos foi decisiva em "virar a maré" contra as forças da UNITA de Jonas Savimbi depois do recomeço da guerra em 1992.

Reorganizou o exército e mudou a estratégia, pondo mais ênfase na sustentabilidade que na ferocidade das ofensivas.

A melhoria da logística, treino e equipamento foram a chave para o novo modelo das FAA de João de Matos; o moral das tropas melhorou também. Impaciente com políticos e ideologia, João de Matos nunca se filiou no MPLA e conseguiu estabelecer uma razoável autonomia em relação aos políticos em Luanda.

Uma decisão controversa foi contratar a empresa de segurança sul-africana Executive Outcomes para auxiliar as FAA no esforço de guerra, muitos dos soldados da EO que tinham servido nas forças especiais sul-africanas ao lado da UNITA. Embora não tenha conseguido tirar a UNITA dos campos diamantíferos, a EO melhorou substancialmente as comunicações e a logística.

Em 1993, as Nações Unidas impuseram sanções à UNITA, impedindo-a teoricamente de transaccionar diamantes no mercado internacional.

Em 14 de Setembro de 1999, o exército angolano lançou a sua maior ofensiva contra a UNITA, apanhando de surpresa a maioria dos analistas. Calcula-se que em Dezembro, 80 por cento da capacidade combativa da UNITA tinha sido neutralizada e a UNITA, mesmo sendo uma organização rebelde, tinha sido até então uma força militar poderosa, muito superior à maioria dos exércitos africanos.

Em Setembro de 2000, a comunidade internacional já duvidava que a UNITA tivesse capacidade para se impor na guerra civil angolana, e a organização desapareceu dos noticiários na média internacional. O presidente José Eduardo dos Santos recusou o pedido de conversações formulado pela UNITA. A 20 de Novembro, o general João de Matos afirmava na rádio: "Temos dito repetidamente que as forças das FAA estão decididas a resolver o problema da guerra em Angola. Continuaremos a fazer o que for necessário não somente para derrotarmos as forças de guerrilha de Jonas Savimbi, mas também para assegurarmos que as vidas dos angolanos são protegidas em todo o território nacional e que as principais vias de comunicação se manterão abertas".

João de Matos manteve-se em contacto com a EO depois de o contrato ter terminado e é próximo da empresa de segurança Alpha 5, ligada à EO.

Não sendo um entusiasta dos acordos de Lusaka de 1994, João de Matos defendia que o governo deveria maximizar a sua vantagem, tomando todos os

principais campos diamantíferos na Lunda Norte e Sul (na altura a base financeira da UNITA).

João de Matos foi o principal promotor do comprometimento de Luanda com a Alliance des Forces Democratiques pour la Liberation du Congo-Kinshasa General Paul Kagame, do Rwanda, e Laurent-Desire Kabila, para o derrube de Mobutu Sese Seko. O apoio de João de Matos à AFDL (transporte e equipamento) e ao regresso dos gendarmes Katangeses (baseados em Angola desde os finais da década de 1970) provou ser essencial para Kabila.

A agência de análise geopolítica Strafor, com sede no Texas, afirma que as forças rebeldes ugandesas e rwandesas nunca teriam tomado Kinshasa se as tropas angolanas lhes barrassem o caminho. O estrategia militar dessa campanha foi o general João de Matos.

O carisma e a competência de João de Matos diferenciavam-no muito da hierarquia do MPLA. João de Matos foi demitido do seu posto de Chefe do Estado Maior General em 2001. Enveredou por uma carreira como empresário e dirige actualmente um gabinete de estudos estratégicos militares e empresariais.

João de Matos (ex-chefe de Estado-Maior-General das FAA) e Mário Pizarro (ex-governador do BNA) criaram o grupo Genius. A jóia da coroa do grupo é a GEVAL-Angola, joint-venture com a brasileira Vale do Rio Doce, nº 1 mundial de mineração.

Tem interesses em minas (diamantes, manganés e outros), projectos de electricidade e telecomunicações, e participações em empreendimentos como as Torres do Carmo (Luanda) e Belas Shopping Center.

João Baptista de Matos é um dos raros generais do regime com prestígio externo e interno. Desde que afastou-se dos holofotes da vida militar activa, Matos passou a dedicar-se a gestão dos seus negócios privados. Tem negócios no campo da construção civil, na exploração de diamantes, petróleo e está presente em dois bancos privados como Presidente da Assembleia Geral. No FINIBANCO ANGOLA e no Banco de Negócios Internacionais, com 11,63% de participações.

O GENERAL ADRIANO MAKEVELA MACKENZIE é actualmente o chefe da Direcção Principal de Preparação de Tropas e Ensino. O general Mackenzie fez toda a sua carreira militar na UNITA. Ele desertou das FALA, então braço armado da UNITA em 1992, durante a guerra civil

angolana. Anteriormente parte das suas forças foi amplamente integrados nas FAA sob o Protocolo de Lusaka.

O general Mackenzie serve como a cabeça do treinamento militar nos chefes de pessoal comum das FAA, e da cabeça do reconhecimento e da informação.

Ele foi um dos seis membros fundadores iguais de Lumanhe Extracção Mineira, Importação e Exportação (comumente chamada de "empresa dos generais", já que cinco dos seis sócios são generais), uma operação de mineração de diamantes. Sua renda média desde então foi de US \$ 2 milhões por ano. Os lucros acumulados desde 1995, quando foi fundada, foram de US \$ 120 milhões.

A empresa do general Mackenzie tem uma participação de 15% na Sociedade Mineira do Cuango.

12.3 Pólos de produção de fosfato construídos no Zaire e Cabinda

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2016

Texto: Yara Simão

A estratégia do Executivo para o sector da Geologia e Minas a curto e médio prazos tem como principais objectivos contribuir para criação de emprego, transferência de "know how", diversificar as fontes de receitas fiscais e aumentar as receitas cambiais.

Para atingir estes objectivos, foi decidido acelerar a implementação dos projectos de exploração mineira constantes da carteira de investimento, mediante um maior envolvimento do Estado, bem como criar pólos de desenvolvimento mineiro nas zonas em que a investigação do Planageo revelar grande potencial geológico-mineiro.

A exploração de rocha fosfática e a sua transformação em fertilizantes fosfatados é um objectivo do Ministério da Geologia e Minas para aumentar as receitas cambiais do país.

A construção de infra-estruturas nas minas de fosfato do Projecto Integrado de Exploração e Transformação de Fosfato do Lucunga, na província do Zaire, e do Projecto de Exploração e Beneficiamento de Fosfato de Cácata, na província de Cabinda, começa em 2017, prevendo-se que a exploração tenha início no princípio de 2019.

Fosfato no Zaire

O Projecto Integrado de Exploração e Transformação de Fosfato do Lucunga abrange duas áreas na província do Zaire, estando a concessão localizada no município do Tomboco, área de Lucunga-Quidonacaxa.

A unidade fabril fica localizada no Pólo de Desenvolvimento Industrial do Soyo. O projecto será implementado gradualmente com a produção inicial de farinha fosfatada e de fertilizante granulado para o mercado interno, e de concentrado fosfatado calcinado para exportação.

O fosfato foi descoberto na província do Zaire há mais de 100 anos. Os depósitos no rio Lucunga foram descobertos pelos serviços de geologia e minas de Angola nos anos 50 do século XX, usando os dados de um levantamento geofísico aéreo radiométrico realizado pela Hunting Geophysics. No início dos anos 70, foram efectuadas escavações.

Em 1979, a Bulgargeomin foi contratada pelo Governo angolano para elaborar um estudo de viabilidade da área e efectuou nos dois anos seguintes perfurações e estudos tecnológicos. Foram recolhidas 1798 amostras, das quais 1290 provenientes da campanha de sondagem por AirCore e 508 por Trado, que foram enviadas para laboratórios sul-africanos, que efectuaram ensaios sobre os principais óxidos e os elementos residuais de interesse.

Os resultados das perfurações, incluindo registos e recuperação de amostras, foram incorporados numa base de dados, que foi utilizada para gerar um modelo informático de filões e uma estimativa dos recursos.

Em termos de época geológica, os depósitos de fosfatos na concessão do Lucunga são sedimentares do Eocénico, entre 34 a 56 milhões de anos, que foram desgastados no Pleistocénico (0,012-2,58 milhões de anos) e transportados a pequenas distâncias pelos ribeiros locais e posteriormente moldados por processos cársicos.

O processo natural forma um filão relativamente pouco profundo, coberto por areias e sedimentos não consolidados do Pleistocénico tardio (1,8-2,58 milhões de anos).

A exploração vai ser a céu aberto em duas frentes. A frente Norte, com uma extracção estimada de 584.000 toneladas por ano de minério de alto teor, e a Frente Sul com uma extracção de 2.274.000 toneladas por ano de minério de baixo teor. Em conjunto, vão produzir cerca de 330 mil toneladas de fertilizante fosfatado por ano.

Desminagem

Actualmente, decorrem trabalhos de desminagem das estradas de acesso à área de exploração e da própria concessão. Até ao momento, já foram inspeccionados 27.400 m², sendo 20.000 do acampamento, 5.000.00 da unidade fabril e 2.400 do corredor de acesso aos blocos a explorar, sob a responsabilidade da Sala Operativa da Comissão Executiva de Desminagem.

Infra-estruturas

Na concessão, existe uma área de 36.000 m² destinada a infra-estruturas de armazenagem de matérias-primas para exportação e uma área adicional de 1.600 m² para a instalação de equipamentos no Porto Comercial do Soyo.

Está prevista a assinatura de um acordo comercial com a Angola LNG para o desenvolvimento de operações de transbordo dos navios ancorados no Canal Pululu, no âmbito das actividades do projecto.

A mina de Lucunga e a área consignada no Pólo de Desenvolvimento Industrial do Soyo vão receber energia eléctrica a partir do Nzeto.

A mina vai consumir 10.450 m³ de água por dia, no processo industrial, e receber 300 m³ de água potável por dia. O Pólo de Desenvolvimento Industrial do Soyo receberá 305m³ de água por dia para a indústria e 41 m³ de água potável por dia.

Para a abertura de estradas e dos acessos aos blocos, vão ser utilizados buldozers e moto-niveladoras. Estes equipamentos serão utilizados também na remoção de material sem interesse comercial a ser depositado em paíóis apropriados para a reabilitação ambiental.

A remoção de material estéril, bem como o seu depósito, serão feitos com retro-escavadoras.

O minério extraído será transportado para as lavarias em camiões. Lucunga terá uma capacidade de processamento anual de 2.856.061 toneladas de minério empolado, sendo 80 por cento extraído e transportado da frente Sul e o restante 20 por cento da frente Norte.

A unidade fabril de calcinação com gás natural liquefeito vai receber anualmente 580 mil toneladas de concentrado de fosfato, sendo 480 mil destinadas ao mercado externo.

As restantes 100 mil toneladas vão alimentar a unidade fabril de granulação. A sua mistura com, ureia e KCI origina o fertilizante NPK, para comercialização interna. As quantidades podem ser aumentadas em função das necessidades do mercado nacional.

O projecto tem grande impacto no PIB (Produto Interno Bruto), com o fim da importação de fertilizantes' a criação de um mercado interno de fertilizantes e a exportação desse produto.

O investimento industrial tem ainda efeito em áreas geográficas localizadas fora dos centros urbanos, com a criação de emprego e a implantação do Pólo de Desenvolvimento Mineiro do Lucunga.

Postos de trabalho

A primeira fase de implementação do projecto vai criar 250 postos de trabalho e mais 50 posteriormente. Empresas locais de prestação de serviços serão contratadas para apoiar as actividades que não estão ligadas directamente à exploração industrial. A contratação de serviços no exterior do país só vai acontecer quando não houver oferta local.

No tocante aos recursos humanos, existe o compromisso de garantir a progressiva substituição da mão-de-obra estrangeira por trabalhadores nacionais, através de programas de formação profissional e transmissão de "know-how",

Investimento

O investimento inicial do projecto para despesas de capital e encargos financeiros é de 132.500.000 dólares norte-americanos, para ser aplicado em dois anos. Em 2017, a primeira tranche ascende a 64.211.538 e o remanescente é disponibilizado em 2018.

Do total do investimento, 67,7 por cento será com recurso a financiamento e 33,3 por cento representa capital próprio a ser aplicado na implementação do projecto.

Estima-se que serão arrecadados já em 2018 perto de 7,6 milhões de dólares, estimando-se um incremento médio anual de receitas na ordem de 40 por cento.

O fosfato em Cabinda

O Projecto de Exploração e Beneficiamento de Fosfato de Cabinda está localizado em Cácata, a 80 quilómetros da capital da província, e envolve a pesquisa, exploração e comercialização de fertilizante fosfatado para o mercado nacional e exportação.

Actualmente, amostras de rochas de Cácata estão a ser examinadas em laboratórios no Canadá, com vista à elaboração de um estudo de viabilidade técnica, económica e financeira, e de impacto ambiental.

O investimento previsto para a exploração do projecto Cácata está calculado em 114 milhões de

dólares norte-americanos e deve criar 200 novos postos de trabalho.

A actividade industrial terá uma contribuição positiva na balança de pagamentos e na criação de emprego em áreas geográficas localizadas fora de centros urbanos.

A mina de fosfato de Cácata possui um potencial de 393 MT, das quais 129,40MT indicadas, 263,70MT inferidas, com teores de 9,2 por cento de P205, com valor limite de 5 por cento de P205 e reservas provadas de 16,70 M, com um teor de aproximadamente 24,6 por cento de P205, e vai produzir cerca de 800.000 toneladas de fertilizantes por ano.

O arranque da construção da mina está previsto para 20 17, depois de estarem concluídos os estudos de viabilidade técnica, económica e financeira, e de impacto ambiental. Antes da construção do empreendimento mineiro, prevista para dois anos, vai ser necessário realizar a desminagem da área envolvente.

A apresentação do projecto de exploração de fosfatos em Cácata, a 80 quilómetros a Nordeste de Cabinda, foi feita recentemente na presença do ministro da Geologia e Minas. A fase de exploração começa em 20 19.

Para a implantação do projecto vão ser executadas obras de reabilitação das vias rodoviárias, de modo a facilitar a circulação dos meios de transporte do fosfato até ao porto de águas profundas do Caio Litoral para exportação.

12.4 Produção diamantífera rendeu menos

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2016

Os diamantes renderam a Angola este ano 1,082 mil milhões de dólares, o que representa uma redução significativa em relação aos 1,182 mil milhões de dólares de 2015. Os dados avançados pelo ministro da Geologia e Minas de Angola, Francisco Queirós, quando procedia ao balanço do sector em 2016, indicam que a quebra na produção artesanal se reflectiu numa diminuição na ordem dos 8,45 por cento, em relação à arrecadação total de receitas no ano passado.

Segundo o ministro, em 2016, registou-se uma considerável diminuição na produção artesanal, de quase 60 por cento do volume total de produção de

diamantes, uma redução de 0,95 por cento em relação a produção total de 20 15.

Em 20 16, o subsector dos diamantes registou um bom desempenho no que se refere à produção industrial, tendo-se registado uma diminuição considerável no mercado artesanal motivada pela escassez de divisas no mercado cambial', explicou o ministro. Para o ano que agora termina prevê-se que a produção total de diamantes atinja 8.934.000 quilates, o correspondente a 99,21 por cento da meta corrigida de 2016. "Se não tivesse havido uma diminuição considerável na produção artesanal de quase 60 por cento da produção, o volume total de diamantes este ano teria ultrapassado a meta e atingido cerca de 102 por cento da cifra programada. O titular da pasta da Geologia e Minas de Angola considerou que, apesar dessa ligeira descida no volume de produção e nas receitas brutas deste ano, o subsector dos diamantes continua a evidenciar "um desempenho robusto e sustentável, oferecendo boas perspectivas de recuperação substancial nos próximos anos".

O optimismo é garantido, segundo ministro, com a futura entrada em operação do maior kimberlito do mundo, o Luaxe, na província angolana da Lunda Sul e de outros projectos de média e pequena dimensão nas províncias diamantíferas das Lundas Norte e Sul, de Malanje, do Bié e do Cuando Cunango. "As estimativas da Endiama (empresa diamantífera estatal angolana) apontam para um aumento substancial da produção a partir de 2020, sobretudo a contar com o kimberlito do Luaxe", reforçou localizado na província da Lunda-Sul, Luaxe é o maior kimberlito do mundo. As projecções indicam que, com a nova mina, Angola pode duplicar a produção de diamantes, nos próximos anos, passando dos actuais oito milhões para dezasseis milhões de quilates.

O kimberlito do Luaxe pode possuir as maiores reservas de diamantes até aqui conhecidas em Angola, ao assegurar uma produção anual de seis milhões de quilates de diamantes, o que representa 75 por cento da produção total do que Angola produz. O presidente do conselho de administração da Endiama refere que a mina de Luaxe representa um valor aproximado de 350 milhões de quilates e um tempo de vida útil de mais de 30 anos. Este projecto, que vai gerar dois mil postos de trabalho, tem o arranque previsto para 2020. A Endiama refere que apenas dez por cento dos diamantes aluvenados explorados nos últimos 100 anos vieram dos kimberlitos conhecidos, enquanto 90 por cento vieram de kimberlitos por descobrir. 'Fizemos um segundo estudo e descobrimos que estes kimberlitos que estamos por descobrir não estão nem no Congo, nem na Zâmbia, mas sim dentro do território

angolano', disse Carlos Sumbula, o presidente da Endiama.